BÍBLIA

ASSOCIAÇÃO LAICAL DE CULTURA BÍBLICA

VADEMECUM para o ESTUDO da BÍBLIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bíblia.
Vademecum para o estudo da Bíblia / BÍBLIA - Associação laical de cultura bíblica; [Prefácio de J. A. Soggin; Apresentação de Paolo De Benedetti; Tradução: José Afonso Beraldin]. — São Paulo: Paulinas, 2000. — (Coleção: Bíblia e história).

Título original: Vademecum per il lettore della Bibbia.
Bibliografia.
ISBN 85-356-0548-7

1. Bíblia - Crítica e interpretação 2. Bíblia - Estudo e ensino 3. Bíblia - Leitura I. Soggin, Jan Alberto. II. De Benedetti, Paolo. III. Título. IV. Série.

00-0548 CDD-220.07

Índice para catálogo sistemático:

1. Bíblia: Estudo 220.07

Título original da obra: *VADEMECUM - PER IL LETTORE DELLA BIBBIA*
© Editrice Morcelliana, Brescia, 1996.

Tradução: *José Afonso Beraldin*
Direção geral: *Maria Bernadete Boff*
Coordenação editorial: *Noemi Dariva*
Assessor Bíblico: *Matthias Grenzer*
Revisão de texto: *Rosa Maria Aires da Cunha*
Gerente de produção: *Felício Calegaro Neto*
Direção de arte: *Irma Cipriani*
Capa: *Marta Cerqueira Leite*

Prefácio: ***J. A. Soggin***
Apresentação: ***Paolo De Benedetti***

Paulinas
Av. Indianópolis, 2752
04062-003 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (0XX11) 276-5566 – Fax: (0XX11) 275-0255
http://www.paulinas.org.br – editora@paulinas.org.br
Telemarketing: 0800-157412

Prefácio

"Você entende o que está lendo?" (At 8,30), perguntava o apóstolo Filipe ao funcionário etíope que estava indo a Gaza, ao retornar de uma peregrinação a Jerusalém. O personagem lia a segunda parte de *Isaías* (53,7-8), um texto que a Igreja primitiva, assim como o apóstolo, interpretavam como uma referência profética à morte de Jesus na cruz. Mas a pergunta poderia ser aplicada genericamente a qualquer leitor da Bíblia: quantas vezes interpretações ambiciosas produziram mais dano que benefício, simplesmente porque o texto foi mal entendido e forçado a expressar coisas que nada tinham a ver, com ele, embora agitassem a mente do leitor.

Certamente esta atitude pode ser aplicada somente em pequena escala quando se pensa na leitura devota e litúrgica: esta, contudo, sempre foi feita durante milênios, produzindo trechos de profunda espiritualidade; da mesma forma, não é sempre garantido que uma boa cultura, seja ela bíblica ou humanística, produza um entendimento dos textos que corresponda à sua real intenção. Todavia, é absolutamente seguro que os autores sempre viram o verdadeiro significado daquilo que escreveram? Se isto fosse verdade, não teriam existido — para citar-se um exemplo particularmente doloroso — interpretações anti-semitas de afirmações bíblicas, até mesmo entre pessoas que foram reconhecidas como santos e doutores da Igreja, ou reformadores!

Este manual é fruto de um trabalho levado a efeito durante os dez anos de existência da Associação BIBLIA (cuja inauguração teve lugar em Florença, Itália, em 21-22 de outubro de 1995), tendo como objetivo informar o leitor sobre aqueles elementos lingüísticos, históricos, geográficos, histórico-re-

ligiosos, míticos e também psicológicos (por exemplo, o uso metafórico dos órgãos do corpo humano), que estão longe de serem óbvios aos olhos do leitor moderno. Numa época em que se fala tanto de inculturação, deveria haver uma preocupação ainda maior com o problema da inculturação dos textos bíblicos em nosso ambiente! À guisa de exemplo: muitas vezes as traduções modernas adotam o termo "alma" para traduzir o hebraico *nèfesh* ou o grego *psyché*. Todavia, é evidente que em nossa linguagem este termo possui uma conotação muito particular, influenciada pela filosofia grega e helenista, que posteriormente passou à teologia escolástica por meio dos Padres da Igreja. No entanto, o termo hebraico, assim como o termo grego, significam na Bíblia a "vida"; há alguns casos (por exemplo, em Jn 2,6) em que se usa a palavra hebraica simplesmente com o sentido de "pescoço": Jonas se lamenta porque a "água lhe sobe à 'alma'"; assim traduzida, a frase seria um disparate. Enganadora também é a interpretação dada à parábola do homem rico (Lc 12,16ss) por um grande pregador protestante francês, do século passado; ele dizia que o rico era insensato sobretudo porque queria dar de comer à alma; esta, como sabemos, é elemento espiritual; tal interpretação faria do rico não tanto um insensato quanto um bobalhão.

É importante que o leitor da Bíblia saiba também, longe de qualquer absolutismo, que a tradição bíblica não foi transmitida de maneira uniforme. No texto da Bíblia hebraica há variantes, tanto em hebraico quanto nas antigas traduções (a da tradução grega dos LXX parece ter surgido em ambiente hebraico), que em muitos casos são melhores do que o texto tradicional; o mesmo pode ser dito em relação ao Novo Testamento. E o leitor precisa saber também que o processo de formação do Novo Testamento durou séculos e o da Bíblia hebraica durou mais ou menos um milênio. Conseqüentemente o leitor não deve se admirar quando encontrar respostas diferentes para problemas semelhantes. É importante que ele tenha uma informação adequada sobre os métodos de interpretação, desde os antigos Rabinos e Padres da Igreja até os dias de hoje; seria inútil, de fato, refazer a descoberta da água quente ou do guarda-chuva.

Temos certeza de que este *Vademecum para o estudo da Bíblia*, ainda que de forma modesta e dentro de seus limites naturais, poderá ser um instrumento útil para os sócios da BIBLIA, como também para qualquer pessoa que se interesse pelas Escrituras, seja porque tem fé, seja porque é um leigo culto; de resto, não é por acaso que a Associação BIBLIA tornou-se promotora de uma iniciativa que poucos anos atrás causou impacto: a introdução do ensinamento laical da Bíblia (entendemos por "laical", tanto aqui como na definição da Associação BIBLIA, um enfoque cultural da Bíblia, não confessional) nas escolas secundárias, da mesma forma como nelas se ensina a filosofia, em virtude de se tratar de uma disciplina que faz parte integrante da nossa cultura, indispensável tanto para o estudo da filosofia medieval quanto para o da história da arte, citando-se somente dois dos muitos campos nos quais um conhecimento das Escrituras é uma das condições necessárias. Este livro deveria ser um subsídio destinado exatamente àqueles que desejam alcançar uma cultura bíblica.

É nesse sentido que lhe auguramos todo o sucesso que merece.

J. Alberto Soggin

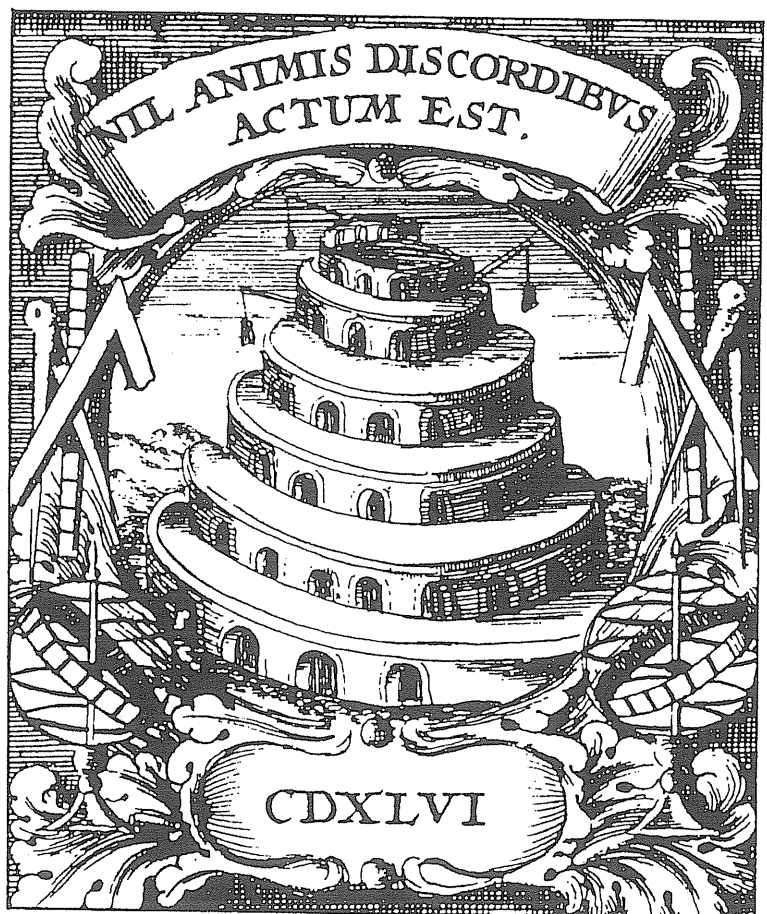
Apresentação

Certa ocasião, Hillel, o grande mestre hebreu, anterior a Jesus, respondeu a um pagão que a ele solicitara a interpretação da Torá: “Aquilo que tu odeias, não o faças aos outros. Eis toda a Torá: o resto é comentário. Vai e estuda”. Hillel não tinha a intenção de mandar o pagão para uma academia rabínica, nem mesmo — como diríamos hoje — o estava orientando para comprar uma introdução ao Antigo e ao Novo Testamento. Ele provavelmente queria referir-se a uma praxe naquela época muito em voga: procura um mestre para ti.

Procurar um mestre para estudar, conhecer e entender a Escritura é uma exigência de todos os tempos. Todavia, por muitas razões, esta foi e é uma tarefa difícil. Este livro não tem a pretensão de tomar o lugar de um mestre, mas oferecer muitas respostas às perguntas que um leitor não acadêmico lhe faria. As perguntas, em geral, não seguem uma ordem sistemática, e não se pode pedir ao leitor comum da Bíblia (isto é, exatamente aquele para o qual esta foi escrita) que procure as respostas ao longo de um curso de estudos. A facilidade de perguntar e de obter a resposta é, portanto, uma exigência fundamental daquele que não é perito mas deseja entender a Escritura. *Vademecum para o estudo da Bíblia* procurou ter presente esta exigência, tanto em sua estrutura como na possibilidade de se repetir; ele não dirá nada de novo aos biblistas; tem ele a simples ambição — ou esperança — de conduzir o leitor comum a ouvi-los. Neste sentido, ele pode ocupar um lugar vazio entre a produção científica de um lado, e a confessional, do outro, colocando-se, em certa medida, a serviço de ambas. O leitor irá notar que, em razão de perseguir os citados objetivos, este *Manual* pode ser aberto em qualquer capítulo, segundo as necessidades de cada um.

As finalidades deste livro ofereceram aos seus coordenadores a possibilidade de distribuir com a máxima liberdade as contribuições de cada um, às vezes entregando os temas a um só autor, outras solicitando parceria, com a única preocupação da clareza, da simplicidade e — tanto quanto possível — da homogeneidade. Projetado inicialmente para os integrantes da Associação BIBLIA (uma associação laical de cultura bíblica que celebrou seus primeiros dez anos de atividade em 1995) e para todos os que freqüentavam os seus congressos e seminários, o *Manual* é o fruto de 68 encontros realizados entre 1985 e 1995. Todavia é oferecido também àqueles que não dispõem de tempo ou de possibilidades de acesso a instrumentos mais sofisticados, embora desejem ser discretamente acompanhados em seu conhecimento da Bíblia. Tal conhecimento continua a ser não somente a base do judaísmo e do cristianismo, como também o fundamento (junto com a herança greco-romana) do Ocidente. Portanto, os organizadores têm esperança de que este trabalho possa prestar algum serviço útil aos que têm interesses religiosos, ou aos que, através de leituras, de congressos, queiram tornar-se participantes e continuadores desta tradição ocidental, visto serem admiradores da arte, da literatura, da música, do pensamento.

Paolo De Benedetti

Primeira parte

Emblema político do século XVII, representando a torre de Babel: "Nada se conduz a bom termo com a discórdia".

Elenco das abreviações

Livros da Sagrada Escritura:

Ab *Abdias*
Ag *Ageu*
Am *Amós*
Ap *Apocalipse*
At *Atos dos Apóstolos*
Br *Baruc*
Cl *Colossenses*
1Cor *1ª carta aos Coríntios*
2Cor *2ª carta aos Coríntios*
1Cr *1º livro das Crônicas*
2Cr *2º livro das Crônicas*
Ct *Cântico dos cânticos*
Dn *Daniel*
Dt *Deuteronômio*
Ecl *Eclesiastes (Coélet)*
Eclo *Eclesiástico (Sirácida)*
Ef *Carta aos Efésios*
Esd *Esdras*
Est *Ester*
Ex *Êxodo*
Ez *Ezequiel*
Fl *Carta aos Filipenses*
Fm *Carta a Filemon*
Gl *Carta aos Gálatas*
Gn *Gênesis*
Hab *Habacuc*
Hb *Carta aos Hebreus*
Is *Isaías*
Jd *Carta de são Judas*
Jl *Joel*
Jn *Jonas*
Jó *Jó*
Jo *Evangelho segundo são João*
1Jo *1ª carta de são João*
2Jo *2ª carta de são João*
3Jo *3ª carta de são João*
Jr *Jeremias*
Js *Livro de Josué*
Jt *Judite*
Jz *Livro dos Juízes*
Lc *Evangelho segundo são Lucas*
Lm *Lamentações*
Lv *Levítico*
Mc *Evangelho segundo são Marcos*
1Mc *1º livro dos Macabeus*
2Mc *2º livro dos Macabeus*

Ml	*Malaquias*	Sf	*Sofonias*
Mq	*Miquéias*	Sl	*Salmos*
Mt	*Evangelho segundo são Mateus*	1Sm	*1º livro de Samuel*
Na	*Naum*	2Sm	*2º livro de Samuel*
Ne	*Neemias*	Tb	*Tobias*
Nm	*Números*	Tg	*Carta de são Tiago*
Os	*Oséias*	1Tm	*1ª carta a Timóteo*
1Pd	*1ª carta de são Pedro*	2Tm	*2ª carta a Timóteo*
2Pd	*2ª carta de são Pedro*	1Ts	*1ª Carta aos Tessalonicenses*
Pr	*Provérbios*	2Ts	*2ª Carta aos Tessalonicenses*
Rm	*Carta aos Romanos*	Tt	*Carta a Tito*
1Rs	*1º livro dos Reis*	Zc	*Zacarias*
2Rs	*2º livro dos Reis*	a.C.	*antes de Cristo*
Rt	*Rute*	d.C.	*depois de Cristo*
Sb	*Sabedoria*		

Terminologia das ciências bíblicas e auxiliares

O presente glossário tem por objetivo esclarecer a maior parte dos vocábulos que podem ser encontrados em um comentário ou em uma introdução à Sagrada Escritura. Por conseguinte, contém os termos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento que se referem sobretudo a objetos, ritos, aspectos de culto, usos e normas, como também a lugares, povos e línguas que tenham relevância fundamental para a história bíblica.

Há aqui termos não contidos na Bíblia, todavia relacionados com a sua transmissão e exegese (códices, traduções, comentários antigos, técnicas exegéticas). Estão presentes também vocábulos relativos ao judaísmo e à Igreja, por constituírem possíveis pontos de referência da Bíblia ou do seu estudo.

Por outro lado, o leitor não encontrará tópicos que dizem respeito a nomes geográficos secundários, nem mesmo sobre personagens bíblicas, para os quais os índices onomásticos das edições bíblicas possuem informações suficientes.

Ab. nove de. Em hebraico, *Tish'à be-ab*. Na liturgia hebraica, dia de luto e de jejum, que no mês de *ab* (julho e agosto) recorda a destruição do primeiro e do segundo Templo e a expulsão dos judeus da Espanha.

Acádico. Língua semítica oriental da Mesopotâmia nos séculos XXII-II a.C. O acádico compreende a variante setentrional ou assíria, e a meridional ou babilônica; por esta razão, é chamada também assírio-babilônica. O termo deriva de Acad, cidade e região da Mesopotâmia setentrional.

Acróstico ou alfabético. Gênero poético que emprega no início de cada verso ou estrofe uma das 22 letras do alfabeto hebraico.

Adonai. Ver capítulo "Os nomes de Deus", pp. 277ss.

Ágape. Em grego *agapé*, "amor". Vocábulo que no grego do Novo Testamento designa o amor divino e o amor entre os homens que nele se inspira. Corresponde ao hebraico *ahavà*, usado no Antigo Testamento tanto para o amor teológico, quanto para o amor dedicado a conceitos ou objetos da esfera humana, como também para o amor carnal. Esta última acepção é traduzida para o grego com o termo *éros*, enquanto outro termo grego, *philia*, indica preferencialmente a amizade. A oposição entre *éros* e *agapé* equivale por vezes à oposição existente entre paixão e caridade, e o próprio *agàpe* no sentido de caridade (do latim *charitas*), é considerado pelo Novo Testamento a essência da lei, o mandamento novo dado por Jesus e um dom do Espírito Santo. O vocábulo, acentuado de modo diferente em português (ágape), indica o banquete de confraternização da Igreja primitiva, ligado à celebração eucarística (1Cor 11,17-34).

Ágrafos. Em grego, os ditos "não escritos". Termo que designa os escritos de Jesus que não foram incluídos nos evangelhos, provenientes de outros escritos neotestamentários, de variantes dos manuscritos, de livros apócrifos (→ apócrifo), dos Padres da Igreja, de fontes judaicas ou islâmicas.

Alexandrino, códice. Códice grego em letras maiúsculas, contendo o Antigo e o Novo Testamento (com algumas lacunas). Escrito no início do séc. V d.C., representa a tradição do texto que se formou no Egito. Encontra-se no British Museum. Abreviação: A.

Aliança ou pacto. Em hebraico, *berith*. Forma de relacionamento entre Deus e o povo. Os autores bíblicos, sobretudo → o sacerdotal (P), enumeram quatro alianças principais: com todo o gênero humano e com todas as criaturas mediante Noé, com Abraão e a sua descendência, com o povo de Israel no monte Sinai, por meio de Moisés e, por último, a "nova aliança" de Jr 31, que não substitui mas renova as precedentes, e à qual

Jesus se refere. Na aliança, em algumas ocasiões, Deus compromete a si mesmo; noutras, ele requer o compromisso da outra parte. O modelo literário é influenciado pelos tratados de vassalagem do Oriente antigo, de modo especial os dos hititas, e compreende um prólogo histórico, uma série de cláusulas dentre as quais a obrigação de uma releitura periódica, a bênção para quem observa a aliança e a maldição aos transgressores. As expressões Antigo e Novo Testamento, em virtude do termo grego *diathéke* ("vontade testamentária" ou "pacto"), devem ser entendidas como Antiga e Nova Aliança.

Alegoria. Um dos → sentidos bíblicos. Surgida na escola exegética alexandrina por influência helenística e tida como elemento de capital importância na leitura bíblica até os tempos modernos, a alegoria descobriu no Antigo Testamento toda uma série de figuras ou "tipos" (→ tipologia) do Novo Testamento, considerados, conseqüentemente, seu cumprimento e sua revelação. O maior representante do método alegórico é Orígenes. A exegese hebraica recorre a uma alegoria menos generalizada, usando-a exclusivamente para o *Cântico dos cânticos*.

Aleluia. Do hebraico *allelu-iah*, "louvai a Javé". Versículo responsorial presente em inúmeros salmos, particularmente entre os salmos aleluíticos: 106, 113, 135, 146-150.

Amarna ou **Tell el-Amarna.** Nome atual da antiga Aketaton, capital do faraó Amenófis IV, situada ao sul do Nilo, no Egito. Em 1887, foi descoberto nessa cidade o arquivo diplomático dos faraós Amenófis III e Amenófis IV, com 360 cartas escritas em acádico cuneiforme sobre tabuinhas de argila, comumente denominadas Cartas de Amarna. Em razão de representarem, em sua maior parte, a correspondência enviada por príncipes e vassalos da região siro-palestina, elas oferecem um precioso testemunho sobre a situação política, lingüística, étnica e religiosa de Canaã nos séculos XV-XIV a.C. Nelas mencionam-se particularmente os hapiru ou habiru, grupo de trabalhadores, mercenários, bandidos, presentes entre a Mesopotâmia e o Egito desde a metade do segundo milênio a.C., e entre os quais, em determinadas ocasiões, foram localizados os mais antigos hebreus

(até mesmo pela afinidade de *hbr*, raiz de "habiru", com *'br*, raiz de "hebreu").

Amém. Fórmula litúrgica hebraica, que na Bíblia e na liturgia possui normalmente um caráter conclusivo. Deriva da raiz *'mn* (comum a → *emunà*) e significa "é assim", "está certo".

Amidá. → Dezoito Bênçãos.

Amonitas. Antiga população que a Bíblia faz descender de Ben-Ami, filho de Ló, residente a nordeste do mar Morto, ao norte dos → moabitas. Freqüentemente em guerra com os israelitas, foram vencidos por Saul e Davi, mas voltaram a tornar-se independentes. Sua capital foi Rabá dos amonitas (atual Amã). Adoravam o deus Moloc ou Melcom.

Amoreus ou amoraítas. Em hebraico *amora'im*, os "dizentes"; termo que designa os mestres rabínicos palestinos e babilônicos dos séculos III-VI d.C., cujos ensinamentos constituem o Talmude.

Amorreus. População semítica ocidental, originária do nordeste da Mesopotâmia. No final do II milênio a.C., invadiram a Babilônia, onde fundaram a primeira dinastia à qual pertenceu → Hamurábi. Alguns grupos nômades denominados amorreus penetraram na Palestina; é possível que Abraão tenha participado dessa migração.

Anagógico, sentido. → Sentidos bíblicos.

Anátema. → *Herem.*

Anawim. → Pobre.

Anfictionia. União predominantemente religiosa das doze tribos, em torno de um santuário central, no tempo dos Juízes. A hipótese, assim denominada com base em uma instituição político-religiosa da antiga Grécia, foi sustentada sobretudo pelo biblista Martin Noth, mas não compartilhada por outros estudiosos.

Anjo. Do grego *aggélos*, "enviado", "mensageiro". Tradução do hebraico *mal'akh*. Na Bíblia, designação de seres espirituais

que constituem a corte celeste, enviados por Deus para cumprirem missões particulares na terra. Com referência à corte celeste, Deus é chamado "Senhor dos exércitos" ou "das tropas". Enquanto nos textos mais antigos o anjo é menos freqüente (é típica a sua função intermediária na tradição → eloísta), nos livros mais recentes, em → Qumran, nos → apócrifos e no Novo Testamento, a angelologia é muito desenvolvida. Uma figura particular no Pentateuco e nos livros históricos é o anjo de YHWH, que tem uma função e freqüentemente uma linguagem que o identificam com o próprio Deus; é o caso de Gn 22,15-17. O Antigo Testamento menciona duas categorias angélicas da corte celeste, mais próximas de Deus: os querubins (originariamente monstros babilônicos alados, com rosto humano) e os serafins (seres fogosos, dotados de seis asas e postados diante do trono de Deus). A tradição pós-bíblica acrescentou aos anjos, arcanjos (termo que aparece somente em 1Ts 4,16 e Jz 9), querubins e serafins, outras cinco ordens que, juntamente com eles, constituem o complexo dos "nove coros angélicos", assim dispostos hierarquicamente: anjos, arcanjos, tronos, dominações, principados, potestades, virtudes, querubins e serafins. Entre os arcanjos, são tradicionalmente enumerados os três anjos cujos nomes apareceram na Bíblia: Miguel, o príncipe dos anjos e protetor de Israel; Gabriel, que se apresenta a Daniel e anuncia o nascimento de João Batista e de Jesus; Rafael, que acompanha o jovem Tobias na sua viagem e cura a cegueira do pai deste. Dentre todos, Miguel possui uma relevância escatológica, porquanto arrasa as tropas de anjos rebeldes e mata o dragão (Ap 12,7), assumindo em seguida também a função de psicopompo (condutor de almas). Derivam da literatura apócrifa e midráxica outros nomes de anjos e arcanjos, como Samael, Azrael, Sandalfon, Metatron, Uriel, Raguel etc. Em algumas passagens bíblicas (Sl 91,11; Mt 18,10) há a crença nos anjos da guarda.

→ Satanás e os seus demônios são denominados anjos caídos. A angelologia bíblica sofreu influências externas de vários tipos: cananéias, mesopotâmicas, iranianas.

Ancião. → Presbítero.

Anticristo. Figura presente na literatura apocalíptica hebraica, no → *midraxe* e no Novo Testamento, como antagonista escatológico de Deus e do seu Messias. O nome é encontrado somente nas duas cartas de João (1Jo 2,18.22; 4,3; 2Jo 7), enquanto em 2Ts 2,3-4 fala-se do "homem ímpio" e do "filho da perdição", que irá sentar-se no templo de Deus e "proclamar-se Deus". Não se trata de → Satanás em pessoa, mas de uma figura que às vezes representa uma personalidade corporativa e que, desde sua identificação com a besta do *Apocalipse*, é vista como a imagem do Império Romano. No midraxe, não por puro acaso, leva também o nome de Armilus (Rômulo).

Apocalíptica. Do grego *apokálypsis*, "revelação", "desvelamento". Corrente religiosa que se exprime na literatura apocalíptica, cuja produção, de inspiração hebraica ou cristã, estende-se do séc. II a.C. ao séc. II d.C. A literatura apocalíptica, diferentemente da literatura profética, não tem por objetivo a edificação e a mudança da realidade histórica presente, e sim a revelação em forma simbólica, mítica e visionária, de eventos ocultos no passado e sobretudo no futuro; trata-se de revelações freqüentemente postas na boca de uma grande personagem bíblica, de Adão a Paulo. O gênero apocalíptico, que possui inúmeros escritos na literatura apócrifa (→ apócrifo), está representado na Bíblia hebraica por Daniel e por alguns textos proféticos; no Novo Testamento, é representado pelo Apocalipse de João.

Apócrifo. Do grego *apókryphos*, "oculto". Termo que designa um livro, exteriormente parecido com os livros bíblicos, excluído do cânon hebraico ou cristão. Na terminologia protestante, os apócrifos são chamados "pseudo-epígrafos" (isto é, atribuídos falsamente a algum autor bíblico), enquanto pelo termo "apócrifo" eles designam os → deuterocanônicos. A assim chamada literatura apócrifa é subdividida pelos estudiosos em várias categorias, a saber:

Relacionados com o Antigo Testamento:

1. Narrativos e históricos
3 Esdras (séc. II a.C.)
3 Macabeus (séc. I a.C.-I d.C.)
Jubileus (séc. II a.C.)

Martírio e ascensão de Isaías (séc. I-II a.C. ou III-IV d.C.)
Carta de Aristéias (séc. II a.C.)
Apocalipse de Moisés (séc. I d.C.)
Vida de Adão e Eva (séc. I d.C.)

2. Sapienciais e poéticos
4 Macabeus (antes do ano 70 d.C.)
Salmos de Salomão (séc. I a.C ou I d.C.)
Odes de Salomão (séc II d.C.)

3. Apocalipses
1 Henoc (Henoc etíope) (séc. V-I a.C.)
2 Henoc (Henoc eslavo, Livro dos segredos de Henoc) (depois do ano 70 d.C.)
Testamento dos Doze Patriarcas (séc. II-I a.C.)
Oráculos sibilinos (séc. II a.C.-VII d.C.)
2 Baruc (Apocalipse siríaco de Baruc) (70-135 d.C.)
4 Esdras (séc. I d.C.)

Relacionados com o Novo Testamento:

1. Evangelhos
Evangelho de Pedro (90-150)
Protoevangelho de Tiago (Natividade de Maria) (séc. II)
Epístola dos Apóstolos (séc. II)
Evangelho de Tomé (séc. III)
Evangelho copta de Tomé (séc. III)
Evangelho árabe da infância (séc. V-VI)
História de José carpinteiro (séc. IV)
Memórias de Nicodemos (Atos de Pilatos) (séc. I-II)
Evangelho de Bartolomeu (séc. III-IV)
Ciclo sobre o passamento de Maria (Transição de Maria) (séc. II-V)

2. Atos
Atos de João (séc. II)
Atos de Paulo (Atos de Paulo e Tecla) (séc. II)
Atos de André (séc. II ?)
Atos de Pedro (séc. III)
Atos de Tomé (séc. III)

3. Epístolas
Correspondência entre Paulo e Sêneca (séc. IV)
Correspondência entre Jesus e Abgar (séc. III)
Epístolas apócrifas de Paulo (séc. II-V)

4. Apocalipses
Apocalipse de Pedro (c. 135)
Apocalipse de Paulo (séc. III-V)
Apocalipse de Tomé (séc. V)

Apodíctica, lei. Nas partes normativas da Bíblia hebraica e dos códices orientais antigos, levam este nome as obrigações ou as proibições não casuísticas (ligadas a casos concretos), isto é, todas as que ordenam ou proíbem uma ação de forma categórica: por exemplo, o decálogo.

'Aqedà. Em hebraico, "ligação"; mais propriamente, o modo de amarrar as vítimas a serem imoladas em sacrifício. Na linguagem rabínica, passou a indicar o sacrifício de Abraão, conquistando assim o enfoque teológico com o qual o judaísmo lê Gn 22.

Aqivà ben Josef (c. 50-135 d.C.). Rabino tanaíta (→ tanaítas), considerado o maior de todos os mestres, depois de Moisés. Segundo a lenda, ele foi pastor até aos 40 anos, dedicando-se depois aos estudos, incentivado pela esposa. Morreu mártir durante a perseguição de Adriano. Teve inclinação para a mística e para a exegese alegórica e contribuiu para a formação da → Mixná.

Áquila. Supõe-se que seja o autor da versão grega da Bíblia hebraica, feita na primeira metade do séc. II d.C., com critérios muito literários, em oposição aos da tradução dos → Setenta. Há dúvidas a respeito de sua identificação com o prosélito Ônquelos, a quem a tradição atribui o homônimo → Targum do Pentateuco.

Aramaico. Língua semítica norte-ocidental, semelhante ao hebraico, falada pelos → arameus. Entre os séculos VIII e IV a.C., foi usada como língua oficial internacional e como língua ordinária nos impérios assírio-babilônico e persa (aramaico do império). Em suas inúmeras variantes orientais e ocidentais (samaritano, mandaico nabateu etc.), foi uma língua muito usada na Síria e na Palestina onde, a partir da época pós-exílica, passou a substituir o hebraico no uso comum. Foram escritas em aramaico algumas partes dos livros bíblicos Daniel e Esdras, e mais tarde os dois → Talmudes. A variante galiléia era a língua de Jesus e, da mesma forma, a das tradições orais que precederam os Evangelhos (para Mateus, até existe a hipótese de uma edição anterior à atual, que seria um *Mateus aramaico* escrito). Com o nome de "siríaco", transformou-se na língua litúrgica

das Igrejas monofisistas e nestorianas. Dialetos aramaicos são falados ainda hoje em algumas áreas da Síria e do Curdistão.

Arameus. População semítica, que se estabeleceu na Síria setentrional e na Babilônia meridional em torno do século XII a.C. Segundo alguns estudiosos, Abraão pertenceu a um grupo de proto-arameus. Ao se tornarem politicamente importantes nas cidades-estado da Síria, criaram um reino que tinha Damasco por capital, o qual ficou submetido a Davi por algum tempo; foi conquistado posteriormente pelos assírios. Na Bíblia, Jacó é definido "arameu errante".

Arca da Aliança. Do hebraico *aron ha-berit*. É definida também como "Arca Sagrada", do hebraico *Aron ha Kòdesh*. De acordo com a narração de Ex 25,10-16 e 37,1-5 e Dt 10,1-5, tratava-se de um objetivo de culto israelita, constituído por uma caixa de acácia, revestida de ouro, com argolas e varais para facilitar seu transporte, coberta por uma placa de ouro com dois querubins de asas abertas em sua extremidade. Continha as tábuas do → decálogo e, conforme uma tradição rabínica retomada em Hb 9,4, uma urna de ouro que continha o maná e o bastão de Aarão. Era o sinal mais sagrado da presença de Deus, de quem ela era o trono. Colocada no Santo dos Santos, a arca desapareceu durante a destruição do Templo de 587/6 a.C. Segundo uma lenda que nos é narrada por 2Mc 2,4-8, Jeremias a teria escondido, juntamente com a tenda e o altar do incenso, em uma gruta do monte Nebo, onde ela deveria ficar até que Deus a fizesse aparecer novamente na era messiânica. Nas sinagogas, por analogia, denomina-se arca sagrada o armário que contém os rolos da → Torá.

Aristéias, Carta de. Escrito judaico-helenístico, tradicionalmente atribuído a um funcionário hebreu de Ptolomeu II Filadelfo (285-246 a.C.), mas composto no final do séc. II a.C. em Alexandria. Narra a legendária origem da tradução dos → Setenta.

Asmodeu. → Satanás.

Asquenaze. Do hebraico *asquenazi (pl. asquenazim)*. Na "tábua dos povos" do *Gênesis* e em outra passagem da Bíblia (Jr 51,27),

indica uma nação descendente de Jafé, que se estabeleceu ao norte da Síria (talvez trata-se dos ascanianos da Frígia). Na Idade Média identificou-se *asquenaze* com a Alemanha; por esta razão, ainda hoje chamam-se *asquenazim* os hebreus da Europa central e oriental, que daí se difundiram pela Alemanha; eles se diferenciam dos demais hebreus em algumas práticas rituais, no formulário litúrgico e na pronúncia do hebraico. Mesmo em outros lugares, hebreus imigrantes da Alemanha seguem o rito "asquenazita" ou "alemão".

Assíria. Em acádico, Ashshur. Parte setentrional do vale do Tigre, limitando-se ao norte com a Armênia, ao sul com a Babilônia, a leste com a Média e com a cordilheira de Zagros, a oeste com o deserto da Arábia. Habitada por uma população semítica de língua acádica, próxima aos babilônios (→ Babilônia), dos quais foi escrava entre os séculos XX e XV a.C., tornou-se uma potência política a partir do séc. XI a.C. O império assírio, cujas conquistas militares sempre se caracterizaram pela sua extrema crueldade, estendeu-se em direção ao ocidente e, com Salmanasar V (726-722 a.C.) e Sargon II (722-705 a.C.), conquistou a Samaria e destruiu o reino de Israel, deportando seus habitantes sem lhes dar possibilidade de retorno. Sargon II conquistou também a Babilônia e criou na capital assíria, Nínive, uma biblioteca, enriquecida por Assurbanipal (668-626 a.C.) até alcançar o número de dez mil tabuinhas cuneiformes, às quais devemos os principais textos da literatura assírio-babilônica. Com este soberano, conhecido na tradição ocidental como Sardanapalo, o império assírio alcançou seu auge militar e cultural, estendendo-se até ao Egito. Poucos anos depois (612 a.C.), Ciáxares, rei dos medos, e Nabopolassar, rei da Babilônia, conquistaram Nínive e puseram fim à história assíria. 2Rs 18-19 e Is 36-37 narram a invasão da Judéia sob o rei Ezequias, por obra do soberano assírio Senaquerib em 701 a.C., e a milagrosa libertação de Jerusalém do assédio.

Assírio-babilônico. → Acádico.

Assurbanipal (668-626 a.C.). Soberano do reino neo-assírio. Sob seu reinado, a → Assíria teve seu último e maior período

de potência e esplendor. Protetor da cultura, organizou uma biblioteca da qual são conservadas 10.000 tabuinhas que nos transmitiram as grandes obras da literatura acádica (→ acádico): dentre elas, a epopéia de → Gilgamesh e o → Enuma Elish, o poema da criação.

Avodá. Em hebraico, "escravidão", "serviço", "trabalho". No contexto litúrgico, "culto", "serviço divino".

Avodà Zara. Em hebraico, "culto estrangeiro", isto é, idolatria. Título do tratado da → Mixnà e do → Talmude que regula os relacionamentos entre hebreus e pagãos. Não são incluídas nesta definição o cristianismo e o islamismo, visto serem estas religiões monoteístas.

Avot. Mais precisamente *Pirké Avot* ("Capítulos dos Pais"). Tratado da → Mixná que, em seis capítulos, recolhe os ensinamentos dos mestres da → Torá. Começa com o recebimento da própria Torá por Moisés e sua transmissão aos anciãos, aos profetas e aos homens da Grande Sinagoga ou Magna Congregação (legendária assembléia de doutos, constituída por Esdras), e chega até a → Yehuda ha-Nassi, dito o Príncipe (séc. II a.C.).

Azazel. → Satanás e → Bode expiatório.

Ázimos. Em hebraico, *matzot,* plural de *matzá*, "não fermentado", "pão ázimo". O pão que, de acordo com as inúmeras narrações contidas no Pentateuco (particularmente em Ex 12,15-20.34.39), é consumado nos sete dias da Páscoa. Ázimos ou Festa dos Ázimos são sinônimos, portanto, de → *Pessach.* Com toda a probabilidade, tratava-se de um rito ligado a uma festa primaveril dos agricultores, posteriormente incluída nas celebrações históricas do êxodo.

Baal. Em hebraico, *Ba'al*, "senhor", "marido". Nome divino genérico, que designa tanto a principal divindade da religião cananéia (neste caso, o deus Hadad), deus da geração e da fecundidade natural, quanto o principal deus venerado em cada lugar; portanto, o nome aparece (na forma Baal e Bel) em composições com topônimos ou atributos: Belfagor, Beelzebul

Baalshamen, etc. Durante o helenismo, por vezes foi identificado com Zeus.

Baal Shem Tov. → *Hassid.*

Babilônia. Parte meridional da Mesopotâmia, banhada pelos rios Tigre e Eufrates, que limita-se ao norte com a Síria, ao sul com o golfo Pérsico, a leste com o Elam e a oeste com o deserto da arábia. Os primeiros dados que testemunham esta cultura remontam ao ano 5000 a.C., enquanto em torno do ano 3500 a.C. encontram-se nesta área os → sumérios. A história política da Babilônia (que se concluirá em 539 a.C. com a conquista do rei persa Ciro, o Grande) articula-se em um período sumérico, até aproximadamente o ano 2360 a.C., caracterizado por diversas soberanias locais; uma dinastia semítica, iniciada por Sargon I de Acad e que durou em torno de 180 anos; o predomínio dos guteus por cerca de um século, seguido de um novo período sumérico (III dinastia de Ur, 2060-1950 a.C.). No ano 1950 a.C., o país cai sob a dominação dos semitas ocidentais amorreus, fundadores da primeira dinastia babilônica, que culmina no reino de → Hamurábi (em torno de 1728-1686 a.C.). A partir de 1550, aproximadamente, sucedem-se várias invasões dentre as quais as dos cassitas (1550-1150 a.C.), seguidas por um predomínio assírio até 625, e pela X dinastia, conhecida como neobabilônica ou caldéia, à qual pertenceu Nabucodonosor II, que derrubou o reino de Judá em 587/6, dando início ao exílio babilônico. Com o mesmo nome, identifica-se freqüentemente a cidade de Babel (em acádico *Bab-ili*, "porta de Deus"), capital da Babilônia, no rio Eufrates. A → *zigurate* de Babel faz referência ao episódio bíblico em Gn 11,1-9. Nos profetas, são inúmeras as alusões a esta cidade (sobretudo em *Isaías, Jeremias, Ezequiel* e *Daniel*), considerada o símbolo do orgulho e do domínio contrário a Deus, o qual finalmente a destrói e a reduz ao nada; todavia, mesmo depois de sua decadência e posterior desaparecimento, o seu nome permanece um símbolo da potência inimiga e, conseqüentemente, de Roma, como se pode ver no Novo Testamento (1Pd 5,13; Ap 14,8-10; 16,19; 18,10). A influência da civilização babilônica está presente na Bíblia, seja

em forma de concepção cosmogênica, seja como influxo literário e sapiencial da literatura acádica (→ acádico, Gilgamesh e Enuma Elish): influxos que em boa parte remontam ao período do exílio dos hebreus na Babilônia (597 e 587/6 - 538).

Bar Kochbá. Líder judeu, que chefiou a segunda guerra judaica contra os romanos (132-135 d.C.). Seu verdadeiro nome era Shimon bar Kosiba: o apelido Bar Kochbá (em aramaico, "filho da estrela") foi-lhe dado pelo rabi → Aqiva, que vislumbrou nele uma figura messiânica (cf. Nm 24,17). Morreu combatendo; por causa da desilusão causada pelo fracasso de sua iniciativa, foi chamado de Bar Koziba ("filho da mentira").

Bar mitzwá. Em hebraico, "filho do preceito". O rapaz que, completando a maioridade religiosa, assume os direitos e as obrigações do adulto. A expressão indica também a cerimônia correspondente, na qual ele é chamado pela primeira vez a ler a → *Torá* para as moças. Os homens atingem a maioridade aos 13 anos e as mulheres, aos 12.

Beemot. → Leviatã.

Belial. No hebraico bíblico, termo com o significado original de "não útil", "prejudicial". Junto com "homem de-" ou "filho de", indica uma pessoa malvada e perversa. Mais tarde, tornou-se sinônimo de demônio. → Satanás.

Belzebu. → Satanás.

Benedictus. Palavra inicial e conseqüente título, na tradução latina da Bíblia, do Cântico de Zacarias (Lc 1,68-79).

Berakhá. Em hebraico, "bênção". A principal fórmula litúrgica hebraica. Começa sempre com as palavras "Bendito és tu, Senhor", e continua na forma de agradecimento a Deus pelo uso de um bem, pela execução de um preceito, pela concretização de um evento favorável, como também em forma de início ou conclusão de uma oração. Pode ser constituída por uma só fórmula ou por uma série delas (→ Dezoito Bênçãos). Conforme a tradição, o judeu deveria recitar por dia ao menos cem bênçãos (pl. *berakhot*).

Berith. → Aliança.

Beza. Códice maiúsculo, em grego, dos evangelhos e dos *Atos*, com tradução em latim. Remonta ao século V e leva o nome do reformador Teodoro Beza, seu proprietário, que o doou à Universidade de Cambridge (por esta razão é também chamado de Cantabrigense). Sua sigla de referência é D.

Bispo. → Epíscopo.

Bode expiatório. Segundo Lv 16,5-10.20-22.26, um dos bodes que o sumo sacerdote sorteava no dia de → *Kipur*. Enquanto o outro era imolado ao Senhor, em sacrifício pelos pecados, este bode era enviado ao deserto "para → Azazel" (um demônio do deserto), depois de o sumo sacerdote o haver simbolicamente carregado com os pecados do povo. Por tratar-se de um ato simbólico, visto que a expiação era executada com o sacrifício do outro bode ao Senhor, seria mais correta a expressão "bode emissário". Num sentido mais global, na psicologia religiosa, chama-se bode expiatório toda e qualquer entidade individual ou corporativa, sobre a qual a maioria deposita os próprios complexos de culpa.

Bodmer. Papiros gregos, contendo alguns textos do Novo Testamento. Levam o nome da Biblioteca Bodmeriana de Cologny (Suíça). Os principais são o Bodmer II (em torno de 200 d.C.), Bodmer VII-VIII (séc. III-IV), Bodmer XIV-XV (séc. II-III).

Cabala. Em hebraico, "recebimento". Termo que designa, em sentido geral, a tradição místico-exotérica do hebraísmo e, em sentido específico, as doutrinas místicas que encontraram sua formulação mais elaborada no *Zohar* (livro do "esplendor"), amplo comentário exotérico ao Pentateuco, hoje atribuído a Moshé de León (séc. XIII). Por meio de procedimentos como a troca de letras e a simbologia dos números, a cabala desenvolve uma especulação sobre a inacessibilidade de Deus, a emanação da criação ao Uno através de dez entidades intermediárias (*sefirá*, pl. *sefirot*), a origem do mal e as modalidades da redenção. Estas doutrinas, com sistematizações diferentes nos diversos

místicos medievais, possuem sua exposição mais completa em Isaac Luria (1534-1572), a qual influenciará os místicos dos séculos posteriores.

Canaã. → Palestina.

Cananeus. População que habitava na região siro-palestina (Canaã) antes do período israelítico. Sua língua, religião e cultura eram comuns com as dos fenícios e as das outras populações semíticas ocidentais.

Cânon. Vocábulo grego de origem semita (canna), com o significado de "medida", "regra". Indica uma série de escritos particularmente reconhecidos como autênticos; no caso da Bíblia, trata-se da série de livros considerados de inspiração divina, chamados por esta razão de canônicos. Existem algumas diferenças entre os livros canônicos do Antigo Testamento reconhecidos pelos judeus, católicos e protestantes (ver tabela dos livros canônicos p. 103); quanto ao Novo Testamento, a lista dos livros canônicos é a mesma em todas as confissões cristãs.

Cantabrigense. → Beza.

Carisma. Do grego *chárisma*, "dom gratuito". Nas cartas do Novo Testamento, o termo designa um dom do Espírito Santo concedido a cada um dos batizados, para o bem da comunidade. A variedade dos carismas, que não consiste necessariamente em manifestações prodigiosas, todos subordinados à caridade, é tratada por Paulo em 1Cor 12.

Chester Beatty. Papiros gregos que contêm algumas partes do Novo Testamento. Trata-se de três manuscritos, totalizando 108 folhas, datados da primeira metade do séc. II, e levam o nome do inglês A. Chester Beatty, que os adquiriu no Egito em 1930-31.

Claromontano. Códice maiúsculo grego das cartas de são Paulo, com tradução para o latim. Contém também o Cânon Claromontano, isto é, a série dos livros bíblicos. Escrito no séc. V, recebe o seu nome de Clermont (França), onde ficou por um tempo. Sigla: D.

Código da Aliança. Assim é denominada pelos estudiosos a coleção de normas e preceitos (Ex 20,22-23,19) que segue o → decálogo. Atribuído à tradição → Eloísta, reflete uma sociedade já sedentária e agrícola. Às vezes é chamado também de "o livro do pacto".

Código Deuteronômico. É assim denominado pelos estudiosos o corpo de leis civis, penais e religiosas que constituem a parte central do Deuteronômio. Geralmente compreende os capítulos 12-26 (para alguns exegetas o código abrange os capítulos 6-28, incluindo um proêmio e um epílogo de exortação). Provavelmente ele deve ser identificado, em suas linhas essenciais, com o Livro da Lei, encontrado no Templo pelo rei Josias em 622 a.C. (2Rs 22). É também chamado "Código da Aliança".

Código de Santidade, ou Lei de Santidade. Designação moderna dos capítulos 17-26 do *Levítico*, que tratam de temas relativos ao culto, do que é puro e impuro, do sacerdócio e das festas. Sua data provável é a do final da monarquia, refletindo o pensamento da tradição sacerdotal (P) e do profeta Ezequiel.

Código Sacerdotal. São assim chamados, pelos estudiosos modernos, os capítulos que vão de Êxodo 25 a Números 10, incluindo, portanto, todo o Levítico.

Cohen. (pl. *cohanim*). Em hebraico, "sacerdote". Na religião bíblica, sobretudo a pós-exílica, os homens que estão ligados ao culto do Templo num grau superior ao dos → levitas. Eram considerados membros da tribo de Levi, descendentes da família de Aarão. Sua tarefa principal era executar os sacrifícios; tinham direito ao dízimo e estavam sujeitos a normas de pureza particularmente severas. Desde a destruição do Templo até hoje, só os membros das famílias sacerdotais (os quais normalmente têm sobrenomes como Cohen e suas variantes, Katz, Sacerdotes, Kaplan...) têm algumas prerrogativas particulares.

Comma Joanino. Designação de um acréscimo, de conteúdo trinitário, à Primeira Carta de João (5,7), inserido no texto latino da Vulgata, provavelmente no séc. IV.

Concordância. Série alfabética dos vocábulos presentes em uma obra. Ao contrário do que acontece nos léxicos e dicionários, na concordância não se indica o significado, mas a lista das passagens nas quais o termo aparece. No campo dos estudos bíblicos, existem concordâncias hebraicas do Antigo Testamento, gregas do Novo Testamento, gregas dos → Setenta e latinas da → Vulgata. As concordâncias em línguas modernas são também chamadas de "chave bíblica".

Conversão. → *Teshuvá.*

Cordeiro de Deus. Expressão e imagem da simbologia cristã, que se refere ao apelido dado por João Batista a Jesus (Jo 1,29-36), e que evidencia sua função sacrifical e expiatória.

Neste sentido, está ligada ao conceito do → Servo sofredor do Senhor; tal ligação torna-se ainda mais carregada de sentido porque em aramaico o termo *talia* significa tanto servo quanto cordeiro. A referência a Jesus como cordeiro fundamenta-se também na identificação que ele fez de si mesmo com o cordeiro pascal, na última ceia.

Cristo. → Messias.

Cronista. Na crítica bíblica moderna, designa-se assim o autor da obra historiográfica que compreende os dois livros das Crônicas, Esdras e Neemias. O seu conteúdo atravessa a história de Israel a partir de Adão, caminhando paralelamente com Samuel e Reis, até a deportação para a Babilônia. A obra revela um forte interesse teológico e foi influenciada pelo → Código Sacerdotal. Foi escrita, provavelmente, no final do séc. IV a.C.

Cuneiforme, escrita. → Suméricos.

Davar ou dabar → Palavra.

Decálogo. Em grego, "dez palavras". Os dez mandamentos que abrem a revelação sinaítica. Existem duas versões com pequenas diferenças (Ex 20,1-17 e Dt 5,6-21) que permitem supor uma formulação mais antiga, expressa em forma negativa, com cláusulas muito breves:

1. Eu sou o Senhor teu Deus...
2. Não terás outros deuses diante de mim.
2a. Não farás para ti escultura, nem qualquer figura...
3. Não pronunciarás em vão o nome de YHWH teu Deus...
4. Lembra-te do dia do sábado...
5. Honra teu pai e tua mãe...
6. Não matarás.
7. Não cometerás adultério.
8. Não roubarás.
9. Não apresentarás um falso testemunho contra o teu próximo.
10. Não arderás de desejo...

Esta é a enumeração tradicional hebraica, mas a enumeração não é a mesma na Bíblia hebraica e nas diversas Igrejas cristãs. Os ortodoxos e os reformados seguem a enumeração proposta pelos padres gregos, unificando o nº 1 e o nº 2, tornando 2 o 2a. Os luteranos e os católicos seguem Agostinho, que faz do nº 1 um prólogo, do nº 2 o nº 1, e assim por diante, saltando o nº 2a; para alcançar o nº 10, eles dividem a última proibição em duas partes: não desejar a mulher dos outros nem as coisas dos outros.

Os críticos denominam "decálogo ritual" ou "decálogo cultual" as prescrições de Ex 34,17-26.

Dei Verbum. Palavras iniciais e título da Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II sobre "A Divina Revelação", promulgada em 1965.

Demitização. Do alemão, *Entmythologisierung*. Na teologia de Rudolf Bultmann, procedimento hermenêutico (formulado em torno dos anos 40 do século XX) influenciado pela filosofia de pensadores como Martin Heidegger e Wilhelm Dilthey. Para Bultmann, a mensagem do Novo Testamento deve ser libertada da linguagem "mitológica" própria da cultura do tempo (milagres, nascimento virginal, aparições, anjos e demônios, ressurreição etc.) para recuperar o seu núcleo permanente, ou seja, trata-se de um apelo àquele que tem fé para que ele faça uma

escolha existencial autêntica. O mito, portanto, deve ser entendido, segundo Bultmann, como o revestimento historicamente condicionado do "evento de salvação" que Deus oferece ao homem.

Demônio. → Satanás.

Deuterocanônico. Em grego, "incluído no cânon em um momento posterior". Designação daqueles livros do Antigo e do Novo Testamento, cuja canonicidade foi discutida mas não se chegou a um acordo definitivo. Deuterocanônicos do Antigo Testamento (que a Igreja católica e as Igrejas orientais consideram inspirados, os quais são negados e chamados → apócrifos pelos hebreus e protestantes) são livros ou partes de livros escritos ou conservados em grego, provenientes do hebraísmo alexandrino: Tobias, Judite, acréscimos a Ester, 1 e 2 Macabeus, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, acréscimos a Daniel. Os deuterocanônicos do Novo Testamento (posteriormente aceitos por todas as Igrejas cristãs) são, com algumas divergências na escolha, Hebreus, Tiago, 2 Pedro, 2-3 João, Judas e Apocalipse.

Deutero-Isaías. Apelido que a crítica moderna deu ao autor desconhecido, do tempo do exílio, que escreveu os capítulos 40-55 de *Isaías* (os que contêm, dentre outros textos, os "Cânticos do Servo"). Atualmente, os capítulos seguintes, 56-66, são atribuídos a um terceiro autor, chamado → Trito-Isaías, de época pós-exílica.

Deuteronomista, documento ou tradição. De acordo com a hipótese documentária, trata-se de uma das quatro → fontes do Pentateuco, exatamente a responsável pelo *Deuteronômio.* Proveniente do reino do norte e com fortes afinidades com alguns profetas, representada pela sigla D ou Dtn, reflete a situação religiosa dos séculos VII-VI a.C.

Deuteronomística, obra histórica. Assim Martin Noth denominou o *corpus* narrativo, inspirado na teologia do próprio Deuteronômio, e que incluiria Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, além do próprio Deuteronômio. Sigla: Dtr.

Dezoito Bênçãos. Em hebraico, *shemonè 'esrè* ou *'amidà* (que devem ser proferidos "em pé") ou *tefillá*, a oração por excelên-

cia. Série de bênçãos, ou melhor, de invocações e louvores a Deus, recitados na liturgia hebraica da manhã e da tarde. Datam de época pré-cristã. Depois de estar o nome consolidado, em torno do séc. II d.C., foi inserida após a décima oitava, a assim chamada "bênção dos heréticos", provavelmente dirigida contra os judeus-cristãos e posteriormente contra os apóstatas. Nos dias festivos, são reduzidas a sete.

Diabo. → Satanás.

Diácono. Do grego *diákonos*, "servidor". No Novo Testamento, encarregado de um serviço ou ministério, que em sentido amplo é o do apostolado e em sentido específico o do atendimento das necessidades materiais da comunidade e do "bispo". Foram investidos deste ministério os "sete" escolhidos pelos apóstolos em At 6,2-6. A ligação dos diáconos com o serviço episcopal é atestada em Fl 1,1 e 1Tm 3,8-13. Nas cartas paulinas, junto com os diáconos, aparece uma mulher diaconisa, Febe (Rm 16,1), como também uma referência a mulheres que provavelmente desenvolviam este ofício (1Tm 3,11); o termo "diaconisa", todavia, é posterior.

Diáspora. Do grego *diasporá*, "disseminação", "dispersão". Em hebraico, *galut* ou *golà*. Difusão de grupos hebraicos fora da terra de Israel. A origem da diáspora remonta à queda do reino do norte e à destruição da Samaria (722/1 a.C.), tendo sido incrementada pela queda do reino de Judá (587/6 a.C.), pela deportação para a Babilônia, e enfim pela queda de Jerusalém em 70 d.C. Todavia, às causas militares, é preciso acrescentar razões econômicas e comerciais. A reflexão teológica, a começar pelos profetas, apresentou a diáspora como um castigo pela infidelidade de Israel mas também como instrumento do universalismo, graças ao qual os pagãos alcançavam o conhecimento do Deus único. Neste sentido, ela foi um instrumento de extrema importância na difusão do cristianismo. As principais diásporas antigas foram a alexandrina ou egípcia, de língua grega, a babilônica, de língua aramaica, e a greco-romana, de língua grega.

Diatéssaron. → Harmonia dos evangelhos.

Divino Afflante Spiritu. Palavras iniciais e título da Encíclica de Pio XII (1943), que deu impulso aos estudos da Escritura segundo os métodos da moderna crítica bíblica.

Documentária, hipótese. → Fontes, teoria das.

Doutores da Lei. → Escribas.

Doxologia. Do grego *dóxa*, "glória", "honra", e *lógos*, "discurso". Fórmula de glorificação de Deus que na Bíblia conclui uma oração ou um salmo (por ex. Sl 7,18) ou mesmo as cinco seções do saltério (Sl 41,14; 72,18-20; 89,52; 106,48; 150). Na antiga liturgia cristã, desenvolveram-se outras doxologias, como o *Gloria Patri*.

Duas fontes, teoria das. Hipótese que coloca na origem dos evangelhos sinóticos duas fontes diferentes utilizadas de modo não coincidente: um *Marcos* primitivo (em alemão, *Ur-Markus*) e uma coleção de ditos de Jesus, denominada fonte Q (do alemão, *Quelle*, "fonte").

Edomitas. Antiga população que na Bíblia descendem de Edom, isto é, de Esaú, residente a sudeste do mar Morto. Mesmo em contínua guerra com os israelitas, eram considerados afins por estes. Submetidos temporariamente a Davi, no século IV a.C. criaram o reino da Iduméia, na Judéia meridional, o qual foi conquistado no ano 103 a.C. pelo asmoneu João Hircano, que obrigou os edomitas a se converterem ao hebraísmo. Herodes, o Grande, era de origem edomita ou iduméia.

Egito. Em hebraico, *Mizrayim*. Foram inúmeros os contatos que o Egito manteve com o mundo bíblico, através de sua política e cultura. O *Gênesis* (12,10-20) narra a descida de Abraão ao Egito depois de uma carestia; a mesma motivação levará também Jacó e os seus filhos a fazê-lo, chamados por José (Gn 37-50), prólogo do evento do Êxodo. Estes contatos aconteceram provavelmente durante as dinastias XIII e XIV (séculos XVIII-XVII a.C., dominação dos hicsos e descida de Jacó), enquanto à XIX dinastia pertencem os faraós do Êxodo (Seti I e Ramsés II, ou Ramsés II e Meneptá). A figura de Moisés emerge de um

fundo cultural egípcio. Depois deste surgimento, os livros históricos da Bíblia recordam três investidas egípcias na Palestina: com o faraó Shishak ou Sheshonq (c. 930 a.C.), com o faraó Tirhaqa (primeira metade do séc. VII a.C.), e com o faraó Necaó, que na batalha de Meguido (608 a.C.) derrotou e matou Josias, rei de Judá. O Egito ptolemaico deteve a soberania da Palestina de 323 até 198 a.C. Influxos literários egípcios podem ser notados em várias passagens bíblicas: o salmo 104 retoma o *Hino ao Sol*, de Amenófis IV/Ekhnaton; os cc. 22-23 de Provérbios, apresentam analogias (até mesmo citações literais) com Sabedoria, de Amenemopé; também o Cântico dos cânticos foi comparado à poesia de amor egípcia. No Novo Testamento, Mateus (2,13-23) narra a fuga de Jesus, Maria e José para o Egito: o evangelista quer reviver em Jesus a experiência de Israel, da descida ao Egito até o seu ingresso na Terra Prometida.

El, Elohim, El Elyon, El Shadai. Ver capítulo "Os nomes de Deus", pp. 277ss.

Elam. Região localizada ao oriente da → Babilônia, cuja capital é Susa, habitada por uma população não semita (asiana). Aliados dos babilônios contra a Síria no séc. VII a.C., foram dominados pelos assírios (→ Assíria), depois pelos → medos e, enfim, pelos → selêucidas. Na Bíblia, como rei de Elam, é apresentado Codorlaomor, um dos quatro reis derrotados por Abraão (Gn 14,1-9). Isaías nomeia várias vezes os elamitas entre os inimigos da Babilônia e do reino de Judá. Segundo At 2,9, enfim, judeus elamitas assistem ao milagre das línguas ocorrido por ocasião da festa de Pentecostes.

Elefantina. Nome grego de uma ilha do Nilo junto a Siene (atual Assuã), que desde o séc. V a.C. foi sede de uma comunidade judaica constituída provavelmente por mercenários a serviço do império persa. No período de 1893-1908 foram encontrados inúmeros papiros aramaicos que ilustram sua vida social e religiosa, caracterizada por um certo sincretismo.

Eloísta. Documento ou tradição. De acordo com a hipótese documentária, uma das quatro → fontes do Pentateuco, exatamen-

te a que designa Deus com o nome de *Elohim*. Origina-se do reino do norte, e pode ser encontrada de forma fragmentária com probabilidade a partir de Gn 15; data do séc. VIII a.C. Sigla: E.

Emuna. Da mesma raiz de amém: aderir, estar de acordo. A fé como movimento de adesão e não apenas crença.

Enoteísmo. → Monolatria.

Enuma Elish. Em acádico, "quando no alto". Palavras iniciais e título do poema assírio-babilônico sobre a criação, datado do segundo milênio a.C. É conservado em sete tabuinhas, encontradas na biblioteca de → Assurbanipal, além de alguns fragmentos de outra proveniência. Narra a origem do mundo e dos deuses, a luta entre as várias divindades e a vitória do deus Marduc sobre o caos representado pelo monstro feminino Tiamat. Marduc organiza posteriormente o universo e, enfim, cria o homem com o sangue do vencido deus Qingu, reinando sobre deuses e mortais. Alguns elementos do poema, demitizados, aparecem na narração bíblica da criação, na qual, todavia, falta qualquer combate de Deus com potências adversas.

Epíscopo. Do grego *epískopos*, "vigia", "intendente", "inspetor". No Novo Testamento, designa a pessoa que exerce uma função de direção e de responsabilidade nas comunidades cristãs. O vocábulo aparece em 1Pd 2,25 referido a Cristo; nos *Atos* e nas epístolas paulinas, no entanto, indica a pessoa que detém uma função não diferente da do → presbítero. O vocábulo, que no mundo grego não tinha significado religioso, não designa uma função precisa (existe distinção clara entre epíscopo e presbítero de um lado, e diácono do outro). Com as cartas → pastorais, começa uma evolução que, no decurso do séc. II, conduzirá à uniformidade entre epíscopo-bispo na comunidade e à concentração em suas mãos dos poderes de ensinamento e administração, típicas do episcopado hierárquico.

Eretz Yisra'el. Em hebraico, "terra de Israel". Designação do país que, durante sua história, tomou seu nome das diversas etnias que o habitaram: terra de Canaã (dos cananeus), Palestina

(dos filisteus). A tradição hebraica, entretanto, indica com "terra de Israel" a totalidade da Terra Prometida, concedida por Deus aos descendentes de Jacó/Israel. Israel, ou reino de Israel, indica especificamente o território das dez tribos setentrionais, conquistado pelos assírios no ano 721 a.C.

Eros. → Ágape.

Escatologia. Doutrina a respeito das "últimas coisas" (do grego *tà éschata*): a morte, o juízo, a parusia de Cristo ou o advento do Messias, a vida futura. Concepções escatológicas podem ser encontradas nos profetas, sobretudo em *Daniel*, na literatura apocalíptica, bem como em partes do Novo Testamento. Alguns estudiosos identificam em todo o conjunto do anúncio neotestamentário a expressão de uma urgente espera escatológica, ou de sua antecipação.

Escribas. Em hebraico, *soferim* (sing. *sofer*). A partir da época pós-exílica, os que têm a competência e a autoridade de interpretar as Escrituras, explicar os preceitos da → *Torá* e organizar os textos bíblicos. Às vezes o termo designa também funcionários reais. Exemplo ilustre de ambas as acepções é Esdras (segunda metade do séc. V a.C.). No Novo Testamento aparece com freqüência a tal expressão "escribas e fariseus", a qual leva a supor que as duas categorias não se identificassem; de fato, provavelmente existiam escribas também entre os → saduceus e os → essênios, isto é, o termo indicava uma profissão mais do que uma doutrina específica. A outra expressão neotestamentária, "doutores da lei", deve ser considerada um sinônimo. No → judaísmo farisaico-rabínico, a figura do escriba identificou-se com a do → rabino.

Essênios. Seita ou grupo judaico de tipo ascético-rigorista, que floresceu entre o séc. II a.C. e o séc. I d.C., derivado dos hassideus (→ *hassid*). Mencionados por Flávio Josefo, Filo de Alexandria e Plínio, o Velho, provavelmente subdividiam-se em vários ramos, alguns dos quais praticavam o celibato e a separação rigorosa da sociedade judaica e do sacerdócio de Jerusalém. Uma destas correntes "monásticas" foi identificada no movimento de → Qumran e em sua literatura.

Estrutural, análise, ou análise semiótica. Aplicação à Bíblia dos princípios e métodos estruturalistas formulados por Ferdinand de Saussure no *Cours de linguistique générale* (1906-1911). Partindo da posição de considerar a língua não em sentido diacrônico (isto é, seguindo o seu desenvolvimento no tempo) mas em sentido sincrônico, como um sistema estruturado de sinais, a análise estrutural aplica-se ao texto assim como ele se apresenta, examinando seus elementos, as correlações existentes entre eles, os "códigos" ou sinais lingüísticos, ou seja, ela o "decodifica".

Etiologia. Narração de um acontecimento com o qual se pretende apresentar a causa (em grego, *aitía*; desta provém *etio-*) ou a explicação de um uso, de um rito, de um nome ou de um topônimo, do qual não mais se sabe a origem. Explicações etiológicas são freqüentes na Bíblia hebraica: tome-se, a título de exemplo, o que se diz a respeito da proibição de comer o nervo ciático, em Gn 32,33.

Eulogia. → Doxologia.

Exegese. Do grego *exégesis*, "puxar para fora", explicar. Teoria e prática da explicação de um texto. A exegese bíblica visa, com o auxílio de várias disciplinas (crítica textual, arqueologia, filologia etc.), tornar claro o texto bíblico seja em suas peculiaridades lingüísticas e conceituais, seja em suas motivações teológicas, bem como em suas circunstâncias histórico-literárias. As várias épocas, de acordo com suas concepções filosóficas, literárias e teológicas, produziram diversos tipos de exegese: patrística, rabínica, escolástica etc. A exegese pode ser considerada o pressuposto da → hermenêutica.

Fariseus. Em hebraico, *perushim,* "separados" (dos pagãos ou dos hebreus pouco observantes). Grupo religioso judaico, que se originou provavelmente dos hassideus (→ *hassid*) e florescente na época neotestamentária. Embora já estivessem em contraste com os → asmoneus, que até os perseguiram, obtiveram liberdade de ação na morte de Alexandre Janeu (m. 76 a.C.). Organizados em fraternidades (*havurot*), empenhados na observância mais rigorosa dos preceitos, sobretudo os que se refe-

riam à pureza (→ puro), exerceram grande influência sobre o povo, seja pela sua estratificação social, normalmente não aristocrática, seja pela sua preocupação em tornar a → Torá aplicável à situações sempre novas. Introduziram no judaísmo a crença na vida futura e defenderam a autoridade da Torá oral ou tradição ao lado da Torá escrita. Por estas razões, encontraram-se em oposição com os → saduceus e, alguns deles, com Jesus e seus discípulos, os quais, todavia, partilharam grande parte das doutrinas e dos métodos farisaicos. O judaísmo rabínico, substancialmente, é herdeiro dos fariseus, a única corrente que sobreviveu à destruição de Jerusalém e do Templo, em 70 d.C.

Fenícios. Antiga população estabelecida na costa siro-palestina; falava uma língua semítica muito semelhante ao hebraico e dedicava-se ao comércio marítimo e à produção da púrpura. A Bíblia lembra as relações amigáveis de colaboração entre os fenícios e Israel (de Davi, de Salomão com Hiram, rei de Tiro etc.). A Fenícia seguiu a mesma história de Israel, e foi submetida por povos estrangeiros até a conquista romana. Entre as várias escrituras alfabéticas surgidas no II milênio a.C., o alfabeto fenício prevaleceu, passando posteriormente aos gregos, etruscos e latinos.

Filho do Homem. Do aramaico, *bar enosh*. Expressão encontrada em Dn 7,13 (em que indica um personagem que talvez possa ser identificado com o povo hebraico), e citado com muita freqüência no Novo Testamento, traduzido para o grego. Neste contexto, junto ao menos freqüente sentido de "homem", tal expressão é aplicada a Jesus, seja se referindo à atualidade, como também em sentido escatológico. Os estudiosos ainda discutem se a expressão foi usada pelo próprio Jesus, e se ele referia-se a si mesmo ou não, caso a usasse. A interpretação mais aceita é a de que Jesus a tenha usado referindo-se à sua condição de → servo sofredor e exaltado. A expressão aparece também na literatura apócrifa e rabínica.

Filactérias. → *Tefilim*.

Filisteus. Antiga população proveniente das ilhas do Egeu, estabelecida na parte sul-ocidental, a faixa costeira de Canaã, quan-

do da invasão dos → povos do mar. Suas cidades principais eram Asdod, Gaza, Ascalon, Gat, Ecron (pentápole filistéia), mas logo se estenderam também para o interior, em direção do norte. Por muito tempo detiveram o monopólio da metalurgia e, também por esta razão, constituíram uma grave ameaça para as tribos de Israel até o tempo de Davi. A saga de Sansão (Jz 13-16) assim como a tragédia de Saul (1Sm 31) refletem este relacionamento difícil. Deles deriva o nome Palestina.

Filo de Alexandria. Filósofo judeu (em torno de 20 a.C. a 50 d.C.). É o maior pensador do judaísmo helenístico de língua grega. Em seus inúmeros tratados e comentários bíblicos, utilizou amplamente o método da alegoria, aplicando-o seja aos personagens, como aos episódios e à legislação do Antigo Testamento. Seu pensamento, inspirado no platonismo, exerceu maior influência sobre os Padres da Igreja do que o judaísmo, devido à sua posição de destaque nas escolas palestinas e babilônicas. Filo liderou também uma delegação de judeus de Alexandria junto a Calígula (40 d.C.), com o objetivo de evitar a colocação de uma estátua do imperador no Templo de Jerusalém, fato narrado por ele num texto (*Legatio ad Gaium*).

Flávio Josefo. Historiador judeu (c. 38-100 d.C.). De família sacerdotal, comandou os rebeldes judeus da Galiléia na primeira guerra judaica, foi assediado por Vespasiano na fortaleza de Jotfat ou Jotapata e, depois de todos os defensores se terem suicidado, entregou-se aos romanos. Mantido prisioneiro e posteriormente libertado, visto ter-se realizado sua profecia sobre a proclamação do imperador Vespasiano, assistiu com Tito à queda de Jerusalém, estabeleceu-se em Roma e se tornou cidadão romano. Escreveu, em grego: *Guerra judaica* (uma tradução desta obra em aramaico não foi conservada), única documentação que chegou até nós a respeito dos acontecimentos dos quais ele foi testemunha; *Antigüidades judaicas*, uma das principais fontes para o conhecimento do judaísmo antigo; *Vida*, autobiografia que escreveu para defender-se de quem o acusava de traição e vilania; e *Contra Ápio*, uma apologia do judaísmo contra os ataques do censor anti-semita Ápio.

Fontes, teoria das. Também chamada de "hipótese documentária", quer ser uma explicação organizacional da formação do Pentateuco. De acordo com sua formulação definitiva, que se deve a Julius Wellhausen (1844-1918) com adaptações posteriores de Hermann Gunkel, Gerhard von Rad e Ivan Engnell, o Pentateuco é fruto da combinação — efetuada por redatores — de quatro principais documentos (posteriormente identificados com tradições orais pré-literárias), dispostos na seguinte ordem: → javista (J, séc. X), → eloísta (E, séc. VIII), → deuteronomista (D ou Dtn, séc. VII-VI), → sacerdotal (P, séc. VI-V). Mais tarde, estas quatro fontes foram subdivididas e classificadas de modo diferente por vários estudiosos. Embora tenha sido posta em discussão recentemente, a teoria das fontes é geralmente a mais aceita como hipótese de trabalho.

Formgeschichte. → História das formas.

Fundamentalismo. Atitude, típica de algumas Igrejas livres protestantes e de ambientes religiosamente conservadores, que identifica a Palavra de Deus com uma interpretação absolutamente literal do texto bíblico. O fundamentalismo rejeita, por conseqüência, todo tipo de crítica histórico-literária dos escritos bíblicos, fazendo uma aplicação da Bíblia aos problemas éticos, científicos e sociais de hoje sem nenhuma mediação cultural.

Gamaliel. Nome de alguns mestres do judaísmo rabínico, dos quais o mais conhecido foi Gamaliel, o Velho (primeira metade do séc. I d.C.), filho ou neto de Hillel e mestre do apóstolo Paulo (At 22,3). Teve uma atitude prudente e tolerante para com o cristianismo nascente (At 5,34-42). Um dos seus netos, Gamaliel II, presidiu o Sinédrio de Jâmnia (fins do séc. I d.C.) com o título de patriarca, isto é, de representante oficial dos judeus do Império Romano.

Gattungsgeschichte. → História das formas.

Geena. → *Xeol.*

Gematria. Termo hebraico, derivado do grego *gheometria* ou *grammatéia*, que designa um dos métodos exegéticos tradicio-

nais. Consiste em estabelecer a equivalência entre palavras de mesmo valor numérico, resultante da soma dos seus componentes alfabéticos (cada letra do alfabeto hebraico indica também um número). A gematria é usada particularmente pela exegese mística ou cabalística (→ Cabala).

Gêneros literários. Na teoria da literatura e na crítica bíblica, são assim denominados os conjuntos da literatura oral ou escrita que apresentam homogeneidade de estilo, de formas, de técnicas (poéticas ou prosaicas), de procedimentos narrativos, de finalidade etc. Introduzido no estudo da Bíblia por Hermann Gunkel no início do século XX, o método dos gêneros literários classifica o conteúdo do Antigo e do Novo Testamento em inúmeras categorias: hinos, poesia popular, ditos, narrações, gêneros sapienciais, documentos oficiais, parábolas, oráculos proféticos etc. A identificação do gênero é indispensável para colher-se a intenção do autor e a relação entre a expressão literal e o seu conteúdo.

Geniza. Em hebraico, "depósito". Local, anexo à sinagoga, onde são guardados os livros de oração e os objetos de culto danificados ou sem condições de uso. É famosa a geniza da sinagoga de Esdras, do antigo Cairo, na qual Salomão Schechter, a partir de 1896, descobriu duzentos mil documentos, intactos ou fragmentados, datados do séc. IX a.C. em diante.

Gentios. Do latim, *gentiles*. Designação dos povos (*gentes*) estrangeiros. O termo corresponde ao hebraico *goyim* e ao grego *éthne*, respectivamente no Antigo e no Novo Testamento, indicando de modo genérico os não-judeus. No cristianismo primitivo, os gentios representam aquela parte da Igreja que foi o fruto da "chamada" dos povos (*ecclesia ex gentibus*), junto e por vezes em contraposição à Igreja dos circuncisos (*ecclesia ex circumcisione*). Como os povos, quase universalmente, professavam o paganismo, gentio freqüentemente é sinônimo de pagão.

Gilgamesh. Mítico rei mesopotâmico de Uruk, protagonista da epopéia homônima. O poema, do qual existem redações em → acádico e em outras línguas do Antigo Oriente, remonta ao início do segundo milênio a.C., do qual conhecemos o redator

final: Sinleqiunnini. É dividido em doze tabuinhas ou partes, e narra as histórias de Gilgamesh e do seu amigo Enkidu (acordado para a existência humana pelo amor), a morte de Enkidu, e a aventureira e inútil busca da imortalidade, cumprida por Gilgamesh. Enquanto a descoberta da morte lembra a experiência de Buda, a busca da imortalidade apresenta notáveis semelhanças com os primeiros capítulos de *Gênesis*: de fato, Gilgamesh obtém do seu antepassado Utnapishtim (o Noé babilônico que lhe conta a história do dilúvio) a erva da vida, que chega até ele disfarçada de serpente.

Glossolalia. Dom das línguas. Do grego, "a arte de falar línguas". Na Igreja apostólica, carisma de falar diversas línguas ou ser entendido por pessoas que falam diversas línguas (At 2,4); chama-se assim também o fenômeno que consiste em proferir palavras ou frases incompreensíveis ou incoerentes, durante o culto, efetuado pelos fiéis em condição extática. Tais manifestações tinham de ser traduzidas por quem possuía o carisma da interpretação (1Cor 12,10).

Gnose. Do grego, "conhecimento". Denominação do conjunto de doutrinas místico-filosóficas de caráter sincretístico, que floresceram no mundo helênico nos primeiros séculos da era cristã, originadas por influxos de diferentes procedências, quais sejam os da religião iraniana ou masdeísmo e os do neoplatonismo. Estão incluídos na gnose o hermetismo, algumas correntes místicas judaicas como a que se refere a Simão, o Mago, o gnosticismo cristão representado por Valentino, Basílides e Marcião. Os conceitos comuns a todas as formas de gnose são: o dualismo, pelo qual ao Deus bom ou ao bem contrapõe-se o mal, constituído pelo mundo material e seu criador, a figura de um mediador que traz a salvação aos seres humanos por meio do conhecimento (gnose), a necessidade de libertar as centelhas divinas, prisioneiras na matéria e no homem, a fim de que se unam ao divino, a desvalorização do corpóreo. Em Marcião, o Antigo Testamento e parte do Novo são atribuídos ao deus mau. Uma forma deste dualismo pode ser encontrada também na comunidade de → Qumran. No Novo Testamento, aparecem traços da terminologia gnóstica.

Goël. Termo hebraico, particípio passado de um verbo que significa "redimir", "resgatar", "vingar". Na Bíblia, designa o parente que tem a obrigação de vingar o sangue de alguém que foi morto (Nm 35,19) ou de resgatar a falta de posteridade do irmão ou de um parente próximo, desposando a viúva deste e atribuindo ao falecido o primeiro filho que nascer (lei do → levirato). Deus é considerado o goël por excelência, porquanto vingador, redentor e garante suas bênçãos, de geração em geração.

Goyim. → Gentios.

Graduais, salmos. Denominação dos salmos 120-134. Em virtude da tradução latina *cantica graduum*, "cantos dos degraus", origina-se do título destes salmos em hebraico ("canto das ascensões" ou "canto das subidas"), uma alusão ao provável uso que os peregrinos faziam deles quando se dirigiam a Jerusalém.

Grande Sinagoga. → *Avot.*

Guemará. Em aramaico, "complemento", "conclusão". Trata-se do conjunto das discussões, interpretações e narrações, surgidas do estudo da → Mixná nos séculos II-IV d.C., e que, unidos a esta, constituem o → Talmude. Os mestres presentes na Guemará são chamados de → amoreus. Existe uma Guemará palestina e uma babilônica.

Guerra santa. Forma de guerra, que o narrador bíblico descreve ou imagina, efetuada de acordo com modalidades precisas, em nome ou por ordem de Deus. Precedida pela execução de determinados rituais (Dt 20,1-9), é concluída com a rendição e a subserviência dos vencidos, com a execução dos homens e o saque ou com a *herem* (Dt 20,10-18), seguida normalmente de sacrifícios e cantos de louvor. Particularmente freqüente em Josué, atualmente é considerada uma interpretação tardia da "conquista" de Canaã.

Habiru. → Amarna.

Hades. → *Xeol.*

Hagadá. Em hebraico, "narração", "relato". O termo designa, em particular, os aspectos ou gêneros literários rabínicos de caráter não normativo: parábolas, episódios relativos aos mestres, histórias de martírio, interpretações sapienciais etc., ou seja, tudo o que não pode ser inserido na → *halacá.* Em outra acepção chama-se de *Hagadá*, ou *Hagadá* shel *Pessach*, a narração do êxodo recitada e cantada durante a ceia pascal.

Hagiógrafo. Designação do autor — conhecido ou desconhecido — de um livro bíblico. O termo designa também a terceira parte da Bíblia hebraica, a dos "escritos" (→ Ketuvim).

Halacá. Em hebraico, "estrada", "caminho". O conjunto das normas e dos preceitos contidos na → *Torá* e na tradição oral. Codificada nas obras da literatura rabínica, é considerada a única "estrada" para realizar a imagem e semelhança divinas, amoldando-se à vontade de Deus.

Halitzá. → Levirato.

Hallá. → Em hebraico, "massa do pão" ou "sanduíche". Indica tanto a parte retirada da massa, destinada aos sacerdotes ou — atualmente — queimada, quanto os dois pães (pl. *hallot*) usados na celebração do sábado.

Hallel. Em hebraico, "louvor". Designação dos salmos 113-118, recitados nas festas de Páscoa, Pentecostes e Tabernáculos. Por causa do seu conteúdo, este conjunto de salmos é conhecido como o "*hallel* egípcio"; o salmo 136, no entanto, é chamado "grande *hallel*", e também recitado na liturgia pascal judaica.

Hamurábi ou Hammurapi (c. 1728-1686 a.C.). Sexto soberano da primeira dinastia dos amorreus (→ amorreus) da Babilônia. Criou um império que se estendeu até à Síria, tendo por capital a cidade de Babel, que se tornou um centro político, cultural e religioso sem precedentes. Ao seu nome está ligada a unificação religiosa da Mesopotâmia em torno do culto de Marduc, e a unificação legislativa realizada pelo seu código, esculpido em uma estela, encontrada nas ruínas de Susa em 1902. Este código suscitou o interesse dos biblistas, em razão dos inúmeros para-

lelos que apresenta com as leis do Antigo Testamento e com os costumes da antiga sociedade patriarcal hebraica.

Hanuká. Em hebraico, "inauguração". Festa hebraica de origem pós-bíblica, que se celebra durante oito dias a partir do dia 25 do mês de *kislew ou casleu* (novembro/dezembro). Lembra a reconsagração do Templo, feita por Judas Macabeu em 164 a.C., depois da profanação operada por Antíoco IV, da Síria. Caracteriza-se pelo acendimento de oito luzes no candelabro de oito braços, chamado *hanuká* e por um rico folclore (alimentos, jogos, lendas).

Hápax legómenon. Expressão grega ("dito uma só vez"); designa os vocábulos que aparecem uma só vez no texto bíblico.

Haplografia. Na tradição manuscrita, erro de um copista; consiste na omissão de uma palavra ou de uma frase quando seu começo acontece de forma idêntica à precedente ou à seguinte. É o contrário do erro denominado ditografia.

Harizá. Em hebraico, "coleção". Na hermenêutica rabínica, trata-se do processo que consiste na combinação de diferentes passagens da Escritura para iluminar o significado profundo de um texto ou de um conceito. Encontra-se um exemplo em Lc 24,27-32 (os discípulos de Emaús).

Harmonia dos evangelhos. Texto unificado dos quatro evangelhos em uma só obra. No passado, surgiram diversas edições a partir do *Diatéssaron,* de Taciano, composto em grego ou em siríaco no séc. II, e usado por muito tempo na liturgia.

Ha-Shem. Ver "Os nomes de Deus", p. 277ss.

Hasmoneus. Nome da família que mais tarde tornou-se dinastia dos → macabeus, apelido ("martelo"?) dos filhos do sacerdote Matatias, que iniciaram e concluíram com êxito a revolta contra o domínio assimilador do selêucida Antíoco IV da Síria (164 a.C.). A dinastia governou a Judéia até a ocupação romana (63 a.C.).

Hassid. Em hebraico, "piedoso". O termo indica os membros (pl. *hassidim*) de alguns movimentos religiosos judaicos, pertencentes a diferentes épocas: os hassideus (expressão criada em grego

para identificar os *hassidim*), braço religioso do partido macabeu (→ *macabeus*), do qual derivaram os essênios e os fariseus; o hassidismo alemão ou renano, movimento de caráter ascético-místico, promovido pelos membros da família Kalonymos, nos séculos XII-XIII; o hassidismo polonês, movimento místico popular, fundado por Israel ben Eliezer, dito o → *Baal Shem Tov* ("Senhor do bom nome", c. 1700-1760), baseado na devoção interior, na comunhão com Deus e com a criação, na simplicidade e na alegria. Nesta última acepção, o hassid é o discípulo do mestre espiritual chamado *zaddiq* ("justo", "santo").

Hassideus. → *Hassid.*

Hebraísmo. Ver "Sobre o uso de alguns termos", pp. 267ss.

Henoc, livros de. → Apócrifos do Antigo Testamento, pertencentes à literatura → apocalíptica. Normalmente são designados 1 *Henoc* ou *Henoc etíope* (séc. V-I a.C.) e 2 *Henoc* ou *Henoc eslavo* (depois do ano 70 d.C.), de acordo com as línguas nas quais chegaram até nós. O primeiro narra a queda dos anjos, o advento do "Filho do Homem" e a viagem de Henoc pelos três mundos; o segundo livro repete parte do conteúdo do primeiro. Compreendem diversas seções, com títulos particulares, entre os quais o "Livro dos Vigilantes".

Henoteísmo. → Monolatria.

Heptateuco. Do grego, "sete rolos". Denominação com a qual alguns estudiosos indicam os primeiros sete livros da Bíblia (Pentateuco, Josué e Juízes), considerados por eles um conjunto diferente dos livros históricos seguintes.

Herem. Em hebraico, "reservado", "consagrado", "proibido". Na terminologia bíblica da guerra santa, aquilo que pertence ao inimigo (pessoas, cidades, animais, coisas) e que não pode ser poupado ou saqueado, mas que deve ser destruído por ser reservado a Deus. Podem tornar-se *herem* também aqueles que se mancham com graves culpas, como a idolatria. No judaísmo rabínico, o *herem* indica a excomunhão. A este vocábulo hebraico, corresponde o grego *anáthema*.

Hermenêutica. Do grego *hermeneutiké*, "traduzir", "interpretar". Teoria e prática da interpretação de um texto. Nas ciências bíblicas, a hermenêutica, com o auxílio esclarecedor fornecido pela → exegese, tem o objetivo de colher o significado profundo de um texto, à luz de pressupostos ideológicos diferentes, dependendo da época à qual pertencem, das teologias, dos âmbitos confessionais, das motivações filosóficas ou sociológicas.

Hexâmeron. Do grego *hexémeron*, "de seis dias". Termo usado pelos Padres para designar a narração da criação, ocorrida precisamente em seis dias, conforme Gn 1-2,4a.

Héxapla. Do grego, "sêxtupla". Edição da Bíblia efetuada por Orígenes (m. 254 d.C.) em Cesaréia, constituída de seis colunas paralelas contendo o texto hebraico, a transliteração em caracteres gregos, as versões gregas dos LXX, de Áquila, Símaco e Teodocião. Restam alguns fragmentos; são particularmente importantes os da segunda coluna para o conhecimento da pronúncia antiga do hebraico.

Hexateuco. Do grego, "seis rolos". Denominação usada por alguns estudiosos do século passado e da primeira metade do século XVIII para indicar os primeiros seis livros da Bíblia (Pentateuco e Josué), considerados por eles um único conjunto literário.

Hillel, o Velho. Mestre fariseu, que viveu entre o séc. I a.C. e o séc. I d.C. De origem babilônica, em Jerusalém tornou-se presidente do → Sinédrio. Ele e seu colega e rival → Shammay constituem uma das duas maiores autoridades rabínicas do seu tempo. É lembrado pela sua paciência e mansidão, pela abertura com que interpretou a → Torá, e pela "regra de ouro": "Aquilo que você odeia, não o faça aos outros. Esta é toda a Torá; o resto é comentário. Vá, estude!" São atribuídas a ele as sete regras hermenêuticas de interpretação da Escritura. A doutrina da "casa de Hillel", isto é, da sua escola, apresenta notáveis pontos comuns com o ensinamento de Jesus.

Hipótese documentária. → Fontes, teoria das.

História da redação. Do alemão *Redaktionsgeschichte*. Método exegético que, distinguindo-se da → história das formas,

estuda um texto na sua elaboração definitiva, com a finalidade de colocar em destaque a contribuição do redator final, ao utilizar e combinar os elementos por ele recebidos. Surgiu no início dos anos cinqüenta do século XX; este método é aplicado particularmente no estudo dos evangelhos sinóticos.

História da salvação. Expressão (do latim *historia salutis*) que designa a concepção, característica da fé judaico-cristã, de um agir salvífico de Deus através da história do povo de Israel. O estreito relacionamento entre revelação e história, atribuído pela Bíblia, faz com que a transmissão e a narração dos eventos sejam guiados não por uma preocupação historiográfica no sentido moderno do termo, mas pela intenção de mostrar o desenvolvimento de um projeto divino.

História das formas ou método morfológico. Do alemão *Formgeschichte* ou *Gattungsgeschichte*. Método exegético que, retornando ao texto definitivo, pesquisa sua formação através do estudo das formas ou → gêneros literários que o compõem, ou aos quais o texto pode ser atribuído. Este estudo parte da pressuposição de que as formas particulares ou gêneros devem ser interpretados de modo diferente, segundo a finalidade de cada texto; por exemplo, a parábola ou o hino não podem ser lidos como história, e assim por diante; além disso eles devem ser inseridos em sua situação vital (→ *Sitz im Leben*), visando a uma correta interpretação. A variedade das formas é particularmente evidente nos salmos e nos evangelhos. O método deve sua origem a Hermann Gunkel (início do século XX) e a Martin Dibelius (1919).

História da tradição. Do alemão *Traditionsgeschichte*. Método exegético que parte da frase literária de um texto para chegar à sua pré-história oral, indagando sobre as etapas sucessivas. Com outro nome equivalente, *Überlieferungsgeschichte*, este método foi criado por Gerhard von Rad e Martin Noth; o primeiro nome define mais especificamente o trabalho exegético da escola escandinava de Upsala (Engnell). A história da tradição representou uma inovação, particularmente no estudo das → fontes do → Pentateuco.

História dos efeitos. Do alemão *Wirkungsgeschichte*. Corrente moderna dos estudos bíblicos, analisa os efeitos ou os influxos exercitados por um texto bíblico sobre determinada cultura, nos seus aspectos literários, artísticos e histórico-políticos. Entre os seus expoentes estão Northrop Frye e Michael Walzer.

Historia salutis. → História da salvação.

Hititas. Antiga população, de origem indo-européia. No início do II milênio, estabeleceu-se na Ásia Menor, onde foi erguida a sua capital Hattusas (atual Boghazköy). Sua expansão durante o reino antigo e o império (séculos XIX-XIII a.C.) levou-os ao confronto com babilônios e egípcios. Eles estabeleceram entidades políticas de menor porte na Síria setentrional (os reinos neo-hititas). Na Bíblia, os hititas são nomeados nas histórias de Abraão, Esaú, Davi e Salomão.

Hokhmá. Em hebraico, "sabedoria", "bom senso". Na linguagem bíblica, o termo indica uma qualidade intelectual e ética puramente natural e comum a todos os homens, como também um dom divino concedido por Deus a seus fiéis (por ex., Salomão). Às vezes é identificada com o temor de Deus. Na literatura sapiencial, freqüentemente é personificada e apresentada como colaboradora de Deus antes e durante a criação, adquirindo assim um significado próximo ao da → *Torá* no judaísmo pós-bíblico e ao da → palavra, sobretudo no Novo Testamento, no qual a teologia joanina identifica Cristo com a Sabedoria de Deus. Na mística judaica medieval, a *hokhmá* é a terceira *sefirá* (→ Cabala).

Hosana. Do hebraico *hoshia'na* = "salva(-nos), oh!". Aclamação presente em Sl 118, 25 e em Jo 12,13 e paralelos. Visto que durante a festa de → *Sukot,* desde a era rabínica, recitam-se as *hosha'anot*, ou seja, orações com este refrão, e no sétimo dia agitam-se os ramos do → *lulav*, supôs-se que a entrada de Jesus em Jerusalém, acompanhado pela aclamação hosanas do povo e pela festiva agitação das folhas de palmeiras, tenha acontecido não na iminência das festas pascais, mas na festa dos Tabernáculos.

Hosha'aná Rabbá. → *Sukot.*

Hurritas ou curritas ou horreus. Antiga população não semita nem indo-européia, que em torno da segunda metade do II milênio a.C. fundou em Subartu (parte setentrional da Mesopotâmia) o reino de Mitâni, cuja classe dirigente era indo-européia. Das tabuinhas encontradas em Nuzi, uma das suas cidades, emergem usos e costumes jurídicos muito próximos aos dos patriarcas bíblicos.

Iduméia. → Edomitas.

Inerrância. → Inspiração.

Infernos. → *Xeol.*

Inspiração. Tese teológica segundo a qual os autores da Bíblia foram "inspirados" em sua obra pelo Espírito Santo, considerado conseqüentemente o autor principal. Por esta razão fala-se em inerrância bíblica, visto que a Bíblia não contém erro em matéria de fé. A tese da inspiração foi interpretada de modo diferente ao longo dos séculos, seja na teologia católica, seja na protestante. Também o judaísmo considera a Escritura "Palavra de Deus", afirmando porém uma revelação sem mediação para a → Torá escrita e oral, e uma revelação com mediação para os Profetas e os Escritos.

Intertestamento. Termo com que alguns estudiosos indicam o período histórico, a cultura e a produção literária extrabíblica, entre o séc. I a.C. e o séc. I d.C. Do ponto de vista literário, estão compreendidos neste período parte dos → apócrifos, os escritos de → Qumran, as tradições orais dos fariseus, Flávio Josefo e Filo de Alexandria.

Ipsissima verba. Em latim, "as mesmíssimas palavras". Expressão usada para indicar as palavras ou ditos de Jesus, considerados absolutamente autênticos.

Israel. Nome imposto a Jacó pelo ser misterioso que com ele lutou à beira do Jaboc (Gn 32,29). O significado que encontramos na Bíblia para esta palavra é "forte contra Deus"; no entan-

to, a etimologia mais provável deveria ser "Deus se mostre forte". Na Bíblia, os hebreus são chamados de "filhos de Israel", porquanto considerados seus descendentes. Reino de Israel indica, todavia, o reino do norte, tradicionalmente formado por dez tribos. O adjetivo israelita, israelítico, indica tanto os habitantes deste reino quanto, em geral, os "filhos de Israel" (sobretudo na época pré-monárquica). Em época moderna, é usado por vezes como uma forma de respeito, em lugar de judeu ou hebreu. Atualmente Israel é o nome oficial do estado judaico, cujos cidadãos são denominados "israelitas", qualquer que seja a sua raça ou religião. Ver também → Ertez Israel e → Palestina.

Javismo. A antiga religião judaico como culto dedicado somente a YHWH, em oposição às formas sincretistas presentes no povo de Israel.

Javista. Documento ou tradição. De acordo com a hipótese documentária, uma das quatro → fontes do Pentateuco, precisamente a que dá a Deus o nome de YHWH. Origina-se em Jerusalém ou na Judéia, e sua datação geralmente é fixada na segunda metade do séc. X a.C. Começou em Gn 2,4b; e está presente, de modo mais fragmentário também em *Êxodo* e *Números*. Sigla: J.

Jâmnia. Pequena cidade situada ao sul da atual Tel-Aviv. No ano 70 d.C., Yohanan ben Zakkay transferiu-se para lá acompanhado de sua escola, com a permissão de Vespasiano, dando origem ao "Sinédrio acadêmico". Este acontecimento estabeleceu as bases normativas para a sobrevivência do judaísmo e, no assim chamado Sínodo de Jâmnia, provavelmente determinou o cânon bíblico e a ordem das orações.

Javne ou Jabne. → Jâmnia.

Jeovista. Termo com que designa a fusão do → javista com o → eloísta, ocorrida em Jerusalém após a queda da Samaria (722 a.C.).

Jubileu. Do hebraico *yobel*, "cordeiro" e "chifre de cordeiro", usado para anunciar o jubileu. Segundo Lv 25,8-17, o ano de

remissão que acontece a cada sete anos sabáticos, isto é, no 49º ou 50º ano. Neste ano, entravam em vigor as normas do ano → sabático e, além disso, retornavam aos antigos proprietários os bens imóveis que haviam sido vendidos. Ao contrário do ano sabático, o jubileu provavelmente não passou de uma criação literária, jamais tendo sido posto em prática. Na Igreja católica, o termo foi usado a partir do ano 1300 para designar o ano de indulgência ou "Ano santo".

Jubileus, livro dos. Apócrifo do Antigo Testamento, escrito em hebraico mas do qual só temos acesso em uma versão grega; dela, como também do original hebraico, conservam-se somente fragmentos. Composto nos últimos anos do séc. II a.C. por um autor que conhecia a literatura apócrifa precedente e tinha familiaridade com os → essênios, apresenta-se como a narração da história do mundo desde a criação até Moisés, ouvida pelo próprio Moisés da boca do anjo do Senhor, no monte Sinai (por causa do seu conteúdo, o livro é chamado também de "pequeno Gênesis"). Literariamente heterogêneo, tem como tema central a eternidade da → Torá, que foi colocada no céu mas cujo reflexo se encontra na Torá revelada. O título, derivado de Lv 25,8-17, refere-se ao → jubileu, período de 49/50 anos, que o autor usa para marcar a divisão do tempo.

Judaísmo. Termo com que se indica a fase do hebraísmo iniciada com o exílio babilônico. O nome deriva do fato de que, durante e depois do exílio, os hebreus envolvidos foram os da Judéia. O judaísmo distingue-se do período anterior pela centralidade (que se tornou exclusiva a partir do ano 70 d.C.) do culto e do estudo da → Torá, pela primazia da classe leiga dos escribas e doutores (posteriormente chamados rabinos) sobre os sacerdotes, e pela difusão das → sinagogas. O judaísmo representa, portanto, ao mesmo tempo, um período de evolução fisiológica da religião de Israel e a resposta acertada à perda do centro nacional (ver capítulo "Sobre o uso de alguns termos", pp. 267ss).

Judaizantes. Na época neotestamentária, denominam-se assim os cristãos provenientes do judaísmo, em particular os que vêm dos → fariseus, que julgavam necessário manter a observância

dos preceitos impondo-os até aos pagãos convertidos. Por esta razão surge a controvérsia citada em At 15 e Gl 2,1-9. Por muito tempo, a Igreja judaico-cristã de Jerusalém ou Igreja de Tiago permaneceu judaizante.

Kairós. Em grego, "tempo", "momento", "medida". No grego bíblico, em particular no Novo Testamento, designa um tempo importante e decisivo, com relevância escatológica. Distingue-se de *chrónos*, que indica ordinariamente o tempo linear.

Kasher. Em hebraico, "adequado". Na → *halacá,* indica aquilo que é autorizado usar ritualmente, seja no campo alimentar, seja no campo litúrgico, como em muitos outros casos. *Kashrut* é o conjunto das regras e procedimentos que definem este âmbito.

Kénosis. Em grego, "esvaziamento". Tendo como referência a forma verbal que aparece em Fl 2,7, o termo designa a expoliação da onipotência e da divindade e a aceitação da condição de servo (ou esvaziamento na morte), operada por Jesus.

Kerygmá. → Querigma.

Ketib. → *Qerê-Ketib.*

Ketuvim. Em hebraico, "escritos". A terceira parte da Bíblia hebraica, também denominada de Hagiógrafos. Compreende: Salmos, Provérbios, Jó, Cântico dos cânticos, Rute, Lamentações, Eclesiastes, Ester, Daniel, Esdras, Neemias, 1 e 2 Crônicas.

Kidush. Em hebraico, "consagração". Rito caseiro, com o qual se santifica ou se consagra o início do dia de sábado e as festas.

Kipur ou Yom Kipur. Em hebraico, "expiação" ou "dia da expiação". É a solenidade penitencial mais importante do ano litúrgico judaico, que ocorre a 10 do mês outonal de *tishri.* De origem pós-exílica, culminava no Templo com o ritual do → bode expiatório (ou, mais precisamente, do "emissário"), descrito em Lv 16. Somente nesta ocasião o sumo sacerdote pronunciava o nome de Deus ao entrar no Santo dos Santos. A liturgia sinagogal caracteriza-se pela solene e repetida confissão dos pecados, pelo som do → *shofar* e por um rigoroso jejum de 25 horas de duração.

Ködesh. → Sacro e profano.

Koiné. Em grego, "comum". A língua grega comum, escrita e falada no mundo helenístico, usada também pelos autores do Novo Testamento.

Koinonía. Em grego, "comunhão". O termo possui uma relevância particular nos escritos neotestamentários, nos quais indica tanto a partilha dos bens (At 2,44-45; 4,34-35) quanto a participação comum ao corpo e sangue de Cristo (1Cor 10,16), como também, de uma forma mais generalizada, o relacionamento de graça e caridade que deve unir os que crêem (1Jo 1,3-7).

Kyriós. Ver capítulo "Os nomes de Deus", pp. 277ss.

Leviatã. Monstro marinho, mencionado em vários livros da Bíblia (Jo 3,8; 40,25-41,26; Is 27,1; Sl 74,14; 104,26). Tomado da mitologia cananéia, representa um dos elementos do caos primordial, controlado por Deus juntamente com o outro monstro de nome Beemot (Jó, 40,15). Também denominado "serpente torta" ou "dragão", é descrito com imagens variadas que por vezes o identificam com o crocodilo, assim como se faz com Beemot, identificado com o hipopótamo. Conforme o → Midraxe, Deus teria criado o macho e a fêmea do Leviatã; todavia, para evitar que posteriormente se reproduzissem, havia matado um dos dois. Leviatã e Beemot serão o alimento dos justos no banquete escatológico.

Levirato. Do latim *levir*, "cunhado". Prática matrimonial atestada na Bíblia, que consiste na norma pela qual a viúva de um homem morto, sem filhos, devia ser dada em casamento ao irmão do falecido; o primeiro filho nascido desta união era considerado filho do que havia morrido, assegurando-lhe deste modo a descendência. Se o "cunhado" se recusasse a cumprir esta obrigação, a viúva deveria executar a cerimônia denominada "descalçamento" (em hebraico *halitzá*), descrita em Dt 25,7-10. A lei do levirato apresenta algumas variantes em Rute.

Levitas. Membros da tribo de Levi, com funções cultuais secundárias, comparadas às dos → *cohen*. Tal distinção não apa-

rece na tradição historiográfica → deuteronomista e → deuteronomística. Os levitas tinham direito a um dízimo próprio e habitavam as cidades levíticas, sem territorialidade. Depois da destruição do Templo, os membros das famílias levíticas (que normalmente ainda hoje levam o sobrenome Levi ou uma de suas variantes) não possuem praticamente nenhuma função cultual.

Lógion (pl. *lógia*). Em grego, "dito". Na exegese neotestamentária, toda sentença ou dito atribuído a Jesus. Uma coletânea dos *lógia* é considerada uma das → fontes dos evangelhos sinóticos. Existem também alguns *lógia* extracanônicos ou "ditos apócrifos de Jesus".

Logos. → Palavra.

Lúcifer. → Satanás.

Lulav. Em hebraico, "folha de palmeira". Por extensão, designa o ramalhete de folhas de palmeira, salgueiro e mirto, usado na festa dos Tabernáculos (→ *Sukot*).

Macabeus. Nome pelo qual é identificada uma família sacerdotal da Judéia, proveniente do apelido *makkabí* ("martelo"?), dado inicialmente a Judas Macabeu, um dos cinco filhos de Matatias (primeira metade do séc. II a.C.). A família, que se tornou dinastia reinante sobre a Judéia, é também conhecida com o nome de → Hasmoneus. Com o mesmo nome de macabeus, são designados os sete irmãos protagonistas de um episódio legendário de martírio, narrado em 2Mc 7, ambientado na perseguição de Antíoco IV. Eles, como também a própria mãe no final, morrem entre tormentos porque se recusaram a transgredir a lei alimentar judaica.

Madianitas. População que toma seu nome de Madian, região que tem Edom (→ edomitas) ao norte, o golfo de Elat ao sul, o deserto da Arábia a leste e o vale do Jordão a oeste. A Bíblia (Gn 25,2), os faz descender de Madian, filho de Abraão e de sua concubina Cetura. Madianita era Jetro, junto ao qual Moisés se refugiou (Ex 2,15-21), casando-se depois com sua filha Séfora. Contra os madianitas, mais tarde, foi decretada a guerra santa (Nm 25; 31).

Magnificat. Palavra inicial e, portanto, título do célebre *Cântico de Maria* (Lc 1,46-55), de acordo com a versão latina.

Maiúsculos, códices. → Unciais.

Mári. Antiga cidade da Mesopotâmia sobre o médio Eufrates, atual Tell Hariri. Foi o centro de um reino que floresceu nos séculos XIX-XVII a.C. As escavações iniciadas em 1933 por André Parrot, trouxeram à luz um arquivo de vinte mil tabuinhas que apresentam importantes informações sobre instituições, usos e nomes próprios do Antigo Testamento.

Massoretas. Estudiosos judeus dos séculos VIII-IX da nossa era, cultores da *massorá* ou "tradição" textual bíblica. A obra dos massoretas consistiu no estabelecimento de um único texto consonântico da Bíblia hebraica, na colocação de uma vocalização e pontuação escrita (para este fim foram criados os sinais vocais e os acentos: "pontuação massorética"), na colocação de notas marginais, com grande meticulosidade, alertando para qualquer anomalia gráfica ou gramatical do próprio texto. Existiram várias escolas ou tradições massoréticas (massoretas do leste e massoretas do oeste), entre as quais prevaleceu, enfim, a tiberiense.

Matriarcas. → Patriarcas.

Média. Região situada ao sul do mar Cáspio, entre a → Pérsia, a → Síria e o → Elam, habitada por uma população indo-européia. Tornou-se um reino, tendo por capital Ecbátana, no final do séc. VIII a.C, alcançando grande expressão com o rei Ciáxares (633-584 a.C.), que conquistou Nínive. Isaías, Jeremias e Daniel identificam na Média o instrumento que deveria abater a → Babilônia; todavia, em 550 a.C., o último rei medo, Astíages, foi derrubado pelo seu neto Ciro, da Pérsia. Na Média, transcorre a maior parte dos acontecimentos narrados em Tobias.

Megillot (sing. *megillah*). Em hebraico, "rolos". Além de ser um termo comum para indicar um livro ou documento, designa especificamente os cinco breves livros bíblicos da seção dos → *Ketuvim*, que são lidos em cinco solenidades do ano litúrgico judaico. São eles: Cântico dos cânticos para *Pessach*, *Rute* para

→ *Shavuot*, Lamentações para o dia 9 do mês de → *av*, Eclesiastes para → *Sukot* e Ester para → *Purim*.

Meia lua fértil. Expressão geográfica com a qual se indica a região fértil em forma de meia lua, constituída pelo vale dos rios Tigre e Eufrates, na costa palestina, e pelo vale do rio Nilo, teatro das antigas civilizações do Oriente Próximo.

Memorial. Termo correspondente ao hebraico *zikkaron*; designa tanto a memória de uma pessoa ou evento passados, quanto a sua presença eficaz, realizada mediante a tradição, a narração, a repetição ritual do gesto. Fazem parte da categoria de memorial a ceia pascal hebraica e a ceia eucarística cristã; de um modo mais global, todavia, todo o hebraísmo e o cristianismo possuem seu centro na contínua renovação da obra salvífica de Deus, por meio do memorial.

Menorá. Em hebraico, "lamparina", "lâmpada". O vocábulo designa em particular o candelabro de sete braços, que fazia parte dos objetos do santuário (Ex 25,31-40). Está representada nos relevos do arco de Tito e ainda hoje é símbolo do judaísmo, além de ser o emblema do Estado de Israel.

Messianismo. → Messias.

Messias. Do hebraico *mashiach*, "ungido", ao qual corresponde o grego *christós*. A unção consagrava o sacerdote, o rei, como também o próprio santuário e os objetos deste; excepcionalmente pode referir-se ou a um profeta e a um rei estrangeiro, do qual Deus se serve (Ciro, em Is 45,1). O título de ungido, portanto, possui uma concepção real-sacerdotal, que será ligada a um desígnio divino e se concretizará num personagem da estirpe davídica, destinatário da promessa e instaurador do reino de Deus no futuro: o Messias. No Novo Testamento, o título de Messias (Cristo), assim como o de → Filho do Homem, designa Jesus, que no entanto faz dele um uso muito reservado (→ "segredo messiânico"). Figuras messiânicas são encontradas na literatura apocalíptica e na literatura rabínica, e falsos Messias aparecem na história judaica até tempos recentes. A espera messiânica, que identifica o Messias como um ou mais personagens históri-

cos e escatológicos aos quais são referidas as "profecias messiânicas", é o centro do messianismo nas suas várias manifestações.

Metánoia. → *Teshuvá.*

Mezuzá. Em hebraico, "limiar". Na práxis religiosa do judaísmo, o pequeno cilindro que contém um rolo de pergaminho com os textos de Dt 6,4-9 e 11,13-21, fixado ao umbral direito da porta, numa observância literal da ordem de Dt 6,9.

Midraxe (*m*, pl. *midrashim*). Interpretação rabínica da Escritura. O termo hebraico, proveniente do verbo *darash*, "procurar", "investigar", indica tanto o método de exegese quanto a produção literária dele resultante. O midraxe nascido na escola como pesquisa normativa, é chamado midraxe haláquico (→ halacá); o midraxe nascido na sinagoga como comentário edificante de leituras bíblicas litúrgicas é denominado midraxe homilético ou hagádico (→ hagadá). São prevalentemente hagádicos também os midraxes exegéticos que comentam de forma continuada um livro bíblico. O midraxe começou a ser posto por escrito no séc. III d.C., e por mais de um milênio produziu uma vasta literatura de difícil datação e atribuição, devido às inúmeras reelaborações redacionais.

Minúsculos. Manuscritos. São assim denominados, em oposição aos maiúsculos ou → unciais, os manuscritos gregos da Bíblia. Mais recentes do que os unciais, os minúsculos não são anteriores ao séc. IX d.C.

Minyan. Em hebraico, "número". Na liturgia judaica, *quorum* de dez homens religiosamente adultos (→ *bar mitzvá*), que são necessários para a celebração de um culto público. Representam o número mínimo exigido para formar uma assembléia.

Miqra'. → *Tanach.*

Mixná. Em hebraico, "repetição", "estudo". Compilação sistemática da lei oral, feita pelo rabi → Yehuda há Nassi, em torno do fim do séc. II d.C., inicialmente em forma oral e depois por escrito. Está dividida em 63 tratados, agrupados em seis ordens, que codificam todas as normas relativas ao culto, aos relaciona-

mentos sociais, ao direito civil e penal, ao matrimônio, à pureza e impureza etc. A partir do início do séc. III, a Mixná tornou-se o principal instrumento usado no ensino; com suas interpretações deu origem ao → Talmude.

Mitânios. → Hurritas.

Mito. Gênero literário que consiste na interpretação, em forma narrativa e simbólica, de eventos meta-históricos, situações existenciais ou fenômenos naturais. A Bíblia apresenta diversos exemplos, freqüentemente comuns a outras culturas do Antigo Oriente, desde a assim chamada história primordial bíblica (criação, queda, dilúvio, torre de Babel — Gn 1-11) até às narrações da infância nos evangelhos de Mateus e Lucas. O mito, que não deve ser confundido com a mitologia ou com as aventuras de deuses e heróis, representa um momento da problemática religiosa que nunca foi completamente superado.

Mitzvá (pl. *mitzvot*). Em hebraico, "mandamento", "preceito". Toda ordem positiva ou negativa expressamente revelada por Deus na → Torá escrita ou oral. A tradição rabínica elenca 613 preceitos, dos quais 248 positivos e 365 negativos (muitos dos quais aplicáveis somente na terra de Israel e no caso de existência de santuário). Para o → judaísmo, os preceitos devem ser cumpridos não por uma avaliação ética do seu conteúdo, mas por obediência a Deus, que os ordenou.

Moabitas. Antiga população que a Bíblia diz serem descendentes de Moab, filho de Ló, residente a leste do mar Morto, ao sul dos → amonitas e ao norte dos edomitas, no país chamado precisamente terra de Moab. De acordo com Nm 22-24, o seu rei, Balac, encarregou Balaão de amaldiçoar os israelitas. Submetidos por Davi, tornaram-se depois independentes com o seu rei Mesa ou Mesha (2Rs 3). O deus nacional era Kemos. A este povo pertenceu Rute.

Moloc. Na tradução grega dos → Setenta, nome ou apelido de uma divindade fenícia, chamada na realidade de *mélekh*, "rei". No texto hebraico, *molek*, cujas vogais foram substituídas pelas da palavra *boshet*, "vergonha"; assim o nome devia ser lido. A

esta divindade eram sacrificadas crianças: tal costume é atestado pela Bíblia no vale da Geena. Moloc/Molec passa assim a designar também o próprio sacrifício. O profeta Jeremias vai se posicionar duramente contra esta prática.

Monolatria ou henoteísmo. Culto prestado a uma só divindade, sem que isto implique a negação da existência de outros deuses. Tal era a situação religiosa de Israel antes de a pregação profética afirmar o puro monoteísmo.

Nabucodonosor. Em hebraico, Nebukadnessar ou Nebukadressar; em acádico, Nabu-kudurri-usur. Soberano da Babilônia (605/604-562 a.C.), filho de Nabopalassar. Subiu ao trono logo depois de ter vencido o faraó Necaó II, na batalha de Cárcamis (605 a.C.), e estendeu seu domínio sobre a Síria e a Palestina. Quando o rei de Judá, Joaquim, revoltou-se contra a condição de vassalagem, Nabucodonosor assediou Jerusalém obrigando-a à rendição e deportando-o para a Babilônia juntamente com os notáveis, dentre os quais o profeta Ezequiel (597 a.C.). O novo rei Sedecias, colocado no trono de Jerusalém por Nabucodonosor, revoltou-se por sua vez contra ele provocando um novo assédio, a destruição total de Jerusalém e do Templo e a deportação de boa parte da população de Judá (587/586 a.C.). É este o início do exílio babilônico, que durou cinqüenta anos. Além de soberano guerreiro, Nabucodonosor foi também grande empreendedor; a ele são atribuídos, dentre outras obras, os jardins suspensos da Babilônia e a reconstrução do templo de Marduc. O livro de Daniel supõe que na corte de Nabucodonosor tenha vivido um jovem deportado, hebreu, protagonista de um livro que leva seu nome, intérprete dos sonhos do rei, o qual, sempre conforme este livro (Dn 4), teria sido acometido pela loucura por algum tempo, a fim de subjugar seu orgulho.

Nazireu. Do hebraico *nazir*, "consagrado". Segundo uma prática codificada em Nm 6,1-21, aquele ou aquela que fez voto particular de consagração ao Senhor (nazireato), assumindo o compromisso de abster-se de bebidas alcoólicas e de uva, de cortar os cabelos e do contato físico com cadáveres por um

período determinado ou por toda a vida. Os mais famosos foram Sansão e Samuel. É possível que tivessem feito este voto também João Batista (Lc 1,15) e Paulo (At 18,18). O termo não deve ser confundido com "nazareno" ou "nazareu", habitante de Nazaré.

Néfesh. Em hebraico, "fôlego" ou "alma". Princípio vital do ser humano e do animal. No ser humano, indica tanto a individualidade fisiológica quanto a individualidade psíquica e afetiva. Por vezes *néfesh* indica simplesmente o pronome reflexivo "a si mesmo".

Neovulgata. → Vulgata.

Neviim. Em hebraico, "profetas". A segunda seção da Bíblia hebraica. Divide-se em profetas anteriores, correspondente aos livros históricos Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, e os profetas posteriores, isto é, os profetas propriamente ditos, com exceção de Daniel, que está entre os → *Ketuvim*.

Noaquidos. Preceitos, ou "preceitos dos filhos de Noé". Na teologia rabínica, os preceitos (geralmente totalizando sete) da → Torá, que Deus teria revelado a Noé para toda a humanidade. A observância destes preceitos permite aos não-judeus a entrada na "aliança de Noé", ou seja, na participação à sorte dos justos neste mundo e no outro, da mesma forma que os israelitas. Geralmente são assim formulados: obrigação de ter juízes e proibição da blasfêmia, da idolatria, das uniões ilícitas, de matar, de roubar, de comer um membro de um animal vivo. Uma alusão a esta doutrina pode ser encontrada provavelmente nas decisões do concílio apostólico de Jerusalém (At 15,20-21.28-29).

Nomes de Deus. Na Bíblia hebraica, segundo cada uma das fontes, Deus é chamado de Elohim, El, El Shaddai, YHWH, Adonai, Deus dos Pais, Deus de Abraão etc. Ver a abordagem deste tópico no capítulo "Os nomes de Deus", p. 277ss.

Novíssimos. Superlativo do latim *novus*, "novo", "último". Na teologia cristã, são designadas deste modo as quatro situações finais da existência humana: morte, juízo, inferno e paraíso.

Número. Na Bíblia, como em muitas culturas antigas, os números possuem significados simbólicos, às vezes ligados a especulações astronômicas ou astrológicas. Entre os números dotados de particular valoração simbólica, podem-se enumerar:

1, expressão da unidade divina.

2, as tábuas da aliança sinaítica.

3, a perfeição das realidades celestes, a santificação de Deus ou → *qedushá*, os três → patriarcas, a Trindade, as três virtudes teologais.

4, a plenitude das realidades terrenas: os quatro pontos cardeais, os quatro elementos. Além disso, os quatro rios do Éden, as quatro matriarcas, os quatro animais da visão de Ez 1 e Ap 4, as feras de Dn 7, as quatro taças da ceia pascal, os quatro evangelistas, as quatro virtudes cardeais.

5, os cinco livros do Pentateuco, os cinco livros dos Salmos, os cinco pães multiplicados por Jesus.

6, a criação completada em seis dias e, ao mesmo tempo, a imperfeição em relação ao número 7. O número 666 de Ap 13,18, número da Besta, representa o máximo da imperfeição e da oposição a Deus; notou-se neste número também a equivalência numérica das consoantes que formam o nome de Nero César.

7, o encerramento da obra da criação e, conseqüentemente, a perfeição, a semana, e particularmente o sábado (→ *shabbat*), também nas suas acepções de ano sabático, ano jubilar e sábado escatológico. Por tratar-se da soma de 3 e 4, une em si a terra e o céu (com os seus sete planetas). O número 7 está presente em objetos e tempos da liturgia judaica como o candelabro ou → *menorá*, os dias dos ázimos (→ *Pessach*) e a festa dos Tabernáculos (→ *Sukot*), as sete semanas entre Pessach e → *Shavuot*. Deve-se perdoar, setenta vezes sete, no dizer de Jesus (Mt 18,22). Particularmente freqüente é o número sete no Apocalipse: as sete igrejas, os sete selos, as sete trombetas, as sete taças, os sete sinais. Sete são os sacramentos da Igreja católica, as sete virtudes (quatro cardeais e três teologais).

8, o dia da circuncisão (oitavo dia do nascimento) e dia da Ressurreição de Jesus (na linguagem dos Padres, "oitavo dia"

da semana por suceder o sétimo e, portanto, por ser o indicador da nova realidade escatológica inaugurada por Cristo ressuscitado).

9, a perfeição (como quadrado de 3). Nove são os coros dos → anjos, segundo a tradição pós-bíblica, e nove são os céus na cosmologia medieval. Nove são também os meses de gestação e a hora da morte de Jesus (Mt 27,46).

10, com dez palavras Deus criou o mundo (as dez vezes em que ocorre o verbo "dizer" em Gn 1). Dez são, segundo o *Gênesis*, as gerações dos patriarcas antes do dilúvio de Adão a Noé, e dez depois do dilúvio, de Sem a Abraão. Dez são os mandamentos, dez as pragas do Egito e dez os homens que constituem o → *minyan*, no culto judaico. Dez, enfim, são as → *sefirot* na → Cabala. A freqüência particular deste número deriva provavelmente da sua ligação com os dez dedos das mãos, como também do fato de que o número 10 conclui e recomeça a série dos números.

12, os doze meses do ano, as doze constelações do zodíaco, os doze filhos de Jacó e as doze tribos de Israel, os doze apóstolos. Produto de 3x4, o número 12 indica a totalidade do universo; doze são as horas do dia e as da noite. No *Apocalipse*, o número 12, com seus múltiplos, exprime diversas simbologias: 24, isto é duas vezes doze, são os anciãos de Ap 4,4, prováveis representantes das doze tribos e dos doze apóstolos, reunidos na adoração de Deus; 144.000, isto é o quadrado de 12, são os "marcados" com o selo do Cordeiro (Ap 7,4); toda a nova Jerusalém, enfim, está estruturada em torno do número 12 (Ap 21,12-22,2).

13, os treze atributos de Deus em Ex 34,5-7, segundo a exegese rabínica; treze são os artigos da fé judaica conforme Moisés Maimônides; também são treze as regras hermenêuticas da Escritura, ditadas pelo rabi Ishmael.

40, longo período de provação e de preparação: quarenta dias de dilúvio, os anos de Israel no deserto, os dias de permanência de Moisés no Sinai, o número de dias da viagem de Elias, os dias de jejum de Jesus no deserto (origem do período de duração da Quaresma cristã).

1 000, indica uma quantidade infinitamente grande (isto fundamenta também o número 12 000 em Ap 7,5-8, que significa Igreja sem limites).

Um procedimento literário muito comum na produção poética e sapiencial da Bíblia é a série ou o elenco numérico, em ordem crescente, no qual a importância de cada componente depende da posição na série ou mesmo de outros artifícios: p. ex., "Seis coisas detesta Javé, e sete lhe são abominação" (Pr 6,16). Mas pode-se dizer que toda a poética e a retórica bíblica fundamentam-se no jogo dos números, sobre a sua alternância e sobre a sua densidade simbólica.

Nunc dimittis. Palavras iniciais e conseqüente título, conforme a versão latina, do *Cântico de Simeão* (Lc 2,29-32).

Nuzi. → Hurritas.

Omer. Em hebraico, "punhado" (de trigo) e medida de capacidade para os sólidos = quatro litros, aproximadamente. Tratava-se das primícias da colheita da cevada que devia ser oferecida "no dia posterior ao sábado" de → *Pessach,* identificada pela tradição rabínica como o segundo dia de *Pessach* ou 16 de *nisan.* Do dia desta oferta, segundo Lv 23,15-16, devia começar a contagem dos cinqüenta dias necessários para determinar a festa de → *Shavuot.* Esta contagem é chamada "contagem do *omer*", constituindo um período de penitência; faz-se exceção para o 33º dia.

Oração sacerdotal. Com este nome é chamada a oração de Jesus ao Pai durante a última ceia (Jo 17); nela, Jesus apresenta ao Pai os seus, "para que eles sejam um", recapitulando a própria missão.

Oráculos sibilinos. Coletânea de livros → apócrifos gregos, em parte judaicos e em parte cristãos, de caráter → apocalíptico, compostos entre os séculos II a.C. e VII d.C. Inserindo-se na série de coleções de oráculos atribuídos à Sibilla Pagã, visam colocar na boca desta profetisa anúncios messiânicos, celebrações do povo de Israel, condenações do paganismo e predições sobre a vida de Jesus.

Ortodoxia. Do grego *orthós*, "reto" e *dóxa*, "doutrina". Característica de uma doutrina religiosa considerada verdadeira e de valor normativo para a comunidade, Igreja ou instituição que a professa e também atitude intelectual de seus adeptos. A ortodoxia é típica das religiões dotadas de uma revelação, de um conteúdo doutrinal, de um magistério. Chama-se também ortodoxia a observância rigorosa, intransigente e, às vezes, conservadora, em contraste com posições tais como o progressismo religioso, a atualização, a inovação.

Ortopráxis. Do grego *orthós*, "reto" e *prâxis*, "ação". Termo que, em concordância e por vezes em oposição ao da → ortodoxia, define uma concepção ou um comportamento religioso caracterizado pela plena observância dos preceitos. A freqüente definição do hebraísmo como ortopráxis fundamenta-se em Ex 24,7: "Faremos tudo o que Javé mandou e obedeceremos". Tal afirmação é entendida como primado e antecedência da execução do preceito com respeito a uma teologia. Também o cristianismo é uma ortopráxis; cf. Mt 7,21; Jo 3,21; 1Jo 1,6.

Palavra. Em hebraico, *davar*, em grego, *lógos*, em latim, *verbum*. O vocábulo, que em hebraico pode significar tanto "palavra" quanto "coisa", ou mesmo "acontecimento", além do uso comum, indica a palavra reveladora de Deus, a palavra criadora de Deus e a palavra profética. A reflexão tardia bíblica e a do → judaísmo sobre o uso da palavra em referência às manifestações divinas conduziu a uma personificação da própria palavra em uma identidade mediadora, ora identificada com a Sabedoria (→ *hokhmá*), ora com atributos divinos ligados à criação, à providência, à presença. No judaísmo alexandrino, há um desenvolvimento desta teologia na doutrina do Logos, enquanto no judaísmo palestino a personificação da Palavra exprime-se mais com a noção de → *Torá* pré-existente, a qual, por sua vez, possui ligação com a da → *xequiná*. O Evangelho de João retoma a doutrina do Logos e declara que "a Palavra se fez homem" (Jo 1,14) em Jesus Cristo; mas a Palavra encarnada em Jesus não é para ele um simples atributo divino ou uma entidade intermediária; ela é, isto sim, o Filho unigênito do Pai.

Palestina. Nome com o qual, em épocas diversas, foi designada a faixa costeira delimitada a ocidente pelo Mediterrâneo, ao norte pelo Líbano, ao sul pelo deserto do Negueb e a oriente pelos montes de Moab e de Edom; que compreende as regiões históricas da Galiléia, da Samaria e da Judéia. O seu nome mais antigo foi Canaã (→ cananeus), mas é também chamada Terra de Israel, Terra Prometida, Terra Santa. O nome Palestina deriva dos → filisteus, que habitaram a faixa costeira meridional a partir do séc. XII a.C. Presente já nos escritos de Heródoto, este nome foi imposto oficialmente pelos romanos, em 135 d.C., depois de terem reprimido a segunda revolta judaica. Enquanto a tradição judaica usa o título → Eretz Israel ("terra de Israel"), os árabes adotaram os termos "Palestina, palestinos", também com apropriada conotação étnico-nacional.

Paráclito. Do grego *parákletos*, "advogado", "intercessor", "consolador". Nos escritos joaninos, título que designa seja Jesus, seja o Espírito Santo que Jesus ressuscitado enviará aos seus fiéis para assisti-los, iluminá-los, e testemunhar por ele.

Paralelismo. Procedimento característico da poesia judaica e do antigo Oriente. Consiste em uma correspondência de conceitos ao invés de rimas ou de assonâncias, entre os dois hemistíquios ou membros de um mesmo verso, ou entre dois versos. Distinguem-se o paralelismo sinonímico, no qual a idéia é repetida com outras palavras; o antitético, no qual o segundo membro exprime conceitos contrários ou antitéticos; o sintético, no qual o conteúdo do primeiro membro é completado pelo do segundo; o climático ou ascendente (do grego *klímax*, "escada"), no qual uma expressão do primeiro membro retorna no segundo "em ascendência", isto é, com um desenvolvimento posterior, conceitual e verbal.

Parusia. Em grego, "presença". No Novo Testamento, o termo indica a segunda vinda de Jesus, no fim dos tempos. A Igreja apostólica considerava que a parusia fosse iminente; nesta perspectiva devem ser interpretadas muitas afirmações e disposições neotestamentárias.

Páscoa. → *Pessach.*

Pastorais, cartas. São assim denominadas, a partir do séc. XVIII, três cartas do epistolário paulino: 1 e 2 Timóteo e Tito. A denominação deve-se ao fato de que são endereçadas a dois "pastores", contendo conselhos para o bom governo das igrejas. Conforme a maioria dos estudiosos, elas deveriam ser atribuídas a um discípulo de Paulo, que as teria composto em torno do ano 90.

Patriarcas. Em hebraico, *avot*, "pais". Em sentido específico, trata-se de Abraão, Isaac e Jacó; em sentido abrangente, distinguem-se os patriarcas pré-diluvianos de Adão a Noé, e os pós-diluvianos de Sem a Abraão: em Gn 5 e 11 eles constituem duas séries de genealogias, cada uma contendo dez patriarcas. Aos três grandes patriarcas acrescentam-se as quatro matriarcas ou "mães": Sara, Rebeca, Lia e Raquel. Na teologia do → judaísmo, o povo de Israel recebe o perdão dos pecados e a libertação dos perigos pelos méritos dos patriarcas.

Penitenciais, salmos. Na liturgia latina, são assim denominados sete salmos: 6, 32, 38, 51, 102, 130, 143.

Pentateuco. Do grego, "cinco rolos" (com referência aos cinco livros que eles continham). No título dado pela tradução grega dos → Setenta, os primeiros cinco livros da Bíblia, ou seja, Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Em hebraico são chamados → Torá ou *humash*, "cinquilho", ou *hamishá humshé Torá*, "os cinco quintos da Torá". A tradição antiga, judaica e cristã, considera-os obra de Moisés. No judaísmo, constituem a primeira seção da Bíblia hebraica e a mais importante, por ser considerada revelação imediata de Deus no Sinai; por esta razão, a Torá está no centro do culto sinagogal, e o rolo que a contém (*sefer Torá*) recebe uma veneração particular. A ciência bíblica moderna deu origem à "questão do Pentateuco", isto é, à pesquisa sobre a sua formação enquanto documentos e tradições e quanto à sua redação definitiva; a hipótese documentária de Julius Wellhausen é a mais importante proposta de solução deste problema (→ fontes, teoria das).

Pentateuco samaritano. → Samaritanos.

Peregrinação, festas da. As três festas originárias do ano litúrgico judaico que comportavam, conforme a prescrição de Ex 23,14, uma peregrinação ao Templo de Jerusalém. Tratava-se de uma prática já realizada em época antiga, quando eram feitas peregrinações aos santuários ligados à memória dos patriarcas (Betel, Hebron, Bersabé, Dan etc.) ou à presença da Arca (Silo). As três festas eram → *Pessach,* → *Shavuot* e → *Sukot.* A estas peregrinações, concluídas com um sacrifício no Templo, fazem referência os salmos denominados "cânticos das subidas" ou → graduais (do 120 ao 134).

Pérsia. Território localizado entre o mar Cáspio e o golfo Pérsico (atual Irã). Ciro II, o Grande (559-529 a.C.), fundou neste lugar o império persa, depois de ter anexado o reino dos medos (550) e ter conquistado o império neobabilônico. Com seu edito de 538, permitiu aos deportados hebreus o retorno à Judéia e a reconstrução do Templo; em virtude desta decisão, foi considerado pelo → Deutero-Isaías o "ungido" (Messias), isto é, o realizador dos desígnios divinos (Is 45,1ss). Ageu, Zacarias e Esdras lembram também Dario I (522-486), que organizou o império, enquanto em Esdras e Neemias são mencionados Artaxerxes (I e II), e em Neemias, Dario (II ou III?). Daniel coloca no terceiro ano de Ciro uma visão que anuncia a queda do império (Dn 10-11), e o livro de *Ester* é ambientado na Pérsia de Assuero (provavelmente Xerxes I, 485-465 a.C.). A religião oficial do império persa era o zoroastrismo. O império persa foi derrubado em 332 por Alexandre Magno. Depois disto, a Pérsia permaneceu sob o domínio dos → selêucidas e, posteriormente, dos partos e sassânidas, até à conquista árabe (656 d.C.).

Personalidade corporativa. Expressão criada por H. Wheeler Robinson em 1936 para indicar, na Bíblia, a identificação de todo o povo ou comunidade com um personagem singular, como o rei ou o → servo, ou a solidariedade de todos os componentes da comunidade na responsabilidade e na culpa cometidas por um só: p. ex., Gn 3 e 1Sm 14,30.36-45.

Peshat. Em hebraico, "simples". Na exegese rabínica chama-se deste modo o sentido literal, ou melhor, o sentido imediato, de

um texto bíblico (→ sentidos bíblicos), que nunca deverá ser relegado a um segundo plano pelo intérprete.

Peshitta. Em siríaco, "simples". Versão siríaca do Antigo Testamento, executada provavelmente por cristãos de origem judaica no séc. I ou II d.C. Logo depois, de qualquer forma não além do séc. V, foi acrescentada a ela a Peshitta do Novo Testamento: é a tradução oficial das Igrejas cristãs de língua siríaca.

Pessach. Termo hebraico; do seu equivalente aramaico *pascha* (transcrito desta forma também em grego e latim), deriva o português Páscoa. No Antigo Testamento, a primeira das três festas de peregrinação do ano litúrgico hebraico. É considerada uma festa de libertação por celebrar o êxodo dos hebreus do Egito. Originou-se da fusão de uma festa primaveril de pastores com uma festa de agricultores, cuja descrição e prescrição encontram-se em Ex 12-13: os seus elementos fundamentais são a imolação do cordeiro pascal (denominado, ele próprio, de *pessach*), consumado em um banquete de comunhão junto aos → ázimos e às ervas amargas e na eliminação de qualquer sobra de substâncias fermentadas. O Êxodo prescreve que este rito tenha lugar à noite, no início do dia 15 (isto é, final de tarde do dia 14) do mês de *nisan* (março/abril), que corresponde ao plenilúnio da primavera. A primeira páscoa está ligada à narração bíblica da décima praga — a morte dos primogênitos —, da qual os hebreus escaparam do sangue do cordeiro pascal graças à aspersão em suas portas: o anjo vingador, conforme a etimologia tradicional, "passou além" das casas dos hebreus ou as "pulou" (em hebraico, *pasach*). Na passagem de festa de estação para festa histórica, foi acrescentada a narração da libertação do Egito (Ex 12,26ss). Desde a destruição do Templo até hoje, é celebrada sem cordeiro, por não ser possível imolar uma vítima fora do santuário. O rito, enriquecido por salmos (113-118 e 136), cânticos e interpretações midráxicas (→ midraxe), está contido em um livro ilustrado denominado → *Hagadá de Pessach*, lido durante o → *Seder*. Os evangelhos sinóticos relacionam a última ceia de Jesus com a páscoa judaica. De fato, os textos do Novo Testamento indicam Jesus como o cordeiro pas-

cal imolado, com o fim de permitir aos homens a passagem da morte à vida: passagem realizada na sua Ressurreição, entendida, conseqüentemente, como um novo e perfeito êxodo. A efetiva natureza da ceia celebrada por Jesus (seder ou ceia de adeus?) e a data deste acontecimento constituem um problema histórico-exegético muito complexo.

Pirké Avot. Em hebraico, "Capítulos dos Pais". Tratado da → *Mixná*, que recolhe máximas dos antigos mestres desde a época de Esdras até o séc. II d.C. Seu objetivo é mostrar a transmissão da → Torá desde Moisés até à época dos seus compiladores, exprimindo, através de breves sentenças, a concepção hebraica da vida segundo a Lei. Aos cinco capítulos canônicos foi acrescentado um sexto capítulo, quando passou a fazer parte de alguns ritos litúrgicos o costume da leitura de um capítulo nos seis sábados entre → *Pessach* e → *Shavuot.*

Philia. → *Ágape*.

Poliglota. Edição da Bíblia que apresenta, em colunas paralelas, o texto original e a tradução em diversas línguas, geralmente antigas. As mais famosas são a Complutense ou de Alcalá (1514-1522), a Poliglota de Arias Montano (1572), a Poliglota de Paris (1629-1645) e a Poliglota Walton ou de Londres (1655-1657).

Povos do mar. São assim denominados grupos étnicos de origem diversa que, partindo de Creta, da península e das ilhas gregas, bem como de outras regiões circunvizinhas, instalaram-se nas áreas costeiras da Ásia Menor (por terem sido expulsos do Egito). Esta invasão foi a causa do estabelecimento dos → filisteus, ocorrida no séc XIII-XII a.C., na costa palestina.

Pobre. De um primitivo e genérico significado sociológico, a noção de pobre, expressa em hebraico com vários vocábulos (*'anaw, evyon, 'ani, dal)*, passa a indicar, nos profetas e sobretudo nos salmos, o pobre diante de Deus, isto é, o fiel desprezado pelas pessoas, humilde e confiante tão-somente na misericórdia do Senhor. Os "pobres do Senhor" da época pós-exílica foram considerados por alguns estudiosos como um grupo ou uma corrente espiritual, a quem estariam ligados os "monges" de →

Qumran. No Novo Testamento, Jesus encarna o modelo do pobre e transforma os pobres em destinatários privilegiados de sua pregação e de sua ação.

Presbítero. Do grego, *presbyteros*, "mais velho". No Novo Testamento (com exceção das epístolas de Paulo), o presbítero ou "ancião" é uma figura importante na estrutura das primeiras comunidades cristãs. Várias vezes mencionados nos *Atos dos Apóstolos*, os anciãos freqüentemente são associados aos apóstolos nos encargos de governo das comunidades. O termo é utilizado sempre no plural, sinal de um ministério colegiado, que não se distingue do ministério dos → bispos. Mais tarde, a figura do presbítero foi se diferenciando da dos bispos, transformando-se na figura do padre (termo que etimologicamente dele deriva), assumindo diversas conotações do sacerdócio neotestamentário.

Prosélito. O termo hebraico *gher* (na → Setenta, *prosélytos*), indica geralmente o estrangeiro residente em Israel, participante dos direitos e (se circuncidado) da vida religiosa do povo. Posteriormente designa os não-hebreus, que, ao aceitarem "o jugo dos preceitos" e se submeterem à circuncisão e ao batismo ou imersão, passam a fazer parte a pleno título do povo de Israel. Neste caso, trata-se propriamente do *gher zédeq* (= prosélito de justiça). O proselitismo, praticado em alguns momentos da história judaica, foi abandonado mais tarde, seja em virtude da proibição das autoridades cristãs ou islâmicas, de uma certa desconfiança com relação aos prosélitos, ou da convicção de que a salvação dos gentios não requer a conversão ao judaísmo, mas simplesmente a observância dos preceitos → noaquidos.

Protocanônicos. Termo que indica os livros bíblicos — do Antigo Testamento ou do Novo Testamento — admitidos por primeiro no → cânon, sem suscitarem discussões a respeito de sua canonicidade, ao contrário dos → deuterocanônicos.

Proto-Evangelho. Assim era chamado o anúncio divino contido em Gn 3,15, segundo o qual a estirpe da mulher esmagará a cabeça da serpente. Conforme a interpretação tipológica (→ tipologia), tal anúncio referia-se a Maria, mãe de Jesus.

Pseudepígrafe. → Apócrifo.

Ptolomeus. Dinastia macedônia, fundada pelo general de Alexandre Magno, Ptolomeu Lago (origem do nome da dinastia, a dos Lágidas), rei com o nome de Ptolomeu I Soter (323-285 a.C.). Dominou o Egito, helenizando-o e, a partir de 198 a.C., também a Palestina. Os Ptolomeus foram tolerantes com relação às grandes comunidades judaicas do Egito; aliás, conforme a carta de → Aristéias, foi Ptolomeu II Filadelfo (285-246 a.C.) quem autorizou a tradução dos → Setenta. A dinastia terminou em 30 a.C., quando Otaviano derrotou a última rainha, Cleópatra VII, e o seu amante Antônio.

Publicano. Arrecadador de impostos no sistema fiscal do Estado romano. Os publicanos pertenciam geralmente à classe dos cavaleiros. Por extensão, foram assim chamados também os funcionários que recolhiam os impostos diretamente junto aos governadores das províncias, como era o caso da Palestina dos tempos do Novo Testamento. Eram malvistos pela população em virtude da freqüente irascibilidade; por isso, o termo "publicano" assume nos evangelhos um significado negativo: os publicanos eram considerados pecadores e evitados do mesmo modo que se evitavam os pagãos e as prostitutas. Jesus era acusado de freqüentar os publicanos: é suficiente lembrar a sua visita à casa de Zaqueu (Lc 19,2-10) e o seu chamado a Mateus, para que o seguisse em seu apostolado (Mt 9,9).

Purim. Em hebraico, "sorte". Festa que celebra a salvação dos hebreus persas, narrada no livro bíblico *Ester*. O nome da festa faz menção à sorte que era lançada para decidir o dia do extermínio dos judeus (Est 3,7); é celebrada no dia 14 (no dia 15 nas cidades antigamente cercadas com muro) do mês de *adar* (fevereiro-março) com a leitura de *Ester,* a troca de presentes, a abundância de vinho e manifestações carnavalescas, como as máscaras e as representações teatrais (*Purimspiel*).

Puro e impuro. Em hebraico, *tahor* e *tame'*. Par de termos antitéticos que, na religião bíblica, denotam respectivamente as realidades das quais o homem pode fazer uso e as que o contaminam de forma mais ou menos grave. Na segunda categoria

são inseridas seja o âmbito do → sagrado, seja o do nascimento, corrupção e morte (esperma, sangue menstrual, suor, excrementos, cadáveres), como também certos animais, por exemplo, os répteis. A esfera do puro coincide de alguma forma com a esfera do profano, isto é, daquilo que não contamina. Todavia, o puro passou a designar também a santidade de Deus e, conseqüentemente, em certos casos coincidiu com o sagrado, ao passo que o impuro algumas vezes entrou na categoria do profano. Cada passagem do sagrado ao profano ou vice-versa comporta impureza se não ocorrer de acordo com as precisas modalidades rituais, com freqüência reservadas somente aos que se identificam com o sagrado.

Qabbalá. → Cabala.

Qaddish. Em aramaico, "santo". Fórmula de santificação e exaltação do nome de Deus, em língua aramaica, recitada, com algumas variantes e amplificações, em diversos momentos da liturgia cotidiana, no fim do estudo, nos ritos fúnebres e nos aniversários. Requer a presença do → *minyan*. O pai-nosso apresenta notáveis afinidades com o *qaddish*, no qual provavelmente se inspira.

Qedushá. Em hebraico, "santificação". Na liturgia do Templo e, mais tarde, na liturgia sinagogal cotidiana, aclamação que consiste no triságio ou *sanctus* (Is 6,3), seguido de Ez 3,12.

Qerê-Ketib. Em aramaico, "lido-escrito". Nota da massorá (→ massoretas), indicando que uma palavra do texto bíblico, escrita de um determinado modo, deve ser lida de um outro. Na maioria das vezes, trata-se de correções feitas com vocalizações erradas, que não podiam ser efetuadas no texto pelo fato de ele ser considerado intocável.

Querigma. Em grego, "pregação", "proclamação". O termo designa o anúncio da mensagem e do evento central do Novo Testamento, ou seja, a proclamação da salvação operada pelo Cristo morto e ressuscitado. Do ponto de vista teológico e literário, distingue-se da catequese, que quer transmitir a idéia da catequização dada aos que já receberam o querigma.

Qumran. Localidade situada na costa norte-ocidental do mar Morto, ao sul de Jericó, onde, a partir de 1947, foram descobertos restos de um "mosteiro" pertencente a um grupo judaico ascético, identificado com os → essênios. Nas onze grutas situadas na parte superior dos edifícios, foram encontrados, em jarras de argila, os famosos manuscritos do mar Morto: centenas de textos, em parte inteiros e em parte fragmentados, de livros bíblicos e de obras próprias da comunidade. Os mais importantes são um rolo completo de *Isaías*, o rolo dos *Hinos*, a *Regra da Comunidade*, o *Documento de Damasco*, o *Apócrifo do Gênesis*, a *Regra da Guerra*, o *Rolo do Templo* e *o Rolo de Cobre.* Os manuscritos são datados entre o séc. III a.C. e a primeira guerra judaica (66-70 d.C.), quando o mosteiro foi destruído pelos romanos. Portanto, trata-se de testemunhos bíblicos anteriores em mil anos aos manuscritos existentes até então, que em parte confirmam substancialmente a qualidade da transmissão dos textos. Sobre a história e a doutrina da comunidade, seu relacionamento com os fariseus e com o cristianismo das origens, há uma vasta literatura e várias interpretações, passíveis de desenvolvimentos posteriores assim que forem publicados os inúmeros textos ainda inéditos.

Rabbi. Em hebraico, "meu mestre". Título dado, a partir do séc. I d.C., aos mestres da → *halacá*, a quem foi reconhecida a autoridade de interpretar a Lei e emitir juízos. Era conferido mediante a imposição das mãos somente na Palestina, enquanto na diáspora babilônica usava-se a qualificação análoga de *rab* ("mestre"). *Rabban* (em aramaico, "nosso mestre") indicava, por outro lado, o presidente do sinédrio ou patriarca ou príncipe, representante oficial dos judeus do império romano. De *rabbi*, na forma *rabbenu* (em hebraico, "nosso mestre"), deriva o português rabi ou rabino. Hoje a forma *rabbi* é mais usada no mundo anglo-saxão; em Israel, usa-se *rab*.

Rabi ou Rabino. → *Rabbi.*

Rashi (1040 c. - 1105). Nome acróstico, com o qual se designa o exegeta judeu-francês, normalmente conhecido como rabi

Shelomo ben Yizhaq. Nascido em Troyes, estudou nas escolas rabínicas de Magonza e Worms, criando sua própria escola na cidade natal, onde foi viticultor. Comentou quase toda a Bíblia hebraica e a maior parte do → Talmude Babilônico, seguindo um método que, além da tradição, presta atenção ao sentido literal (→ *peshat*) e aos aspectos gramaticais e lingüísticos, recorrendo muito freqüentemente à tradução de vocábulos difíceis no antigo francês. Em virtude da clareza e da precisão, seus comentários tornaram-se e ainda o são, para o judaísmo tradicional, a base de todo o estudo bíblico e talmúdico. A sua escola foi mantida por seus genros e netos.

Redaktionsgeschichte. → História da redação.

Resto, o resto de Israel. Expressão de origem profética (Amós, Isaías, Jeremias etc.), que indica a pequena parcela do povo que sobreviveu às destruições e permanecerá fiel à aliança. Surgido no séc. VIII a.C., o termo conquistou progressivamente um significado técnico e uma coloração messiânica, identificando-se com os deportados e posteriormente com todos os que retornavam a Jerusalém. Neste sentido, o "resto" é muito próximo da noção de "pobres do Senhor" (→ pobre). Todavia, a consciência dos que sobraram de representarem o resto não foi isenta de quedas em sentido nacionalístico e formalístico, contra os quais os últimos profetas anunciaram a formação de outro resto, agradável a Deus.

Rosh há Shaná. Em hebraico, "ano novo". A primeira das grandes festas de outono, celebrada no primeiro dia (e na diáspora também no segundo) do mês de *tisri* (setembro/outubro). Na época bíblica, quando o ano começava na primavera e tisri era o sétimo mês, esta festa, caracterizada pelo som do → *shofar*, pela abstenção do trabalho e pelos holocaustos, tinha um significado diferente e não muito claro (Lv 23,23-25; Nm 29,1-6). Ao longo do tempo, ela foi conquistando um significado penitencial: Deus, nesta festa, é celebrado como rei e juiz das ações efetuadas no ano que termina.

Rúah. Termo hebraico, de presença marcante na Bíblia, contendo um conjunto de significados ligados à noção de "hálito":

portanto, "sopro", "vento", "espírito", "alma" e "ânimo" (também estado de ânimo, ira, coragem). Visto que a respiração distingue quem vive de quem está morto, *rúah* exprime o princípio da vida, sem fazer referência, no entanto, a uma substância espiritual propriamente dita. É Deus quem confere *rúah* às criaturas.

Rúah ha-kódesh. Em hebraico, "espírito santo" (literalmente, "espírito de santidade"). Expressão presente em Sl 51,13 e Is 63,10-11, mais freqüente na forma "espírito de Deus"; indica um atributo divino que confere o carisma profético particularmente ao homem, ou então se trata simplesmente de um sinônimo de Deus. No Novo Testamento a expressão possui uma densidade teológica maior em referência a Jesus, ao seu relacionamento com o Pai, à vida da Igreja. Jesus anuncia e doa o Espírito, deixando-o aos seus discípulos após a Ressurreição. A doutrina trinitária posterior definiu-o como a terceira pessoa que procede do Pai e do Filho (Igrejas ocidentais), ou somente do Pai (Igrejas orientais).

Rylands, papiro. Assim denominado pela John Rylands Library de Manchester, onde está conservado (sigla P 52); é o mais antigo fragmento manuscrito do Novo Testamento (fim do séc. I d.C.). Contém quatro versículos (31,33,37,38) de Jo 18.

Sábado. → *Shabbat.*

Sabático, ano, ou ano da remissão. Instituição sócio-religiosa do antigo Israel, que prescrevia o repouso da terra e a remissão de todas as dívidas a cada sete anos (Ex 23,10-12; Lv 25,1-7; Dt 15,1-3). O perdão das dívidas será abolido por → Hillel, porque acabava por impedir a concessão de empréstimos antes do ano sabático. As outras normas, pelo contrário, são observadas ainda hoje em Israel.

Sacerdotal, documento ou tradição. De acordo com a hipótese documentária, uma das quatro → fontes do Pentateuco, a mais recente (séculos VI-V a.C.). Sua sigla é P (da palavra alemã *Priest*, "sacerdote"). Como o nome já evidencia, provém dos ambientes sacerdotais do exílio e da comunidade pós-exílica. Suas características são o interesse pela cronologia e pelas ge-

nealogias, bem como pelos aspectos litúrgicos e rituais, pelas festas, pelo culto e pelo Templo. Começa com Gn 1 (primeira narração da criação) e, misturando-se às demais fontes, vai até ao final do *Deuteronômio*; o *Levítico*, por sua vez, é obra inteiramente sacerdotal.

Sacerdote. → *Cohen.*

Sacro e profano. Em hebraico, *kadosh* (traduzido também como "santo") e *hol.* Termos antitéticos, que na religião bíblica denotam respectivamente a esfera reservada a Deus e a permitida ao homem. Mesmo que o termo hebraico *kadosh* e o substantivo *kódesh*, "santidade", não possuam o significado original de "separado", "separação", como se chegou a ponderar, esta noção é inerente à esfera do sagrado, tanto que a aproximação sem precauções rituais pode comportar a morte (cf. Ex 19,12-14.21-24; 2Sm 6,8) ou, em casos menos graves, a contaminação ou impureza (→ puro e impuro), definida precisamente como "sacralidade impotente". Sacro e profano não possuem nenhuma relação com o âmbito da ética, mas com o do rito, por ser uma propriedade objetiva das coisas. A santidade como excelência moral, como característica dos "santos", exprime-se com outros vocábulos: *tsadik* ("justo"), *hassid* ("pio"), *hakham* ("sábio", "sapiente").

Saduceus. Grupo religioso judaico dos tempos de Jesus, atestado em → Flávio Josefo e no Novo Testamento. O nome grego *saddoukáioi* normalmente é creditado a um sacerdote, Sadoc, da época davídica macabéia. Os saduceus constituíam a aristocracia sacerdotal que tinha seu centro no Templo. Politicamente conservadores e favoráveis à colaboração com os romanos, professavam um judaísmo de tipo arcaico, até mesmo pela recusa em aceitar a tradição oral: conseqüentemente, eles não acolhiam crenças não claramente atestadas na → Torá escrita, tais como a ressurreição dos mortos e a existência de → anjos e de demônios. Por outro lado, mostravam uma abertura cultural ao helenismo que explica também a ambigüidade do seu comportamento sob os → selêucidas. Eram de tendência saducéia os soberanos → hasmoneus. Desaparecem com a destruição do Templo, em 70 d.C.

Saga. Foi assim denominada pelo biblista Hermann Gunkel, que recorreu a um termo próprio das literaturas escandinávias medievais, uma narração bíblica centrada num personagem, num lugar, num patriarca etc., que tem como objetivo não o fornecimento de informações históricas mas a justificação de um uso, de uma situação, de um rito, de um santuário (saga etiológica → etiologia). Assim, por exemplo, a saga da torre de Babel quer explicar a pluralidade das línguas (Gn 11); a da destruição de Sodoma (Gn 19), a passagem espetacular do mar Morto.

Samaritanos. Da Samaria, cidade e região do reino de Israel. Comunidade étnico-religiosa, que hoje reside em parte na cidade de Nablus (Cisjordânia), em parte em Holon, próximo a Tel-Aviv, num total de aproximadamente quinhentas pessoas. São os descendentes dos habitantes do reino do norte que, depois da destruição da Samaria por parte dos assírios (722-721 a.C.) e a destruição do reino, foi ocupada por colonos assírios, misturados aos remanescentes israelitas, não deportados por Salmanasar V. A esta mistura étnica e cultural a Bíblia atribui o sincretismo religioso característico dos samaritanos, que construíram um templo sobre o monte Garizim, junto a Siquém. Por causa das diferenças religiosas, os que retornaram do exílio babilônico com Esdras e Neemias recusaram a colaboração dos samaritanos, acentuando assim a hostilidade entre os dois grupos. Em 128 a.C., João Hircano I, filho de Simão Macabeu, destruiu o templo samaritano; mas o monte Garizim permaneceu até hoje como o centro do culto, onde se celebra ainda a imolação do cordeiro pascal. Os samaritanos consideram sagrado somente o Pentateuco (o que leva os estudiosos a retardarem a data do cisma para uma época pós-exílica), fazem as festas bíblicas, possuem um sacerdócio levítico, esperam um messias (*Ta'el*) e consideram-se os autênticos hebreus. O Pentateuco samaritano, escrito em caracteres paleo-hebraicos, apresenta aproximadamente seis mil variantes em comparação com o texto massorético, algumas das quais de notável interesse. Uma parte da sua literatura é escrita em dialeto samaritano, uma variante do aramaico, enquanto inúmeras obras exegéticas e jurídicas que chegaram até os nossos dias são escritas em árabe. O episódio de João, c. 4, é um teste-

munho fiel e vivo das relações entre os judeus e os samaritanos, no início da era cristã.

Sapienciais, livros. Também chamados "poéticos", são assim denominados no cânon cristão do Antigo Testamento sete livros da terceira seção: cinco livros canônicos (Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cântico dos cânticos) e dois → deuterocanônicos (Eclesiástico e Sabedoria). No cânon hebraico, eles fazem parte da terceira seção, a dos "Escritos" (→ *Ketuvim*).

Satanás. Em hebraico, *satan*, "adversário", traduzido em grego pelos → Setenta como *diábolos*, "aquele que divide", e que o Novo Testamento designa como *diábolos* e *satanâs/satân*. O termo não é, originariamente, um nome próprio; trata-se da qualificação de quem se opõe, acusa, põe à prova e, portanto, tenta. Conseqüentemente, pode ser chamado Satanás um membro da corte celeste (Jo 1-2 e Zc 3,1), uma pessoa (Pedro em Mt 16,23 e Mc 8,33), a serpente de Gn 3 (Sb 2,24) e, por fim, o maligno ou o príncipe deste mundo. Nesta última acepção, muito comum no Novo Testamento, o termo é entendido como nome próprio e perde o artigo definido, que indicava a sua função. Esta passagem da função à personificação, atestada já nos escritos de Qumran (nos quais dois reinos se enfrentam e o chefe do reino das trevas é Belial, termo que no Antigo Testamento indica tanto um nome comum para o ímpio quanto uma personificação do mal — neste sentido, aparece também em 2Cor 6,15 na forma Beliar) e influenciado por concepções dualistas iranicanas, no Novo Testamento passa a concentrar diversas figuras do mal no único personagem, Satanás ou Diabo. Ele é entendido e apresentado como o chefe dos demônios e chamado com uma notável diversidade de nomes (além de Satanás e Diabo, o maligno, o príncipe deste mundo, a serpente, o mentiroso, o deus deste mundo, o exterminador e — somente no *Apocalipse*, — o dragão, o sedutor, o acusador). Com Satanás devem ser identificadas, em maior ou menor escala, outras figuras do mal, entre elas: Lúcifer, em hebraico *helel*, "estrela da manhã", o anjo caído de Is 14,12, que depois aparecerá somente na tradição extra-bíblica; Beelzebu, em hebraico *Ba'al Zebul*, "senhor da casa" (Mt 12,24) ou também, depreciativamente, *Ba'al Zebub*,

"senhor das moscas" (2Rs 1,2ss); Azazel, espírito do deserto, ao qual enviava-se o → bode expiatório na solenidade do → *Kipur* (Lv 16,10); Asmodeu (provavelmente originário do persa Aeshma Daeva, um dos sete espíritos maus do zoroastrismo), que matou os sete maridos de Sara (Tb 3,8.17). Demônio (nos → Setenta e no Novo Testamento, *daimònion*, "demônio", não *dáimon*, "dêmone" bom ou mau da cultura grega), nomeado todas as vezes como chefe ou membro das potências infernais (Sb 2,24; Mt 8,31; Ap 18,2 etc.).

Seder. Em hebraico, "ordem". Termo que designa a ordem das cerimônias e das ações executadas durante a ceia pascal e, por extensão, a própria ceia. O mesmo termo indica as seis ordens da Mixná e uma parte do rito do Kipur e, às vezes, a ordem das orações e leituras bíblicas.

Sefaradi. Do hebraico, *sefaraddí*, plural *sefaraddim*, derivado de *Sefarad*, "Espanha". É o nome dado aos judeus espanhóis até o final do séc. XV. Eram de origem sefardita muitos judeus que, depois da perseguição da Espanha (1492), refugiaram-se em outros países europeus (Itália, França, Alemanha, Países Baixos).

Sefer Torá. Em hebraico, "rolo da → Torá". É o rolo de pergaminho ou de pele, sobre o qual é escrito à mão, sem vogais nem divisões ou acentos, o texto hebraico do → Pentateuco. É conservado no *Aron há Kodesh* ou Arca Sagrada ou da → Aliança da → Sinagoga, da qual é tirado para a leitura semanal da Torá. É o único objeto sagrado da sinagoga, enriquecido por uma ornamentação particular: o manto de linho precioso, as correntes de prata, os *rimmonim* (pontinhas de prata dos cilindros, em torno dos quais se enrola o rolo), o escudo pendurado diante do próprio rolo. O *sefer* Torá, que não pode ser tirado do invólucro a não ser na presença do *minyan*, é levado em procissão em algumas solenidades.

Sefirot. → Cabala.

Segredo messiânico. Expressão introduzida na exegese neotestamentária por Wilhelm Wrede para indicar um aspecto característico da teologia do Evangelho de Marcos. Neste Evangelho,

Jesus aparece freqüentemente muito reservado acerca da própria missão e da própria identidade, impondo o silêncio aos demônios que o reconhecem e às pessoas por ele curadas, mostrando seu desejo de querer esclarecer o sentido das parábolas somente para os discípulos. Há uma explicação para esta reserva: provavelmente a manifestação plena de sua realidade deveria acontecer somente depois da Ressurreição, considerada assim o princípio hermenêutico e revelador de tudo o que a antecede.

Selêucidas. Dinastia macedônia, fundada pelo general de Alexandre Magno, Seleuco I Nicátor, em 312 a.C. Exerceu o domínio sobre as províncias orientais do império macedônio, da Síria até a Pérsia, tendo por capital a Antioquia. Lutando contra o reino helenístico dos → Ptolomeus do Egito, em 198 a.C., os selêucidas conquistaram a Palestina. Entre os soberanos mais famosos, temos Antíoco III, o Grande (223-187), Antíoco IV Epífanes (175-164), o qual, por querer helenizar à força a Judéia, provocou a revolta dos macabeus, e Demétrio I Soter (162-150), sob o qual Judas Macabeu morreu em batalha. O reino selêucida foi destruído por Pompeu, em 64 a.C., e a Síria tornou-se província romana.

Semiótica, → análise. Estruturais, análises.

Semitas. De Sem, filho de Noé. Grupo de povos de origem étnica diferente mas que falam línguas semíticas. Estas, muito semelhantes entre si, dividem-se em semítico oriental (acádico ou assiro-babilônico), semítico norte-ocidental (dialetos aramaicos, cananeu, ugarítico, fenício, hebraico) e semítico sul-ocidental (árabe, sul-arábico, etíope). Os semitas deram o alfabeto e as três religiões monoteístas à cultura mundial.

Sentidos bíblicos. Na tradição hermenêutica judaica e cristã, as diversas modalidades segundo as quais pode ser lido e reinterpretado o texto bíblico. Partindo da pressuposição de que a "letra" bíblica não esgota os conteúdos da Palavra de Deus, desde a Antigüidade foram formulados vários graus de leitura. Na tradição judaica, impôs-se a classificação feita por Bahyá ben Asher, de Saragoça (1291), o qual distingue quatro sentidos: → *peshat* ou sentido "simples", isto é, imediato, literal;

rémez ou sentido "alegórico"; *derash* ou interpretação homilética (→ *midraxe*); *sod* ou sentido místico, exotérico. A exegese cristã medieval, inspirando-se nos métodos interpretativos de Orígenes, João Cassiano, Agostinho e Jerônimo, como também nos métodos empregados pelos Padres alexandrinos, identificou também quatro sentidos: literal, alegórico, moral ou tropológico e anagógico, alusivo à vida futura como meta da existência e objeto da contemplação. Outras denominações são o sentido pleno (*sensus plenior*), que pretende integrar os dados da exegese científica com os da teologia, e o sentido típico ou espiritual, que encontra em pessoas ou fatos do Antigo Testamento uma prefiguração de realidade do Novo (→ tipologia).

Servo. Em hebraico, *'ébed.* Além do significado de "escravo", "servo" e, em um contexto político ou legal, "ministro", o termo designa em geral o povo de Israel enquanto fiel a Deus. Em sentido particular, faz-se referência ao protagonista dos assim chamados "cantos do Servo do Senhor" no → Deutero-Isaías. São eles: Is 42,1-4 ou 1-9; 49,1-6; 50,4-9 ou 4-11; 52,13-53,12. Referem-se a um personagem sem esplendor, que o Senhor suscitará para executar a sua vontade em favor de Israel, que suportará sofrimentos e tribulações, e deste modo expiará os pecados de Israel, levando a salvação a este e a todos os demais povos. Os intérpretes de todos os tempos interrogaram-se sobre a sua identidade. Chegaram à conclusão de que pode referir-se ao próprio povo ou ao seu → resto, a um profeta ou a um rei (talvez Ezequias), enquanto a tradição cristã freqüentemente identificou o Servo na figura de Jesus Cristo.

Setenta ou LXX ou Septuaginta. Tradução grega do Antigo Testamento, executada por judeus de Alexandria do Egito, nos séculos III-II/I a.C. É assim chamada por causa dos seus 72 tradutores (seis de cada tribo de Israel) que, segundo a lenda contada pela carta apócrifa de → Aristéias, teriam traduzido a Bíblia em 72 dias, separadamente, com resultado idêntico. Sua importância deriva do fato de que ela pressupõe um texto hebraico muito anterior ao texto massorético (→ massoretas), tornando-se posteriormente o texto oficial das Igrejas cristãs de língua grega. Em virtude disto e de algumas passagens traduzi-

das com liberdade de interpretação, a tradução dos Setenta logo foi recusada pelo mundo judaico, que preferiu a de → Áquila.

Sete povos. Conforme a tradição bíblica e rabínica, são as populações que habitavam a Terra Prometida antes da conquista israelita e que, pelos seus pecados, mereceram ser expulsas e submetidas à → *herem*. De acordo com Dt 7,1, são os → heteus, gergeseus, → amorreus, ferezeus, heveus, → cananeus, jebuseus (antigos habitantes de Jerusalém).

Shabbat. O sétimo dia da semana, que a tradição judaica celebra como memorial (Ex 28,8-11) do fato de que Deus nele "cessou" (em hebraico, *shabat*) a obra da criação, e também como recordação (Dt 5,12-15) da saída do Egito, por ser dia de repouso para pessoas e animais e, conseqüentemente, por ser a negação da escravidão. O sábado foi vivido, e ainda o é, como uma abstenção da intervenção do homem sobre o mundo, o reconhecimento da soberania do Criador e a antecipação da vida futura. Nesta perspectiva, torna-se dia de culto e de estudo da → Torá. Estabeleceu-se também uma normativa minuciosa das obras permitidas ou proibidas (que não devem ser confundidas com as obras denominadas "servis", mas sim com as obras criativas ou produtivas). Os profetas Isaías (58,13-14) e Jeremias (17,21-22) sublinham o valor do sábado nos seus aspectos teológicos e como preceito, enquanto a tradição rabínica — assim como Jesus (Mc 2,27) — lembra que o sábado foi dado para o homem e não o homem para o sábado. Na Igreja do primeiro século, de origem judaica, continuou-se a observar o sábado, juntamente com o domingo.

Shadai. Ver "Os nomes de Deus", p. 277ss.

Shalom. Em hebraico, "paz". Todavia, o termo hebraico possui um conteúdo mais amplo do que o mesmo termo em português. De fato, não indica somente uma situação de ausência de guerra mas tem uma variedade de significados dos quais os principais são: completude, integridade, plenitude (também em sentido escatológico), saúde, prosperidade. A raiz verbal correspondente significa "pagar", "dar em troca". Além disso, o vocábulo era e ainda é usado como fórmula de saudação.

Shammay. Séculos I a.C. até I d.C. Mestre fariseu. Juntamente com → Hillel, foi uma das maiores autoridades rabínicas de Jerusalém, dividindo com ele a responsabilidade da presidência do Sinédrio. Ao contrário do seu colega e rival, teve uma posição rigorista na formulação e aplicação da → *halacá*. Sua escola, a "casa de Shammay", desapareceu com a destruição do Templo.

Shavuot. Em hebraico, "semanas". A segunda das três festas de → peregrinação do ano litúrgico judaico, que se celebra no dia 6 (fora de Israel pode ser também no dia 7) do mês de *siwan* (maio/junho), sete semanas depois de → *Pessach*. O nome grego "Pentecostes" ("qüinquagésimo" dia) corresponde exatamente ao número de dias que a separam da celebração pascal. Na época bíblica, ela foi considerada festa das primícias, da nova colheita de grãos; depois prevaleceu a comemoração da promulgação da → Torá do Sinai, ocorrida, segundo a tradição, naquele mesmo dia. Em virtude da sua ligação com a colheita, na festa de Shavuot lê-se *Rute*. No dia de Pentecostes, o Espírito Santo desceu sobre a comunidade apostólica; a cena, descrita em At 2, é uma referência clara à teofania sinaítica. Em ambos os casos, há uma manifestação divina que funda uma comunidade e estabelece uma aliança animada pela Palavra.

Shemá ou, mais corretamente, *Shemá*. Em hebraico, "ouça". Palavra inicial da proclamação de Dt 6,4-9, que afirma a unidade e unicidade de Deus e a ordem de amá-lo. No uso litúrgico, acrescentam-se a este outros dois textos bíblicos (Dt 11,13-21 e Nm 15,37-41). O *Shemá*, que se constitui a formulação fundamental da relação entre Deus e Israel e sublinha a natureza de "escuta" da fé judaica, é recitado duas vezes ao dia e o seu primeiro versículo, no momento de dormir e no momento de morrer. Afirma-se que a instituição das filactérias (→ *tefillim*), da → *mezuzá* e das franjas (→ *tsitsith*) remonta às prescrições contidas no Shemá.

Shemini Atseret. → *Sukot*.

Shofar. Corno de bode ou trombeta, que no Antigo Testamento acompanha tanto manifestações divinas (Ex 19,16) quanto celebrações litúrgicas. Na liturgia judaica, toca-se o *shofar* (de acor-

do com modalidades particulares) cem vezes no começo do ano (→ *Rosh has Haná*), no momento conclusivo do → *Kipur* e as demais vezes no começo dos meses e em determinadas circunstâncias ocasionais. A simbologia do *shofar* é dupla: por um lado ele recorda o bezerro imolado por Abraão em lugar de Isaac, que quis assim lembrar a Deus os méritos do patriarca em favor dos seus descendentes; por outro lado, ao fazer referência a Is 27,13 e Jl 2,1 (citados no Novo Testamento), possui uma acentuação messiânico-escatológica, ao anunciar a redenção de Israel e a assembléia dos eleitos.

Sicários. → Zelotes.

Simhat Torá. → *Sukot.*

Símaco. Autor da tradução grega da Bíblia hebraica que leva o seu nome, feita no séc. II d.C. e conservada somente em fragmentos. O autor pertenceu provavelmente a uma corrente judaico-cristã, a dos ebionitas.

Sinagoga. Do grego *synagoghé*, "convocação", "assembléia", correspondente ao hebraico *bet ha-kéneset*, "casa de reunião". Assembléia do culto judaico e mais tarde lugar ou edifício onde ela se reúne. Por ser também lugar de estudo, em muitas línguas européias e nos dialetos judaicos é chamada ainda de "escola", "scola", "shul" etc. e, às vezes, depois da emancipação, "templo". Sua instituição, ao menos no início, aconteceu ainda no tempo do exílio babilônico, com a finalidade de cumprir as funções de culto, instrução, manutenção da identidade nacional e religiosa, na falta do Templo de Jerusalém ou longe dele. Conseqüentemente, trata-se da estrutura fundamental sobre a qual se levanta o judaísmo da diáspora, ainda que fossem inúmeras as sinagogas palestinas, fato largamente testemunhado pelo Novo Testamento. Além disso, segundo uma tradição rabínica, havia sinagogas também em Jerusalém e até em um espaço no interior do próprio Templo. A estrutura sinagogal, que do ponto de vista arquitetônico sempre adotou os estilos da época e do ambiente no qual surge, é constituída fundamentalmente por dois pólos: a Arca Sagrada (*Aron há kódesh*) ou da Aliança, ou um armário contendo os rolos da → Torá e a tribuna, púlpito ou

estrado (*tevá*, *bimá*, *dukhan* ou *almemor*), onde se lê a Torá e se recitam as orações. A arca encontra-se na parede voltada para Jerusalém, enquanto a tribuna pode ser colocada, de acordo com o costume do local, diante da arca, ou no meio da sala, ou ainda na parede oposta. Nas sinagogas ortodoxas, as mulheres ocupam um espaço a elas reservado, separado por uma grade. A sinagoga é o centro da comunidade; sua organização é de responsabilidade do rabino, dos administradores, dos oficiantes, do *shammash* (sacristão) ou de outros encarregados, o que varia de acordo com as épocas e os países. Dentre as sinagogas artisticamente e arquitetonicamente mais importantes, devem ser lembradas as palestinas (séculos II-VII d.C.) de estilo helenístico, romano ou bizantino, as góticas medievais (Worms, Praga), as mouriscas (Toledo), as renascentistas e barrocas (Veneza, Amsterdã, Livorno, Conegliano-Jerusalém, Mondovi, Casale Monferrato, Pádua), as neoclássicas (Soragna, Sabbioneta) e enfim as que foram construídas depois da emancipação, seguindo os estilos ecléticos bizantinos ou mouriscos (Turim, Florença, Vercelli, Paris etc.).

Sinaítico, códice. Códice minúsculo grego, contendo o Antigo e o Novo Testamento. Escrito no séc. IV d.C., leva o nome do Mosteiro de Santa Catarina no Monte Sinai, onde foi descoberto por Lobegott Friedrich Costantin von Tischendorf. É um dos mais autênticos manuscritos gregos. Sigla: S (ou a letra hebraica *alef*).

Sinédrio. Em hebraico, *sanhedrin*. Suprema instância política, administrativa e religiosa judaica, na época helenística e romana. Era composto de setenta membros, além do sumo sacerdote, que o presidia. Faziam parte dele integrantes da classe sacerdotal (→ saduceus) e doutores da lei de orientação farisaica, tendo a maioria de saduceus ou de fariseus, conforme a época. Reconhecido pelos dominadores gregos e depois pelos romanos, o Sinédrio tinha funções legislativas e judiciárias. Depois do ano 70 d.C., sua autoridade política cessou, mas não sua autoridade religiosa. O Sinédrio continuou sendo, então, o ponto de referência dos judeus sob o Império Romano. Neste período, quem o presidia era um patriarca (*nasi*), considerado um descendente

da estirpe de Davi. A instituição desapareceu no início do séc. V d.C. O mesmo nome foi dado até a tribunais locais, de instância inferior.

Sinopse. Do grego *sýnopsis*, "olhar simultâneo". Disposição tipográfica em colunas paralelas de textos que tratam de modo semelhante um mesmo argumento. Em particular, o termo designa as edições, com esta disposição gráfica, contendo os três primeiros evangelhos, às vezes com o acréscimo de citações paralelas em João. Existem também sinopses que apresentam em paralelo os livros Reis e Crônicas.

Sinótica, questão. Expressão com a qual a ciência bíblica moderna se refere ao problema do relacionamento recíproco de dependência entre os três evangelhos → sinóticos. As inúmeras semelhanças entre Mateus, Marcos e Lucas, bem como a prioridade hoje geralmente atribuída a Marcos (ao invés de Mateus), levou a maioria dos estudiosos a levantarem a hipótese de duas fontes originárias: o próprio *Marcos* e a assim chamada fonte Q (do alemão *Quelle*, "fonte"), uma coleção perdida de *lógia* (→ *lógion*) ou "ditos" de Jesus. Estas duas fontes teriam sido utilizadas de modo autônomo por Mateus e Lucas, os quais depois acrescentaram material próprio. Por isso há algumas tradições evangélicas comuns aos três sinóticos, outras comuns somente a Mateus e Marcos ou mesmo a Mateus e Lucas, ou ainda outras próprias de um só Evangelho.

Sinóticos, evangelhos. São assim denominados pelos estudiosos modernos os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, porque o seu conteúdo apresenta tanta semelhança que pode ser disposto em → sinopse (em grego *sýnopsis*, "olhar simultâneo"), isto é, em colunas paralelas. A sinopse não deve ser confundida com a → concordância dos evangelhos.

Síria. → Arameus.

Siríaco. → Aramaico.

Sitz im Leben. Em alemão, "colocação na vida", "situação vital". Expressão criada por Hermann Gunkel (1906), para indicar as circunstâncias e a situação social, religiosa, teológica e cultu-

ral na qual se formou um gênero literário e na qual ele deve ser situado para que possa ser compreendido corretamente.

Sukot. Em hebraico, "tabernáculos" ou "tendas". A terceira das três festas de → peregrinação do ano litúrgico judaico, celebrada do dia 15 ao dia 21 do mês de *tisri* (setembro/outubro). Seu encerramento é feito com o *Hosha'aná Rabbá* ou "Grande Hosana" (21 de tisri), à qual seguem imediatamente as solenidades de *Shemini Atseret* (22 de *tisri* ou "Oitavo dia da assembléia festiva", que na diáspora é considerado o oitavo dia de *Sukot*) e de *Simhat Torá* ou "Alegria da lei" (23 de *tisri* na diáspora, enquanto em Israel coincide com o dia anterior). Originalmente festa da colheita e da vindima (Ex 34,22), adquiriu logo uma perspectiva histórica como recordação da permanência do povo hebreu no deserto. Da mesma forma, as tendas de palha nas quais se deve morar nesta festa, inspiradas nas habitações provisórias erguidas na lavoura durante a colheita, tornam-se a memória das tendas ou cabanas do período do êxodo. Outra característica da festa é o → *lulav*, levado na mão e agitado nas procissões sinagogais, que são sete no dia de *Hosha'aná Rabbá*. *Shemini Atseret* assinala o início do outono, e *Simhat Torá* conclui (e recomeça) a leitura anual do → Pentateuco. Na opinião de algumas pessoas, a entrada de Jesus em Jerusalém antes da Páscoa (Domingo de Ramos) teria acontecido, por outro lado, no contexto da festa de *Sukot*.

Sumérios. População de origem e de estirpe não conhecidas, que se estabeleceu na Mesopotâmia antes do ano 3500 a.C. As principais cidades-estado sumerianas, Nipur, Erek, Lagash, Ur, Uruc, permaneceram independentes até que Sargon I de Acad assumiu o poder; com a III dinastia de Ur (c. 2060-1950 a.C., → Babilônia) eles voltaram a ser independentes, pela última vez. A esta civilização deve-se a invenção da mais antiga forma de escrita (→ sumérico), uma rede de irrigação perfeita, uma complexa mitologia, bem como importantes progressos na matemática e na astronomia. Tal patrimônio cultural foi transmitido, posteriormente, aos babilônios e aos assírios.

Sumérico. Língua dos sumérios, a mais antiga população histórica, não-semita, da Mesopotâmia. De tipo aglutinante e não atribuível a nenhuma família lingüística conhecida, é atestada desde o início do III milênio a.C. até o milênio seguinte, quando os semitas acádicos (→ acádico) substituíram os sumérios no domínio da Mesopotâmia, todavia mantendo o sumérico como língua litúrgica e literária. O sumérico foi a primeira língua escrita, através do sistema de sinais ideográficos e silábicos chamados, cuneiformes, em razão da forma como são escritos; foram inventados pelos sumérios e adotados posteriormente pelos acádicos e por outros povos do antigo Oriente, antes da invenção do alfabeto. Em sumérico conserva-se uma rica literatura, graças também à transcrição e às traduções, executadas pelos acádicos.

Tabernáculos, festa dos. → *Sukot.*

Talião, lei do. Chama-se desta forma, com uma expressão não-bíblica, a normativa expressa em Ex 21,23-25; Lv 24,19-20 e Dt 19,21. Ela estabelece o princípio de que a pena aplicada nunca deverá ser superior ao dano causado pelo infrator ("olho por olho, dente por dente..."). Esta lei, que apresenta paralelos no Antigo Oriente e tinha a finalidade de regulamentar o direito-dever da vingança privada, logo assumiu a forma de uma compensação financeira, com exceção do caso de homicídio voluntário.

Tallit. → *Tsitsith.*

Talmude. Em hebraico, "estudo". É o conjunto da lei oral, constituído pela → Mixná e pela → Gemara. Foi elaborado nas escolas rabínicas e babilônicas, nas quais a Mixná era estudada e discutida pelos mestres chamados → amoreus. Deste modo, existem dois Talmudes, o palestino ou jerosolimitano (*Jerushalmi*) e o babilônico (*Bavli*). O primeiro, mais breve, foi elaborado do séc. III d.C. até o início do séc. V, e comenta 39 dos 63 tratados da Mixná. O segundo, três vezes maior, foi elaborado do séc. III d.C. até o fim do séc. VI, e comenta 36 tratados e meio da Mixná. Compreende dois milhões e quinhentas mil palavras e quase seis mil páginas, sendo, dentre os dois,

o que se afirmou como a mais autêntica expressão da → Torá oral. Escritos em aramaico (respectivamente palestino e babilônico) e em hebraico, recolhem uma imensidade de material não somente jurídico e normativo. Temos, portanto, sobretudo no Talmude babilônico, lendas, folclore, episódios sobre a vida e o martírio dos mestres, orações, crenças populares, *midrashim* (→ midraxes), ditos etc., que derivam do ensinamento vivo dos amoreus. O conteúdo normativo é amplamente discutido com uma dialética (*pilpul*) refinada. Para cada opinião são apresentados o autor ou a corrente dos que a transmitiram. A última elaboração redacional deveu-se aos mestres saboreus ("ponderantes") dos séculos VI-VII. A *editio princeps* do Talmude babilônico, do qual se reproduz sempre a numeração da folha e da página, foi feita pelo editor cristão Daniel Bomberg, de Veneza, em 1520-23. O Talmude foi repetidamente censurado e submetido a questionamentos no mundo cristão até à Idade Moderna.

Tanach ou Tenak. Uma das formas de nomear a Bíblia hebraica. É uma sigla, formada pelas iniciais das três seções nas quais é dividida a Bíblia, de acordo com o cânon hebraico: → Torá (Pentateuco), → *Neviim* (Profetas), → *Ketuvim* (Escritos). Outra denominação comum é *Miqra'* ("leitura").

Tanaítas. Em hebraico, *tanna'im*, "repetidores", "estudiosos". Termo que designa os mestres rabínicos palestinos desde o final do séc. I a.C. até o final do séc. III d.C., cujos ensinamentos são recolhidos na → *Mixná.*

Targum. Em hebraico, "tradução". Versão aramaica dos textos bíblicos lidos no culto sinagogal, executada sobretudo em paráfrase. Pertencentes à época na qual o hebraico não era mais entendido por todos, os *targumim* (pl. de *targum*) deviam permanecer na forma oral. Eram um simples subsídio à leitura litúrgica hebraica. Mais tarde (do séc. I a.C. até o séc. III d.C.), os principais *targumim* foram postos por escrito. São eles: o Targum Onkelos, ao → Pentateuco, redigido na Babilônia; o Pseudo-Jonatan ou Jerosolimitano I, ao Pentateuco; o Targum de Jonatan ben Uzziel, aos Profetas. O Targum Onkelos adquiriu uma autoridade particular, a ponto de ser colocado ao lado do texto he-

braico nas Bíblias rabínicas. A literatura targúmica é importante para conhecerem-se a exegese e a teologia do judaísmo antigo.

Tefillá. Em hebraico, "oração". Em sentido próprio, designa as → Dezoito Bênçãos; em sentido geral, designa toda a liturgia sinagogal (até mesmo no plural, *tefillot*).

Tefilim. Objetos do culto hebraico, chamados também filactérias, termo de origem grega. São dois estojos pretos, de couro, amarrados com um cordão de couro ao antebraço esquerdo e sobre a fronte, para a oração ferial da manhã. Contém quatro textos bíblicos (Ex 13,1-10.11-16; Dt 6,4-9; 11,13-21) e representam o cumprimento literal do que determina Dt 6,8, que a propósito dos preceitos, ordena: "Você também as amarrará em sua mão como sinal, e elas serão como faixa entre seus olhos".

Tehilim. Em hebraico, "louvores", "hinos". Título hebraico dos *Salmos*.

Tendas, festa das. → *Sukot.*

Teodocião. Autor de uma tradução grega da Bíblia hebraica (final do séc. II d.C.), destinada aos judeus de língua grega e conservada somente em fragmentos. Baseia-se fundamentalmente na LXX.

Teofania. Termo não-bíblico, com o qual se costumam designar as manifestações divinas presentes no Antigo e no Novo Testamento. Pelo fato de o Deus bíblico não ser representável nem visível, trata-se sempre de manifestações indiretas, alusivas e momentâneas. As principais são: a aparição de Deus a Abraão, em Mambré (Gn 18), a sarça ardente (Ex 3), a teofania do Sinai (Ex 19), a manifestação a Elias sobre o Oreb (1Rs 19), a visão de Ezequiel (Ez 1) e a de Isaías (Is 6), o batismo de Jesus (Mt 3 e par.), a transfiguração (Mt 17 e par.) e o Pentecostes (At 2).

Teshuvá. Em hebraico, "retorno", "resposta". Na linguagem bíblica e rabínica, o termo, às vezes traduzido impropriamente por "arrependimento", indica a conversão como mudança de vida, abandono do pecado e "retorno" a Deus. No Novo Testamento, corresponde ao termo grego *metánoia*.

Tetragrama. Termo grego (com o significado de "quatro letras"), que indica o nome divino impronunciável YHWH, revelado a Moisés no episódio → eloísta da sarça ardente (Ex 3) e no seu paralelo → sacerdotal (Ex 6). No texto hebraico, é pronunciado com as vogais do nome Adonai, com o qual é substituído na leitura; desta substituição nasceu a pronúncia errônea de Jeová ou Geová. Fora do uso litúrgico, ele é substituído por *ha-Shem* ("o Nome"). Geralmente, as traduções, representam o tetragrama com "o Senhor" ou "o Eterno". Ver o capítulo "Os nomes de Deus", pp. 277ss.

Tetrateuco. Em grego, "quatro rolos". Denominação introduzida em 1943 pelo biblista Martin Noth. Ele considera que os primeiros quatro livros do Pentateuco formam uma unidade originariamente distinta do Deuteronômio, o qual seria, por outro lado, o proêmio da obra histórica → deuteronomista.

Textus receptus. Chama-se deste modo o texto grego do Novo Testamento usado por Erasmo para a sua edição, a qual, com posteriores acréscimos de variantes, permaneceu em uso até o surgimento das modernas edições críticas. É também chamado de "texto bizantino".

Tipologia. Método hermenêutico que vê os personagens, os acontecimentos, os objetos ou as instituições do Antigo Testamento como prefigurações de realidades do Novo. A realidade antiga é denominada "tipo" (do grego *typos*, "figura"), e corresponde à do Novo Testamento, "anti-tipo". Assim, por exemplo, o maná é considerado tipo da eucaristia, Abraão, tipo de Cristo. Presente já nos escritos neotestamentários, a interpretação tipológica foi amplamente praticada pelos Padres.

Tomé, Evangelho de. Escrito → apócrifo em língua copta, encontrado em 1945/46 em Henoboskion, próximo a Nag Hammadi, no Alto Egito. Não se trata de um texto narrativo, mas de uma coletânea de 114 ditos ou *lógia* (→ *lógion*), que revelam influências gnósticas (→ gnose), todavia contendo também material de autenticidade somente provável. A obra, destinada a ambientes exotéricos externos à → ortodoxia, remonta ao séc. II d.C.

Torá. Em hebraico, "ensinamento", "direção", "educação". Termo (impropriamente traduzido por "lei", seguindo a tradução grega *nómos* e a latina *lex*), que indica a parte normativa do Pentateuco e, em sentido mais global, o próprio Pentateuco, acabando por designar a Bíblia hebraica como um todo, como também, conforme a doutrina rabínica, a tradição oral, chamada exatamente de "Torá oral". Com o termo Torá entende-se substancialmente o inteiro discurso divino endereçado ao homem, como revelação da vontade de Deus em favor de Israel. Esta vontade se realiza em uma promessa feita aos → patriarcas, na criação de um povo, Israel, com o qual Deus selou um pacto ou → aliança. A Torá representa, justamente, o documento deste pacto; suas normas são o "caminho" (→ halacá) que Israel deve percorrer para realizar a vontade divina. No pensamento rabínico, a Torá é considerada o modelo preexistente segundo o qual Deus criou o mundo, apresentando, portanto, algumas analogias com a doutrina joanina do *Logos* (→ Palavra). A Torá, entendida como Pentateuco, é considerada pelo judaísmo como o produto imediato e completo da revelação sinaítica a Moisés, e enquanto tal é lida inteiramente no curso de um ano, durante a liturgia do Sábado. O livro que a contém é objeto de particular honra. A solenidade de → *Shavuot* ou Pentecostes celebra o "dom da Torá" (em hebraico, *mattan Torá*).

Traditionsgeschichte. → História da tradição.

Tribos. Segundo a contagem bíblica tradicional (que, todavia, apresenta diversas variantes), as tribos do antigo Israel são doze, lideradas por dez filhos de Jacó e dois de seu filho José: Rúben, Simeão, Judá, Zabulon, Issacar, Dan, Gad, Aser, Neftali, Benjamim, Efraim, Manassés. A estas tribos, deve-se acrescentar a tribo sacerdotal de Levi, que não tem território. Trata-se de uma contagem inspirada na simbologia do número 12 (→ número) e sem valor histórico, que visa ligar a realidade do povo israelita aos patriarcas. Na verdade, uma divisão em tribos tornou-se efetiva somente depois do estabelecimento em Canaã. Na época pré-monárquica, a ligação entre as tribos era muito tênue e instável, como se pode observar em *Juízes,* que relata

até guerras entre as tribos. A hipótese — formulada por Max Webber e mais tarde por Martin Noth e Gerhard von Rad — de uma confederação ou até mesmo de uma "liga anfictiônica" (→ anfictionia) apresenta grandes dificuldades. Segundo a antiga historiografia bíblica, o reino do norte ou reino de Israel teria englobado dez tribos, e o do sul ou de Judá, as duas tribos de Judá e Benjamim. A escolha dos doze apóstolos, feita por Jesus, é uma clara referência às doze tribos de Israel.

Trito-Isaías. → Deutero-Isaías.

Tropológico, sentido. → Sentidos bíblicos.

Tsadik. → *Hassid.*

Tsitsith. Em hebraico, "borla", "franja". Conforme Nm 15,37-41, borlas compostas por fios entrelaçados e amarrados com nós especiais, estabelecidas pela tradição, colocadas nos quatro ângulos do manto, como lembrete dos preceitos, isto é, da vontade divina. Antigamente, continham um fio de púrpura. O episódio evangélico da mulher que tinha uma perda de sangue (Mt 9,20-22) faz referência a estas franjas. Hoje, os judeus costumam usar franjas nas extremidades do *tallit* ou *talled* (manto de oração, usado normalmente na oração da manhã) e os mais observantes, na extremidade do pequeno *tallit* ou *arba' kanfot* ("quatro ângulos"), escapulário usado todos os dias sob as vestes.

Ugarit. Antiga cidade-estado, situada na costa setentrional da Síria, onde hoje se encontra Ras Shamra (cabo do funcho). Foi descoberta em 1928 pelo arqueólogo francês Claude Schaeffer, escavada até 1939 e, de novo, a partir de 1948. As origens da cidade remontam provavelmente ao VI milênio a.C., mas o período mais conhecido e atestado no material arqueológico e literário encontrado é o dos séculos XVI-XIII. A este último século atribui-se o fim de Ugarit, por causa da invasão dos → povos do mar. A abundante literatura ugarítica foi escrita em um alfabeto cuneiforme de 29 sinais, e sua língua foi classificada como uma forma arcaica de cananeu, língua semítica ocidental. Além de textos administrativos e diversos documentos, compreende poemas mitológicos (entre os quais os de Keret, de

Aqhat e o ciclo de Baal e Anat) e composições litúrgicas que, por um lado, ilustram amplamente o panteão cananeu e, por outro, apresentam interessantes paralelos estilísticos, literários e lingüísticos com a poesia bíblica.

Unciais. Manuscritos. Códices gregos da Bíblia, escritos em caracteres maiúsculos. São anteriores aos → minúsculos e compreendem o período que vai do séc. IV ao séc. IX.

Verbo. → Palavra.

Vetus latina. Denominação com a qual se indicam a ou as antigas traduções latinas da Bíblia (feitas com base na tradução grega dos → Setenta), que podem ser atestadas a partir do século II e que chegaram até nós em fragmentos, precedendo a → Vulgata. Não é clara a relação recíproca entre as várias críticas conservadas pelos Padres. Por vezes a Vetus latina é chamada Ítala.

Vulgata. Do latim, *vulgata,* "divulgada". Tradução para o latim de toda a Bíblia, feita por Jerônimo no final do séc. IV e declarada "autêntica", isto é, oficial para a Igreja latina, pelo Concílio de Trento (1546). Jerônimo, ao estabelecer-se em Jerusalém, traduziu do hebraico os livros → protocanônicos do Antigo Testamento (nos anos 390-405) e mais rapidamente e de modo superficial Judite e Tobias, enquanto para os outros → deuterocanônicos manteve-se a → *Vetus latina.* O Novo Testamento foi somente revisado por ele, e não inteiramente (só os evangelhos), nos anos 383-384. *Salmos*, por ele traduzido do hebraico, não foi incluído na Vulgata, mediante uma tradução do grego da qual ele fez uma simples revisão. Em 1965, Paulo VI instituiu uma comissão que, sob a direção de Pietro Rossano, publicou a Neo-Vulgata nos anos seguintes, na qual são corrigidas as frases ou expressões que a crítica moderna do texto considera erradas, usando sempre a língua de Jerônimo.

Wirkungsgeschichte. → História dos efeitos.

Xekiná. Em hebraico, "habitação", o ato de morar. Na literatura rabínica, é o termo com o qual se designa a presença imanente de Deus (que às vezes os autores bíblicos chamam de "glória").

Ela é identificada com a tradição midráxica na coluna de nuvens ou de fogo que guiava os hebreus no deserto, na nuvem que residia sobre o tabernáculo e depois no Templo e, na época pós-exílica, em uma presença que permanecia seja no muro ocidental (Muro das Lamentações), em Jerusalém, como também, contemporaneamente, junto ao povo hebraico que se encontrava no exílio. Em particular, a *xekiná* está presente na comunidade que reza ou estuda. Também foi representada, por vezes, como uma figura humana, feminina, ou como uma voz. Nas especulações místicas, a *xekiná* é o lado feminino de Deus que, no tempo da futura redenção, unir-se-á ao lado masculino, o Santo.

Xeol. Termo hebraico (*she'ol*), de etimologia incerta, que indica a morada dos mortos. Na concepção bíblica mais antiga, é um lugar subterrâneo, onde os mortos, sem distinção entre bons e maus, sobrevivem num estado larval, na escuridão, onde não há qualquer comunicação com Deus. Esta representação, comum também para outros povos do antigo Oriente, será substituída, na época bíblica tardia, por uma distinção entre a punição reservada aos ímpios no outro mundo e a esperança de ressurreição destinada aos pios. O xeol como lugar de punição será chamado também, pelo Novo Testamento e pelos apócrifos, de → Geena (de *ghe' Hinom*, "vale do Hinnom", ao sul de Jerusalém, onde se ofereciam sacrifícios humanos a → Moloc). O inferno da tradição cristã designa o lugar da punição ou Geena, mas também simplesmente o reino dos infernos ou xeol, ao qual Jesus desceu.

Yehuda há Nassi. (séc. II-III d.C.). Rabino tanaíta (→ tanaítas). Como príncipe ou patriarca (*nasi*), isto é, chefe dos judeus do Império Romano, redigiu e promulgou a → Mixná. É conhecido também como Judas, o Santo (*ha-Kadosh*), ou simplesmente Rabi.

YHWH. Ver "Os nomes de Deus", pp. 277ss.

Yohanan ben Zakkay. Séc. I d.C. Mestre fariseu. De acordo com a tradição, durante a primeira guerra judaica (66-70 d.C.) fez-se transportar em um caixão, para fora de Jerusalém assediada, obtendo de Vespasiano o pequeno centro de → Jâmnia, não

longe da atual Tel Aviv, onde já existia uma academia rabínica, para junto da qual ele transferiu o → Sinédrio (por esta razão denominado Sinédrio acadêmico). Em Jâmnia, ele tomou todas as providências legais para garantir a sobrevivência do judaísmo após a destruição do Templo. Sucedeu-o *raban* (cf. → *Rabbi*) Gamaliel II. Seu nome é lembrado também como testemunha no casamento da filha de Nicodemos, personagem presente no Evangelho de João (Jo 3,1-21) e na literatura rabínica.

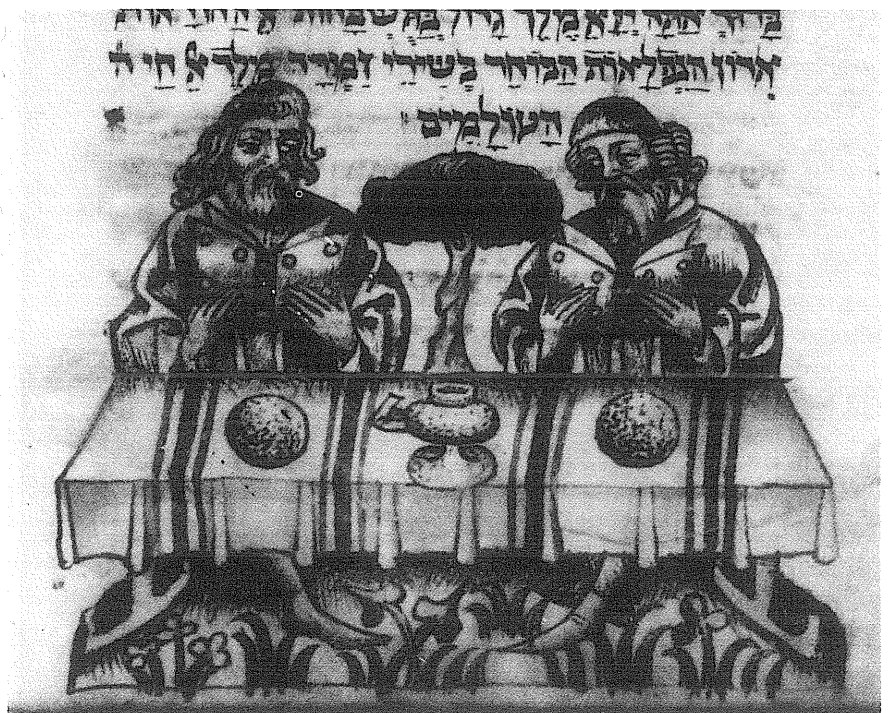
Zelotas. Do grego *zelotès*, "zeloso", "ciumento". Termo com o qual Flávio Josefo indica uma das quatro "filosofias", isto é, movimentos, do judaísmo palestino do início da era cristã. Corresponde ao termo "cananeu" quando ele não designa os habitantes de Canaã, mas traduz o hebraico *qanna'* ("zeloso", "ciumento"); é o caso do apóstolo de Jesus, chamado Simão, o Cananeu (Mc 3,18; Mt 10,4) ou o Zelota ((Lc 6,15; At 1,13). Embora se inspirassem no idealismo dos fariseus, os zelotas não partilhavam seu projeto político, resistindo ativamente à dominação, recorrendo também ao terrorismo. Foram os zelotas os responsáveis pela eclosão da primeira guerra judaica (66-70 d.C.), que acabou tragicamente até por causa das discórdias sangrentas entre os seus próprios chefes. A última resistência zelota aconteceu em Massada, em 73. Um grupo extremista, próximo aos zelotas, foi o dos sicários, denominados assim por causa da *sica* (em latim, "punhal") com que eles efetuavam seus atentados (At 21,38).

Zigurate, ou *ziggurat.* Torre templária, construída em forma de degraus, tendo os aposentos do deus Marduc no topo, encontrada em diversas cidades mesopotâmicas. Uma das mais famosas e grandiosas era a de Babel, chamada Etemenanki ("casa da fundação do céu e da terra"), que pode ter sido a fonte da narração bíblica da torre de Babel (Gn 11,1-9). Tem fundamento a afirmação de que a escada vista por Jacó em sonho (Gn 28,10-22) e por ele chamada "porta do céu" (cf. o acádico *bab-ili*, "porta de deus"), fosse um zigurate. Ver também → Babilônia.

Zikkaron. → Memorial.

Zohar. → Cabala.

Segunda parte

Os livros da Bíblia

Celebração do *Seder* pascal, 1450-53. Ms. Parma. 2895 (653) c. 264.

Os cânones do Antigo Testamento

Nas páginas seguintes, transcrevemos a *Tabela Sinótica do Antigo Testamento*.

Judaico ou Palestino	Grego (LXX) ou Alexandrino	Católico	Protestante
TORÁ	PENTATEUCO	PENTATEUCO	PENTATEUCO
Gênesis	Gênesis	Gênesis	Gênesis
Êxodo	Êxodo	Êxodo	Êxodo
Levítico	Levítico	Levítico	Levítico
Números	Números	Números	Números
Deuteronômio	Deuteronômio	Deuteronômio	Deuteronômio
PROFETAS (Neviim)	LIVROS HISTÓRICOS	LIVROS HISTÓRICOS	LIVROS HISTÓRICOS
anteriores	Josué	Josué	Josué
Josué	Juízes	Juízes	Juízes
Juízes	Rute	Rute	Rute
1-2 Samuel	1-2 Reis (1-2 Sm)	1-2 Samuel	1-2 Samuel
1-2 Reis	3-4 Reis (1-2 Rs)	1-2 Reis	1-2 Reis
	1-2 Paralipômenos (Crônicas)	1-2 Crônicas	1-2 Crônicas
posteriores		Esdras	Esdras
Isaías	1 Esdras (apócrifo)	Neemias	Neemias
Jeremias	2 Esdras (Esd e Ne)	Tobias (D)	Ester
Ezequiel	Ester (com acréscimos)	Judite (D)	
	Judite	Ester	
Doze profetas menores	Tobias	1-2 Macabeus (D)	
Oséias	Oração de Manassés		

Judaico ou Palestino	**Grego (LXX) ou Alexandrino** (apócrifo)	Católico	**Protestante**
Joel			
Amós	1-2 Macabeus		
Abdias	3-4 Macabeus (apócrifo)		
Jonas			
Miquéias	LIVROS POÉTICOS	LIVROS POÉTICOS	LIVROS POÉTICOS
Naum	Salmos	E SAPIENCIAIS	E SAPIENCIAIS
Habacuc	Odes (apócrifo)	Jó	Jó
Sofonias	Provérbios	Salmos	Salmos
Ageu	Eclesiastes (Coélet)	Provérbios	Provérbios
Zacarias	Cântico dos cânticos	Coélet (Eclesiastes)	Coélet (Eclesiastes)
Malaquias	Jó	Cântico dos cânticos	Cântico dos cânticos
	Sabedoria (de Salomão)	Sabedoria (D)	
	Sirácida (Eclesiástico)	Sirácida (D)	
	Salmos de Salomão (apócrifo)		
ESCRITOS *(Ketuvim)*	LIVROS PROFÉTICOS	LIVROS PROFÉTICOS	LIVROS PROFÉTICOS
Salmos	Oséias	Isaías	Isaías
Provérbios	Amós	Jeremias	Jeremias
Jó	Miquéias	Lamentações	Lamentações
Cântico dos cânticos	Joel	Baruc (D)	Ezequiel
Rute	Abdias	Ezequiel	Daniel

Judaico ou Palestino	**Grego (LXX) ou Alexandrino**	Católico	**Protestante**
Lamentações	Jonas	Daniel	
Coélet (Eclesiastes)	Naum		
Ester	Habacuc	12 profetas menores	12 profetas menores
Daniel	Sofonias	Oséias	Oséias
Esdras	Ageu	Joel	Joel
Neemias	Zacarias	Amós	Amós
1-2 Crônicas	Malaquias	Abdias	Abdias
	Isaías	Jonas	Jonas
	Jeremias	Miquéias	Miquéias
	Baruc	Naum	Naum
	Lamentações	Habacuc	Habacuc
	Carta de Jeremias	Sofonias	Sofonias
	Ezequiel	Ageu	Ageu
	Daniel (com acréscimos)	Zacarias	Zacarias
		Malaquias	Malaquias

Capítulo Primeiro

Os livros do Antigo Testamento

Pentateuco

Em hebraico, *Torá* (= ensinamento, direção, educação) é a primeira das três seções da Bíblia hebraica ou das quatro seções da Bíblia cristã, e compreende cinco livros: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Não apresenta diferenças ou variantes nos diferentes cânones.

Gênesis. Em hebraico, *Bereshit* (= no princípio). Primeiro livro do Pentateuco e, portanto, da Bíblia. Compreende cinqüenta capítulos, que podem ser divididos em três partes:

1. História primordial bíblica (criação, queda, Caim e Abel, dilúvio e arca de Noé, torre de Babel e divisão dos povos: Gn 1-11).
2. História dos Patriarcas (= Abraão, Isaac, Jacó: Gn 12-38).
3. "Romance" de José (sua venda, seu sucesso e a descida de seu pai e de seus irmãos para o Egito: Gn 39-50).

   Redação final: séc. V a.C.

Êxodo. Em hebraico, *Shemot* (= nomes). Segundo livro do Pentateuco. Compreende quarenta capítulos, que podem ser divididos em seis partes:

1. Opressão dos hebreus e infância de Moisés (Ex 1-2).
2. Vocação de Moisés, dez pragas, instituição da Páscoa e passagem do mar Vermelho (Ex 3-15).

3. Caminho no deserto, murmurações, maná e codornizes, teofania do Sinai, decálogo e aliança (Ex 16-24).
4. Disposições acerca dos santuários e do culto e instituição do sacerdócio (Ex 25-31).
5. Bezerro de ouro e renovação da aliança (Ex 32-34).
6. Demais disposições e sua execução (Ex 35-40).

Redação final: séc. V a.C.

Levítico. Em hebraico, *Wa-yqra'* (= e chamou). Terceiro livro do Pentateuco. Compreende 27 capítulos, que podem ser divididos em cinco partes:

1. Leis sobre os diversos tipos de sacrifícios e sobre os sacerdotes (Lv 1-10).
2. Normas sobre puro e impuro (Lv 11-15).
3. Ritos de expiação, relações sexuais e leis rituais, morais e penais (Lv 16-20).
4. Normas para os sacerdotes, calendário litúrgico e leis sobre a terra e sobre os escravos (Lv 21-25).
5. Bênçãos e maldições; votos e dízimos (Lv 26-27).

Redação final: séc. V a.C.

Números. Em hebraico, *Ba-midbar* (= no deserto). Quarto livro do Pentateuco. Compreende 36 capítulos, que podem ser divididos em sete partes:

1. Recenseamento e leis (Nm 1-10).
2. Partida do Sinai e caminho no deserto (Nm 11-12).
3. Envio dos exploradores à terra de Canaã e normas rituais (Nm 13-15).
4. Revolta de Coré, Datã e Abiram, outras leis, morte de Maria, irmã de Moisés, murmurações, serpente de bronze e confrontos armados com diversos povos (Nm 16-21).
5. Episódio de Balaão e sua jumenta (Nm 22-24).
6. Quedas do povo, novo recenseamento, escolha e posse de Josué, diversas leis e guerra contra os madianitas (Nm 25-31).

7. Estabelecimento das tribos de Rúben, Gad e uma parte de Manassés na Transjordânia, normas sobre a divisão das terras, as filhas de Salfaad (Nm 32-36).

   Redação final: séc. V a.C.

Deuteronômio. Em hebraico, *Debarim* (= palavras). Quinto livro do Pentateuco. Compreende 34 capítulos, que podem ser divididos em 5 partes:

1. Primeiro discurso de Moisés nas estepes de Moab — recapitulação do êxodo (Dt 1-4).
2. Segundo discurso de Moisés — segundo Decálogo, "ouça, Israel" ou *Shemá*, código deuteronômico, bênçãos e maldições (Dt 5-28).
3. Terceiro discurso de Moisés — renovação da aliança e últimas exortações (Dt 29-30).
4. Palavras de despedida de Moisés, cântico de Moisés, bênçãos às tribos (Dt 31-33).
5. Morte de Moisés e sua sepultura da parte de Deus (Dt 34).

   Redação final: séc. V a.C.

Livros históricos

Segunda seção da Bíblia cristã. Compreende doze livros canônicos e, no cânon católico, quatro deuterocanônicos. No cânon hebraico, *Josué, Juízes, 1-2 Samuel* e 1-2 *Reis* estão reunidos na seção dos profetas, com o título de "profetas anteriores"; a tradição antiga atribui sua autoria aos profetas.

Josué. Livro histórico (no cânon hebraico, "profeta anterior"). Compreende 24 capítulos, que podem ser divididos em três partes:

1. Preparativos para a conquista, os espiões de Jericó, passagem do Jordão, conquista de Jericó e de Hai, complementação da conquista (Js 1-12).

2. Divisão da Terra Prometida entre as tribos (Js 13-21).
3. Últimos atos de Josué, assembléia de Siquém, despedida e morte de Josué (Js 22-24).

Redação final: séc. VI a.C.

Juízes. Em hebraico, *Shofetim* (= juízes). Livro histórico (no cânon hebraico, "profeta anterior"). Compreende 21 capítulos, que podem ser divididos em três partes:

1. Duas introduções: a primeira (1-2,5) sobre a situação das tribos estabelecidas em Canaã e a segunda (2,6-3,6) sobre a teologia da história.
2. Acontecimentos relativos aos seis "grandes" e aos seis "pequenos" juízes (Jz 3,7-16).
3. Acontecimentos relativos a Micas e ao santuário de Dã, à concubina do levita de Efraim e à guerra contra os benjaminitas (Jz 17-21).

Redação final: século V a.C.

Rute. Livro histórico (no cânon hebraico, quinto da seção "Escritos"). É composto de quatro capítulos, que narram o retorno a Belém da viúva Noemi, acompanhada de sua nora moabita Rute, o matrimônio de Rute com Booz e o nascimento de Obed, avô de Davi.

Redação final: séculos V-IV a.C.

1 e 2 Samuel. Livros históricos (no cânon hebraico, "profetas anteriores"). Compreendem respectivamente 31 e 24 capítulos, que podem ser divididos em cinco partes:

1. Infância e vocação de Samuel, acontecimentos relativos à Arca junto aos filisteus e vitória de Israel sobre estes (1Sm 1-7).
2. Unção de Saul como primeiro rei de Israel, culpas de Saul e ruptura com Samuel (1Sm 8-15).
3. Davi na corte de Saul, episódio de Golias, fuga de Davi em face da perseguição de Saul, aliança de Davi com os filis-

teus, batalha de Gelboé, morte de Saul e de Jônatas (1Sm 16-31), lamentação de Davi pela morte dos dois heróis (2Sm 1).

4. Reinado de Davi sobre Judá e Israel, profecia de Natã sobre a perpetuação da dinastia davídica, pecado de Davi com Betsabéia, castigo e arrependimento de Davi, revolta e morte de Absalão (2Sm 2-20).
5. Outros episódios da vida de Davi (2Sm 21-24).

Redação final: séc. VI a.C.

Na versão dos LXX, 1 e 2 Samuel constituem os livros 1 e 2 dos Reinos (*Basiléion*) e na Vulgata, 1 e 2 *Reis*.

1 e 2 Reis. Em hebraico, *Melakhim* (= reis). Livros históricos (no cânon hebraico, "profetas anteriores"). Formando originariamente um único livro, compreendem respectivamente 22 e 25 capítulos, que podem ser divididos em oito partes:

1. Sucessão de Davi (1Rs 1-2).
2. Reinado de Salomão, construção e dedicação do Templo, visita da rainha de Sabá, pecados e morte de Salomão (1Rs 3-11).
3. Cisma e rompimento da unidade do reino (1Rs 12-13).
4. História dos dois reinos até Elias (1Rs 14-16).
5. Ciclo de Elias (1Rs 17-22; 2Rs 1).
6. Ciclo de Eliseu (2Rs 2-13).
7. Os dois reinos até a queda de Israel (2Rs 14-17).
8. O reino de Judá desde Ezequias até a destruição de Jerusalém por parte de Nabucodonosor (2Rs 18-25).

Redação final: séc. VI a.C.

Na tradução dos LXX, 1 e 2 Reis constituem os livros 3 e 4 dos Reinos (*Basiléion*), e na Vulgata, 3 e 4 Reis.

1 e 2 Crônicas. Em hebraico, *divré ha-yamim* (= fatos dos dias). Livros históricos (no cânon hebraico, são os últimos da seção "Escritos"). Formando originariamente um único livro, compreendem respectivamente 29 e 36 capítulos, que podem ser divididos em cinco partes:

1. Genealogias de Adão a Davi (1Cr 1-9).
2. Reino de Davi (1Cr 10-29).
3. Reino de Salomão (2Cr 1-9).
4. Os reis de Judá até Joatão (2Cr 10-27).
5. Das reformas de Ezequias e Josias à queda do reino e ao edito de Ciro (2Cr 28-36).

Escritas nos séculos IV-III a.C. pelo mesmo autor de *Esdras* e *Neemias* (o Cronista), em ambiente sacerdotal, as *Crônicas* são em grande parte paralelas aos profetas anteriores, sobretudo *Samuel* e *Reis*. Seu interesse é mais teológico do que histórico, tanto na seleção dos fatos quanto em sua interpretação. Na tradução dos LXX, seguida pela Vulgata, são chamadas de *Paraleipómena (Paralipômenos)*, isto é, "complemento" de *Samuel-Reis*.

***Esdras* e *Neemias*.** Livros históricos (no cânon hebraico, são os penúltimos da seção "Escritos"). Formando originariamente um único livro, compreendem respectivamente dez e treze capítulos e representam a segunda parte, depois de *Crônicas*, da obra do Cronista (séculos IV-III a.C.). As quatro seções em que se articula o livro tratam, respectivamente, do retorno do exílio e reconstrução do templo (Esd 1-6), da missão de Esdras (Esd 7-10), da missão de Neemias (Ne 1-7), da promulgação da lei, recenseamento e última missão de Neemias (Ne 8-13). A divisão em dois livros foi feita em época cristã; os títulos atuais figuram na Bíblia hebraica desde o séc. XVI.

***Tobias*.** Livro histórico deuterocanônico, conservado na tradução grega (por sua vez atestada em duas [?] críticas) do original aramaico ou hebraico. Compreende catorze capítulos e narra a história romanceada do piedoso Tobit, que ficou cego, e do seu filho Tobias, o qual, acompanhado pelo anjo Rafael, pôs-se a caminho para reaver o dinheiro do pai. Casou-se com sua prima Sara, libertando-a das insídias do demônio Asmodeu. Curou depois o seu pai da cegueira com o fígado de um peixe, prescrito pelo anjo que o acompanhou. A obra remonta provavelmente ao ano 200 a.C.

Judite. Livro histórico deuterocanônico, conservado em tradução grega do original aramaico ou hebraico. Compreende dezesseis capítulos e narra, em forma de romance, os fatos relativos à jovem viúva Judite, que liberta a cidade de Betúlia do assédio de Holofernes, general de um legendário rei assírio Nabucodonosor; ela o seduz, o embriaga e corta-lhe a cabeça, provocando a fuga do exército inimigo. A vitória é celebrada pelo grande cântico de Judite (16,1-17). A obra data da metade do século II a.C.

Ester. Livro histórico (no cânon hebraico, é o oitavo livro da seção "Escritos"). A menina hebréia de nome Ester, que se tornou rainha da Pérsia, seguindo os conselhos do seu parente Mardoqueu, obteve do rei Assuero a salvação dos hebreus persas, ameaçados de extermínio pelo ministro Amã, que foi posteriormente punido. O livro, legendário, conclui com a instituição da festa de *Purim*. Composto em torno da metade do séc. II a.C., possui a característica singular de não trazer nenhuma vez o nome de Deus; o que, por outro lado, acontece nos acréscimos deuterocanônicos da tradução grega (conservada em cinco críticas diferentes), datadas posteriormente de algumas décadas.

1** e **2 Macabeus. Livros históricos deuterocanônicos, compostos respectivamente de dezesseis e quinze capítulos. O primeiro, escrito em hebraico e conservado somente em grego, remonta ao ano 100 a.C. aproximadamente, e narra o programa de helenização de Antíoco IV, da Síria (1Mc 1-2); a revolta do sacerdote Matatias e dos seus filhos Judas, Jônatas e Simão Macabeu, contra os selêucidas, até a sucessão de João Hircano (1Mc 3-16). O livro possui um notável valor histórico e é rico em documentos oficiais. O segundo, escrito em grego, declara-se como um compêndio de uma obra em cinco livros, escrita por Jasão de Cirene, que nos é desconhecido, e é em parte paralelo ao primeiro livro, tratando, depois das premissas, dos primeiros anos da revolta até às vitórias de Judas Macabeu. Provavelmente contemporâneo ou pouco posterior ao primeiro livro, possui um valor histórico menor; contém vários episódios

legendários, tais como a prodigiosa caçada ao saqueador do Templo, Heliodoro, o martírio do velho Eleazar e o dos sete irmãos com sua mãe, por obra de Antíoco IV.

Livros poéticos e sapienciais

Terceira seção da Bíblia cristã. Compreende cinco livros canônicos e dois deuterocanônicos. No cânon hebraico, esta seção, chamada "Escritos" (*Ketuvim*), é a terceira e última, compreendendo, além dos cinco livros canônicos definidos como "livros poéticos e sapienciais" (Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cântico dos cânticos), também Rute, Lamentações, Ester, Daniel, Esdras, Neemias e 1 e 2 Crônicas.

Jó. Livro que leva o nome do seu protagonista, um sábio e justo não hebreu, habitante de um país não identificado muito bem, de nome Hus. Compreende 42 capítulos, que podem ser assim divididos: um prólogo em prosa (Jó 1-2) que narra a derrocada de Jó, o qual passa da prosperidade à miséria, ao luto e à doença, por causa de um desafio entre satanás e Deus; um conjunto poético, no qual os amigos que vieram visitá-lo (Elifaz, Baldad, Sofar e, mais tarde, Eliú) e o próprio Jó discutem o problema do sofrimento, colocando em contraste a "sabedoria" dos antigos, que relacionam sofrimento e culpa, prosperidade e justiça, com o sentimento de inocência professado por Jó (Jó 3-37). Seguem duas intervenções de Deus, que exaltam sua onipotência criadora da natureza, e as respostas de Jó (Jó 38-42,6); na seqüência, há um epílogo em prosa (Jó 42,7-16) que narra o restabelecimento da prosperidade de Jó.

A data mais provável é a do séc. V a.C.: o prólogo e o epílogo talvez possam ser anteriores ao exílio; quanto ao conjunto poético, é posterior ao exílio.

Salmos. Em hebraico, *Tehilim* (= louvores); em grego, *psalmói*, cantos acompanhados por um instrumento de cordas ou saltério (em grego, *psaltérion*). A denominação grega corres-

ponde, na realidade, ao hebraico *mizmor*, presente no título de 57 salmos. Os salmos canônicos são 150, divididos em cinco livros, em analogia com o Pentateuco: 1-41; 42-72; 73-89; 90-106; 107-150.

A numeração da LXX, seguida pela Vulgata, difere da numeração hebraica: os salmos 9 e 10 da Bíblia hebraica foram unidos num só, e o 147 da própria Bíblia hebraica foi dividido em dois; portanto, do salmo 11 ao 146, a LXX e a Vulgata possuem uma numeração inferior em uma unidade, comparadas com a Bíblia hebraica.

A grande variedade de gêneros literários presentes nos salmos pode ser agrupada em três categorias principais: salmos de louvor (que se subdividem, por sua vez, em hinos, salmos reais e os assim chamados salmos de Sião); salmos de crise (súplicas individuais e súplicas coletivas, manifestações de confiança e salmos de ação de graças); salmos de meditação (reflexões sobre a história de Israel, ensinamentos, celebrações da Torá). Uma classificação particular é a dos salmos penitenciais (6, 32, 38, 51, 102, 130, 143) e a dos salmos graduais ou cânticos das subidas (120-134).

A data de cada salmo é extremamente incerta: fala-se do séc. IX a.C. ou mesmo de datas anteriores até o pós-exílio, com remanejamentos ou atribuições (os títulos que aparecem antes da maior parte dos salmos não possuem valor histórico). O saltério, em sua forma atual, é datado do séc. II a.C.

Provérbios. Em hebraico, *mishlé Shelomó* (= sentenças de Salomão). Livro sapiencial, atribuído em acréscimo posterior ao rei Salomão. Compreende 31 capítulos, divididos em sete, oito ou nove coleções, conforme as edições; destas, algumas são atribuídas a Salomão, outras aos sábios, ao sábio árabe Agur, ao rei árabe Lemuel (todas atribuições historicamente improváveis). Possuem particular interesse os "provérbios numéricos" (33,15-33), as personificações da sabedoria (1,20-32; 8,1-36; 9,1-6) e o elogio da mulher forte (31,10-31).

O livro formou-se entre o séc. X e o séc. V a.C. e é dependente, em parte (22,17-23,12), da sabedoria egípcia de Amenemopé, do séc. XI a.C.

Coélet ou ***Eclesiastes.*** Livro sapiencial, atribuído em acréscimo posterior ao rei Salomão. Compreende doze capítulos; o último destes se fecha com um epílogo (9,14) que a crítica considera ter sido escrito por um discípulo do autor. A atribuição do livro a Salomão não tem fundamento; a obra pode ser datada do séc. III a.C. O título, com base no qual se dá nome ao autor, é entendido geralmente como "aquele que fala (ou participa) da assembléia"; desta definição origina-se o título grego, de igual significado, *Ekklesiastés*, bem como o de *Pregador*, que aparece nas traduções modernas.

O conteúdo do livro não é organizado seguindo uma linha de pensamento coerente; contém máximas, exortações dadas a um discípulo e confissões autobiográficas, de tal modo que alguns estudiosos o compararam a um diário espiritual. Foram levantadas hipóteses a respeito da influência do pensamento estóico (devido ao pessimismo que permeia todo o livro) ou de um ambiente fenício (em razão de algumas expressões lingüísticas).

Cântico dos cânticos. Em hebraico, *Shir ha-shirim* (= cântico dos cânticos, cântico por excelência). Livro sapiencial, atribuído em acréscimo posterior a Salomão. Compreende oito capítulos e consiste em uma série de poemas de amor, que têm como protagonistas o amado e a amada. Ainda que o texto contenha inúmeros diálogos, alguns estudiosos crêem tratar-se de uma composição teatral, mas esta hipótese não é contemplada por uma estrutura e uma progressão adequadas, como também não se justifica a identificação dos dois amantes como esposo e esposa. Nos cantos de amor deste livro, foram observadas analogias com celebrações de núpcias divinas cananéias ou com cantos nupciais. A exegese hebraica e cristã leu o cântico em chave alegórica, vendo, nas duas partes em questão, Deus e Israel, Cristo e a Igreja, Deus e a alma amante. Hoje, prefere-se uma interpretação literal, vendo-se na inserção deste livro no

cânon (discutida no judaísmo rabínico até o início do séc. II d.C.) um reconhecimento e uma celebração do eros humano.

A data mais comum é a do séc. IV a.C.

Sabedoria. Livro deuterocanônico, que no original grego intitula-se *Sabedoria de Salomão*. Compreende dezenove capítulos. Foi escrito em grego por um judeu alexandrino, provavelmente na segunda metade do séc. I a.C.; portanto, do ponto de vista da cronologia, é o último livro do Antigo Testamento. Pode-se dividi-lo em três seções: a sabedoria, fonte de vida (Sb 1-5); a sabedoria, inspiradora dos reis e esposa de Salomão (Sb 6-9); a presença da sabedoria na história de Israel (Sb 10-19). Neste livro aparecem, de forma explícita, a crença na imortalidade como prêmio dos justos.

Sirácida ou ***Eclesiástico.*** Livro deuterocanônico, assim denominado por causa do título que recebeu na LXX: "Sabedoria de Jesus, filho de Sirac". Foi também intitulado Eclesiástico por ter sido largamente usado pela Igreja na catequese. Compreende 51 capítulos; foi escrito em hebraico, em torno do ano 190 a.C. e traduzido para o grego pelo neto do autor, no ano 132 a.C. (conforme uma outra hipótese, a composição teria sido feita um pouco mais tarde). Parte (dois terços) foi encontrada do original hebraico em várias descobertas a partir de 1896. O pensamento do Eclesiástico, cujo autor foi definido um "conservador iluminado", articula-se em uma série de exortações às virtudes, conselhos práticos, reflexões sobre a história bíblica, elogios aos pais (de Enoc a Neemias e Simão, o sumo sacerdote), culminando na autocelebração da sabedoria (Eclo 24,1-21 ou 1-30), identificada com a Torá de Moisés. Embora tenha sido excluído do cânon judaico, este livro é citado muitas vezes pela literatura rabínica, em virtude do seu conteúdo distante do helenismo.

Livros proféticos

Quarta seção da Bíblia cristã. Compreende dezessete livros canônicos e um deuterocanônico *(Baruc)*. No cânon judaico, Lamentações e Daniel, estão entre os "Escritos". Os profetas em sentido pleno, no cânon cristão, estão divididos (exclusivamente em razão das dimensões dos seus livros) em maiores — Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel — e menores, agrupados tradicionalmente em um único livro. No cânon judaico, os Profetas (*Neviim*) constituem a segunda seção, incluindo tanto os livros históricos (profetas anteriores) como os profetas em sentido pleno (profetas posteriores). Do ponto de vista cronológico, os profetas normalmente são divididos em pré-exílicos, exílicos e pós-exílicos, de acordo com este esquema:

pré-exílicos: Amós, Oséias, Proto-Isaías, Miquéias, Naum, Sofonias, Habacuc;
exílicos: Jeremias, Ezequiel, Deutero-Isaías;
pós-exílicos: Ageu, Proto-Zacarias, Trito-Isaías, Malaquias, Abdias, Joel, Jonas, Deutero-Zacarias, Daniel.

Os profetas maiores

Isaías. Primeiro dos profetas maiores. O livro, que compreende 66 capítulos, é dividido pelos críticos modernos em três partes, chamadas respectivamente de Proto-Isaías (Is 1-39), Deutero-Isaías (Is 40-55), Trito-Isaías (56-66). Somente a primeira seção é atribuída, em sua maior parte, ao profeta Isaías, nascido aproximadamente no ano 765 a.C., ou à sua escola, constituindo o resultado redacional da fusão de várias coletâneas, com acréscimos posteriores.

A primeira parte (Is 1-12) contém oráculos, visões e poemas, entre os quais o "Canto da vinha" (5,1-7) e o assim chamado "Livro do Emanuel" (Is 6-12), que se abre com a vocação de Isaías e a visão do Senhor três vezes santo, e compreende os três textos que a liturgia cristã do Advento aplica ao nascimento de Jesus (7,10-17; 9,1-6; 11,1-9). Seguem os oráculos contra as

nações (Is 13-23), o denominado "Apocalipse" (Is 24-27), os oráculos sobre Israel e Judá no tempo do rei Ezequias (c. 715-686, Is 28-33), o "pequeno Apocalipse" contra Edom e sobre o triunfo de Jerusalém (Is 34-35) e, enfim, um apêndice histórico, parcialmente em prosa, sobre os acontecimentos relacionados a Isaías e Ezequias, com a milagrosa cura deste (Is 36-39).

O Deutero-Isaías ou Livro da Consolação de Israel (Is 40-55) remonta a um profeta desconhecido do período exílico tardio, contendo os quatro cantos do Servo do Senhor — 42,1-4 ou 1-9; 49,1-6; 50,4-9 ou 4-11; 52,13-53,12 (ver também o verbete "Servo", na seção "Terminologia das ciências bíblicas") — e algumas das mais famosas proclamações, como o anúncio da libertação (Is 40,1-11), a escolha de Israel (Is 41,6-20), o apóstrofe a Ciro (Is 45,1-8), o resgate de Jerusalém (Is 52,1-12), a aliança eterna (Is 55,1-11).

O Trito-Isaías, obra de um autor pós-exílico, concentra-se na vocação do profeta (Is 61) e contém vários oráculos, dentre os quais os mais importantes celebram a glória e o esplendor futuro de Jerusalém (Is 60 e 62), e anunciam os novos céus e a nova terra (Is 65,17-25).

Jeremias. Segundo dos profetas maiores. O livro, composto de 52 capítulos, foi formado a partir de um núcleo que remonta ao próprio profeta, nascido aproximadamente no ano 650 a.C., de família sacerdotal. O livro pode ser dividido em uma primeira parte (Jr 1-25), que contém as profecias e a pregação de Jeremias contra Judá e Jerusalém, intermediadas por referências autobiográficas ("confissões de Jeremias"). Uma segunda parte (Jr 26-45), na qual prevalece a prosa, compreendendo discursos e ações simbólicas do profeta. Os núcleos principais desta parte são o anúncio de salvação ou "Livro da consolação" (Jr 30-33), que culmina na promessa da nova aliança (Jr 31,31-34), e a narração da prisão, encarceramento e libertação de Jeremias, em virtude da sua oposição ao rei e à corte (Jr 36-48). Esta seção conclui com os oráculos pronunciados por Jeremias contra os judeus que o tinham obrigado a fugir para o Egito (Jr 43-44); o capítulo 45, assinado por Baruc — seu provável

redator —, secretário de Jeremias, conclui esta parte. Uma terceira parte (Jr 46-51) contém oráculos contra as nações, que talvez encontrassem seu lugar apropriado depois do capítulo 25, como se pode ver na tradução dos LXX. O Apêndice, constituído pelo capítulo 52, narra a destruição de Jerusalém em 587/6, reproduzindo, com alguns acréscimos, 2Rs 24,18-25,30.

Ezequiel. Terceiro dos profetas maiores. O seu livro, que compreende 48 capítulos, pode ser dividido em cinco seções, organicamente estruturadas: uma introdução (Ez 1-3), uma pregação, com oráculos de julgamento sobre Jerusalém, feita antes do assédio babilônico (Ez 4-24), uma série de oráculos contra as nações pagãs (Ez 25-32), uma segunda pregação, contemporânea e posterior ao assédio e à queda de Jerusalém (Ez 33-39), na qual o profeta consola o povo, e, enfim, um programa legislativo para a futura comunidade daqueles que retornarão à terra de Israel (Ez 40-48). A data em torno da qual se organiza todo o livro é 587/6 a.C., ano da destruição de Jerusalém por Nabucodonosor. O ministério de Ezequiel pode ser colocado entre o ano de 593, ano da grande teofania (ou visão do carro), com a qual se abre o livro, e o ano de 571. O lugar é a cidade babilônica de Tel Aviv, para onde o profeta havia sido deportado em 587. Características deste livro são as visões alegóricas, as ações simbólicas e a importância dada ao Templo (Ezequiel é um sacerdote), em dois momentos: quando a glória do Senhor abandona o santuário atual (Ez 10) e da minuciosa descrição do Templo futuro, no qual Deus retornará (Ez 40-43). Além disso, merecem ser lembradas a proclamação da responsabilidade pessoal (Ez 3,16-21 e 18) e a visão dos ossos secos (Ez 37).

Lamentações. Em hebraico, *Ekhá* (= como). No cânon hebraico, sexto livro da seção dos "Escritos". É composto por cinco elegias sobre a destruição de Jerusalém, atribuídas pelos LXX e pela Vulgata ao profeta Jeremias; as primeiras quatro são alfabéticas.

A composição destes cantos, que não podem ser atribuídos a um só autor, é de época exílica.

Baruc. Livro deuterocanônico conservado na tradução grega e atribuído ao secretário de Jeremias. É formado por cinco capítulos, mais um sexto, intitulado separadamente "Carta de Jeremias". Contém uma confissão dos pecados, um elogio da sabedoria, um poema no qual Jerusalém admoesta e conforta os seus filhos e, enfim, uma polêmica anti-idolátrica.

Não pode ser anterior ao primeiro século a.C.

Daniel. Quarto dos profetas maiores para o cânon cristão. O livro é o nono dos "Escritos", para o cânon judaico. O texto canônico, que compreende doze capítulos, foi escrito em parte em hebraico (Dn 1 e 8-12) e em parte em aramaico (Dn 2-7, com exceção de 3,24-90, deuterocanônico grego); os capítulos finais (Dn 13-14) são, também, deuterocanônicos.

Na primeira parte (Dn 1-6), o livro narra várias aventuras de Daniel e de seus três companheiros: o sonho de Nabucodonosor explicado por Daniel (Dn 2), os três jovens na fornalha (Dn 3, com o acréscimo deuterocanônico contendo os cânticos de Azarias e dos três jovens, a loucura de Nabucodonosor (Dn 4), o banquete de Baltazar (Dn 5), Daniel na cova dos leões (Dn 6).

A segunda parte do livro (7-12) expõe quatro visões de Daniel, em sonho, com a devida interpretação, e constitui a seção apocalíptica do livro. As mais famosas são, na primeira, a aparição do "filho do homem" (Dn 7,13-14), na terceira, a profecia das setenta semanas dos anos (Dn 9). O segundo acréscimo deuterocanônico é formado pelo capítulo 13 (Susana e os dois anciãos) e pelo 14 (Daniel e o ídolo Bel, Daniel e o dragão, Daniel na cova dos leões).

O livro, de autor desconhecido, data do ano 165 a.C., aproximadamente.

Os profetas menores

Assim denominados por causa da sua brevidade, estes doze escritos fecham o cânon cristão do Antigo Testamento e a seção dos *Neviim* da Bíblia hebraica. Sua ordem corresponde à sucessão cronológica tradicional, não confirmada pela crítica.

Oséias. Primeiro dos profetas menores. O livro é composto por catorze breves capítulos, que podem ser divididos em três partes: o matrimônio — de conotação simbólica — de Oséias com uma prostituta (Os 1-3); reprovações a Israel e aos seus chefes e anúncios de castigo (Os 4-14,1); conclusão com perspectivas de conversão e salvação (Os 14,2-10). O ponto alto do livro é a profissão de amor de Deus por Israel e a promessa de perdão (Os 11).

Oséias foi contemporâneo de Isaías (séc. VIII a.C.); seu livro provavelmente sofreu reelaborações posteriores.

Joel. Segundo dos profetas menores. O livro é composto de quatro capítulos, contendo doze núcleos literários distintos: oito na primeira parte (Jl 1-2) e quatro na segunda (Jl 3-4). Os temas mais importantes são uma calamidade (a praga dos gafanhotos), a descrição do "dia do Senhor", a exortação ao arrependimento, a efusão do espírito, o juízo dos povos e a restauração de Israel.

O livro normalmente data do final do século V-IV a.C.

Amós. Terceiro dos profetas menores. O livro é composto de nove capítulos assim distribuídos: ameaças contra as nações e contra Israel (Am 1-6); cinco visões (Am 7-9,10); promessa de restauração e de retorno dos exilados (Am 9,11-15). Os pontos fortes do livro são a vocação do profeta (Am 3,3-8), o anúncio do dia do Senhor (Am 5,18-20) e as investidas contra o luxo da Samaria, contra a injustiça social e contra o culto hipócrita.

O profeta viveu no séc. VII a.C.; o seu livro passou por uma reelaboração em época exílica e pós-exílica.

Abdias. Quarto dos profetas menores. O livro é constituído somente por 21 versículos, dos quais os vv. 2 e 9 aparecem em Jr 49,7.22. Trata-se de uma visão contra Edom: profetiza o dia do Senhor, quando Israel retornará vitorioso sobre o monte Sião.

A data da composição é extremamente incerta: os estudiosos oscilam entre o séc. IX a.C. e a época pós-exílica.

Jonas. Quinto dos profetas menores. O livro é composto por quatro capítulos; na realidade, trata-se de uma narração edificante, que tem como personagem imaginária o anônimo profeta do séc. VIII a.C., que aparece aqui como enviado de Deus para anunciar o castigo de Nínive, foge da sua missão pelo mar, é engolido por um peixe e depois vomitado na praia. Dirige-se então a Nínive, cujos habitantes se arrependem e são perdoados por Deus, para desilusão do profeta. O livrinho encerra com uma reprovação do Senhor ao profeta pela sua falta de misericórdia. Inspirado numa visão universalística e animado por um humor sutil, data, até por razões lingüísticas, da época pós-exílica (séc. V-IVa.C.).

Miquéias. Sexto dos profetas menores. O livro é composto de sete capítulos e pode ser dividido em quatro partes que alternam ameaças e promessas a Israel, em parte datáveis do tempo do profeta (segunda metade do séc. VIII a.C.), em parte de época exílica e pós-exílica. O livro contém a famosa profecia relativa a Belém, da qual sairá o Messias (Mq 5,1-3), e a síntese do que Deus pede ao homem (Mq 6,8), um texto muito citado pela literatura rabínica.

Naum. Sétimo dos profetas menores. Os três capítulos do livrinho são inteiramente constituídos de ameaças contra Nínive, com o anúncio da sua ruína, que aconteceria pouco mais tarde, em 612 a.C.

Habacuc. Oitavo dos profetas menores. Constituído de três capítulos, contém em sua primeira parte (Hab 1-2,4) um diálogo entre o profeta — que lamenta a violência dos caldeus, permitida por causa da impunidade dos ímpios — e Deus — que proclama que "o justo viverá por sua fidelidade" (Hab 2,4), tema mais tarde desenvolvido por Paulo (Gl 3,6-12; Rm 1,16-17). A segunda parte é composta de cinco ataques contra o opressor (Hab 2); a terceira é uma lamentação do profeta ao Senhor, que triunfará sobre o ímpio (Hab 3).

A data de composição, prescindindo de interpolações tardias, coloca-se na época de Jeremias (final do séc. VII, início do séc. VI a.C.).

Sofonias. Nono dos profetas menores. Conforme uma indicação com a qual se abre o seu breve livro, ele teria profetizado no tempo do rei Josias (segunda metade do séc. VII a.C.), provavelmente antes da reforma religiosa e antes de Jeremias, ou talvez alguns decênios mais tarde. Os três capítulos do livro tratam de uma temática muito comum: "o dia do Senhor" (Sf 1,2-2,3), oráculos contra as nações (Sf 2,4-15), oráculos contra Jerusalém (Sf 3,1-8), promessa de conversão dos povos e retorno do resto de Israel (Sf 3,9-20). O tema do dia do Senhor, já presente em *Amós*, é expresso (Sf 1,14-18) com palavras que inspiraram o hino litúrgico medieval *Dies irae*.

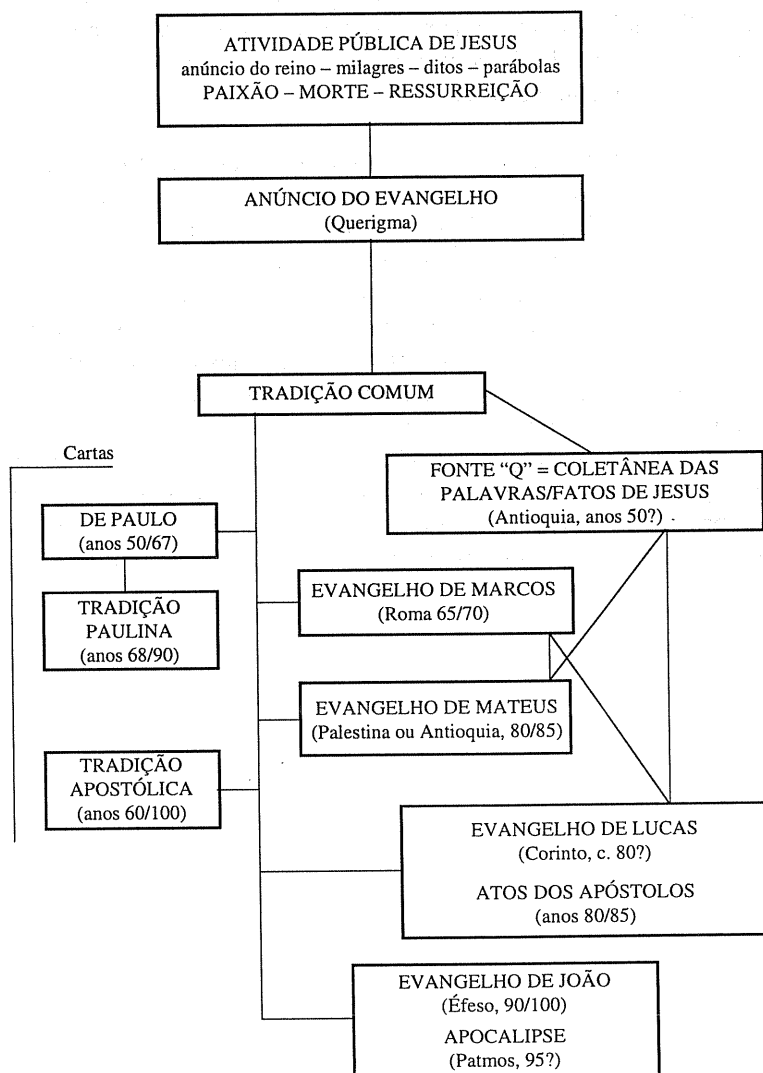
Ageu. Décimo dos profetas menores. Os dois capítulos do seu livro, escrito inteiramente em prosa, contêm quatro discursos que, pelas indicações fornecidas pelo próprio livro, teriam sido pronunciados entre agosto e dezembro do ano 520 a.C. Os destinatários são o governador Zorobabel e o sumo sacerdote Josué, que Ageu exorta a reconstruir o Templo; um Templo que, embora mais modesto do que o de Salomão, será mais glorioso. A Zorobabel particularmente, o profeta anuncia uma proteção divina e o proclama "selo" do Senhor, isto é, figura messiânica.

Zacarias. Décimo primeiro dos profetas menores. O livro composto de catorze capítulos, está claramente dividido em duas partes: 1-8 ou Proto-Zacarias e 9-14 ou Deutero-Zacarias, com certeza obra de autores diferentes, pertencentes a épocas diferentes.

A primeira parte, atribuível (com retoques redacionais) ao próprio profeta, é contemporânea à profecia de Ageu e compreende oito visões simbólicas, precedidas por um apelo à conversão e concluídas por uma promessa de salvação messiânica.

O Deutero-Zacarias, no qual o profeta não mais aparece, provavelmente pertence ao final do séc. IV a.C. e contém alguns anúncios messiânicos; destes, o mais famoso é o da chegada do messias montado num jumento (Zc 9,9) e daquele que "transpassaram" (Zc 12,10), pelo qual usarão luto como para um filho único, ambos atribuídos a Jesus no Novo Testamento; esta parte é concluída com o anúncio de um combate escatológico e a exaltação de Jerusalém.

Malaquias. Décimo primeiro dos profetas menores. Composto de três capítulos, provavelmente remonta à primeira metade do séc. V a.C. É obra anônima, porquanto o nome Malaquias (= meu mensageiro) é somente um apelido extraído de 3,1. Os temas contidos neste livro podem ser reduzidos a seis: o amor divino por Israel, a reprovação aos sacerdotes que oferecem animais defeituosos, a reprovação àqueles que se divorciaram e se casaram com estrangeiras, a iminência do dia do Senhor, a punição por não se ter oferecido o dízimo, o dia do juízo. Na conclusão (Ml 3,33-34), que é também a conclusão do Antigo Testamento segundo o cânon cristão, anuncia-se o envio do profeta Elias para preparar os corações para o dia do Senhor, figura que o Novo Testamento identificou com João Batista.

UMA HIPÓTESE SOBRE A FORMAÇÃO DO NOVO TESTAMENTO

Capítulo Segundo

Livros do Novo Testamento

Existem, ainda hoje, grandes divergências entre os estudiosos sobre a autenticidade e a data de composição dos textos do Novo Testamento, com exceção das epístolas atribuídas com certeza a são Paulo (1 Tessalonicenses, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, Filemon e Romanos). A posição dos estudiosos varia da mais conservadora, que mantém autores e datas tradicionais, até à mais crítica, que tende a deslocar para cerca do ano 100 (e também mais tarde) a data de inúmeros escritos do Novo Testamento. Entre estes dois extremos, há uma gama infinita de posições intermediárias. Nem sempre é fácil orientar-se entre estas várias hipóteses: existem razões internas aos textos (linguagem, expressões, citações) e externas (referências, alusões) que defendem uma ou outra solução.

Geralmente a data de um escrito depende da solução adotada acerca da sua autenticidade. Por exemplo, caso as epístolas "pastorais" (1 e 2 Tm e Tt) sejam atribuídas pessoalmente a Paulo, serão colocadas antes do ano 64; caso, por outro lado, a autenticidade paulina seja posta em dúvida e elas sejam atribuídas a um colaborador de Paulo, serão colocadas pelo ano 90, quando as comunidades já estavam constituídas de forma mais estável. Por esta razão se fala em "escolas" paulina, petrina, joanina, das quais surgiram alguns textos do Novo Testamento. Estes, ainda que não autênticos do ponto de vista formal (isto é, escritos ou ditados diretamente pelo apóstolo), podem ser considerados autênticos do ponto de vista da inspiração (quer dizer, escritos por um discípulo que tinha como base os ensinamentos do apóstolo). Este é o caso, por exemplo, das Cartas aos Efésios

e Cartas aos Hebreus, da 2 Tessalonicenses (de inspiração paulina), da 2 Pedro (de inspiração petrina), das Cartas de João e do Apocalipse (de inspiração joanina). Tal procedimento não nos deve impressionar, nem nos escandalizar: era relativamente normal, antigamente, atribuir um texto de particular importância ao personagem ao qual ele se inspira (mesmo que ele não fosse seu autor material), a fim de lhe dar maior autoridade moral (nestes casos, autoridade apostólica).

O mesmo pode ser dito dos Evangelhos. O evangelho de Mateus, por exemplo, em sua forma atual, quase com toda certeza é fruto de uma "escola mateana" que elaborou um texto anterior ao de Mateus, muito breve. Mais complicada é a questão dos textos de João. Vários estudiosos afirmam ser o Evangelho, em grande parte, obra do apóstolo, enquanto os outros escritos teriam sido compostos por discípulos.

Evangelhos e Atos

Os quatro primeiros livros do Novo Testamento são atribuídos pela tradição a dois apóstolos (Mateus e João) e a dois discípulos dos apóstolos (Marcos e Lucas). Os três primeiros evangelhos (Mateus, Marcos e Lucas) são chamados "sinóticos" em razão do paralelismo dos seus conteúdos. Como o próprio nome indica, os evangelhos não têm como objetivo apresentar a biografia de Jesus, e sim a pregação do seu ensinamento e missão. O Evangelho de Lucas está ligado aos Atos dos Apóstolos, que constituem a continuação do Evangelho, enquanto o de João, juntamente com as cartas joaninas e o Apocalipse, formam aquele que é denominado, por convenção, o "*corpus* joanino".

Mateus. Primeiro dos quatro evangelhos, embora não seja o mais antigo, atribuído pela tradição ao apóstolo e ex-publicano Mateus. Obra de uma "escola mateana", seu conteúdo é formado pela combinação de três fontes: material originário, material extraído de *Marcos* e "fonte Q", isto é, uma coletânea de *lógia* (ditos de Jesus), utilizada por Mateus e Lucas. A época

de composição do Evangelho pode ser indicada em torno dos anos 80/85; o lugar de composição é a Palestina (alguns estudiosos propõem a cidade de Antioquia); a língua originária é o grego (não o aramaico, como se chegou a supor). O Evangelho de Mateus, que se dirige a uma comunidade judaico-cristã, servindo-se também de metodologias rabínicas e de abundantes citações do Antigo Testamento, apresenta Jesus sobretudo como um Mestre com competência, o Legislador, o Juiz. Dentre as possíveis estruturações que podem ser feitas do Evangelho de Mateus, propomos aqui a de J. L. Mackenzie, que subdivide os 28 capítulos da obra em cinco livros, precedidos por um prólogo sobre o nascimento e a infância de Jesus (Mt 1-2) e seguidos pela narração da paixão e ressurreição (Mt 28). Cada um dos cinco livros é composto por uma seção narrativa e por um discurso:

— Primeiro livro: o anúncio do reino (Mt 3-7), com o sermão da montanha.

— Segundo livro: ministério na Galiléia (Mt 8-11), com o discurso missionário.

— Terceiro livro: controvérsias e parábolas (Mt 11,2-13,52), com o discurso das parábolas do reino.

— Quarto livro: a formação dos discípulos (Mt 13,53-18), com o discurso eclesiástico.

— Quinto livro: Judéia e Jerusalém (Mt 19-25), com o discurso escatológico.

Marcos. Segundo e mais antigo dos quatro evangelhos, atribuído a João Marcos, que a tradição reputa como o primo de Barnabé, discípulo de Pedro e amigo de Paulo. O autor utiliza fontes escritas e tradições orais, escreve em grego entre os anos 76 e 70, provavelmente em Roma, a cristãos de origem pagã.

Seu Evangelho, no qual não se encontram dados a respeito de Jesus antes do início de sua vida pública, é composto de dezesseis capítulos, cuja linha condutora é o tema fundamental e tipicamente marciano do "segredo messiânico", embora as várias narrações ou "grupos literários" estejam ligados por pe-

quenos ou grandes "sumários" sem nenhuma estrutura de conjunto. Todavia, o Evangelho de Marcos pode ser dividido em uma primeira parte (Mc 1-9) sobre o ministério de Jesus na Galiléia, uma segunda parte (Mc 10-15) sobre a viagem de Jesus a Jerusalém, sua paixão e morte, e um capítulo final (Mc 16) sobre o túmulo vazio e as aparições do Ressuscitado.

Lucas. Terceiro dos quatro evangelhos, concebido por seu autor como a primeira parte de uma obra que compreende também os Atos dos Apóstolos. Conforme Cl 4,14, Lucas era médico. Nascido provavelmente em Antioquia, não conheceu Jesus e foi fiel companheiro de Paulo no Oriente e em Roma. O Evangelho a ele atribuído pela tradição (com algumas restrições por parte da crítica), composto de 24 capítulos, foi escrito em elegante grego, depois do ano 70, dirigido a cristãos de origem pagã. Suas fontes são o Evangelho de Marcos, "Q", além de tradições de diversas procedências, orais e escritas, recolhidas por ele com cuidado e presentes sobretudo na seção central ou "inserção lucana" (Lc 9,51-18,14).

O Evangelho de Lucas começa, como o de Mateus, com as narrações da infância (Lc 1-2), precedidas por um prólogo de sabor helênico. Seguem a preparação ao ministério (Lc 3-4,13), o ministério na Galiléia (Lc 4,14-9,50), a viagem a Jerusalém (Lc 9,51-19,28) com a inserção lucana, o ministério em Jerusalém (Lc 19,29-21), a paixão, morte, ressurreição e ascensão de Jesus (Lc 22-24).

Particularidades lucanas são os cânticos ligados à história da infância: o *Magnificat*, o *Benedictus* e o *Nunc dimittis*. Enquadrada em uma acentuada dimensão temporal, a teologia de *Lucas* apresenta características de universalismo e de atenção aos pobres e aos humildes.

João. Quarto evangelho, atribuído pela tradição ao apóstolo João, o qual, já idoso, teria escrito sua obra em Éfeso. Na realidade, este texto é fruto de uma longa elaboração no interior de uma comunidade, que tinha como ponto de referência o apóstolo João (identificado pelos antigos com "o discípulo que Jesus

amava", Jo 13,23). A formação deste Evangelho é bastante complexa e se diferencia da dos sinóticos. A partir de um testemunho oral, que conduz ao apóstolo João, passando pela elaboração de uma "escola joanina", chega-se a uma redação final mais personalizada, que alguns atribuem a João, o presbítero, mencionado por Pápias (em torno do ano 130 d.C.).

Escrito em grego (a hipótese de um original aramaico é pouco provável) em torno do ano 100, compreende 21 capítulos, que podem ser divididos em duas partes. A primeira parte (Jo 1-12), aberta pelo famoso prólogo de 1,1-18, contém narrações, histórias de milagres e discursos, em uma ordem que não corresponde a uma sucessão cronológica; a segunda parte (Jo 13-20) compreende os discursos de despedida (Jo 13-17) e a história da paixão — com diferenças notáveis em relação aos sinóticos —, a ressurreição e uma breve conclusão (Jo 18-20). O capítulo 21 narra a aparição do Ressuscitado no lago, concluindo com um segundo epílogo.

São características deste Evangelho a total ausência de parábolas e, por outro lado, a presença de grandes discursos, geralmente ligados a milagres (sete ao todo), que representam a motivação do discurso. A prioridade da temática teológica (a vida, o conhecimento, a luz, a verdade, os sinais ou sacramentos, a Igreja, a escatologia) não diminui o valor histórico da narração, que se desenrola nos limites do ciclo litúrgico judaico. Recentemente foram postos em destaque os contatos lexicológicos entre a literatura joanina, Qumran e a gnose.

Atos dos Apóstolos. Denomina-se assim, a partir do século II, a narração das origens cristãs efetuada pelo mesmo autor do Evangelho de Lucas, provavelmente entre os anos 80 e 85, como a segunda parte de sua obra.

Compreende 28 capítulos, que cobrem os trinta anos entre a ressurreição e a ascensão de Jesus e a chegada de Paulo, prisioneiro, em Roma. Não obstante o título, são narrados neste livro somente os fatos referentes a Pedro, a Tiago, o irmão do Senhor, e sobretudo os que se referem a Paulo, aos diáconos Estêvão e Filipe e aos colaboradores de Paulo, Barnabé e Timó-

teo. A segunda parte do livro é dedicada exclusivamente às viagens missionárias de Paulo e aos fatos acontecidos durante elas (At 15,36-28). O texto é conservado em uma redação chamada "oriental" ou "alexandrina", e em uma outra — esta com alguns acréscimos ou deslocamentos —, dita "ocidental". Começando pela apresentação da Igreja de Jerusalém, ligada originariamente à descida do Espírito em Pentecostes (At 2), a história segue o percurso da pregação evangélica além dos confins de Israel, antes na Judéia e na Samaria (At 8-9) e posteriormente no mundo pagão, com a missão universalista de Paulo.

Alguns problemas ainda em discussão: a coincidência ou não entre as assim chamadas partes em "nós" (constituídas por 16,10-17; 20,5-21; 27,1-28,16) e as experiências diretas do narrador; as diferenças entre *Atos* e *Gálatas* na descrição do que foi denominado de Concílio de Jerusalém (15), bem como o número de viagens feitas por Paulo para Jerusalém; a diferença entre a teologia de Lucas e a de Paulo, e entre o Paulo lucano e o Paulo das cartas. Lucas, na realidade, tem a preocupação principal de mostrar, por meio de uma seleção pessoal de experiências históricas, a continuidade do projeto divino de Israel para a Igreja, mediante a obra de Cristo e do Espírito.

Corpus paulino

Com esta expressão entende-se designar hoje o conjunto das catorze cartas que em outros tempos eram atribuídas a Paulo. Foram progressivamente subtraídas da autenticidade paulina a Carta aos Hebreus, as cartas denominadas pastorais (1 e 2 Tm e Tt), Efésios, Colossenses, 2 Tessalonicenses (com relação a algumas destas cartas, as divergências entre os estudiosos ainda permanecem). As outras sete cartas (Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses, Filemon) são consideradas autênticas pela quase unanimidade da crítica. Com a definição de "cartas da prisão", são indicadas, independentemente da sua autenticidade, quatro cartas: Efésios, Filipenses, Colossenses e Filemon. Seguramente foram perdidas algumas outras car-

tas, visto representarem discursos ocasionais e não constituírem partes de um discurso teológico único. A disposição das cartas no Cânon é determinada somente pelo seu tamanho, numa ordem decrescente, com exclusão da *Carta aos Hebreus*, colocada depois das outras porque até mesmo na Antigüidade sua autenticidade era posta em dúvida.

Romanos. Escrita em 57/58, em Corinto, é a única carta paulina dirigida a uma Igreja não fundada por Paulo. Composta de dezesseis capítulos, ela pode ser dividida em uma parte doutrinal (Rm 1-11) e outra homilética (Rm 12-16). O denso tratado teológico ocupa-se do relacionamento lei-graça, fé-obras, da salvação operada pela morte-ressurreição de Cristo e participada a todas as pessoas mediante o batismo e a fé, do Espírito prometido e todavia já presente nos cristãos. Um tratado teológico particular é constituído pelos capítulos 9-11, dedicados ao mistério de Israel. Na última parte, Paulo desenvolve argumentos éticos, como o tema da autoridade, da caridade e dos fracos na fé, concluindo com uma série de saudações e uma doxologia final. A *Carta aos Romanos* foi utilizada por Lutero como texto-base da sua doutrina sobre a justificação pela fé.

1 Coríntios. Esta carta foi escrita por Paulo em Éfeso, durante a terceira viagem missionária, na primavera de 55 ou 56, e trata de problemas práticos da comunidade que Paulo tem intenções de visitar: a divisão entre os cristãos em partidos, o escândalo do incesto, o valor do matrimônio e da virgindade, a licitude ou não das carnes imoladas aos ídolos, a conduta de homens e mulheres nas assembléias religiosas, os carismas, a ressurreição dos mortos. Trata, em parte, de problemas apresentados pelos próprios coríntios a Paulo, que lhe oferecem a ocasião para elucidações teológicas e indicações de comportamento. São dignas de nota, em particular: o "privilégio paulino" (1Cor 7,15), a tradição da ceia do Senhor (1Cor 11,23-26), que representa o mais antigo testemunho histórico do Novo Testamento a este propósito, o hino da caridade (1Cor 13), a profissão de fé na ressurreição do Senhor (1Cor 15,1-11), que é o

primeiro querigma neotestamentário sobre a morte, e a invocação aramaica final, *marana-thá* (1Cor 16,22).

2 Coríntios. Paulo escreveu esta carta no outono de 57, em Macedônia, depois de ter recebido de Tito um relato a respeito dos efeitos positivos que a sua carta anterior havia produzido nos coríntios. Nos treze capítulos desta segunda carta (que alguns críticos consideram como a união de vários escritos paulinos, ou que, de qualquer modo, não seria conservada em sua forma original), Paulo reprova novamente os que perturbam a Igreja e colocam em dúvida a autenticidade do ministério do próprio Paulo. Entrando em polêmica com os falsos apóstolos, ele se defende manifestando o seu afeto desinteressado pelos coríntios, com inúmeras referências autobiográficas. A carta, perpassada por uma intensa carga emotiva, além do ataque contra os agitadores provavelmente gnósticos e judaizantes (2Cor 10-12), tem como pontos de destaque a esperança escatológica que sustenta os sofrimentos dos apóstolos (2Cor 5) e a coleta para Jerusalém (2Cor 8-9).

Gálatas. Composta em 56/57, talvez em Éfeso, esta carta de seis capítulos é dirigida aos cristãos da Galácia (Ásia Menor): provavelmente aos gálatas do norte, cristãos de origem pagã, mais do que aos do sul (como sustentaram alguns estudiosos do século passado). Provocada pela propaganda judaizante, que defendia a obrigatoriedade da lei mosaica e punha em dúvida a autoridade apostólica de Paulo, a carta começa com uma auto-apresentação do próprio Paulo, reivindicando o recebimento do Evangelho diretamente da parte de Cristo. O apóstolo se reporta à polêmica tida com Pedro em Antioquia, sustentando (como na *Carta aos Romanos*) a justificação pela fé e não pelas obras da lei, à qual atribui a função de "conduzir" a Cristo. A adoção como filhos de Deus é o fruto do Espírito, doado por Cristo, que faz de quem crê uma nova criatura.

Efésios. Uma das quatro cartas da prisão, hoje geralmente considerada não paulina. Até mesmo o endereço inicial aos

efésios provavelmente é fictício, tratando-se de uma carta destinada a diversas comunidades. Quase certamente escrita na região de Éfeso, em torno dos anos 80 (a data passa para 62/63, caso seja aceita a autenticidade paulina), a carta apresenta muitas semelhanças com a missiva escrita aos colossenses. Compõe-se de seis capítulos, que podem ser divididos em duas partes; a primeira (Ef 1-3) é substancialmente eclesiológica: Cristo é a cabeça da Igreja, unindo os que estão próximos ou distantes em um só corpo. A segunda parte (Ef 4-6) é parenética, exorta os batizados a unirem-se na fé, a revestirem-se do homem novo, a serem imitadores de Deus. Tais atitudes devem estar presentes em todos os aspectos da vida familiar. A carta é concluída com a exortação à preparação para o combate espiritual contra as potências do mal. É marcante a tendência poética desta carta, que se exprime também em diversos hinos.

Filipenses. Uma das quatro cartas da prisão, a única delas certamente paulina. Foi composta ou em Roma ou, mais provavelmente, em Éfeso, nos anos 61/62. Compreende três capítulos: depois de ter manifestado o seu afeto pelos filipenses e a sua alegria, mesmo estando na prisão, Paulo exalta a união em Cristo e transcreve o famoso hino (Fl 2,6-11) de origem pré-paulina, que afirma ao mesmo tempo a natureza divina de Cristo, a sua *kénosis* ("esvaziamento", "abaixamento"), a sua morte e a sua exaltação. A segunda parte da carta, depois de uma exortação a tomar cuidado com os judaizantes e a imitar o apóstolo, retoma as expressões de afeto e gratidão pelos filipenses.

Colossenses. Uma das quatro cartas da prisão, cuja autenticidade é negada por alguns críticos, embora com menor decisão do que no passado, por causa da sua afinidade com *Filemon*. Se for aceita a sua autenticidade, a carta teria sido escrita durante a primeira prisão de Paulo em Roma, entre 61 e 63. É endereçada aos cristãos de Colossos, na Frígia (Ásia Menor), comunidade que Paulo não conhecia pessoalmente, mas sobre a qual tinha sido informado pelo seu colaborador Epafras (Cl 1,7). Ele havia notado tendências sincretistas na comunidade, tanto judai-

zantes e gnósticas quanto pagãs, dada a diversidade de proveniência dos componentes daquela Igreja. A carta teria sido levada aos destinatários por Tíquico e Onésimo (Cl 4,7.9), outros dois colaboradores de Paulo. O texto compõe-se de quatro capítulos e pode ser dividido em uma parte doutrinal e uma parenética, colocadas entre um exórdio em forma de oração e uma conclusão contendo notícias pessoais e várias saudações. Na parte doutrinal, reafirma-se com grande força a primeira soberania de Cristo, o qual está acima de tudo e acima de todos; o seu primado está na origem da criação e da redenção; ele liberta do poder das trevas os que crêem, reunindo-os no seu corpo, que é a Igreja. Portanto, os que crêem não devem preocupar-se com regras e preceitos, mas morrer com Cristo e ressuscitar com ele na fé. Esta convicção deve orientar todos os aspectos da existência cristã (parte parenética).

1 Tessalonicenses. É a mais antiga das cartas paulinas e o primeiro escrito do Novo Testamento. Autenticamente paulina, com toda a certeza, esta carta foi composta em Corinto, em torno do ano 51, e enviada aos cristãos de Tessalônica, atual Salônico. Compõe-se de cinco capítulos, nos quais Paulo desenvolve vários temas parenéticos (sobre a pureza, a caridade fraterna, a esperança, a alegria cristã) e conforta os tessalonicenses sobre a sorte dos crentes mortos antes da segunda vinda de Cristo, vinda que ele espera para um tempo breve, durante a sua própria vida. A carta contém também um violento ataque antijudaico, no qual os judeus são acusados de odiar o gênero humano por quererem impedir a missão apostólica de Paulo (1Ts 2,15-16); estas expressões (nas quais não se pode negar um claro anti-semitismo) reaparecerão em forma positiva mais tarde, nos capítulos 9-11 da *Carta aos Romanos*.

2 Tessalonicenses. Esta carta, cuja autenticidade não é reconhecida por todos, teria sido escrita alguns meses depois da primeira, caso seja paulina; caso seja de outro autor, foi escrita mais tarde (anos 68/70). Contém três capítulos, nos quais o autor retoma, em tom mais severo, as admoestações contra os

desvios teológicos e morais dos tessalonicenses, passando posteriormente a uma perspectiva escatológica na qual transparecem temáticas comuns com a apocalíptica popular daquele tempo. Contrastando com a expectativa de uma parusia iminente (que conduzia muitos ao ócio e ao abandono das próprias responsabilidades), a carta afirma que o fim será precedido por dois eventos negativos: o "mistério da impiedade" (presença oculta de satanás), já agindo mas não ainda plenamente manifestado, porque alguém ou algo o impede (a pregação de Paulo? o arcanjo Miguel? a ordem civil romana?), e uma verdadeira e própria parusia negativa do "ímpio" ou "iníquo", figura anticrística que será imediatamente aniquilada pelo próprio Cristo. Nesta perspectiva, Paulo exorta ao trabalho e à oração.

1 Timóteo, 2 Timóteo, Tito. Estas três cartas são chamadas "pastorais", seja porque os destinatários são dois "pastores" que trabalham no meio de suas Igrejas, seja porque o seu conteúdo é composto por uma série de conselhos aos colaboradores a fim de ajudá-los a combaterem as falsas doutrinas e a organizarem bem as Igrejas. Os que defendem a autenticidade paulina destas três cartas baseiam-se na hipótese de que, depois do processo em Roma do qual se fala em *Atos* (em torno do ano 64), Paulo teria sido libertado e ainda pregado na Espanha, na Ásia Menor e em outros lugares; posteriormente ele teria sido preso de novo e condenado à morte nos anos 67/68. Neste caso, 1 Timóteo e Tito teriam sido escritas nos períodos de liberdade e 2 *Timóteo,* na prisão, em Roma. As três pertenceriam ao período 66/68. A maioria dos estudiosos, por motivos internos (sobretudo devido às alusões a situações muito posteriores), considera que um discípulo de Paulo as escreveu, servindo-se de anotações "pastorais" do apóstolo, pelos anos 90. As três cartas, respectivamente de seis, quatro e três capítulos, contêm uma série de indicações e conselhos aos pastores a respeito da maneira de resolverem alguns problemas existentes nas Igrejas. Os pastores são convidados a se concentrarem nas coisas essenciais, sem se deixarem influenciar por ensinamentos estranhos. Apresentar com insistência a verdade é o melhor modo para combater a heresia: a sã doutrina é fundamental para a edifica-

ção da Igreja e dos que crêem. No que diz respeito à organização da comunidade, dá-se maior importância às funções institucionais (presbíteros, bispos) do que aos ministérios carismáticos; é o que sugere uma situação posterior à época de Paulo.

Filemon. Foi escrita por Paulo quando ele se encontrava na prisão, segundo alguns em Éfeso, na metade dos anos 50, segundo outros em Roma, nos anos 61/63. Trata-se de um bilhete (um só capítulo) de apresentação pessoal, endereçado a Filemon, convertido por Paulo e seu amigo, pessoa rica e influente em Colossos, e talvez futuro bispo de Éfeso. Onésimo, escravo de Filemon, havia fugido do seu patrão depois de ter furtado dinheiro. Encontra Paulo e se converte. Paulo o envia de volta ao seu dono com este bilhete, em tom delicado e decidido. O apóstolo não entra no problema da escravidão, mas lembra a Filemon que Onésimo já se tornou um irmão na fé e que, conseqüentemente, um novo relacionamento deve ser instaurado, visto acabar por relativizar as velhas diferenças sociais.

Hebreus. Composta de treze capítulos em forma de tratado mais do que de carta, foi escrita provavelmente em Roma por um autor judeu-cristão helenístico não identificado; segundo alguns estudiosos, a carta foi escrita antes do ano 70, enquanto, na opinião de outros, nos anos 80/90. Vários grupos foram indicados como destinatários: cristãos de origem judaica ou judeus heterodoxos, cristãos de origem pagã de Roma ou de Jerusalém, ou mesmo judeu-cristãos com nostalgias judaizantes. A tratação é centrada, toda ela, em Jesus Cristo, filho de Deus, superior aos anjos, a Moisés, aos profetas, aos sacerdotes. Ele é o verdadeiro, único Sumo Sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec, autor de um sacrifício único e perfeito. Esta teologia é exposta através de uma leitura tipológica do Antigo Testamento e em particular do culto sacrifical que, de qualquer modo, contribuiu para a relativização da Antiga Aliança e para a teoria (hoje normalmente não mais seguida) da "substituição", ou seja, do nascimento de um "novo" Israel que suplantaria o antigo. A carta é um dos sete escritos deuterocanônicos do Novo Testamento.

Cartas Católicas

Sob este título são agrupadas, desde a Antigüidade, as sete cartas do Novo Testamento que não fazem parte do "*corpus* paulino". Trata-se das cartas atribuídas a Tiago, Pedro (2), João (3) e Judas. O termo "católicas" aludiria à sua aplicação "universal", isto é, não dirigidas a uma comunidade particular. Destas cartas, são deuterocanônicas: *as de Tiago, 2 Pedro, 2* e 3 *João* e *Judas.*

Tiago. O Novo Testamento conhece três personagens de nome Tiago: Tiago filho de Zebedeu, Tiago filho de Alfeu e Tiago "irmão do Senhor". Muitos estudiosos hoje atribuem a carta a este último, ou defendem que ela lhe tenha sido atribuída mediante pseudônimo; no primeiro caso, ela seria anterior ao ano 62; no segundo, sua datação seria o final do primeiro século ou início do séc. II. Trata-se de uma coletânea de exortações, em cinco capítulos, sem uma ordem preestabelecida. O ambiente judeu-cristão do autor e dos destinatários pode ser colhido já no endereço da carta: "às doze tribos espalhadas pelo mundo". De acordo com sua origem judaico-cristã, a carta afirma ser morta a fé sem as obras (Tg 2,17) e que, portanto, estas demonstram a fé. Sob esta luz são fornecidos, na seqüência, ensinamentos inspirados tanto na tradição sapiencial como na pregação evangélica, sobre vários aspectos da vida: a sinceridade, a verdadeira sabedoria, a riqueza e a pobreza, a temperança na linguagem.

1 Pedro. Embora a atribuição tradicional ao apóstolo Pedro seja ainda aceita por vários estudiosos, é provável a hipótese que confere a redação da carta ao seu colaborador Silvano (1Pd 5,12), identificado também com Silas, companheiro de Paulo (At 15,40). A carta teria sido escrita em Roma, entre 60 e 66, composta de cinco capítulos de tipo parenético, com uma forte base cristológica. A linguagem levou a pensar em uma liturgia batismal; no mínimo, podem ser notadas afinidades com uma catequese batismal.

2 Pedro. A segunda carta, muito diferente da primeira em virtude da sua linguagem e estilo, não pode ser atribuída nem a

Pedro nem mesmo ao autor da primeira carta. Trata-se de um documento tardio (data do final do séc. I à metade do séc. II), cuja canonicidade foi aceita no Ocidente somente no séc. V. É composto de três capítulos, nos quais predominam as referências apocalípticas em relação ao atraso da parusia e à perturbação que tal fato provocou. A carta preocupa-se, além disso, em distinguir a profecia autêntica do ensinamento dos falsos mestres.

1 João. Composta na Ásia Menor entre o final do séc. I e o início do séc. II, esta carta foi atribuída ao autor do quarto Evangelho, em virtude da sua semelhança com a teologia joanina. Trata-se, sem dúvida, de um produto da tradição, conservado nas Igrejas da Ásia Menor, que tinham no apóstolo João, autor, o seu ponto de referência. Alguns estudiosos atribuem a primeira carta ao presbítero João, como também a segunda e a terceira. Nos cinco capítulos da primeira carta, o autor entrelaça as exortações ao amor, a caminhar na luz e a praticar a justiça, com o insistente aviso (provavelmente em polêmica com os gnósticos) aos que crêem para cuidarem-se do mundo e dos anticristos, que ameaçam as Igrejas e negam a encarnação de Deus em Jesus. Os versículos 7-8 do capítulo 5 constituem o assim chamado "*comma* joanino": uma interpolação tardia, de conteúdo trinitário, acolhida pelas edições da Vulgata mas ausentes em todas as versões antigas e nos manuscritos gregos anteriores ao séc. XV.

***2 João* e *3 João*.** São dois breves textos, de autoria de um certo "presbítero João", compostos no mesmo período da *Primeira Carta de João;* o primeiro é dirigido à "Senhora eleita" (talvez uma comunidade eclesial) e o segundo ao "caríssimo Gaio" (um discípulo do presbítero João).

A segunda carta, composta somente de treze versículos, proclama o mandamento do amor e chama a atenção contra os anticristos. A terceira, de quinze versículos, faz referência a uma divisão na Igreja à qual Gaio pertence, causada pela oposição de Diótrefes (chefe da comunidade) contra o presbítero e os seus enviados.

Judas. O autor, "Judas, servo de Jesus Cristo, irmão de Tiago", não é o apóstolo, como também não é o próprio Tiago,

que talvez deva ser identificado como o autor da carta que leva o seu nome. Escrita em torno dos anos 90/95, é composta de 25 versículos. Trata-se de um texto rico de citações e alusões ao Antigo Testamento e também (em dois casos) aos textos apócrifos. A carta adverte os que crêem a não se deixarem influenciar pelas atitudes e ensinamentos daqueles que representam um perigo para a fé de todos, exortando a uma caridade ativa em favor de Deus e dos irmãos vacilantes na fé.

Apocalipse

Vigésimo sétimo e último livro do Novo Testamento, é o principal representante canônico do gênero apocalíptico, largamente presente entre os apócrifos. O livro, deuterocanônico, foi aceito sem reservas no cânon grego somente no séc. IV (alguns grandes nomes da patrística grega haviam manifestado suas dúvidas). Composto de 22 capítulos, o livro interpreta a situação das Igrejas à luz de um conflito entre as potências do bem e as do mal, provavelmente no tempo da perseguição de Domiciano (no caso de se datar a obra no final do primeiro século; a sua antecipação para 65/70 é menos provável). O autor, que se autodefine "servo do Senhor" (Ap 1,1), foi identificado pela tradição, não sem reservas, com o apóstolo João, enquanto os estudiosos o atribuem preferencialmente a ambientes joaninos de Éfeso. A primeira parte (Ap 1-3) é constituída por sete cartas dirigidas a sete Igrejas da Ásia Menor, tecendo comentários sobre sua situação presente. O restante do livro contém uma série de visões: a abertura dos sete selos (Ap 6-8), o som das sete trombetas (Ap 8-11), a luta do dragão e do cordeiro (Ap 12-14), o esvaziamento das sete taças (Ap 15-16), a condenação da Babilônia-Roma, a grande prostituta (Ap 17-18) e, enfim, a parusia, o julgamento e a descida da Nova Jerusalém (Ap 19-22). Nem todo o simbolismo do Apocalipse é compreendido hoje; alguns o interpretam referindo-se ao futuro, outros à época do autor. Todavia, é significativo que o livro conclua a revelação cristã com a invocação que é, ao mesmo tempo, uma promessa: "Vem, Senhor Jesus".

Capítulo Terceiro

As línguas da Bíblia

1. As línguas do *Tanak*: o hebraico e o aramaico

a) As línguas semíticas

Os livros do cânon hebraico do Antigo Testamento foram escritos, em sua quase totalidade, na língua hebraica; as exceções são um versículo de *Jeremias* e grandes trechos de *Esdras* e *Daniel*, escritos em aramaico. O hebraico e o aramaico são línguas afins, ambas pertencentes à grande família denominada línguas semíticas, depois dos estudos de A. L. Schlözer (1781) [1], baseado em Gn 10,21ss. Esta família lingüística é subdividida comumente, com critérios geográficos, em três grupos de línguas: o grupo oriental (representado pelo acádico, isto é, o assírio, e o babilônico), o grupo meridional (que compreende as línguas norte-arábicas, incluindo o árabe clássico, as línguas sul-arábicas e as etiópicas) e o grupo norte-ocidental. Este último grupo está documentado a partir da segunda metade do III milênio a.C. com a língua dos textos de Ebla (que apresentam ainda, todavia, grandes problemas de interpretação e classificação), e no II milênio com o elenco de nomes amorreus, atestado em escritos mesopotâmicos e egípcios, como também com a língua dos textos de Ugarit. O semítico norte-ocidental é dividi-

1. Eichhorn, J. G. *Repertorium für biblische und morgenländische Literatur*. 8 (1971). p. 161.

do, normalmente, a partir da primeira Idade do Ferro (c. 1200-800 a.C.) [2], em dois "ramos":

— o ramo *cananeu*, constituído por um *continuum* de variantes dialetais não muito diferenciadas entre si, faladas e escritas, entre a Fenícia e a atual Jordânia: fenício (e púnico), hebraico, moabítico (a língua — muito semelhante ao hebraico — da inscrição do rei Mesa, c. 850 a.C.: cf. 2Rs 3,4ss), amonítico (atestado epigraficamente) [3];
— o ramo *aramaico*, que compreende precisamente o hebraico e os seus dialetos (cf. mais adiante).

As línguas semíticas apresentam diversos traços característicos em comum, que os diferenciam das línguas indo-européias. Limitando-nos ao grupo norte-ocidental, podemos observar que:

a) alguns sons possuem valor fonológico (isto é, lingüístico) que não existem na maior parte das línguas indo-européias, como as faringiais *'ayin* e *het*, e as enfáticas *tet, sade* e *qof*;
b) o elemento portador de significado é uma estrutura de três consoantes (por vezes com duas, mais raramente com quatro), denominada *raiz*:
   lmd: "aprender"
c) os elementos indicadores das formas nominais, adjetivais ou verbais são esquemas vocálicos, prefixos, infixos ou sufixos, aplicados à raiz:
   hebr. *lamad*: "ele estudou"; *lamadti*: "eu estudei";
   hebr. *nilmad*: "foi estudado";
   hebr. *lomed*: "(aquele) que estuda";
   hebr. *melammed*: "o que ensina";
   hebr. *ha-talmud*: aram. *talmuda*: "a doutrina".

2. Moscati, S. (organizador). *An Introduction to the Comparative Grammar of the Semitic Languages. Phonology and Morphology*. Wiesbaden, Harrassowitz, 1969. p. 7.

3. Cf. Garbini, G. & Durand, O. *Introduzione alle lingue semitiche*. Brescia, Paideia, 1994. pp. 36-39.

b) O hebraico pré-exílico

No *Tanak*, o hebraico nunca é indicado com o termo moderno *'ivri(t)*, que na Bíblia significa somente o nome do povo e que na acepção lingüística aparece somente no prólogo do Eclesiástico (Eclo 1,22; em grego, *hebraistì*) e no Talmude babilônico (*Megillá* 18a). Para indicar a língua dos hebreus, por outro lado, usam-se expressões que fazem referência ao território no qual a língua foi difundida: *sefat Kena'an*, "língua de Canaã" (Is 19,18), ou *yehudit*, "(língua de) Judá" (isto é, o dialeto do reino do sul: 2Rs 18,26.28; Is 36,11.13; 2Cr 32,18; Ne 13,24).

Pelo fato de o Antigo Testamento não ser um livro mas uma literatura, posta por escrito durante um longo período de tempo (entre o séc. IX a.C., provável época de composição do Cântico de Débora[4], e o ano 167 a.C., data de *Daniel*, recentemente foi proposta para o *Cântico dos cânticos* uma datação no séc. I a.C.[5]), o hebraico bíblico apresenta-se diferenciado em razão das diferentes épocas de redação dos textos (ou da colocação por escrito dos materiais que neles se encontram) e também pela coexistência contemporânea de variedades dialetais. Muitas afinidades lexicográficas e estilísticas (tome-se, a título de exemplo, o assim chamado "paralelismo dos membros" — cf. "Terminologia das ciências bíblicas" —, característica que indica um estilo poético) podem ser encontradas na literatura ugarítica (séculos XIV-XIII a.C.) e nos textos bíblicos considerados mais antigos; este é o caso do já mencionado Cântico de Débora (Jz 5), datado por alguns até no séc. XII a.C.

Com relação à época pré-exílica como um todo, uma série de dados documenta, tanto na fonética como na morfossintaxe, a coexistência de diferenças dialetais do hebraico (que devem ser colocadas no quadro mais global das diferenciações progressivas do *continuum* lingüístico cananeu entre Fenícia e Moab):

4. Garbini & Durand, *op. cit.*, p. 44.

5. Garbini, G. *Cantico dei cantici*, Brescia, Paideia, 1992. pp. 293-296.

a) o episódio de Jz 12,5-6, do qual se pode concluir que os efraimitas (Palestina setentrional), diferentemente dos galaaditas (Transjordânia), não conseguiam pronunciar a *shin*;
b) a denominação de *yehudit* (cf. acima), dada ao dialeto em uso no reino meridional (judaítico);
c) a documentação epigráfica: os textos setentrionais (como, p. ex., os *óstraka* da Samaria, séc. VIII a.C.) revelam mais traços comuns com o fenício (p. ex., *b-sht*, "no ano...", que no hebraico bíblico é descrito regularmente com *bi-shenat*), enquanto nos textos meridionais emergem precisas afinidades com a língua da Bíblia (p. ex., nas cartas militares e administrativas de Arad, no Negueb, séculos X-VI, aparecem a desinência *-yahu* nos nomes teofóricos javistas[6] e a construção *we* + verbo no perfeito, com valor consecutivo).

c) O hebraico pós-exílico: a influência do aramaico

Não é inverossímil que o uso do aramaico, língua oficial do império neo-assírio e do neobabilônico, tenha sido imposta por direito a Israel depois da conquista de 722 e em Judá depois de 586, seguindo uma praxe dos grandes impérios supranacionais do Oriente Próximo antigo[7]. A influência desta língua, originária da região entre a Síria e a Mesopotâmia e que conquistou grande prestígio político, comercial e cultural, foi um dos principais fatores da evolução do hebraico no período exílico (cf. *Ezequiel*) e pós-exílico. Um outro fator, ainda a partir da conquista de 538, foi a influência da língua persa (evidente nos livros da época, como Ester, Esdras e Neemias, mas limitada ao emprego lexicológico, como p. ex., *pardes*, "jardim", origem de

6. O sufixo teofórico *-yahu* aparece já em um escaravelho do séc. X-IX a.C. (Jarosh, K. *Hundert Inschriften aus Kanaan und Israel für den Hebräischunterricht bearbeitet*. Freiburg i. Br., Katholisches Bibelwerk, 1982. n. 13).

7. Foi em conseqüência de conquistas militares que, p. ex., no início do II milênio a.C., o eblaíta foi substituído pelo acádico e, no séc. VIII a.C., o jaudico pelo aramaico. Cf. Garbini & Durand, *op. cit.*, pp. 33 e 47.

"paraíso". Mas o fator principal de desenvolvimento do hebraico pós-exílico parecem ter sido as dinâmicas internas próprias de qualquer língua viva. Vejamos dois exemplos significativos:

1) *asher*, conjunção e pronome relativo muito comum do hebraico do período pré-exílico: freqüentemente ele é substituído, nos textos pós-exílicos, pelo prefixo *she-* (que no uso repete a correspondente partícula aramaica *de-/di-*, que se transformará em forma regular no hebraico da Mixná);
2) o sistema verbal do hebraico pré-exílico (fundamentado sobre o resultado do que se denomina *aspecto* da ação e, portanto, articulado em dois tempos principais — um que designa a ação finita e outro, a ação em curso) volta-se para a concepção denominada *tempo estruturado* (a que distingue a ação como passada, contemporânea ou futura, em relação ao momento no qual ela é descrita); para descrever as ações em curso, conseqüentemente, são desenvolvidas conjunções perifrásticas (verbo "ser" + particípio), modeladas sobre análogas construções do aramaico (as quais, por sua vez, tornam-se regulares no hebraico da Mixná).

A língua de diversos textos pós-exílicos (alguns salmos, *Esdras, Eclesiastes, Crônicas, Cântico dos cânticos*) é tão caracterizada por estes fenômenos inovadores a ponto de ser normalmente diferenciada do hebraico pré-exílico mediante a denominação de "hebraico bíblico tardio" [8]. Deve-se notar, todavia, que diversos traços característicos do hebraico bíblico tardio e do hebraico da Mixná, comparados com o hebraico bíblico *standard* (incluindo *she-* e a construção perifrástica do verbo "ser" com o particípio) aparecem também em textos bíblicos de origem setentrional (tradições referentes a juízes e reis do Norte, certos salmos, profetas como Amós e Oséias) e na epigrafia fenícia e amonítica. Este fato sugeriu a hipótese de que a aramaicização das regiões setentrionais (como a Galiléia), depois da conquista assíria, não tenha sido total, e que entre o fenício, o hebraico israelítico, o hebraico bíblico tardio e o hebraico da Mixná (redi-

8. Cf. POLZIN, R. *Late Biblical Hebrew*. Missoula, Scholars Press, 1976.

gida na Galiléia no final do séc. III d.C.) tenham existido ligações históricas e não somente correspondências formais [9].

De qualquer modo, a evolução do hebraico em razão da influência das línguas externas e das dinâmicas internas aconteceu em constante confronto com um patrimônio literário-religioso que, pelo menos no que diz respeito à Torá e aos profetas maiores, foi reconhecido como canônico durante o período persa (embora a forma textual — como o demonstram a tradição dos LXX, a tradição samaritana e os manuscritos do mar Morto — não tivesse sido codificada ainda por vários séculos). O modelo lingüístico e sobretudo estilístico dos textos pré-exílicos condiciona em particular a sintaxe de livros como *Jonas* e *Ester*, escritos provavelmente durante a época persa, mas com uma forte conotação "neo-clássica"; este também é o caso do *Eclesiástico* (do qual foi encontrado boa parte do original hebraico na Geniza do Cairo [10], em Qumran e em Massada) e de alguns — mas não de todos — dos textos do mar Morto.

d) O hebraico no período helenístico

Depois da conquista de 332 por parte de Alexandre Magno, o grego difundiu-se em todo o Oriente Próximo, com uma rapidez excepcional, como língua de comércio e de cultura; no período romano, a língua grega havia se afirmado fortemente também como língua cotidiana entre a classe média baixa da Palestina hebraica, como o demonstra o abundante material documental e epigráfico encontrado. Todavia, o prestígio do aramaico como língua comercial, administrativa (em sua variante comumente chamada "de império") e literária (denominado "aramaico literário *standard*") manteve-se durante toda a época romana; muito provavelmente por esta razão não aparecem nos

9. Rendsburg, G. A. *The Galilean Background of Mishnaic Hebrew*. In: Levine, L. I. (organizador). *The Galilee in Late Antiquity*. New York - Jerusalem, Jewish Theological Seminary of America, 1992. pp. 225-240.

10. Trata-se do depósito de manuscritos inutilizáveis, anexo à sinagoga da comunidade hebraica palestina do velho Cairo.

livros bíblicos compostos durante o período helenístico (como *Eclesiastes, Daniel* e *Cântico dos cânticos*) senão algumas influências lexicográficas gregas (como, p. ex., *apiryon*, "liteira", gr. *phorêion*, em Ct 3,9). O influxo lexicográfico grego, por outro lado, será muito maior no hebraico da Mixná.

É interessante observar como o uso de certos termos de origem não hebraica podem fornecer algumas indicações a respeito da datação de textos problemáticos. O *Eclesiastes,* coerentemente com as convenções próprias do gênero literário sapiencial, apresenta-se como um apócrifo salomônico, isto é, como uma obra de antigüidade tão remota que pode perder-se nos limites do mito. Em 2,5 aparece *pardes*, o já citado empréstimo persa. Como acontece freqüentemente com as línguas das potências estrangeiras, a influência do persa (bem como, mais tarde, a do latim) atingia sobretudo a linguagem da esfera administrativa: assim, *pardes*, em Ne 2,8 e Ct 4,13 (como também nos fragmentos aramaicos do *Henoc etíope* encontrados em Qumran), possui o significado técnico de "reserva de caça cercada, de propriedade do rei ou de um sátrapa". No *Eclesiastes (Coélet),* no entanto, o significado é "jardim", "pomar". Este significado mais genérico era próprio da linguagem burocrática dos reinos helenísticos do Egito e da Síria (gr. *parádeisos*) no séc. III a.C. Deduz-se que Coélet não escreveu o seu livro durante a dominação persa sobre a Palestina, mas sim durante a dos Ptolomeus (c. 323-200 a.C.) [11].

e) A codificação massorética do hebraico bíblico

Na constituição do *corpus* e da gramática do hebraico bíblico, pelo modo como ele é atestado nas edições correntes do *Tanak*, revestiu-se de um papel fundamental a atividade das escolas *massoréticas* (de *massorá*, "tradição"). Estas escolas, entre o séc. VII e o séc. X d.C., fixaram o texto bíblico conso-

11. BICKERMAN, E. J. *Quattro libri stravaganti della Bibbia.* 1967. Trad. italiana Bologna, Pàtron, 1979. pp. 153s.

nântico e o enriqueceram com sistemas de pontuação (hebr. *niqud*) que tinham como objetivo estabelecer, de acordo com o modelo das escolas siríacas e árabes, a correta leitura vocálica, a acentuação e a musicalidade. Ao *niqud*, foram acrescentadas anotações filológicas como a contagem das letras e das palavras de cada livro, a sinalização de escritura consonântica irregular e a das leituras alternativas (*qerê-ketib*), colocadas nas margens dos manuscritos (*massorá* marginal) ou no fim dos livros bíblicos (*massorá* final).

Foram três as escolas que elaboraram sistemas de *niqud* concorrentes: a escola mesopotâmica, a "palestina" (na região do Higiaz, na atual Arábia setentrional) e a de Tiberíades, na Galiléia. Desde o séc. X, é considerado como o mais autêntico e fiel à tradição antiga, o *niqud* elaborado por duas famílias de escribas pertencentes à escola de Tiberíades, os Ben Neftali e os Ben Asher. O texto consonântico e vocálico das escolas tiberienses, denominado "massorético" por excelência, ainda hoje é lido nas edições correntes da Bíblia hebraica [12]; deve-se observar, porém, que os fragmentos que restaram de manuscritos da tradição palestina conservam variantes antigas e significativas também no texto consonântico [13], e que transcrições antigas de palavras e nomes bíblicos revelam diferenças notáveis de vocalização em relação ao *niqud* tiberiense (p. ex., nos fragmentos do *Héxapla,* de Orígenes, séc. III d.C., o hebraico correspondente ao massorético *mizmor le Dawid*, "salmo de Davi" é transliterado para o grego como *mazmor l-Daueid*).

12. O texto muito difundido da *Biblia Hebraica Stuttgartensia* (BHS), Stuttgart, Deutsche Bibelgesellschaft, 1967-1977, não é senão a transcrição diplomática do mss. B 19a da Biblioteca Nacional de S. Petersburgo, da escola benasheriana, que leva a data de 1008.

13. Cf. Chiesa, B. *L'Antico Testamento ebraico secondo la tradizione palestinese*. Torino, Bottega d'Erasmo, 1978.

f) Os hápax no hebraico bíblico

Enfim, é importante notar que o *corpus* lexicográfico do hebraico bíblico não compreende mais do que sete mil e quinhentos a oito mil vocábulos (dependendo dos cálculos): trata-se, portanto, de um vocabulário muito limitado, caso seja comparado com o das línguas modernas (são abundantes, p. ex., os termos agrícolas e pastoris, os religiosos e cultuais, enquanto são raros os termos abstratos, filosóficos ou científicos; ao uso dos adjetivos, preferem-se normalmente construções nominais do tipo "palavras de verdade" para o nosso "palavras verdadeiras"). Os problemas de interpretação que o vocabulário bíblico suscita nos leitores e tradutores de hoje tornam-se, conseqüentemente, ainda maiores quando consideramos que nada menos do que um quarto dos vocábulos que o constituem são *hápax legómena*, ou seja, aparecem uma só vez. (A concentração de *hápax* torna-se particularmente alta em Isaías, Oséias e Jó). Por conseguinte, é justificado falar do hebraico bíblico (em relação ao que deve ter sido o hebraico falado) não tanto de uma língua quanto do "fragmento de uma língua" [14]. Quem for traduzir do hebraico bíblico, portanto, deve se libertar de mitos não bem compreendidos, segundo os quais a *hebraica veritas* (verdade hebraica) pode ser alcançada por meio de uma tradução-molde, *de verbo ad verbum* (palavra por palavra): o respeito pelo fascínio e pela "tonalidade" da forma original deve confrontar-se com a necessidade de uma transmissão de conteúdos que deverá adquirir uma roupagem lingüística, diferente, a fim de poderem ser anunciados a uma cultura diferente.

g) O aramaico no Oriente Próximo e na Palestina

O aramaico foi, originariamente, a língua das populações seminômades da Síria-Mesopotâmia, entre o II e o I milênio a.C.; posteriormente, nas suas muitas variedades históricas e dialetais,

14. Como o fez Ullendorff, E. *Is Biblical Hebrew a Language? Studies in Semitic Languages and Civilizations*. Wiesbaden, Harrassowitz, 1977. pp. 3-17.

tornou-se a língua da administração e da cultura internacional em todo o Oriente Próximo antigo, a começar pelo império neo-assírio (o "aramaico imperial") até à conquista árabe (ainda que progressivamente seguido e em parte substituído pelo grego). Até mesmo atualmente são falados dialetos aramaicos em algumas localidades do Curdistão e do Antilíbano. Sua difusão na Palestina remonta, como vimos, pelo menos ao ano 722 no norte (com a conquista da Samaria por Salmanasar V) e ao ano 586 no sul (com a conquista de Jerusalém por Nabucodonosor).

Para o reino de Israel, que saiu da cena da história, pode-se tomar como hipótese uma aramaicização lingüística mais ou menos total, em todos os níveis. Em Judá, a reconstituição de uma autonomia hebraica sob domínio persa e o relativo retorno à pátria por parte da elite sacerdotal deportada significaram uma difusão do aramaico (que os "homens do retorno" tinham aprendido durante o período do exílio) como língua de prestígio, a começar pelas classes altas da sociedade. O hebraico, que de qualquer forma era a língua do culto e de uma literatura histórica e religiosa em boa parte já reconhecida como sagrada, foi reduzindo progressivamente, como língua falada, sua própria difusão às classes populares e às áreas não urbanas, acabando por desaparecer com as deportações subseqüentes à derrotada revolta anti-romana, encabeçada por Bar Kochbá (132-135 d.C.). Os materiais epigráficos e documentários pós-exílicos, escritos em hebraico, são, de qualquer forma, muito menos numerosos do que os escritos em aramaico, (p. ex., as cartas militares e administrativas de Arad são todas em aramaico a partir do séc. V a.C.); em geral, são também mais circunstanciais, podendo estar relacionadas com momentos altos de ideologias nacionalistas (como a época macabéia ou a da revolta de Bar Kochbá). Por causa disto, há quem defenda ter o aramaico substituído completamente o hebraico como língua falada logo após a conquista babilônica[15].

15. Cf. GARBINI & DURAND, *op. cit.*, p. 44. Recorde-se também Ne 13,23-24: "Nessa mesma ocasião, notei que os judeus estavam se casando com mulheres azotitas, amonitas e moabitas. Metade de seus filhos falava a língua de Azoto (*ashdodit*), e outras línguas estrangeiras, e não sabiam mais falar a língua dos judeus (*yehudit*)". "Nessa mesma ocasião" é a da segunda missão

h) Literatura hebraica bíblica e parabíblica em aramaico

Pelo menos desde o séc. V a.C., os hebreus leram e produziram literatura em aramaico; concretamente, eles o fizeram naquela versão do "aramaico imperial" que J. C. Greenfield denominava "aramaico literário *standard*", uniformizada internacionalmente mais ou menos como acontece hoje com o *International English*. Entre os papiros documentais da colônia militar hebraica de Elefantina, na primeira catarata do Nilo, foi encontrada uma cópia do texto sapiencial-narrativo de *Akhiqar* (um dos modelos da literatura bíblica sapiencial posterior), escrito no final do séc. V a.C. Entre os manuscritos do mar Morto, foram encontrados fragmentos de textos parabíblicos em aramaico de provável origem palestina, como o *Apócrifo do Gênesis*, o *Henoc etíope* e diversas obras pertencentes ao gênero dos "testamentos dos patriarcas", além de fragmentos de *targumim*, ou seja, de traduções em aramaico de textos bíblicos (*Levítico* e *Jó*, este último provavelmente pertencente já ao séc. II a.C.).

Dá para entender, portanto, de que forma o aramaico, embora tenha alcançado um prestígio de língua santa somente em algumas tradições rabínicas tardias, fosse utilizado também na literatura hebraica posteriormente reconhecida como canônica. De "aramaico bíblico" pode-se falar somente do ponto de vista da história literária, não na perspectiva da lingüística histórica, pois a língua aramaica usada nos diversos livros bíblicos não difere substancialmente (salvo em documentos transcritos por Esdras) da língua usada nos textos hebraicos parabíblicos e, em geral, do "aramaico literário *standard*". Eis algumas citações a propósito:

a) um versículo em aramaico (11) inserido, como uma pedra fora de lugar na polêmica anti-idolátrica de Jr 10;
b) Dn 2,4-7,28, também em "aramaico literário *standard*";
c) o aramaico das correspondências oficiais com a corte de Artaxerxes, transcritas em *Esdras* (4,8-6,18; 7,12-26) é, por

de Neemias na Palestina (entre 433 e 424 a.C. Cf. SACCHI, P. *Storia del Secondo Tempio. Israele tra VI secolo a.C. e I secolo d.C.* Torino, SEI, 1994, p. 118).

outro lado, o que definimos como "aramaico imperial", exatamente a língua administrativa do império persa. Sustentou-se que se trata de uma imitação e que o texto deve ser datado de épocas posteriores (II-I séc. a.C.) [16].

O *corpus* lexicográfico do aramaico bíblico compreende cerca de seiscentos vocábulos, dos quais aproximadamente metade são *hápax*. Servem também para o aramaico, portanto, *a fortiori*, as mesmas considerações já feitas a propósito do hebraico bíblico.

Vimos que já entre os manuscritos do mar Morto encontram-se fragmentos dos *targumim*, as traduções das Escrituras em aramaico. Com a redação dos *targumim*, fixa-se por escrito uma praxe exegética que a tradição rabínica atribuía à época de Esdras [17]; a redação dos *targumim* aconteceu, no entanto, na época rabínica. Por outro lado, em várias ocasiões propôs-se que o aramaico tenha sido a língua original dos evangelhos sinóticos e dos materiais ou fontes sobre as quais eles se fundamentam.

2. O grego dos LXX e do Novo Testamento

Com o *corpus* aristotélico e as *Histórias,* de Políbio, a Bíblia grega denominada dos LXX e o Novo Testamento são obras-primas da *koiné* helenístico-romana, a "língua comum" (*koiné diálektos*) que, a partir do séc. IV a.C., difundiu-se em toda a bacia do Mediterrâneo oriental [18]. A *koiné* é, no entanto,

16. GARBINI & DURAND, *op. cit.*, p. 50.

17. Em vários textos rabínicos (Talmude e palestino, *Megillah* 74d; Talmude babilônico, *Megillah* 3a e *Nedarim* 37b; *Genesi Rabba* 36,8), o versículo Ne 8,8a ("Liam o livro da Lei de Deus, traduzindo-o e dando explicações [*meforash]*...") é interpretado como uma referência à tradução improvisada em aramaico.

18. Para a história da língua grega, cf. MEILLET, A. *Aperçu d'une histoire de la langue grecque*. Paris, Klincksieck, 1935⁴. DEBRUNNER, A. & SCHERER, A. *Geschichte der griechischen Sprache*. Berlin, de Gruyter, 1969, v. 2, "Grundfragen und Grundzüge des nachklassischen Griechisch". PISANI, V. *Manuale storico della lingua grega*. Brescia, Paideia, 1973².

um instrumento lingüístico muito longe de ser uniforme. Os níveis de compreensão literária e os registros estilísticos dos vários escritores são, de fato, muito diferentes; somente para dar alguns exemplos, passa-se das estratificações e dos lances estilísticos das obras acroamáticas de Aristóteles (que contêm, todas elas, o fascínio do "inacabado") à uniformidade diplomática (com traços latinizantes) do estilo de Políbio, à simplicidade sem artifícios retóricos de Epicuro, à precisão científica do matemático Euclides, à linguagem popular da diatribe estóico-cínica, às oscilações do grego dos LXX (que em grande parte é língua de tradução; todavia, tenha-se presente *Sabedoria* e concluir-se-á que é também língua de composição), à diversa cultura literária dos textos do Novo Testamento, aos exemplos de língua falada conservados nos papiros, *óstraka* e inscrições.

a) Do dialeto ático à koiné

O êxito do dialeto ático está paradoxalmente ligado à expansão do império persa em direção ao Ocidente, que bem cedo começou a pressionar as regiões costeiras do Egeu e tentou, deste modo, conquistar a própria Grécia. Concluídas as guerras persa, em 477 foi fundada a Liga délio-ática, que concedeu a Atenas a supremacia política sobre o mundo grego e contribuiu para a difusão do dialeto ático, levando-o além dos territórios por ela controlados. Com a vitória sobre os persas, iniciou-se também a *pentekontaetía*, o período de máximo esplendor cultural e artístico de Atenas, que àquela altura já se tornara também centro espiritual da Grécia.

O falar ático suplanta o iônico, provocando o progressivo desaparecimento dos demais dialetos. A expansão da língua e da cultura de Atenas não se detém nem mesmo com o declínio da sua força política. No final do séc. V, Arquelau traz da Macedônia Eurípides e outros expoentes da cultura ateniense; Filipe (m. 336) usa uma "chancelaria grego-ática" [19]; de 342

19. DEBRUNNER, A. & SCHERER, A., *op. cit.*, p. 73.

a 339, Alexandre tem como preceptor Aristóteles, que viveu em Atenas desde a idade de 17 anos.

O ático torna-se a língua oficial do reino de Alexandre e, mesmo com a sua morte na Babilônia, em 323, o dialeto continua a desempenhar este papel nos reinos dos diádocos, na Ásia e no Egito. E foi este o momento no qual se pôde falar verdadeiramente de uma "língua comum", porquanto o dialeto ático, tendo-se radicado nos territórios conquistados por Alexandre e mantido na órbita cultural grega pelos diádocos, torna-se a base de uma "língua igualmente válida para a conversa cotidiana, para o comércio, para a diplomacia e para a literatura em prosa", não mais "diferenciada em dialetos, mas somente segundo tipos estilísticos e graus de correção, dependendo do nível de cultura dos indivíduos e de suas pretensões de dignidade literária" [20]. A *koiné* provoca o desaparecimento de todos os antigos dialetos (até o ático) com um progressivo processo de uniformização que chega ao seu auge no início do séc. III a.C., quando nos deparamos com uma língua que, sobretudo na prosa, "adquire uma fisionomia própria pan-helênica" [21]. Sobre a base ática, são inseridos elementos iônicos (em particular no léxico), alguns dorismos e raros eolismos; são modificadas a flexão nominal e a verbal, reduzindo-se também o uso de algumas formas verbais [22]. Bastante ampla é também a influência das línguas

20. *Idem*, p. 37.

21. PISANI, V., *op. cit.*, p. 224.

22. Alguns exemplos com relação ao ático na *koiné*: duplo *tau* quase sempre é substituído por *sigma* (*phylátto* > *phylásso*, "guardar, no sentido de custodiar"); duplo *rho* transforma-se geralmente em *rho* + *sigma* (*árren* > *ársen*, "masculino"); desaparece a segunda declinação ática por ter sido englobada na segunda declinação em *-os* breve, ou por ter caído em desuso e conseqüentemente ter sido substituída por substantivos; o dual é abandonado; a flexão verbal tende a se "normalizar" (os verbos em *-mi* são progressivamente conjugados como os verbos em *omega: déiknumi/deiknúo*, "mostrar" e também *hístemi/histáo* ou *histáno*, "colocar, pôr"; os aoristos temáticos em *-on* tendem a alinhar-se com os aoristos em *-a: éipon/éipa*, "disse"; a desinência *-n* da terceira pessoa do plural dos tempos secundários é freqüentemente substituída por *-san*); a flexão média tende a ser reduzida, assim como se reduz o uso do optativo e também do perfeito (DEBRUNNER A. & SCHERER, A.,

que entram em contato com a *koiné*, em particular o persa e o latim (para o léxico) e as línguas semíticas — hebraico e aramaico (para o léxico, mas também para não poucos aspectos sintáticos e gramaticais).

b) A tradução dos LXX

Quando, em torno da metade do séc. III a.C., na comunidade judaica de Alexandria foi tomada a decisão de traduzir a Bíblia para o grego, teve início um lento processo de tradução do Antigo Testamento do original hebraico (e aramaico). Este processo, depois de uma primeira fase dedicada ao Pentateuco, prosseguiu com os outros livros e foi concluído somente no séc. I a.C. (o prólogo do *Eclesiástico,* escrito em 132 a.C., dá por encerrada a tradução de todo o Antigo Testamento, mas a data da tradução do *Cântico dos cânticos* provavelmente deve ser posta um século mais adiante, juntamente com a revisão estilística de outros livros, por exemplo, *Salmos*). A estes livros, foram acrescentados *Sabedoria* e 2 *Macabeus*, compostos diretamente em língua grega, de tal forma que um século depois pôde-se falar de um cânon alexandrino da Bíblia grega, que se contrapõe ao cânon hebraico-palestino da Bíblia hebraica, menos amplo, contendo 24 livros [23]. Tudo isto contradiz a lenda,

op. cit., pp. 57 e 69-70. Cf. também MEILLET, A., *op. cit.*, *passim,* às pp. 346-377; e PISANI, V., *op. cit.*, pp. 224-225).

23. O cânon da Bíblia hebraica foi fixado em Jâmnia, em torno do ano 90 d.C. (embora estudos recentes não dêem toda a certeza a este estabelecimento da canonicidade): ele compreende os cinco livros da *Torá*, os oito livros dos *neviim* (contando como um só livro, 1-2 *Samuel, 1-2 Reis* e os profetas menores) e os onze livros dos *ketuvim* (contando como um só livro, *Esdras* e *Neemias* e 1-2 *Crônicas*). Com relação ao alexandrino, o cânon hebraico-palestino não compreende os livros deuterocanônicos: *Eclesiástico, Tobias, Judite, Baruc* e 1 *Macabeus* (dos quais foi perdido o original hebraico), e *Sabedoria* e 2 *Macabeus* (compostos diretamente em grego, juntamente com os acréscimos a *Ester* e *Daniel*). As edições dos LXX (cf., por exemplo, o índice da edição Rahlfs) contêm também alguns livros apócrifos ou pseudepígrafos: 1 *Esdras, 3-4 Macabeus, Odes* e *Salmos de Salomão*.

surgida com a *Carta de Aristéias a Filócrates* e posteriormente difundida junto a vários escritores do ambiente judaico e cristão [24], segundo a qual a Bíblia dos LXX teria sido o resultado do trabalho de 72 escribas, seis de cada tribo de Israel, que foram trazidos da Palestina para Alexandria pelo rei Ptolomeu II Filadelfo (285-247); reunidos na ilha de Faro, teriam executado o seu trabalho de tradução em setenta e dois dias [25].

A língua da Bíblia grega não é unitária e é afetada, inevitavelmente, pelo largo espaço de tempo sobre o qual é distribuída a atividade dos seus inúmeros escritores [26]. São diferentes os objetivos dos vários tradutores, bem como são distintos o nível cultural e a sensibilidade lingüística de cada um; por exemplo, dentro do próprio Pentateuco, que constitui a fase mais antiga da tradução dos LXX, o Gênesis é traduzido com maior liberdade do que o Deuteronômio, que mais parece "um molde do hebraico" [27]. Todavia, é inegável que, das soluções empregadas por quem traduziu o Pentateuco, grande parte deriva das escolhas lingüísticas dos tradutores sucessivos, como também dos

24. Calabi, F., org. *Lettera di Aristea a Filocrates*. Milano, Rizzoli, 1995, Cf. também PELLETIER, A., org. *Lettre d'Aristée à Philocrate*. "Sources Chrétiennes" 89. Paris, Cerf, 1962. Ambos com o texto grego à frente.

25. *Lettera di Aristea 1*-50 e 301-322; depois de ter sido chamada *nómos*, "lei (*torà*)" (parágr. 314), no parágr. 316 usa-se o termo *bíblos*, "livro" para traduzir a palavra "Pentateuco" (trata-se do primeiro caso atestado, no qual este termo é usado para designar a Bíblia; F. Calabi e A. Pelletier usam o termo "Bíblia" em sua tradução).

26. Edições dos LXX: *Septuaginta*. Id est Vetus Testamentum graece iuxta LXX interpretes. RAHLFS, A., ed. Stuttgart, Württembergische Bibelanstalt, 1935. 2v. E o ainda incompleto *Septuaginta*. Vetus Testamentum Graecum auctoritate Academiae Scientiarum Gottingensis editum. Göttingen, Vandenhoechk & Ruprecht, 193ss. (Até o momento foram publicados 22 volumes; faltam os volumes dedicados a 4 *Macabeus, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos cânticos* e *Salmos de Salomão*). Quanto às concordâncias, léxicos, gramáticas e estudos, cf. a bibliografia geral deste livro, mas sobretudo de M. CIMOSA *Guida allo studio della lingua greca (LXX)*. Roma, Società Bíblica Britannica e Forestiera, 1995. Muito nos servimos deste livro para exemplificações morfológico-sintáticas, visto ser acompanhado por uma rica seção bibliográfica, à qual nos remetemos.

27. CIMOSA, M. *op. cit.*, p. 28.

autores dos livros compostos diretamente em grego (que tendem a imitar os modelos lingüísticos preexistentes). Os méritos dos primeiros tradutores, portanto, são muitos: além de serem os primeiros a traduzir em grego uma obra composta em uma língua oriental, são os fundadores daquela que às vezes foi chamada de *"koiné* semitizante"; mas a eles se deve também a criação do léxico teológico grego, que dos LXX passa para os autores do Novo Testamento, quase sem maiores alterações.

c) Do grego dos LXX ao grego do Novo Testamento

Sem nos esquecermos que cada livro dos LXX deveria ser estudado separadamente, tentaremos identificar algumas características gerais da *koiné* empregada pelos tradutores para o grego do Antigo Testamento. No que diz respeito à flexão nominal, nota-se "uma tendência a esquecer as distinções, tanto no interior de uma mesma declinação, como entre declinações diferentes"[28]: temos, assim, genitivos em *-es* e dativos em *-e(i)* na flexão em *alfa* pura da primeira declinação (*máchaira, macháires*, "espada); na segunda declinação, o vocativo *theé* substitui quase sempre *theós*; restam somente alguns resquícios da segunda declinação ática; na terceira declinação, desenvolve-se uma forma de acusativo singular em *-an* (< *-a*) analógico, sobre o da primeira declinação; amplia-se o uso dos substantivos deverbiais em *-ma*, como *agnóema*, "erro", *katáleimma*, "resto", *anáthema* (em que o *-e-* pode ser tanto longo como breve), "oferta votiva, maldito (< objeto de maldição)"; aumenta o número dos substantivos heteróclitos, como *éleos*, "piedade" e *skótos*, "trevas", que recorrem ao neutro em lugar do masculino. Os comparativos em *–íon* tendem a desaparecer. O numeral *dúo* freqüentemente é indeclinável, mas apresenta um dativo *dusí* juntamente com a forma regular *duôin*; desenvolvem-se várias formas anômalas de numerais, como *déka dúo* para *dódeka*, ou *déka trêis* para *trêis kaì déka*.

28. *Idem*, p. 75.

Na flexão verbal, assiste-se ao alongamento nos pretéritos da desinência *-san*, que na terceira pessoa do plural substitui a desinência *-n*; restringe-se o uso ático da desinência *-ei* da segunda pessoa do singular do presente e do futuro médio-passivo, com o retorno à desinência *-e(i)*; estende-se o uso do aoristo em *-a* em substituição às formas temáticas em *-on* [29]; o mais-que-perfeito muitas vezes não tem amplificação, assim como outras formas dos tempos históricos. Do perfeito *hésteka* (< *hístemi*) forma-se o presente *stéko*, "estou"; assim, do perfeito *egrégora*, forma-se o presente *gregoréo*, "vigio".

A sintaxe do grego dos LXX é fortemente influenciada pela sintaxe dos originais semíticos. Dá-se preferência à parataxe do que à hipotaxe, mesmo nas situações em que o valor particular (adversativo, concessivo, final etc.) da conjunção *waw* — geralmente traduzida por *kái*, "e" — exigisse a passagem em grego para uma construção mais precisa, recorrendo, se fosse o caso, a uma subordinação. Quanto aos casos, o nominativo substitui freqüentemente o vocativo; também é muito comum a construção semitizante do nominativo absoluto ou *pendens*. Muito difundido é o uso do genitivo do infinito com valor final (que, por outro lado, encontra-se já em Tucídides, Platão e Xenofonte) ou consecutivo. Todavia, a novidade sintática eventualmente mais interessante é a neoformação superlativa que reproduz o sintagma do estado constructo hebraico: *á(i)sma á(i)smáton*, "Cântico dos cânticos", por *shir ha-shirim*, e *mataiótes mataiotéton*, "vaidade das vaidades", por *hável havalim* (Ecl 1,2 e 12,8); mas cf. também *theòs tôn theôn kaì k´yrios tôn kyríon*, "Deus dos deuses e senhor dos senhores" (Dt 10,17) e *basiléus tôn basiléon*, "rei dos reis" (2Mc 13,4), que retornam no Novo Testamento [30] juntamente com *eis toùs aiônas tôn aiónon*, "nos séculos dos séculos" [31].

29. Além do exemplo da n. 5 (*éipa*, "disse"), cf. também pelo menos *élthamen*, "viemos", *éidamen*, "vimos" e *épesa*, "caí".

30. Cf. "o Rei dos reis e Senhor dos senhores" (1Tm 6,15); "Senhor dos senhores e Rei dos reis" (Ap 17,14) e "Rei dos reis e Senhor dos senhores" (Ap 19,16).

31. Sl 83,5 (LXX); Tb 14,15; 4Mc 18,24; esta fórmula encontra-se catorze vezes no *Apocalipse* e sete vezes nos demais livros do Novo Testamento. Em

Também o uso das preposições e das conjunções, como também a gestão das proposições declarativas, é fortemente influenciado pelo hebraico. Todavia, achamos mais oportuno oferecer algumas informações sobre aquelas particularidades do léxico dos LXX transferidas para o Novo Testamento, no qual se tornam o ponto de partida para uma evolução posterior, que procuraremos analisar no próximo parágrafo. Junto aos empréstimos semíticos como *allelouiá*, *amén*, *mánna*, *páscha*, *sabaóth*, *sábbaton*, *sákkos*, *satán* (no Novo Testamento *satanâs*), muitas palavras gregas assumem significados específicos para indicarem conceitos teológicos, usos, situações, instituições ou, ainda mais comum, coisas típicas do hebraísmo. Forneceremos um elenco reduzido, conscientes de que poderemos indicar somente alguns aspectos de um fenômeno extremamente amplo[32]: o tetragrama sagrado YHWH é traduzido como *kyriós*, "Senhor", em todos os casos nos quais era pronunciado *'adonay*, enquanto *theós*, "Deus", traduz *'elohim*; *agápe* e *agapáo*, "amor" e "amar" no sentido de "acolher (com amor), tratar afavelmente, ter cura" — e não os outros termos que significam *éros*, *philía* ou *storgé* — são escolhidos para indicar o relacionamento de amor (em hebraico *'ahavà*) liga Deus aos homens, o criador às criaturas; *alétheia*, "verdade", traduz o hebraico *'emet*, assumindo o novo significato de "fidelidade"; *dóxa* reproduz o hebraico *kavod*, e de "opinião" passa a significar a "glória" divina (mas cf. também o verbo *doxázo*, "glorificar" no sentido de tornar pública a manifestação de honra ao Senhor); *entolé* indica quase sempre o "mandamento" divino; *kardía*, "coração", é entendido como o centro da vida espiritual do homem e traduz *lev/levav*; *ouranós*, "céu" (da mesma forma que o plural semitizante *ouranói* para *shamayim*), é empregado também em lugar da palavra "Deus".

Também para *pístis* — que no grego clássico significa "confiança (em alguém), fé, lealdade, credibilidade" — os LXX

Ap 5,11, temos também *myriádes myriádon kài chiliádes chiliádon*, "milhões e milhões e milhares de milhares", que se deve relacionar com Dn 7,10; neste, no entanto, lê-se *chíliai chiliádes [...] kài m´yriai myriádes*.

32. Para alguns termos, foi muito útil a obra de Cimosa, M., *op. cit.*, pp. 123-131.

servem de ponte entre os usos clássicos e os do Novo Testamento quando, traduzindo *'emuná*, o termo assume uma primeira conotação teológica, a da absoluta "confiança" em Deus, mesmo nos momentos mais difíceis. Por sua vez, *pâis theoû*, "servo de Deus", que traduz *'èved YHWH*, no *Deutero-Isaías* assume aquele significado messiânico que no Novo Testamento será aplicado a Jesus; e a expressão *hyiòs toû anthrópou*, "filho do homem", é usada freqüentemente no Antigo Testamento, seja no singular como no plural, sobretudo num paralelismo com "homem, homens" e sem qualquer conotação teológica; mas de Dn 7,13 (*bar 'enosh*) passa para o Novo Testamento, no qual designa sempre o Messias.

d) O grego do Novo Testamento

Uma *koiné* mais coloquial do que a dos LXX é o meio lingüístico escolhido pelos autores do Novo Testamento, os quais constituíram um grupo bastante homogêneo, que deve ser analisado considerando-se também as obras de outros escritores contemporâneos (tenha-se presente a *Didaché*, na qual o intertexto bíblico é de certo modo contínuo)[33]. Também neste caso, os níveis estilísticos variam de escritor para escritor, tanto que podem ser encontrados deslocamentos consideráveis, até no interior da mesma obra. Lucas, por exemplo, é considerado o mais culto e acurado entre os escritores do Novo Testamento. Mas

33. Este é o enfoque dado pelo mais famoso léxico do Novo Testamento: BAUER, W. *Griechisch-deutsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der frühchristlichen Literatur.* Berlin, de Gruyter, 1988[6]. KITTEL, G., org. *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament.* Stuttgart, Kohlhammer, 1933-1973. 9 v. Este monumental livro tem a vantagem de considerar para cada vocábulo a progressão dos significados do grego clássico ao grego do Novo Testamento, como também as correspondências semíticas. Para as edições, concordâncias, outros léxicos, gramáticas, introduções e estudos, cf. a bibliografia geral deste livro. Aqui assinalamos somente o que nos foi muito útil. BLASS F.; DEBRUNNER, A.; REHKOPF, F. *Grammatik des Neutestamentlichen Griechisch.* Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1976[14]. Em it.: *Grammatica del greco del Nuovo Testamento.* Brescia, Paideia, 1982.

Lc 1-2 é tão rico de semitismos que sugere a hipótese de uma fonte grega traduzida de uma língua semítica, que o nosso autor não conseguiu ou não quis colocar no mesmo patamar dos registros estilísticos dos demais capítulos do seu Evangelho; ainda sobre Lucas, não se podem esquecer os freqüentes anacolutos, tanto no Evangelho quanto nos *Atos*. *Marcos* é o texto neotestamentário que mais usa a parataxe, a tal ponto que em Mc 4,2-9 (parábola do semeador) encontramos catorze *kái* consecutivos. Paulo — de nacionalidade grega, mas hebreu quanto aos estudos teológicos — usa uma *koiné* bastante regular, mas às vezes (ver Rm 1,1-7) constrói períodos muito longos e complexos; suas citações do Antigo Testamento são entendidas somente à luz do Targum. O estilo da *Carta aos Hebreus* é elegante e respeita as regras retóricas mais do que qualquer outro escrito do Novo Testamento. O *Apocalipse* é geralmente considerado o livro mais próximo da língua falada, mas uma das duas fontes apocalípticas, que podem ser localizadas por trás de Ap 4-22, é composta em uma linguagem muito mais popular do que a outra.

Se destas considerações mais gerais sobre o estilo dos escritores do Novo Testamento passarmos a tratar mais em particular os aspectos morfológico-sintáticos, poderemos dizer logo que a problemática apresentada e discutida no parágrafo precedente constitui o ponto de partida para tratar-se de modo mais aprofundado as características da *koiné* semitizante dos escritores.

Limitando-nos aos aspectos mais importantes, lembramos primeiramente algumas particularidades ligadas ao uso dos adjetivos. O genitivo de qualidade ou "hebraico", usado em lugar do adjetivo, é um semitismo muito freqüente, devido à pobreza de adjetivos das línguas semíticas (que os substituíam, exatamente, por genitivos), como o demonstram os seguintes exemplos: *oikonómos tês adikías*, "administrador desonesto" (< da desonestidade)" (Lc 16,8); *mamonâs tês adikías/ ádikos mamonâs*, "riqueza desonesta" (Lc 16,9.11), *kritès tês adikías*, "juiz desonesto" (Lc 18,6); *sôma tês hamartías*, "corpo do pecado" (Rm 6,6); *sôma toû thanátou/thanetòn sôma* (Rm 7,24 e 6,12); *plegè toû thanátou autoû*, "sua ferida mortal" (Ap 13,3). Como nas línguas semíticas, o grau positivo do adjetivo pode

ser empregado para indicar tanto o comparativo, quanto o superlativo: *kalón estín se... é*, "é melhor você... do que" (Mc 9,43.45) e *kalón sé estín... é* (Mc 9,47); *hamartolòi parà pántas*, "mais pecadores do que todos" (Lc 13,2); *eulogeméne sù en gunaixín*, "(a mais) bendita entre as mulheres" (Lc 1,42; cf. Ct 1,8: *kalè en gunaixín*, "ó mais bela das mulheres"). Além disso, o comparativo freqüentemente é colocado no lugar do superlativo e vice-versa, não sendo respeitado o uso do comparativo no confronto entre os dois, enquanto — como de resto acontece em toda a *koiné* — se tende a não distinguir mais a dualidade da pluralidade: *prôtos / próteros*, "primeiro (entre muitos / entre dois)", mas cf. também os pronomes *állos / héteros*, "outro (entre muitos / entre dois)".

Há grandes diferenças no uso de todas as preposições, mas sobretudo *en* alarga o próprio campo de ação sob o influxo da proposição hebraica *be-*. Entre as formas verbais, tende a desaparecer o futuro médio também naquelas situações nas quais no grego clássico não se usa a diátese ativa (*hamartéso* por *hamartésomai*, "pecarei"; *geláso* por *gelásomai*, "rirei"; cf. em Lc 6,21 o *gelásete* da terceira bem-aventurança). Por vezes estende-se o uso das formas depoentes, sobretudo do aoristo *apekríthe*, "respondeu", que na fórmula semitizante *apokrithèis êipen* apresenta também o uso pleonástico. Assinalamos, por fim, a freqüência do passivo "teológico" ou "divino" sem o agente expresso, que permite não expressar diretamente o nome de Deus, como acontece nas bem-aventuranças de *Mateus* (5,5.6.7.9), em Lc 6,21 (segunda bem-aventurança) e em outras passagens (interessante Mc 2,5: *téknon, aphíentái sou hai hamartíai*, "Filho, os seus pecados estão perdoados").

Passando para o léxico, a lista dos empréstimos semíticos do parágrafo anterior aumenta com *abbá*, "pai", *beelzeboúl*, *géenna*, *korbân/korbanâs*, "tesouro do Templo", "korban", isto é, tesouro reservado para Deus, *rabbí/rabbouní*, "mestre", *rhaká*, "estúpido" [34]. Mas não podemos esquecer de *Messias* e do semitismo da tradução de *Kephâs* > *Pétros*.

34. A este elenco, devem ser acrescentadas outras expressões semíticas: *ephphatá, marána thá, talithà koûm, elì elì (eloì eloì) lemà sabachtáni?*

O grego do Novo Testamento contém também um bom número de latinismos. Os empréstimos chegam aproximadamente a trinta, os quais podem ser subdividos em medidas e moedas (*assárion*, "asse", *denárion*, *kodrántes*, "quadrante", *lítra*, "libra", *mílion*, *módios*), terminologia comercial (*léntion*, "toalha", *membrána*, *soudárion*), terminologia militar (*kenturíon*, *legión*, *praitórion*) e da administração pública (*kâisar*, *kênsos*, *kolonía*, *sikários*, *phragéllion*). Os moldes chegam no entanto a vinte, pertencendo todos à terminologia administrativa ou militar: *anth´ypatos*, "procônsul" (< *h´ypatos*, "cônsul"), *hegemón*, "procurator", *strategós*, "praetor", *chilíarchos*, "tribunus (militum)", *Sebastós*, "Augustus" (cf. também *spêira Sebasté*, "cohors Augusta"), *sumboúlion lambánein*, "consilium capere", *ergasían didónai*, "operam dare".

Existem também três empréstimos persas: *aggaréuo*, "constringir", não no sentido de "recrutar" mas no de "submeter à escravidão", *gáza*, "tesouro" e *parádeisos*, que nos LXX significa "jardim" mas designa também "jardim (do Éden)" (Gn 2,8), enquanto no Novo Testamento — cf. sobretudo Lc 23,42-43 — torna-se sinônimo de *basiléia (tôn ouranôn, toû theoû)*, "reino (dos céus, de Deus)" e é traduzido como "paraíso" [35]. Um termo de origem egípcia ou copta, *baíon*, "ramo de palmeira" (Jo 12,13), completa a série dos empréstimos estrangeiros.

Concluamos com algumas considerações acerca do processo de especialização do léxico do Novo Testamento. *Apóstolos* perde quase totalmente o significado de "enviado, mensageiro", e passa a indicar — em referência aos "doze" — quem é encarregado da difusão da mensagem cristã. Juntamente com *bápto*, "imergir", o uso do verbo *baptízo* é alargado: ele perde o significado clássico de "imergir, submergir" e transforma-se em um termo técnico para indicar a administração do batismo (*báptisma* e *baptismós*). A tradução dos LXX traduz *qahal*, "assembléia", como *ekklesía* e *synagogé*; no entanto, como *synagogé* tem um significado bem preciso no mundo judaico, antes Paulo e depois *Atos* designam com o termo que "sobrou" — *ekklesía*,

35. Há outras duas passagens com *parádeisos:* 2Cor 12,4 e At 2,7.

"igreja" — antes a comunidade de Jerusalém e depois todas as outras comunidades cristãs [36].

O substantivo *anástasis* — que está ligado a *anístamai*, com o significado de "levantar-se (da cama), acordar, curar, refazer-se" e também "retornar do Hades, ressuscitar" — torna-se a *vox theologica* seja da "ressurreição" de Jesus como da ressurreição escatológica; a área semântica da "ressurreição" compreende também *egéiromai*, "acordar" e, conseqüentemente, "ressurgir", e *égersis* (que é um *hápax* de Mt 27,53). *Parousía* é um termo técnico já no grego helenístico, usado para indicar a "visita" de um soberano como também a "visita (de socorro)" ou a "presença (invisível)" dos deuses (cf. *páreimi*, "estar presente; ter vindo, ter chegado"); mas, sob o influxo da linguagem da apocalíptica judaica de Paulo em diante, *parousía* "entra na linguagem protocristã para significar a vinda, a chegada de Cristo na glória messiânica" [37]. É muito significativa a progressão de *pnêuma* (de *pnéo*, "soprar"), que inicialmente quer dizer "sopro, vento" e também "fôlego, sopro (vital)"; mas, como nos LXX o termo traduz *rúah*, ele passa a indicar o "espírito de Deus" (*rúah 'elohim*) e, mais tarde, sobretudo o "Espírito santo" (*tò pneûma tò hágion*).

Cháris é um substantivo comum no grego clássico, no qual é empregado tanto em sentido objetivo ("graça, beleza; favor, benefício") quanto em sentido subjetivo ("favor, benevolência" da parte de quem dá; "gratidão, reconhecimento" da parte de quem recebe) [38]; nos LXX, este termo traduz *chen*, que indica a "benevolência" divina sem nenhuma conotação teológica, diferente do que acontece no Novo Testamento; neste — de modo especial em Paulo —, *cháris*, "graça" designa a generosidade de Deus para homem, a constante presença ao seu

---

36. No *Apocalipse*, *ekklesía* quer dizer sempre "igreja". O termo é usado também em Mt 16,18: "Você é Pedro e sobre esta pedra construirei a minha *Igreja*", e duas vezes em Mt 18,17, significando "assembléia".

37. Oepke, A. In: ThWNT V, 863 (GLNT IX, 862).

38. Cf. Montanari, F. *Vocabolario della lingua greca*. Torino, Loescher, 1995.

lado, os dons divinos, o estado de "graça" que substitui o pecado. A *cháris* está ligada a *chárisma*, que é um termo exclusivamente teológico, não atestado anteriormente às cartas paulinas [39], nas quais indica os "dons" da graça divina, os "carismas".

O adjetivo *christós* (< *chrío*, "ungir"), "a ser espalhado, usado como ungüento", é substantivado nos LXX para traduzir *mashiach*, "ungido" (dito sobretudo de sacerdotes e de reis) e em particular *meshiach YHWH*, *ha-mashiach* — em aramaico, *meshicha* [40] — o "ungido de YHWH", isto é, Saul, Davi e, posteriormente, o rei davídico entendido geralmente em sentido messiânico; no Novo Testamento, *Christós*, "Cristo", é usado em forma absoluta ou unido ao nome de Jesus — *Iesoûs Christós* —, designando sempre o Messias.

Outros exemplos poderiam ser apresentados; com os que já foram analisados, todavia, procuramos identificar as principais características do grego dos escritores do Novo Testamento e a colocação exata, dentro de grego bíblico, da tradução dos LXX, pondo em evidência não somente seu influxo sobre a língua do Novo Testamento, como também o importante lugar que ela ocupa na história da língua grega.

---

39. No Novo Testamento, *chárisma* ocorre dezessete vezes: dezesseis nas cartas paulinas e uma em 1Pd 4,10. Nos LXX, ocorre somente duas vezes na apresentação crítica de Eclo 7,33 e 38,30 e em Sl Teod 30,22.

40. Da qual deriva *Messias*, já elencado entre os empréstimos semíticos do grego do Novo Testamento; cf. Jo 1,41: "Nós encontramos o *Messias*" (que quer dizer o *Cristo*) e Jo 4,25: "Eu sei que vai chegar um *Messias*" (isto é, o *Cristo*).

O ALFABETO HEBRAICO

O alfabeto é composto de 22 *consoantes*; não possui vogais, acrescentadas em época bem posterior (séc. VI-VIII d.C.), com o fim de fixar a tradição fonética do texto bíblico. Elas são expressas mediante pontos e pequenas linhas, colocados abaixo, acima ou no interior dos sinais consonânticos.

'Alef, que indica um leve som gutural (*glottal stop*), hoje normalmente não se pronuncia.

As consoantes *bet, ghimel, dalet, kaf, pe* e *tau* correspondem a duas séries de sons: duro ou oclusivo (neste caso levam um ponto no seu interior), caso sejam precedidas por consoante; brando ou aspirado se forem precedidas por vogal. O som aspirado, indicado freqüentemente nas transliterações com um tracinho sob a letra, pode ser pronunciado atualmente só quando se tratar de sinais consonânticos *bet* (que soa "v"), *kaf* (que soa como o "ch" alemão) e *pe* (que soa "f").

As consoantes chamadas enfáticas, por vezes transcritas com um ponto abaixo da letra, são pronunciadas hoje, respectivamente, *heth* como o "ch" alemão, *tet* como "t", *zade* como o "z" áspero ou "ts".

'Ayin é uma consoante gutural forte, que se exprime como o som do "ng" inglês na desinência "ing", mas de forma consistente.

Sin, como *samekh*, possui o som do "s" duro; *shin* possui o som do "sh" inglês, forma normalmente usada na transcrição.

As letras *kaf, mem, nun, pe e zade* possuem uma variante ortográfica usada quando ocorrem em fim de palavra.

O hebraico se escreve e se lê da direita para a esquerda, isto é, ao contrário do português. Oferecemos aqui uma transcrição simplificada do alfabeto hebraico, remetendo-nos às gramáticas especializadas para os diferentes sistemas científicos adotados por diversos autores.

sinal consonântico	nome	transcrição e pronúncia	valor numérico
א	álef	’	1
בּ	bêt	b (com *daghesh*)	2
ב	bêt	v (sem *daghesh*)	2
ג	ghímel	g/gh	3
ד	dálet	d	4
ה	hê	h	5
ו	waw	w	6
ז	zain	z (doce)	7
ח	hêt	ḥ	8
ט	têt	t (ṭ)	9
י	yod	y	10
כּ	kaf	k (com *daghesh*)	20
כ	kaf	kh (sem *daghesh*)	20
ל	lâmed	l	30
מ	mem	m	40
נ	nun	n	50
ס	sámekh	s	60
ע	‘ayin	‘	70
פּ	pê	p (com *daghesh*)	80
פ	pê	f (sem *daghesh*)	80
צ	Tsade	z (áspero) ou ts	90
ק	qôf	q	100
ר	rêsh	r	200
שׂ	sin	s	300
שׁ	shin	sh	300
ת	tau	t	400

* Em final de palavra, *kaf, mem, nun, pe* e *tsade* escrevem-se respectivamente: ך, ם, ן, ף, ץ.

O ALFABETO GREGO

O alfabeto grego é composto de 24 letras (dezessete consoantes e sete vogais).

Nome	Maiúscula	Minúscula	Pronúncia	Observações
Alfa	Α	α	a	
Beta	Β	β	b	
Gama	Γ	γ	g	sempre dura, a não ser diante de gutural, quando o som é "n"
Delta	Δ	δ	d	
Epsilon	Ε	ε	e	breve
Dzeta	Ζ	ζ	dz	doce
Eta	Η	η	e	longa
Theta	Θ	θ	th	semelhante ao th inglês em "thin"
Iota	Ι	ι	i	
Capa	Κ	κ	k	
Lambda	Λ	λ	l	
Mi	Μ	μ	m	
Ni	Ν	ν	n	
Xi, Csi	Ξ	ξ	x (cs)	
Omicron	Ο	ο	o	breve
Pi	Π	π	p	
Ro	Ρ	ρ	r	
Sigma	Σ	σ[1] ς[2]	s	
Tau	Τ	τ	t	
Ypsilon	Υ	υ	u	u francês (ou ü alemão)
Phi, Fi	Φ	φ	ph (f)	
Chi	Χ	χ	ch	aspirada
Psi	Ψ	ψ	ps	
Omega	Ω	ω	o	longa

1. No início ou no corpo da palavra.
2. Em fim de palavra.

Capítulo Quarto

Principais manuscritos, códices e versões

1. O texto hebraico e aramaico do Antigo Testamento

Testemunhos diretos

Até o fim do séc. XIX, os mais antigos manuscritos hebraicos conhecidos não eram anteriores ao séc. X d.C. A edição crítica da *Biblia Hebraica Stuttgartensia* baseia-se no manuscrito de Leningrado B 19a, datado de 1008 ou 1009 d.C.

Em 1896, na *Geniza* (depósito de livros fora de uso) da sinagoga do velho Cairo, foram descobertos inúmeros documentos hebraicos, dentre os quais um manuscrito parcial do original hebraico do *Eclesiástico;* mais tarde, foram descobertos outros fragmentos do mesmo texto. Esses documentos remontam ao séc. X-XI d.C.

Em 1948, ocorreu a descoberta dos manuscritos de Qumran, que teve prosseguimento nos anos seguintes, que colocou à nossa disposição textos bíblicos integrais *(Isaías, Salmos, Habacuc)* ou fragmentos de todos os livros do cânon hebraico (menos *Ester*): trata-se de material datado entre o séc. II a.C. e o séc. I d.C. Chega-se, deste modo, a mil anos anteriores à datação dos manuscritos conhecidos até aquela época.

O Pentateuco samaritano, isto é, o texto hebraico do Pentateuco, escrito em caracteres samaritanos e conservado pela comunidade religiosa dos samaritanos, separados do judaísmo

desde a época pós-exílica até hoje, apresenta uma tradição textual independente e mais antiga do que a massorética, apresentando seis mil variantes.

Breve história do texto hebraico do Antigo Testamento

Até o séc. I a.C., o texto hebraico do Antigo Testamento não tinha sido fixado de forma unitária e definitiva. Este fato pode ser observado mediante o confronto de passagens paralelas (p. ex., Sl 14=Sl 53; Sl 40,14-18 = Sl 70; Sl 18 = 2Sm 22; Is 2,2-4 = Mq 4,1-3; Is 36-39 = 2Rs 18,13-20; 2Rs 24,18-25,30 = Jr 52,1-3) que posteriormente foram sofrendo variações e diferenciações, visto terem provavelmente uma origem comum.

O mesmo fenômeno pode ser notado na comparação entre o texto hebraico massorético — o qual, com muita probabilidade, serviu de base para a tradução dos LXX — e o Pentateuco Samaritano.

Desde o séc. I a.C. há a exigência de uma unificação e fixação do texto. Tal exigência pode ser notada até mesmo nos manuscritos de Qumran, muitos dos quais oferecem uma elaboração bastante semelhante à dos massoretas, mais próxima até do que do texto provável da tradução dos LXX. Uma primeira fixação do texto consonântico pode ser colocada nos anos que antecederam a destruição do Templo (70 d.C.).

Entre 700 e 900 d.C., forma-se o assim denominado texto massorético (TM). Ele toma o nome dos massoretas (ver capítulo "Terminologia das ciências bíblicas") que, além de fixarem de modo unitário o texto consonântico, enriqueceram-no com os sinais vocais, com os acentos e com um aparato crítico de observações sobre o texto. Dentre as várias escolas massoréticas, prevaleceu a de Tiberíades, tomada como ponto de referência pelas edições impressas da Bíblia.

2. O texto grego do Novo Testamento

Testemunhos diretos

Os manuscritos do Novo Testamento são mais de dois mil e quinhentos, dos quais 266 maiúsculos ou unciais (isto é, escritos em caracteres maiúsculos, ditos unciais). Devem-se acrescentar a estes manuscritos mais de 84 papiros. As siglas usadas são: P, com um número sobrescrito (ex., P1), para os papiros (em muitas edições críticas e introduções, o P é escrito em gótico, maiúsculo ou minúsculo); uma letra do alfabeto latino (ex., A, B, C...), grego ou hebraico, ou ainda com um número precedido por zero (ex., 047 etc.), para os maiúsculos; um número (ex., 13, 69, 124 etc.), para os minúsculos, isto é, os que são escritos em caligrafia corrente; a letra "ele" com um número sobrescrito (ex., 12) indica os lecionários. Os códices maiúsculos datam do séc. III ao séc. XI; os minúsculos, do séc. IX até à descoberta da imprensa.

a. Códices maiúsculos mais importantes

B = 03: códice Vaticano, chamado assim porque se encontra na Biblioteca Vaticana. Contém o Antigo Testamento (tradução dos LXX) e o Novo Testamento (com lacunas); é do séc. IV.

S = 01: códice Sinaítico, descoberto em duas etapas (1844 e 1859) por Constantin von Tischendorf, no mosteiro de Santa Catarina, monte Sinai; atualmente encontra-se no British Museum de Londres. É designado também com a letra hebraica *alef*; contém o Antigo e o Novo Testamento; é do séc. IV.

A = 02: códice Alexandrino, conservado no British Museum. Contém o Antigo e o Novo Testamento; é do séc. V.

C = 04: códice palimpsesto, denominado Efrém reescrito, pois no séc. XII ele foi raspado e nele se escreveu de novo, desta vez as obras de Efrém, em grego. Encontra-se na Bibliote-

ca Nacional de Paris; contém o Antigo e o Novo Testamento (com lacunas); é do séc. V.

D = 05: códice de Beza, nome de quem o doou à biblioteca da Universidade de Cambridge, em 1581, motivo pelo qual é conhecido por Cantabrigiensis. Contém os evangelhos e *Atos dos Apóstolos*, desta forma: em grego na página da direita e em latim na página da esquerda; é do séc. V.

D = 06 (sua sigla também é D); trata-se do códice chamado Claromontano, porque por longo tempo permaneceu no mosteiro de Clermont; atualmente encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris. Contém as cartas de Paulo, tanto em grego como na versão latina; é do séc. V.

W = 032: códice de Washington, onde está localizado. Contém os evangelhos, na ordem preferida pelos antigos do Ocidente: Mt, Jo, Lc, Mc. É do séc. VI.

Θ = 038: códice de Koridethi, proveniente do mosteiro do mesmo nome, situado sobre o mar Negro e conservado em Tíflis, capital da Geórgia. Contém os evangelhos (com lacunas); é do séc. VIII.

b. Papiros mais importantes

P^{52}: é o mais antigo manuscrito conhecido do Novo Testamento. Descoberto no Egito, remonta à primeira metade do séc. II, contendo Jo 18,31-33.37-38; pertence à John Rylands Library, de Manchester. Isto prova que o quarto Evangelho, embora tenha sido escrito na Ásia, já era conhecido no vale do Nilo nos anos 120-130 e, portanto, não pode ter sido composto depois do final do séc. I.

P^{45}, P^{46}, P^{47}: chamados papiros Chester Beatty porque foram adquiridos no Egito pelo inglês A. Chester Beatty, nos anos 1930-1931. O P^{46} é composto de 86 folhas e reproduz as cartas de Paulo na seguinte ordem: Rm, Hb, 1 e 2 Cor, Ef, Gl, Fl, Cl, 1Ts (2Ts estava, com toda a probabilidade, nas folhas que foram perdidas). O P^{47}, com 10 folhas, contém Ap 9,10-

17,2. Os três papiros são muito importantes por causa da sua antigüidade (anteriores à metade do séc. II) e pela amplidão dos textos neles contidos.

P[66]: papiro Bodmer II, conservado na Biblioteca Bodmeriana de Cologny (Suíça). Escrito em torno do ano 200, compreende quase completamente Jo 1-14 e fragmentos dos capítulos seguintes.

P[75]: papiro Bodmer XIV-XV. Escrito no início do séc. III, contém grande parte de Lc e dos primeiros quinze capítulos de Jo.

P[72]: papiro Bodmer VII-VIII. Escrito no séc. III-IV, contém o texto mais antigo encontrado até hoje da *Carta de Judas* e das duas cartas de Pedro.

Breve história do texto grego do Novo Testamento

Confrontando testemunhos diretos do texto grego do Novo Testamento (códices e papiros), das antigas versões, sobretudo da versão latina, e das citações dos Padres, nota-se um número significativo de variantes "conscientes", isto é, devidas a uma escolha propositada do escriba e não a um erro. Tais variantes podem ser agrupadas em quatro famílias principais ou quatro tipos de texto.

a. *Texto alexandrino*

Trata-se de um tipo de texto que se formou no Egito. É representado por manuscritos antigos, em geral muito bons: os maiúsculos B e S; o papiro P[75]; o maiúsculo A (menos os evangelhos); o palimpsesto C; os minúsculos 33, 892, 1241. Deveria ser o mais próximo ao texto original. Foge das harmonizações e, em geral, de qualquer ampliação do texto (opção constante pelo *textus brevior*).

b. *Texto ocidental*

Também é muito antigo. Denomina-se "ocidental" por ser testemunhado sobretudo pela Igreja ocidental. Está repre-

sentado pelo códice uncial D, por antigas versões, latinas e siríacas, por escritores e Padres, tais como Marcião, Justino, Taciano e Irineu. Em relação ao texto alexandrino, o ocidental possui tendência à harmonização e à paráfrase, contém acréscimos e significativas omissões.

c. *Texto cesariense*

Seu nome tem origem na sua afinidade com o texto usado por Orígenes e Eusébio (Cesaréia, séc. III). É representado por dois grupos de códigos minúsculos (13, 69, 124, 346 e 1, 118, 131, 209) e pelos maiúsculos W e Θ. O texto "cesariense" é muito próximo ao "alexandrino", salvo por um maior cuidado com as formas lingüísticas e pela infiltração de alguns elementos do texto ocidental.

d. *Texto bizantino*

A quase totalidade dos manuscritos gregos do Novo Testamento, a partir do séc. VII-VIII, apresenta um tipo de texto bastante uniforme, com variantes internas de pouco relevo e com notáveis diferenças em relação ao texto de códices mais antigos. Chama-se bizantino porque foi usado desde a Idade Média até hoje pela Igreja oriental. O processo de recensão de tipo bizantino parece ter tido seu início já no séc. V, com o códice uncial A (para os evangelhos), e nas citações de João Crisóstomo, Teodoreto de Ciro e Cirilo de Alexandria. As características deste texto são: forma lingüística mais elegante; maior clareza do texto, obtida mediante alterações de vocábulos; harmonização de passagens paralelas dos evangelhos, levada ao ponto da uniformidade; fusão de duas ou mais lições variantes em um mesmo versículo.

3. As traduções antigas

Traduções antigas do Antigo Testamento

a. *Tradução grega dos Setenta*

Assim denominada com base na lenda narrada na *Carta do pseudo-Aristéias* (cf. "Terminologia das ciências bíblicas", verbete *Setenta*), esta tradução, destinada aos judeus de língua grega, certamente foi feita antes do ano 100 a.C. Trata-se de um trabalho executado por pessoas diferentes e de capacidade também diferente; os manuscritos completos mais antigos encontram-se nos códices cristãos Vaticano e Sinaítico, ambos do séc. IV a.C. Mas em Qumran, bem como em outras áreas do deserto de Judá, foram encontrados fragmentos de uma versão grega do Lv, Ex, *Carta de Jeremias* e Profetas menores, provavelmente datada da segunda metade do séc. I d.C. A estes devem ser acrescentados os papiros gregos de Ryland e Fouad, contendo fragmentos do Dt, e os papiros Chester Beatty, contendo fragmentos de Nm e Dt, todos do séc. II d.C.

b. *Traduções de Áquila, Símaco e Teodocião*

As discussões entre judeus e cristãos de língua grega tinham como referência a tradução dos LXX; e como ela já se havia tornado a tradução oficial da Igreja, que se servia de vocábulos e interpretações suscetíveis de leitura cristológica, ela foi progressivamente abandonada pelos judeus, que no séc. II d.C. adotaram novas traduções gregas: Áquila, Símaco e Teodocião. "Um deles (Áquila) procura traduzir palavra por palavra; o outro (Símaco) reproduz preferencialmente o sentido; o terceiro (Teodocião) não difere muito dos antigos (isto é, dos LXX)". Editada por Orígenes (m. 154 d.C.) em colunas paralelas junto com a tradução dos LXX, com o texto hebraico e com a transliteração do hebraico em letras gregas (a famosa Héxapla), chegou até nós em fragmentos.

c. *Traduções antigas chamadas Targumim*

As traduções aramaicas ou Targumim (pl. de Targum; cf. "Terminologia das ciências bíblicas"), surgiram na época pós-exílica, quando o povo falava aramaico e não compreendia mais o hebraico. Primeiramente executadas em forma oral e improvisada, as traduções targúmicas foram redigidas depois em forma escrita (séculos I a.C. a III d.C.).

Os principais Targumim (sigla Tg) conservados são: sobre o Pentateuco, Tg de Jonathan (ou Jerosolimitano I), Tg Jerosolimitano II (que provavelmente corresponde ao que foi encontrado em 1956, no códice Neófitos I, da Biblioteca Vaticana) e Tg de Onkelos; sobre os livros históricos e proféticos, Tg de Jonathan ben Uzziel; outros Tg sobre livros proféticos e didáticos.

Tratando-se, na maioria dos casos, de versões parafrásticas, o interesse dos Tg encontra-se mais na ilustração dos métodos da antiga exegese do que nas variantes textuais.

d. *Outras traduções antigas*

Quanto às outras traduções antigas do Antigo Testamento (às quais devem ser acrescentadas as do Novo Testamento), muitas foram feitas sobre o texto grego da tradução dos LXX; este é o caso da Vetus latina, do séc. II, das versões coptas do séc. III, da armênia do séc. V, da etíope dos séculos IV e V, da gótica do séc. IV e da georgiana do séc. V.

As únicas traduções executadas sobre o texto hebraico são: a siríaca, denominada Pesitta (isto é, comum), a partir do séc. II; e a latina, dos livros protocanônicos do Antigo Testamento, feita por Jerônimo (séc. IV) diretamente do hebraico, mais tarde colocada na tradução latina chamada Vulgata.

Traduções latinas antigas

A história do texto do Novo Testamento interessa-se sobretudo por duas traduções latinas: a Vetus latina, também chamada Ítala, e a Vulgata.

a. *A Vetus latina*

Desde o final do séc. I, a Igreja sentiu a necessidade de uma versão latina da Bíblia para os cristãos da parte ocidental do império. A ela provavelmente alude Tertuliano, aproximadamente no ano 200, ao fazer referência em seus escritos a traduções ou "interpretações" da Bíblia.

No que diz respeito a esta edição, a problemática encontra-se em saber se a expressão "Vetus latina" (antiga latina) designa duas recensões (africana e romana) da mesma tradução, ou duas traduções independentes; isto porque Cipriano (m. 258) cita a Bíblia sempre da mesma forma e o mesmo é feito por Novaciano (m. c. 257); todavia, não se trata da mesma tradução. Desde 1951, os beneditinos de Beuron, estão elaborando uma edição crítica do que resta da Vetus latina.

b. *A Vulgata*

A tradução latina Vulgata, isto é, "divulgada, difundida" entre o povo, feita por Jerônimo no final do séc. IV, baseia-se, quanto ao Antigo Testamento (livros protocanônicos), no texto hebraico. Quanto ao Novo Testamento, Jerônimo limitou-se a rever a antiga tradução executada sobre alguns códices gregos. Por vários séculos, Vetus latina e Vulgata lutaram entre si, até a Vulgata vencer, a partir do séc. VIII-IX. Por longos séculos, a história do texto da Vulgata está estreitamente ligada à história da teologia, da liturgia e da espiritualidade da Igreja latina. Em 1546, o Concílio de Trento a declarou "autêntica", isto é, ela deve ser usada como texto normativo de referência com prioridade sobre as demais traduções latinas, sem excluir, com esta determinação, o recurso aos textos originais. Em 1592, foi

publicada uma edição oficial, a Sisto-Clementina, que no entanto não tinha a pretensão de ser uma edição crítica. Depois do Concílio Vaticano II, a Vulgata foi submetida a revisão, preocupada exclusivamente com a correção das passagens nas quais a tradução entende mal o texto original. Esta revisão é chamada de Neo Vulgata ou Nova Vulgata (Cidade do Vaticano, 1970-1971).

4. As traduções modernas

Divisão do texto bíblico em capítulos e versículos

A atual divisão em capítulos, depois de algumas tentativas anteriores, foi feita por Stephen Langton, aproximadamente no ano 1214. As edições da Bíblia hebraica trazem também a mais antiga divisão do Pentateuco em 54 *parashot* ou seções, ainda observada na leitura semanal da Torá.

A divisão em versículos possui duas origens diferentes: quanto à Bíblia hebraica, ela remonta às escolas de escribas que atuavam nos primeiros séculos de nossa era; quanto ao Novo Testamento, depois de uma tentativa de Sante Pagnini, sua origem encontra-se na edição preparada por Robert Estienne, em 1551.

Traduções nas principais línguas modernas

As traduções nas principais línguas modernas começaram na Idade Média, baseando-se sobretudo na Vulgata. A partir do séc. XVI, em conseqüência da Reforma protestante, apareceram traduções dos textos originais, algumas das quais se tornaram clássicas e exerceram uma influência determinante na literatura e também na formação da língua nacional.

As principais traduções alemãs são: a tradução de Martinho Lutero (1522-34, definitiva em 1545) e a Bíblia de Zurique,

também chamada Ulrichbibel, preparada por Ulrich Zwingli e outros, em 1524 (revisada em 1931). Merecem ser lembradas também duas traduções de cunho hebraico: a do Pentateuco, publicada em alemão mas com caracteres hebraicos, por Moses Mendelsson (1780); toda a Bíblia em hebraico, de Franz Rosenzweig e Martin Buber (1925-1961).

As principais traduções francesas são: a Bíblia do Olivetano, isto é, de Pierre Robert Olivétan, denominado Olivetano (1535), calvinista, usada também pelos valdeses; a Bíblia de Johann F. Ostervald (1724), usada até tempos recentes pelos protestantes franceses. Entre as modernas, assinalamos: a "Biblie de Jérusalem", elaborada pela École Biblique de Jérusalem (1948-1954); a "Bible de la Pléiade" (1956-1959), de Edouard Dhorme; a "Traduction Oecuménique de la Bible" (1963...); a de André Chouraqui, judeu, Antigo e Novo Testamento em 24 volumes (1974-1979), em dez volumes (1982-1985) e em volume único (1985).

As principais traduções inglesas, são: a "Authorized Version" ou "King James Bible", encomendada por James II Stuart (1611), a Bíblia oficial da Igreja anglicana; a sua revisão, "Revised Version" (1881-1885); a sua correspondente revisão americana ou "American Standard Version" (1901) e a "Revised Standard Version" (1946-1952). Depois da Segunda Guerra Mundial, a Igreja anglicana e as Igrejas protestantes inglesas promoveram uma tradução inteiramente nova, a "New English Bible" (1961-1970). Entre as traduções católicas inglesas, as mais conhecidas são a Bíblia de Douai e Reims (1582-1609) e a de Ronald Knox (1944-1954), ainda da Vulgata.

As principais traduções italianas — sem falar nas edições modernas citadas na bibliografia deste livro — são as de: Giovanni Diodati (1607 e 1641), protestante; Antonio Martini (1769-1781, definitiva em 1782-1792), católica; Samuel David Luzzatto e auxiliares (1872-74), hebraica.

As principais traduções brasileiras são a do reformado João Ferreira de Almeida, feita diretamente do grego no séc. XVII; pelo lado católico, devem ser mencionadas, no séc. XVIII, a versão de Antônio Pereira de Figueiredo, a de Matos Soares e a versão mais popular de Francisco de Jesus Sarmento, todas baseadas na Vulgata[1]. (Para outras traduções brasileiras, mais modernas, veja na Bibliografia).

1. Cf. EGGER, W. *Metodologia do Novo Testamento*. São Paulo, Loyola, 1994. p. 65.

LISTA DOS MANUSCRITOS, CÓDICES E TRADUÇÕES MAIS IMPORTANTES

ANTIGO TESTAMENTO

Testemunhos diretos em hebraico

Q	Manuscritos de Qumran	II a.C.-I d.C.	Fragmentos
	Papiros de Elefantina	V a.C.	Fragmentos
	Papiro de Nash	II ou I a.C.	Fragmentos
	Códice da Geniza do Cairo	VI-VII d.C.	Eclesiástico
	Rolo de Murabba'at	II d.C.	Profetas menores
	Pentateuco samaritano	X d.C.?	
TM	Texto massorético	VIII-IX d.C.	
	Códice dos Profetas do Cairo	IX d.C.	
	Códice de Alepo	X d.C.	Exceto Pentat.
B 19a	Manuscrito de Leningrado (São Petersburgo)	1008-1009 d.C.	

Traduções em grego

LXX	Setenta	III-II? a.C.	
B	Códice Vaticano	IV d.C.	
S	Códice Sinaítico	IV d.C.	
C	Códice de Efrém reescrito	V d.C.	
A	Códice Alexandrino	V d.C.	
	Versão de Áquila	II d.C.	AT
	Versão de Símaco	II d.C.	AT
	Versão de Teodocião	II d.C.	AT
	Héxapla de Orígenes	III d.C.	AT (6 colunas)

Traduções em aramaico: Targumim V d.C.

Tg	Pseudo-Jonathan ou Jerosolimitano I	Pentateuco
Tg	Neófitas I ou Jerosolimitano II	Pentateuco
Tg	Onkelos	Pentateuco
Tg	Jonathan ben Uzziel	Profetas

Outras traduções

vl	Vetus latina	II d.C.	da LXX
co	Copta	III d.C.	da LXX
ar	Armênia	V d.C.	da LXX
et	Etíope	IV e V d.C.	da LXX
go	Gótica	IV d.C.	da LXX
gg	Georgiana	V d.C.	da LXX
syp	Siríaca ou Pesitta e outras	II... d.C.	do texto hebr.
vg	Latina (Vulgata) de são Jerônimo	IV d.C.	do texto hebr.

NOVO TESTAMENTO

Testemunhos diretos

Códices maiúsculos (unciais) em grego:

B	Códice Vaticano	séc. IV	At e NT
S	Códice Sinaítico	séc. IV	(AT) e NT
C	Códice de Efrém reescrito	séc. V	(AT) e NT
A	Códice Alexandrino	séc. V	AT e (NT)
D	Códice de Beza (gr. e lat.)	séc. V	Evangelhos/Atos
D	Códice Claromontano (gr. e lat.)	séc. V	Paulo
W	Códice de Washington	séc. VI	Evangelhos
Θ	Código de Koridethi	séc. VIII	(Evangelhos)

Papiros em grego:

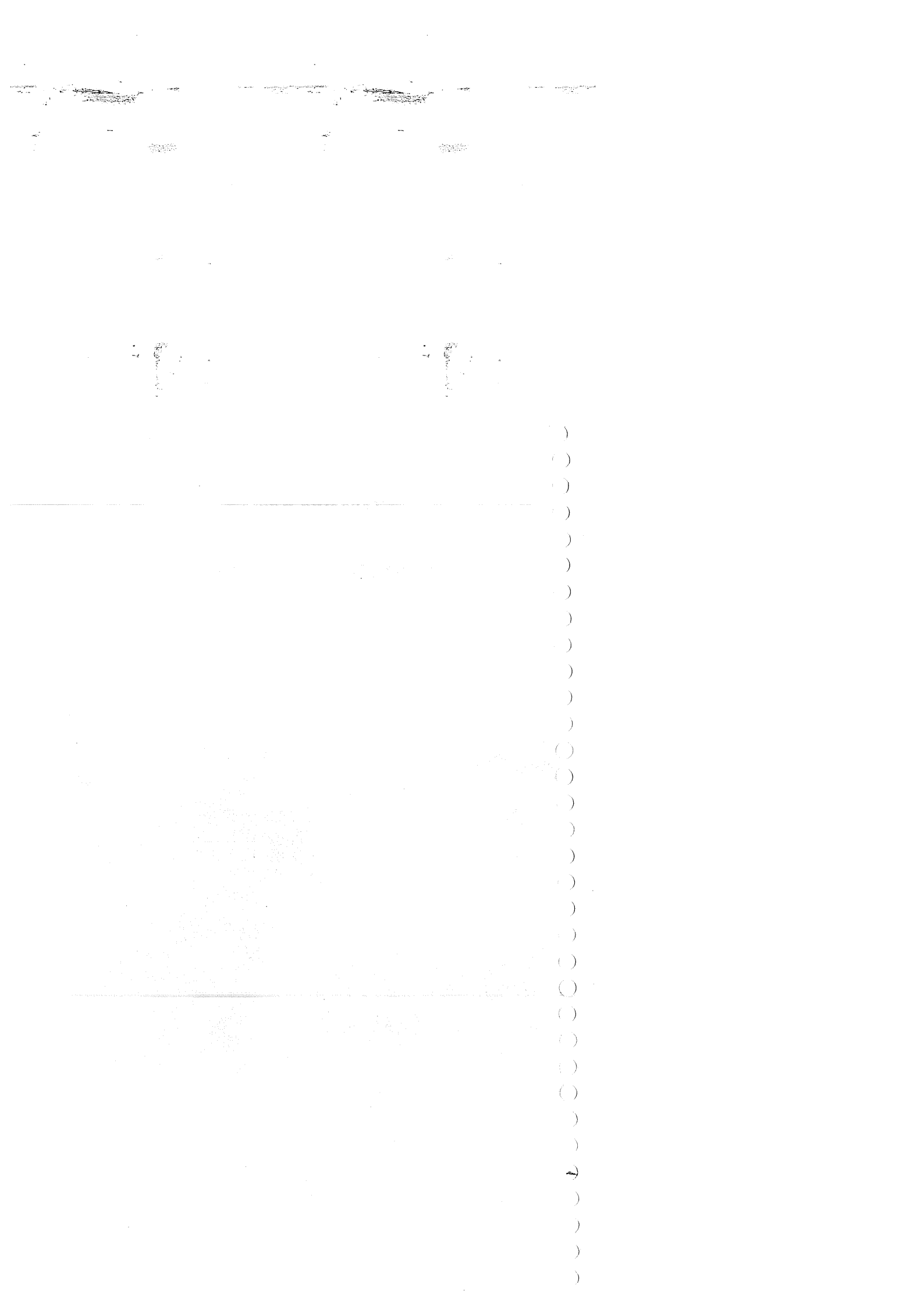
P^{52}	Papiro Ryland	séc. II (120!)	Jo (fragm.)
P^{45-47}	Papiros Chester Beatty	séc. III	Paulo e Ap
P^{66}	Papiro Bodmer II	séc. III	Jo 1-14
P^{75}	Papiro Bodmer XIV-XV	séc. III	Lc e Jo 1-15
P^{72}	Papiro Bodmer VII-VIII	séc. III-IV	Jd; 1 e 2 Pd

Traduções antigas em latim

vl	Vetus latina	séc. II	AT e NT
vg	Vulgata (Jerônimo)	séc. IV	AT e NT

Terceira parte

A leitura da Bíblia

Um *melammed* admoesta o seu discípulo (detalhe). Fim do Levítico. Pentateuco com *Megillot*, *Haftarot* e tratado de gramática, denominado *Pentateuco de Coburg*. Coburg, 1396. London, British Library, Ms. Add. 19776.

Capítulo Quinto

Leitura hebraica da Escritura

Em português, a palavra "leitura" possui muitos significados: pode indicar uma leitura silenciosa, mental, como a que normalmente praticamos hoje ao lermos um livro, um jornal, uma inscrição, uma carta; ou uma leitura em voz alta, para que os outros escutem sem terem o texto diante de si; é a que se faz nas assembléias religiosas ou civis, na escola, para pessoas que não sabem ler (os antigos liam sempre em voz alta, mesmo quando sozinhos; portanto, o ato de ler era também um escutar). A leitura significa, enfim, um modo de entender e interpretar o que se lê.

Para tratar do modo hebraico de ler a Escritura, comecemos, portanto, de um dado lingüístico: aquele conjunto de livros que denominamos Bíblia ou, de outro modo, Escritura, é chamado em hebraico Miqra', isto é, Leitura (do verbo qara', "ler em voz alta", "chamar", "gritar"). Mas que tipo de leitura?

> "Pegou [Moisés] o livro da aliança e o leu para o povo. Eles disseram: 'Faremos tudo o que Javé mandou e obedeceremos'" (Ex 24,7).

> "Então Moisés escreveu esta Lei e a entregou aos sacerdotes levitas, que carregavam a arca da aliança do Senhor, e também a todos os anciãos de Israel. E Moisés lhes ordenou: 'No fim de cada sete anos, no ano da remissão, durante a festa das Tendas, quando todo o Israel vier apresentar-se diante do Senhor seu Deus, no lugar que ele tiver escolhido, você proclamará esta Lei a todo o

Israel. Reúna o povo, homens e mulheres, as crianças e o imigrante que está em suas cidades, para que ouçam e aprendam a temer o Senhor, o Deus de vocês, e coloquem em prática todas as palavras desta Lei. E seus filhos que ainda não sabem, ouvirão e aprenderão a temer o Senhor, o Deus de vocês, todos os dias em que viverem na terra, da qual vocês tomarão posse ao atravessar o Jordão'" (Dt 31,9-13).

A leitura-escuta da Escritura teve sua fundação e sua instituição no próprio texto bíblico, como se pode observar nas passagens citadas e em várias outras. De certa forma, o evento sinaítico deve perpetuar-se na sua repetição cultual. Temos um testemunho desta realidade num célebre texto de Neemias:

"... todo o povo, como se fosse uma única pessoa, se reuniu na praça que fica em frente à porta das águas. O povo pediu que Esdras, doutor da Lei, levasse o livro da Lei de Moisés, que o Senhor tinha dado a Israel. Então o sacerdote Esdras levou o livro da Lei até a presença da assembléia. Era o dia primeiro do sétimo mês, e estavam reunidos homens, mulheres e todos os que tinham uso da razão. Na praça diante da porta das águas, desde o amanhecer até o meio-dia, Esdras leu o livro para todos os homens e mulheres e para todos os que tinham o uso da razão. Todo o povo seguia com atenção a leitura do livro da Lei. Esdras, doutor da Lei, estava sobre um palanque de madeira, feito para a ocasião. À sua direita se encontravam Matatias, Sema, Anias, Urias, Helcias, Maasias. À esquerda estavam Fadaías, Misael, Melquias, Hasum, Hasbadana, Zacarias e Mosolam. Esdras abriu o livro à vista do povo todo, pois estava em lugar mais alto. Quando ele abriu o livro, o povo ficou em pé. Esdras bendisse o Senhor, o grande Deus, e todo o povo, com as mãos erguidas, respondeu: 'Amém! Amém!' Depois se ajoelharam e se prostraram com o rosto por terra diante do Senhor. Os levitas Josué, Bani, Serebias, Jamin, Acub, Sabatai, Hodias, Maasias,

Celita, Azarias, Jozabad, Hanã e Falaías explicavam a Lei para o povo, que permanecia em pé. Liam o livro da Lei de Deus, traduzindo-o e dando explicações, para que o povo entendesse a leitura" (Ne 8,1-8).

Se fizermos a comparação deste texto com os precedentes, notaremos que: a Escritura é endereçada a todos, não a uma classe restrita; requer uma resposta ou empenho, pois na realidade é uma pergunta; deve ser entendida e, conseqüentemente, precisa ser explicada. É exatamente esta, *in nuce*, a hermenêutica hebraica, desde a época bíblica até hoje; e Ex 24,7 é entendido pela interpretação rabínica como a resposta à leitura-pergunta de Moisés. Resposta que é um empenho a pôr em prática a Torá "antes", e a estudá-la, "depois". Mas o estudo sustenta a práxis e, conseqüentemente, a interpretação da Escritura é condição essencial para vivê-la.

A cena descrita em Ne 8, que aconteceu em torno do ano 444 a.C. ou aproximadamente cinqüenta anos mais tarde (em relação a esta passagem existem grandes problemas de cronologia), apresenta-nos pela primeira vez um culto de "leitura"; em suas linhas gerais e em seu espírito, este culto, permaneceu imutável na liturgia sinagogal e nos mostra como, dos três significados da palavra "leitura", o hebraísmo clássico e toda a tradição que se seguiu realizaram o primeiro e o terceiro. Em outras palavras, percebemos como o povo ficava diante do "livro" (hebr. *séfer*, rolo) em posição de "escuta"; percebemos também como esta posição de escuta incluía tanto as palavras do texto bíblico propriamente ditas, como também, com toda a probabilidade, o *targum* ou uma tradução improvisada em aramaico, ou ainda a interpretação ou exegese, com o objetivo de "cumprir e escutar", de acordo com o que afirma Ex 24,7.

Esdras, "escriba especialista na lei de Moisés" (Esd 7,6), depois da "abertura" e exposição da Torá e de um rito de bênção, pede aos treze notáveis ou assistentes que leiam o texto, "traduzindo-o e dando explicações". Este "dar explicações" ou "dar o sentido" (*som sékel*) pode significar duas coisas, provavelmente ambas presentes: a tradução simultânea em aramaico,

língua que se tornara corrente entre os que sobraram do exílio babilônico, — e o comentário ou explicação propriamente dita, em vista do "viver a Torá".

Em termos técnicos, diríamos: *o targum e o midraxe*. *Targum* quer dizer "tradução", mas o seu significado geral foi especificado, em seu uso técnico, para indicar a tradução em aramaico do texto bíblico, em primeiro lugar do Pentateuco ou Torá. Por ser feita para que fosse entendida e por acontecer em um contexto litúrgico, era natural que a tradução tendesse a se tornar interpretação, paráfrase, homilia; tendesse, portanto, ao midraxe. A raiz deste vocábulo é a mesma do verbo darash, "procurar", "investigar": Esdras "se havia dedicado a estudar (*li-drosh*) a lei do Senhor" (Esd 7,10).

Confrontando passagens semelhantes e ligadas entre si na Bíblia hebraica, descobrimos que o midraxe já nasce no interior da própria Escritura para tornar claro um termo confuso, para tornar mais precisa uma passagem muito genérica, para conciliar dois textos contrastantes, para atenuar ou explicar uma afirmação desconcertante, "escandalosa" (G. Vermes), como também para reinterpretar teologicamente tradições anteriores.

Encontram-se exemplos de midraxe bíblico na chamada fonte sacerdotal do Pentateuco, em Crônicas, nos sapienciais. Encontram-se midrashim (plural de midrash) entre os escritos de Qumran, sobretudo em forma de pèsher, ou seja, de interpretação atualizada, no intuito de mostrar que se cumpriu o que fora anunciado pelos profetas. Neste sentido, de fato, há quem defina o Novo Testamento um midraxe ou pèsher cristão do Antigo Testamento.

Tudo o que afirmamos até aqui poderia ser resumido simbolicamente em uma imagem: o relacionamento do judeu com a palavra de Deus não está representado pelo fiel que lê a sua Bíblia, nem mesmo — se quisermos ser exatos — pelo fiel que, na sinagoga, observa os encarregados tirarem o rolo da Escritura da Arca e ouve sua leitura. Por outro lado, caso seja verdade que, de certo modo, tanto a leitura sinagogal como a de Esdras tornam atual a situação do povo aos pés do Sinai à escuta de Moisés, de

alguma forma entre o fiel que escuta e o livro que é lido há um terceiro elemento fundamental: a tradição ou Torá oral, da qual passaremos agora a falar. É a tradição que me fornece o sentido, aliás, os sentidos, e que mantém a palavra do Sinai

> "ao seu alcance: está na sua boca e no seu coração, para que você a coloque em prática" (Dt 30,14).

A leitura hebraica da Escritura e a "procura" em que ela consiste pressupõem, portanto, um quadro de princípios e de métodos que é preciso evidenciar, a fim de que se possam compreender não somente a exegese rabínica como também a neotestamentária (seja a exegese praticada pelos escritores do Novo Testamento, seja a nossa própria leitura do Novo Testamento).

O primeiro princípio é a exegese de uma dupla revelação: a Torá escrita (*Torá she-bi-ktab*) e a Torá oral (*Torá she-be-'alpé*). Moisés é a fonte, isto é, o receptor e o transmissor de ambas, e as duas são de origem sinaítica; mas uma é transmitida através da escritura-leitura; a outra, através da tradição oral, do mestre para o discípulo. Assim é descrita a "cadeia de recepção" do tratado rabínico *Pirké Avot* ("Capítulos dos pais"), que faz parte da *Mixná*, o código da tradição normativa, redigido pelo rabi Judá, chamado o Santo e o Príncipe, no fim do séc. II da nossa era:

> "Moisés recebeu a Torá dos Salmos e a transmitiu a Josué, Josué aos anciãos, e os anciãos aos profetas, e os profetas a transmitiram aos homens da Grande Assembléia [de Esdras]. Eles disseram três coisas: sede ponderados ao praticar a justiça, aumentai muito o número de discípulos e fazei uma cerca para a Torá. Simão, o Justo, foi um dos últimos da Grande Assembléia. Ele costumava dizer: Sobre três coisas o mundo se sustenta: sobre a Torá, sobre o culto e sobre as obras de misericórdia..." (*Avot* 1,1-2).

A tradição oral — que, como se pode ver nos evangelhos, é afirmada pelos fariseus e rejeitada pelos saduceus, pelos samaritanos e pelos mais caraítas tardios — é, por si mesma, uma

necessidade hermenêutica: cada cristão que considere como chegou até ele a Escritura e como a entende na própria Igreja, não terá dificuldade para entender o princípio hebraico das duas *Torot* (plural de *Torá*).

Deus revelou a Moisés, juntamente com os "cinco quintos da Torá [escrita]", todas as explicações necessárias para "cumprir e escutar". De geração em geração, os mestres e os discípulos "encontram", descobrem (um critério racionalista diria "acrescentam", mas a concepção hebraica é que encontram e, com base no que encontram, discutem e decidem). Um famoso midraxe exprime claramente este modo de entender o relacionamento entre a origem e o novo:

> "Disse o rabi Judá em nome de Rab: Na hora em que Moisés subiu ao alto, encontrou o Santo, bendito seja, que estava sentado e fazia coroazinhas de nós sobre as letras [da Torá]. Disse-lhe: Senhor do mundo, quem segura tua mão [de enviar-nos a Torá mesmo sem as coroazinhas de nós]? Respondeu-lhe: há um homem, que virá no fim de muitas gerações, e Aqiva ben Josef é o seu nome. Ele, sobre cada pontinho, com as suas interpretações, acumulará montanhas de *halakhot* [normas]. Disse Moisés: Senhor do mundo, mostra-me. Respondeu-lhe: Volta atrás. Ele foi e sentou-se no fundo das oito fileiras [dos alunos de Aqiva], mas não entendia o que diziam, e a sua força se enfraqueceu. Então, eis que chegaram a um certo argumento. Os discípulos [de Aqiva] lhe perguntaram: Rabi, de onde [o deduzes]? Respondeu-lhes: É uma *halacá* de Moisés, do Sinai. O ânimo de Moisés se refez, ele voltou e veio colocar-se ao lado do Santo, bendito seja, e disse-lhe: Senhor do mundo, tens um homem como este e Tu dás a Torá por meio de mim? Respondeu-lhe: Fica quieto; assim decidiu o meu pensamento" (B *Menachot* 29b).

Um segundo princípio, estreitamente ligado ao precedente, é o da diversidade de graus de autoridade na Bíblia. Deus

manifestou-se sobre o Sinai, e "todo o povo o viu" (Ex 20,18), enquanto os profetas e os hagiógrafos, como observa Maimônides, tiveram uma revelação indireta e individual, por meio de visões e sonhos. A Torá sinaítica é o documento da aliança ou pacto público, edificador da comunidade de Israel; as outras duas partes da Escritura (Profetas e Escritos) valem porquanto representam a pregação e o ensinamento da Torá, suscitados pelo Espírito Santo quando a voz da Torá pareceu enfraquecer-se nas consciências. Eis por que um livro sem muita expressão, como o *Levítico*, possui mais autoridade do que *Isaías* ou *Ezequiel*: ele revela, de fato, pela boca do próprio Deus, Deus como Vontade para o homem.

Um terceiro princípio é o que G. Stemberger chama de "princípio da parcimônia":

> "Nenhuma palavra nela [na Bíblia] é vã, nenhuma letra, inútil. Na Bíblia não há nenhuma repetição sem motivo [...] Deus não se repete" ("Concilium" 1/91, p. 65).

Portanto, quando a nossa mentalidade nos leva a encontrar motivações literárias, estéticas e redacionais nas repetições, nos sinônimos, nos paralelismos e nas variantes, estamos muito longe da leitura hebraica.

Neste "princípio da parcimônia" está implícito o outro critério hermenêutico rabínico: se "entre as palavras da Torá não há nenhuma que seja semelhante a uma outra" (*Tosefta, 'Eduyot* 1,1), então "não é necessário deduzir um significado único de passagens diferentes da Escritura" (*B Sanhedrin* 34a). E vice-versa: de cada passagem ou palavra da Escritura podem-se extrair diversos significados.

A pluralidade de sentidos (entre os quais não se deve nunca descuidar o *peshat* ou sentido "simples", imediato) não corresponde a um efeito causado pela escassa clareza ou pela ambigüidade dos textos, mas suscitado pela riqueza da Palavra, oferecida para uma recepção múltipla tanto de tempos, quanto de pessoas. É como observa E. Levinas, "os múltiplos sentidos

são pessoas múltiplas [1]. Esta é a razão pela qual, nos comentários rabínicos, freqüentemente retorna a fórmula "outra interpretação" para introduzir uma variante exegética; quando se reproduzem as interpretações dos grandes doutores, tem-se também o maior cuidado, bem como com quem as profere, segundo este esquema: "Disse o rabino fulano, em nome do rabino sicrano", porque, como se pode ler no tratado *Pirké Avot* 6,8: "quem proferir uma palavra no nome de quem a disse, aproxima a redenção ao mundo". De fato, como vimos, a Torá oral é um percurso de nomes receptores e transmissores, no princípio dos quais está Deus.

Compete à maioria, portanto, decidir, na pluralidade das interpretações, a *halacá*, o "caminho" a ser seguido na prática, enquanto permanece livre a *hagadá*, a "narração", com o objetivo de edificar. E quando, no contraste de interpretações entre a escola de Hillel e a de Shammay (dois grandes mestres, um pouco anteriores a Jesus), segundo um *midraxe* se ouviu uma voz celeste que disse: "Estas e aquelas palavras são do Deus vivo, mas a *halacá* é conforme a palavra de Hillel" (*Eruvin 1*3b), a uma outra voz celeste, que intervinha em favor de uma tese minoritária, os mestres objetaram: "...não está no céu" (Dt 30,12), isto é, Deus entregou aos homens tanto a Torá como a sua interpretação, nada retendo para si. Esta atitude dos mestres conduz-nos a pensar na frase de Gl 1,8: "Maldito aquele que anunciar a vocês um Evangelho diferente daquele que anunciamos, ainda que sejamos nós mesmos ou algum anjo do céu".

A Torá desceu do céu; justamente por isso ela é chamada *Torá min-ha-shamayim*, Torá dos céus (Mixná, *Sanhedrin,* 1); isto significa que ela é destinada aos homens, não aos anjos. Desta consideração, extraímos um critério de leitura fundamental (embora não aceito pela exegese mística, que possui uma inclinação a ler não no "preto" do que está escrito mas no "branco" que o circunda, e dedicada ao *zeruf*, às permutações das letras, à numerologia etc.), critério atribuído ao rabi Yishmael

1. Levinás, E. *La Rivelazione nella tradizione ebraica*. In: Id. *L'aldilá del versetto*. Nápoles, Guida, 1986. p. 218.

(séc. I-II d.C.): "A Torá fala segundo a língua dos homens" (*Sifré* a *Números* 15,31). "Língua dos homens" implica o reconhecimento dos antropomorfismos, da linguagem figurada, da mediação lingüística.

Todavia, para o exegeta judeu, as possibilidades da linguagem são muito mais amplas do que o habitual em um discurso teológico; e não se faz alusão, neste caso, ao quarto dos quatro sentidos estabelecidos por Bachyah ben Asher, de Saragoça, em 1291, isto é, *peshat* ou sentido leve, *rémez* ou sentido alegórico, *derash* ou sentido homilético, *sod* ou sentido místico (teorização comum também aos exegetas cristãos). Faz-se referência à atenção minuciosa dada àquelas que J. Kugel chama de "irregularidades de superfície" do texto hebraico, à recusa absoluta de que na Escritura exista um espaço, por menor que seja, para o casual.

Assim, por exemplo, no episódio de Caim e Abel, os mestres se perguntam: por que Deus diz a Caim: "A voz dos sangues de teu irmão grita a mim do solo" (Gn 4,10), e não diz "a voz do sangue"? Uma resposta (note-se: *uma* resposta, pelo que foi dito acima) é que, matando Abel, Caim tinha derramado o sangue dos seus descendentes, aos quais foi negado o nascimento (Mixná, *Sanhedrin* 4,5).

Como se pode perceber, quando um mestre "abre" a Escritura, esta explica a si mesma. Portanto, muitas regras hermenêuticas, das quais as mais conhecidas são as treze regras do rabi Yishmael, que entram até mesmo na liturgia, estabelecem os modos pelos quais dois ou mais textos podem ser postos em paralelo a fim de se iluminarem mutuamente. Um caso muito interessante de aproximação é a *harizá*, "coleção"; o método e a força da *harizá* são ilustrados por um episódio narrado no Talmude palestino, *Haghigá* 2,1. Em uma festa de circuncisão, dois mestres, o rabi Eliezer e o rabi Yehoshua distanciaram-se dos cantos e das danças e começaram a se ocupar das palavras da Torá, "passando da Torá aos Profetas e dos Profetas aos Escritos; e um fogo desceu do céu e os confundiu", enquanto eles "faziam uma corrente" com as palavras da Escritura. A mesma corrente que Jesus fez aos discípulos de Emaús quando,

"começando por Moisés e continuando por todos os Profetas, Jesus explicava para os discípulos todas as passagens da Escritura que falavam a respeito dele... Então um disse ao outro: Não estava o nosso coração ardendo quando ele nos falava pelo caminho, e nos explicava as Escrituras?" (Lc 24,27.32).

Um exemplo de recurso à tradição oral é apresentado por Jesus a propósito da disputa com os saduceus (Mt 22,23-32), que negavam a ressurreição. De certa forma, eles tinham razão em sustentar que a Torá não a ensina; de fato, no texto escrito da Torá, não há nenhum sinal da ressurreição — e os saduceus, justamente, rejeitavam a tradição oral. Mas Jesus compartilhava com os fariseus a concepção indicada nos *Pirké Avot* e professava uma "leitura" que fazia a Torá escrita dizer coisas que estavam por trás das letras, algo que se foi formando na consciência das gerações de leitores, ao longo dos séculos (seria o caso de citar o provérbio de Gregório Magno, que disse: "A Escritura cresce com quem a lê"). O fato de que a Escritura seja, por assim dizer, transportada pelo rio da tradição oral, é ilustrado, por um lado, pela própria crítica bíblica moderna, que pressupõe estarem as tradições orais na origem do Pentateuco e dos livros históricos; por outro lado, é ilustrado também pela necessidade que a Torá escrita tem de esclarecimentos, precisões e instruções, feitas com idêntica autoridade, com o fim de serem aplicadas. É o caso da lei do sábado, que em Ex 31,15 limita-se a proibir um "trabalho", sem outras especificações; por esta razão, a exegese rabínica "lê" nos versículos precedentes (3 a 12) uma exemplificação das categorias de trabalhos proibidos, segundo o princípio hermenêutico rabínico que percebe uma conexão entre dois textos próximos.

Também o princípio segundo o qual "não há antes e depois na Torá" (*B Pessahim* 6b) tem como objetivo justificar a aproximação de textos que aos nossos olhos seriam anacrônicos; mas eles não o são para quem considera ter sido a Torá inteira revelada a Moisés no Sinai. Assim, a propósito de Gn 7,2, em que Deus ordena a Noé introduzir na arca sete pares de cada animal puro e

um par de cada animal impuro, o grande comentarista medieval Rashi (rabi Shelomo ben Yizhaq, 1040-c.1105) anota:

> "Cada animal puro: são os animais que, no futuro, teriam se tornado puros para Israel; deduzimos assim que Noé estudava a Torá".

O estudo da Torá — escrita e oral — é, portanto, o *primum* para o judaísmo, de Esdras até hoje, a tal ponto que o próprio judaísmo pode ser definido como a civilização do comentário, e a inteira literatura rabínica (*targum, midraxe, Mixná, Talmude*, responsórios, comentaristas, codificadores...) tem como objeto, direta ou indiretamente, a Bíblia. Com um detalhe muito importante: estuda-se para saber *o que Deus quer que eu faça*. Yeshayahu Leibowitz, um pensador religioso contemporâneo, provocador e não conformista, sustenta que "o hebraísmo não-existe a não ser quando prescreve para o homem um regime e um determinado modo de vida" (*Ebraismo, popolo ebraico e stato d'Israele*, Carucci-DAC, Roma, 1980, p. 22). Trata-se de um modo de vida que nasce de uma palavra, repetida todo dia, por duas vezes, na oração, ainda uma vez ao deitar à noite e na hora da morte: "Ouça, Israel".

Como dissemos, tudo isto leva a um verdadeiro crescimento da Torá, como também à sua diversificação conforme cada escola. São muito instrutivos os contrastes entre a "casa de Hillel" e a "casa de Shammay" (que divergem no mínimo sobre trezentas interpretações da lei e da sua prática) e a resposta da voz celeste, já citados anteriormente. Isto quer dizer o seguinte: liberdade hermenêutica até o limite da oposição, unidade na práxis. De resto, todo procedimento que vai do texto ao comentário, do comentário à discussão, da discussão à definição (ou melhor, à "descoberta") do preceito é um percurso que deve ser considerado intrínseco à revelação sinaítica, como se pode observar nesta definição: "Até mesmo o que um discípulo inteligente ensinará diante do seu mestre já foi dito por Moisés no Sinai" (Talmude palestino, *Pe'à* 2,4; 17a). Em todos estes casos, o mestre perpetua a "corrente da recepção", ou seja, o nexo generacional

da tradição oral; ela é garantida também, da mesma forma, pelo pai que responde às perguntas do filho (Ex 12,26-27).

Descobrir o preceito e pô-lo em prática significa, em última análise, "cumprir a Torá", isto é, fazer a vontade de Deus. Esta expressão deve ser entendida em toda a sua profundidade, embora com muita freqüência ela seja lida pelos cristãos de modo superficial ou quase caricatural. Não se deve esquecer que o preceito — ou o conjunto de preceitos — é chamado *halacá*, "caminho", porque se trata de uma estrada a ser percorrida. Aonde ela conduz? Ela conduz à realização da imagem e semelhança de Deus, que Ele colocara no seu projeto criador. Ora, em toda a Escritura, o judeu vê a revelação de uma só — ainda que múltipla — imagem de Deus, daquele "que falou, e o mundo foi feito"; é a revelação da sua vontade. Deus não diz quem Ele é, mas sim o que quer; todos os atributos que Ele revela de si são modelos que o homem deve encarnar: a misericórdia, a fidelidade, a paciência etc. Procuraremos em vão, na Bíblia, atributos metafísicos de Deus. O judeu, portanto, vê no preceito não somente uma fonte de mérito como também um encontro gratuito com aquele que, pedindo-me obediência a um preceito do qual não me dá explicações, assegura-me todavia que nele se encerra o mistério da sua imagem.

> "Rab disse: Os preceitos não foram dados senão com o objetivo de purificar as criaturas; e disse também: por acaso interessa ao Santo, bendito seja, saber que aquele que degola o animal [ritualmente] o golpeia na garganta ou na nuca [o que é proibido]? Assim, os preceitos não foram dados senão com o objetivo de purificar as criaturas" (*Genesis Rabbá* 44,1).

Portanto, "não se deve parar com o objetivo de fazer ponderações sobre o valor dos preceitos da Torá" (*Deuteronômio Rabbá* 6, 2). A Escritura, conseqüentemente, nada afirma sobre a natureza de Deus, mas nos diz tudo sobre a sua misericordiosa Vontade; por esta razão é que os místicos cabalísticos defenderam que a inteira Torá nada mais é do que um único, imenso

ɔme de Deus. Aquele nome revelado na sarça ardente, que na ɴterpretação rabínica indica Deus enquanto misericórdia: YHWH.

A pluralidade de interpretações, caso de fato manifeste uma das características fundamentais da inteligência judaica e uma das heranças mais preciosas do farisaísmo e do rabinismo clássico, deve ser vista, em primeiro lugar (como ilustramos amplamente), como uma riqueza inexaurível do falar divino, na qual cada palavra pode legitimamente ser entendida de acordo com as diferentes potencialidades humanas (tenha-se presente o milagre das línguas, em Pentecostes, At 2, no qual o evento é deliberadamente modelado sobre o Pentecostes sinaítico). Há duas passagens bíblicas citadas como suporte a este modo de entender os sentidos da Escritura.

> "Abbayé diz: assim como a Escritura diz: 'Uma coisa disse Deus, duas eu ouvi; é este o poder de Deus' (Sl 62,12), [deve-se deduzir que] uma só passagem escriturística dá margem a múltiplos sentidos" (B *Sanhedrim* 34a). [E] "foi ensinado na escola do rabi Yishmael: 'Minha palavra não é como fogo? — oráculo do Senhor — ou como um martelo que tritura a pedra?' (Jr 23,29). Como este martelo produz muitas faíscas, do mesmo modo cada palavra que saía da boca da Potência [=Deus] dividia-se em setenta línguas" (B *Shabbat* 88b).

Setenta indica a totalidade dos povos, a todos os quais é oferecida a Torá, na própria língua e compreensão. Mas o mesmo acontece dentro do próprio Israel, ao qual é oferecida, como dissemos, uma pluralidade de sentidos. Comentando Ecl 12,11 ("As palavras dos sábios são como ferrões, e as sentenças coletadas são como estacas fincadas. Umas e outras provêm do mesmo pastor"), o Talmude babilônico, *haghigá* 3ab, escreve:

> "Os mestres das assembléias: são os discípulos dos sábios [expressão de humildade para designar os mestres], que estão em muitas comunidades para ocuparem-se do estudo da Torá. Uns declaram uma coisa impura, outros a

declaram pura; uns amarram, outros desamarram... Mas se alguém dissesse: Se estes declaram puro e aqueles declaram impuro, se estes amarram e aqueles desamarram... como é que eu posso aprender a Torá? A Escritura ensina: [Todas estas palavras] 'foram ditas por um único Pastor'. Um único Deus as deu, e um único chefe as disse".

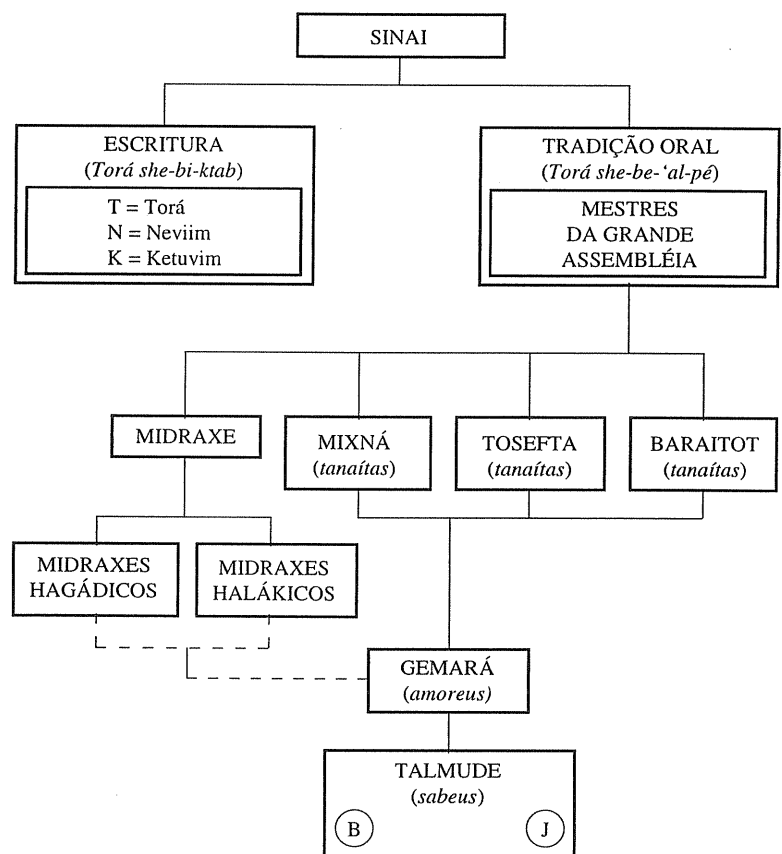
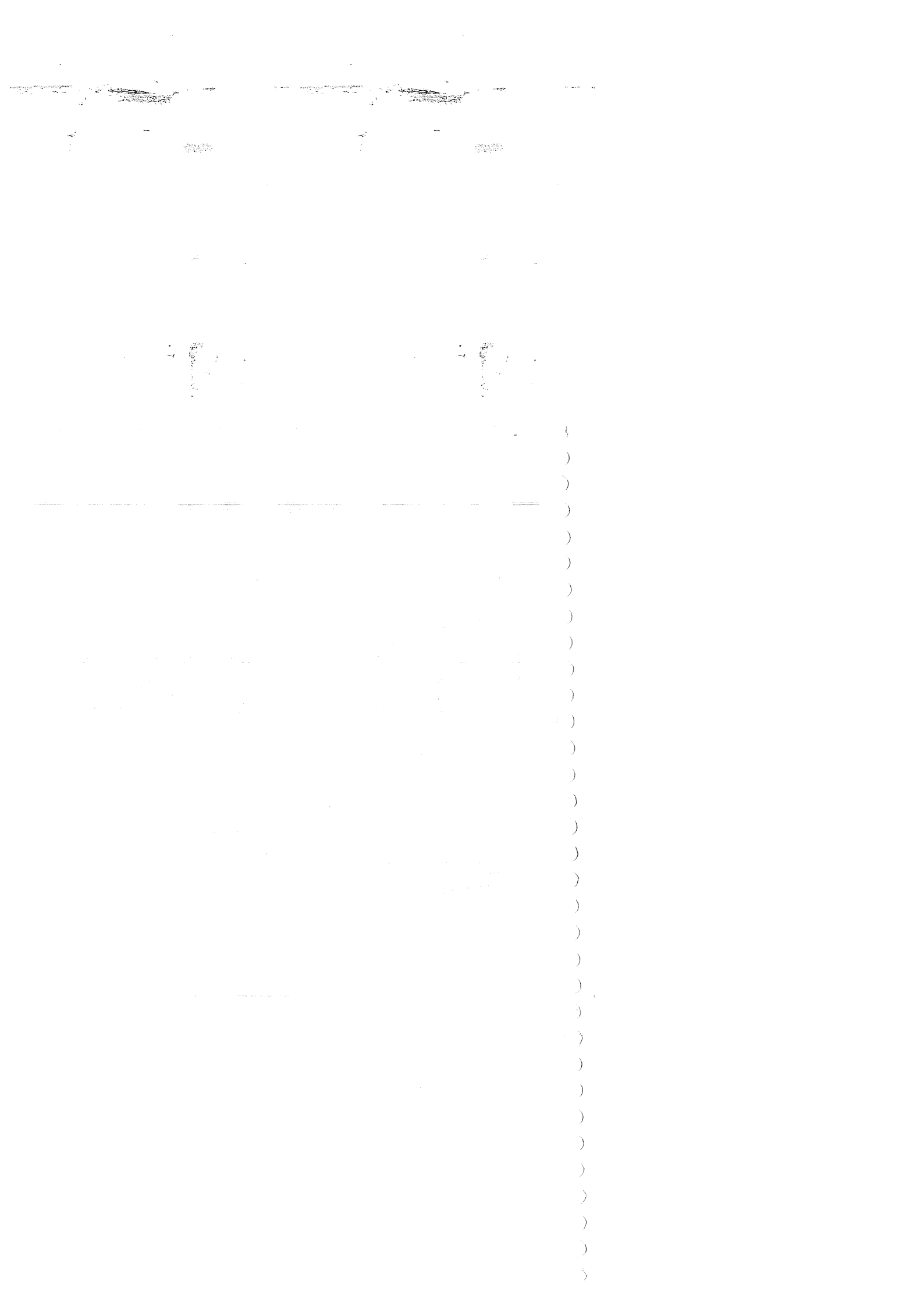
Esta visão das coisas pode parecer desconcertante para quem possui uma concepção fechada da Escritura ou está habituado a uma lógica de tipo aristotélico; para os mestres de Israel, no entanto, a redução do discurso bíblico a teses unívocas seria um empobrecimento e uma desvitalização do falar divino, bem como um esvaziamento do estudo que — dizem ainda os mestres — deve, pelo contrário, impulsionar os sábios e os seus discípulos de questão em questão, sem descanso,

> "sem bloquear a tradição em um sentido exclusivo, mas, ao invés, abrir a própria tradição para a superação e a infinidade dos sentidos".[2]

O único sentido escondido na mente divina será revelado na idade messiânica; mas este também, na verdade, representará só o começo de um caminho dentro do texto, que prosseguirá, na vida futura, juntamente com o próprio Deus, como o afirma um lindíssimo *midraxe*.

---

2. AVRIL, A. C. & LENHARDT, P. *La lettura ebraica della Scrittura.* MELLO, A., org. Bose, Qiqajon, 1989[2]. pp. 86-87.91-92.55.

Esquema da tradição escrita e oral segundo os Mestres de Israel

Capítulo Sexto

Os métodos de interpretação da Bíblia

1. Crítica textual, literária e histórica

a) Introdução

Os dois termos, exegese e interpretação, poderiam ser entendidos como equivalentes, pois a exegese é o comentário ou a explicação e, conseqüentemente, a interpretação de um texto bíblico. De acordo com esta concepção comum, a exegese e a interpretação ou hermenêutica são sinônimos. Em seu uso recente, todavia, costumam-se diferenciar os significados dos dois vocábulos. A interpretação ou hermenêutica é a teoria específica que diz respeito à compreensão dos textos, ou seja, trata-se do estudo do sentido dos textos a partir de problemáticas atuais (por exemplo, fala-se de "hermenêutica feminista"); a exegese, por sua vez, é a prática ou a atuação concreta da interpretação mediante instrumentos e métodos adequados. Nas páginas que seguem, falaremos da exegese e da interpretação ou hermenêutica em seu sentido mais geral e amplo, buscando compreender tanto a teoria sobre o texto quanto os métodos de estudo.

É tarefa do intérprete compreender e trazer à luz o sentido do texto que ele está lendo, e não simplesmente repetir e registrar o que o texto "diz". De fato, é preciso distinguir cuidadosamente dois níveis: o que é "dito" e o que "se quer dizer" ou afirmar. Pode-se, por exemplo, dizer algo por brincadeira ou ironicamente, ou com um modo particular de se expressar, ou

ainda com uma ambigüidade intencional. Interpretar quer dizer, portanto, apoderar-se do sentido entendido pelo autor, manifestado efetivamente no texto escrito. Por vezes o texto escrito pode carregar-se de significados também não compreendidos em toda a sua profundidade pelo autor, que poderia ter tido deles somente uma percepção intuitiva. Em outras palavras, o intérprete procura a "verdade" de fato, transmitida e verbalizada mediante a escritura. No caso da Bíblia, quem acredita reconhece naquela verdade a revelação divina, à qual se apega com a fé.

A *magna charta* da exegese católica contemporânea é a constituição dogmática *Dei Verbum,* do Concílio Vaticano II, publicada em 1965. Ela enuncia os princípios fundamentais de uma exegese bíblica correta do ponto de vista da Igreja católica, fechando definitivamente uma época na qual a abordagem crítica da Bíblia nem sempre foi aceita pacificamente. A leitura crítica, isto é, a leitura racionalmente rigorosa e documentada, é considerada necessária pelo Vaticano II para a compreensão integral da Bíblia como palavra de Deus.

Compreender um texto quer dizer "fazê-lo falar", ou seja, torná-lo capaz de responder; para isto, todavia, é necessário apresentar ao texto as perguntas certas, fazendo-o reagir através de modelos culturais próprios ao texto e ao intérprete. A consideração que se deve ter para com os modos culturais próprios ao texto orienta a exegese em direção ao método histórico; o horizonte atual do intérprete, no papel de destinatário do texto, é o que torna a leitura uma tarefa que, como já dissemos, alguns chamam de "hermenêutica". Nós preferimos a expressão "exegese integral", designando assim a leitura que acrescenta "aquilo que o texto significa hoje".

Ao afirmarmos que a interpretação de um texto é uma arte, não entendemos em absoluto sugerir que a exegese seja uma atitude arbitrária, subjetiva e isenta de regras. De fato, o texto escrito, também no caso da Bíblia, impõe a observância rigorosa de critérios objetivos sem os quais ele não desvela o seu significado secreto. Todavia, como poderemos observar mais adiante, os métodos de leitura são múltiplos e diferentes; e a

aplicação cumulativa sobre um mesmo texto, ainda que de forma rigorosa e detalhada, de todos os métodos do qual dispõe aquele "monstro multiforme" — como foi definida ironicamente — que é a exegese científica, não resolve automaticamente o problema da interpretação. Ela permanece uma arte que não pode ser reduzida a uma mera aplicação de regras; tal aplicação é uma tarefa necessária, mas não suficiente.

Ler e entender um texto é mais do que o funcionamento de um ou mais métodos. De fato, não é difícil ler a Bíblia mas saber lê-la; não é difícil ler simplesmente, mas usar um método racional. Um método é uma via de acesso ao texto; por esta razão, sintetizamos os percursos seguidos pela exegese bíblica contemporânea em duas direções: o "caminho diacrônico" e o "caminho sincrônico".

b) Caminho diacrônico

Denominamos "caminho diacrônico" o método de interpretação que considera o texto em sua dimensão histórica, ou seja, explica a sua origem e o seu processo de formação. É o método que se foi impondo na época moderna, sobretudo nos dois últimos séculos, proporcionado pela afirmação do interesse pela história como o percurso obrigatório em direção à compreensão da realidade, incluindo a de um texto escrito. De fato, nasce da tese segundo a qual se conhece uma realidade percorrendo as etapas de sua origem e evolução, como também do desejo de evitar todo subjetivismo interpretativo, alcançando a objetividade histórica. Este método, que se desenvolveu em várias fases e foi aperfeiçoado por inúmeros estudos, leva o nome de método histórico-crítico. Articula-se substancialmente em quatro momentos fundamentais: crítica textual, crítica filológica, crítica literária e crítica histórica.

Crítica textual

É a primeira função do intérprete. Consiste no estabelecimento de um texto confiável, com base no confronto crítico entre os vários testemunhos dos manuscritos antigos e as citações encontradas em outras obras da Antigüidade, visto que não podemos ter acesso ao texto original dos livros bíblicos. Antes da famosa descoberta dos documentos de Qumran (1947), os manuscritos hebraicos do Antigo Testamento considerados mais antigos datavam do séc. IX d.C. Nas grutas de Qumran foram encontrados rolos do séc. II-I a.C., contendo parte da Bíblia hebraica, com um texto em sua maior parte idêntico ao texto massorético, embora em vários casos haja divergência com os massoretas e concordância com a tradução dos LXX.

Cada leitor da Bíblia pode dispor de ótimas edições, com aparato crítico, dos textos originais, hebraico (com partes em aramaico) para o Antigo Testamento, grego para o Novo. As próprias edições em língua moderna, por vezes, trazem preciosas informações sobre as escolhas textuais feitas pelos tradutores, como também a respeito de problemas apresentados pela diversidade de tipos de texto (por exemplo, temos o texto grego do *Eclesiástico* em várias formas, mas aproximadamente só dois terços do texto hebraico). Freqüentemente a crítica textual consegue tornar conhecida a complexa história da transmissão do texto bíblico, fornecendo-nos a documentação necessária para a fidedignidade dos livros bíblicos.

Crítica filológica

Esta fase requer um conhecimento profundo das línguas antigas nas quais a Bíblia foi escrita (hebraico, aramaico, grego), à luz das outras línguas do Oriente Próximo, da cultura e da história do povo hebraico, como também uma correta compreensão do texto. É o trabalho que vai acabar na "tradução". Mas a tradução de um texto não é somente o ponto de partida da exegese, é também o seu ponto de chegada. No começo, é uma

hipótese; no fim, um resultado comprovado. Seria suficiente confrontar, entre elas, algumas traduções modernas, para percebermos quanto divergem, até sobre pontos fundamentais. Fornecemos um exemplo, baseado em traduções brasileiras do Salmo 110,3:

> "A ti o principado no dia do teu nascimento, / as honras sagradas desde o seio, / desde a aurora da tua juventude" (*Bíblia de Jerusalém*).
>
> "No dia de teu nascimento, / já possuis a realeza no esplendor da santidade; / semelhante ao orvalho, eu te gerei antes da aurora" (*Ave Maria*).
>
> "Você é príncipe desde o dia do seu nascimento, / entre esplendores sagrados. / Eu mesmo o gerei, como orvalho, / antes da aurora" (*Bíblia Pastoral*).

Crítica literária

Esta fase compreende métodos diferentes, pelos quais o texto é analisado em sua dimensão histórico-literária. Articula-se em três momentos: história das formas literárias, história da tradição e história da redação.

"História das formas literárias" (em alemão: *Formgeschichte*). Procura identificar as formas ou gêneros literários, colocando-os no seu "ambiente vital" (em alemão: *Sitz im Leben*). Uma contribuição de genial pioneiro foi dada por Hermann Gunkel, no início do nosso século, sobretudo no que diz respeito à classificação do gênero dos salmos.

"História da tradição" (em alemão: *Traditionsgeschichte*). Pesquisa o caminho das "lembranças" de uma determinada unidade literária desde a sua fase oral, ou o da sua origem, até o estabelecimento da obra escrita. Foi feito um grande trabalho para localizar as várias tradições do Pentateuco (javista, eloísta, deuteronômica e sacerdotal).

"História da redação" (em alemão: *Redaktionsgeschichte*). Visa mostrar como o redator final do texto organizou a exposição, a escolha e a estruturação do material recolhido, como também — caso seja necessário — verificar a existência de eventuais etapas redacionais sucessivas. Por exemplo, no consenso dos estudiosos, a escola denominada sacerdotal é responsável pela edição final do Pentateuco.

Crítica histórica

Além de inserir cada livro em seu contexto histórico original, em alguns casos ao menos hipoteticamente, a crítica histórica propõe-se avaliar a veracidade histórica do que é narrado. A esta altura, os estudos bíblicos, já demonstraram que, embora baseando-se na história real de Israel e mesmo oferecendo muitas informações historicamente verídicas, a Bíblia está interessada sobretudo em testemunhar uma experiência de fé. A crítica ocupa-se em descobrir aquilo que é verificável e documentado historicamente, de modo confiável. Pergunta-se, portanto, a que realidade histórica fazem referência determinados textos bíblicos, levando-se em conta a historiografia particular, praticada pelos autores sagrados. A pesquisa histórica deverá servir-se da crítica literária dos textos, dos testemunhos externos à Bíblia, da arqueologia e de todas as ciências por ela suscitadas (epigrafia, numismática etc.).

c) Caminho sincrônico

Por "caminho sincrônico" entendemos todos os métodos que procuram explicar o texto não tanto a partir de sua origem e formação quanto de sua forma atual. O texto escrito a ser considerado é o texto final, assim como nós o lemos; ele é visto como um "tecido" (em latim: *textus*), isto é, uma totalidade unitária e significativa, na qual o todo se esclarece nas suas relações com as partes e vice-versa.

Análise estrutural ou semiótica

Semiologia ou semiótica são vocábulos usados por Ferdinand Saussure no *Curso de lingüística geral*, dado em Genebra, em 1906-11. Com estes termos, pretende-se indicar a teoria dos "sinais", lingüísticos ou não, incluindo sinais e símbolos religioso-cultuais. De acordo com esta teoria, a língua não é estudada somente do ponto de vista filológico e etimológico, isto é, com o objetivo de buscar a sua origem e as suas relações com outras línguas, mas considerada um sistema estruturado de sinais.

Chama-se "análise estrutural" o procedimento adotado para descobrirem-se as articulações internas da língua e, portanto, a "estrutura" de um texto. Não se trata de estudar a gênese do texto em exame. A análise estrutural procura evidenciar as estruturas internas do texto, considerado como um tecido no qual todos os fios são interligados e interdependentes, mantendo uma certa ordem. O "sentido" do texto é o fruto das correlações particulares e das diferenças existentes entre os elementos que o compõem.

É recente a aplicação deste método à Bíblia; ele é usado não como instrumento único de leitura mas unido a outros métodos críticos. Ajuda o estudioso a superar o perigo do subjetivismo e a ater-se rigorosamente ao texto; há o risco, todavia, por sua vez, de se preocupar exclusivamente com os sinais lingüísticos e não com o conteúdo. Uma boa e simples orientação para este método pode ser encontrada no livro de Gaetano Savoca, *Iniziazione all'analisi biblica strutturalista*, Messina, ESUR, 1989.

A análise estrutural alcançou níveis de sofisticação e tecnicismo exagerados, usando com freqüência um vocabulário ambíguo. Por esta razão, é impossível fornecer aqui, em poucas linhas, uma apresentação mais detalhada. Para ajudar o nosso leitor a ter uma idéia mais exata, nós o convidamos a ler um texto bíblico, por exemplo, Gn 11,1-9, a narração da torre de Babel; vamos lê-lo como um conjunto de elementos que se referem a diferentes códigos lingüísticos. O levantamento dos códigos usados e sua organização revelam a estrutura do texto. Decodificar é o ato pelo qual são identificados, explicados e

decifrados os sinais lingüísticos ou códigos de uma estrutura. Por exemplo, na narração da torre de Babel, encontram-se o código topográfico (terra, planície de Senaar, céu, Babel), o código temporal (início, momento da ação, fim da construção), o significado dos nomes dos personagens (homens, Senhor, um povo), o código das ações (emigrar, espalhar, construir, confundir, descer) etc.

Na análise estrutural, são importantes as oposições entre os termos; por exemplo: terra/céu, construir/deixar de construir, alojar-se/debandar, um só povo/dispersão das pessoas, uma só língua/confusão das línguas. Feito o levantamento de todos os elementos, deve-se descobrir que relações os interligam uns aos outros: os homens querem construir uma só cidade e um só templo em forma de torre, que alcance o céu, enquanto Deus desce do céu e produz uma variedade e uma multiplicidade de povos e de línguas. De um lado, há uma vontade de unidade que coincide com a uniformidade; do outro, uma ação que produz a variedade e a diversidade.

Análise narrativa

No panorama multicolorido dos novos métodos exegéticos, surgidos nos últimos dois decênios, o método narrativo da Bíblia propõe-se compreender a especificidade do texto bíblico como narração, para melhor compreender seu significado. Na realidade, a expressão "método narrativo" compreende diferentes tipos de leitura.

O enfoque narrativo da Bíblia aplica ao texto sagrado as categorias da narratologia ou estudo da narração [3]. Trata-se de fazer uma análise sincrônica do texto, contemplado em sua unidade e coerência interna e, mais precisamente, segundo os elementos e as técnicas da narração. Conhecer as formas e as técnicas de uma narração implica, pelo menos, o estabelecimento de dois níveis característicos e essenciais de cada narração:

3. Cf. PRINCE, Gerald. *Dizionario de narratologia*. Firenze, Sansoni, 1990.

as instâncias da história narrada (o tempo, o espaço, os atores, a trama) e as instâncias do narrador-personagem, que faz parte da própria narração (Lucas, por exemplo, que nos *Atos* usa o "nós") ou do narrador-ator, que intervém para fazer considerações ou avaliações sobre a situação ou sobre personagens da narração.

O relacionamento entre estes dois níveis constituem o tecido da narração, que é necessário reconhecer com clareza para compreender-se o sentido teológico do texto, não de fora, mas identificando a lógica interna da narração. Uma introdução agradável à exegese bíblica narrativa pode ser encontrada em Robert Alter, *L'arte della narrativa biblica*, Queriniana, Brescia, 1990.

Exegese canônica

Denomina-se "cânon" o conjunto dos livros bíblicos considerados pela Igreja como inspirados por Deus e, conseqüentemente, normativos para a fé. Os historiadores sabem que o cânon bíblico formou-se através de um longo e complexo processo. Não é por acaso que estes livros e não outros formam a Bíblia que nós lemos. Falar de cânon equivale a reconhecer que a Bíblia é um livro único, unificado pelo povo crente de Israel e pela Igreja cristã (segundo duas formas distintas). A Bíblia, de fato, não é uma antologia de textos antigos, que nos são próximos por razões lingüísticas ou por semelhança de conteúdo.

Ela nasceu como um livro único, conservado e transmitido pelas comunidades religiosas judaica e cristã. É verdade (como já foi dito) que judeus e católicos possuem um cânon bíblico diferente, mas todos reconhecem a unidade canônica da Bíblia. Tanto os judeus como os católicos admitem que o processo de formação do cânon ou do livro chamado Bíblia não depende somente de fatores históricos, ideológicos, sociais etc., posto que é guiado e desejado por Deus em vista da constituição de um escrito normativo para a fé. Conseqüentemente, a unidade da Bíblia foi querida por Deus.

Como conseqüência, quem tem fé não lê somente "livros", mas "a Bíblia", tanto que se pode dizer que o sentido bíblico dos textos é o sentido canônico, isto é, o sentido que cada um dos textos revela no contexto canônico global. Sem menosprezar ou desvalorizar a necessidade de um exame histórico-crítico das várias fases de composição do texto, a exegese canônica se preocupa particularmente com a forma final do texto sagrado no contexto global do cânon. J. A. Sanders e B. S. Childs, dois autores de língua inglesa, abriram este novo caminho de interpretação que ainda está só começando. O método tem boas perspectivas, mas requer uma elaboração mais precisa. Uma teologia bíblica que faz uso deste método pode ser encontrada no livro de Brevard S. Childs, *Teologia dell'Antico Testamento in un contesto canonico*, Cinisello Balsamo, Paoline, 1989. Este biblista procura mostrar como a formação do cânon bíblico não implicou somente um ordenamento de livros distintos, como também estabeleceu correlações recíprocas profundas entre as várias partes, por exemplo, entre o Pentateuco e os livros sapienciais, entre os salmos e as profecias.

d) Exegese bíblica e cultura moderna

O surgimento e o desenvolvimento das assim chamadas ciências humanas, sobretudo a sociologia e a psicologia, como também novas condições de vida e revoluções culturais (por exemplo, o feminismo), levaram a uma reavaliação da pré-compreensão com a qual se lê a Bíblia. De fato, é inevitável o fato de que a leitura da Bíblia reflete, ao menos em parte, a cultura, os problemas, as preocupações dos leitores. O tipo de "leitura" que estamos considerando procura fazer com que a "Bíblia" responda reagindo em face dos problemas e da cultura do homem de hoje.

Exegese psicanalítica

Entre as ciências humanas que mais se desenvolveram e obtiveram sucesso em nosso século, está a psicologia e, mais particularmente, a psicanálise ou a psicologia profunda. A psicanálise é um método experimental que procura explorar a dimensão profunda, o subconsciente da psique humana, mediante várias técnicas, entre as quais a do diálogo "interpretativo", por assim dizer, daquilo que o paciente narra ao analista. Os dois mestres mais famosos são Sigmund Freud e Carl Gustav Jung. A aplicação à Bíblia é muito recente e não encontrou ainda uma metodologia segura.

Já existem tantas opiniões quanto o número de psicanalistas e de suas escolas. O próprio Freud, em *L'interpretazione dei sogni* (Viena, Lipsia, 1900), apóia-se na Bíblia, afirmando, aliás, que analisa os sonhos dos seus pacientes "como se fossem textos sagrados". Freud escreveu também *Mosè e il monoteísmo* (concluído em 1937-38) como um ensaio de exegese psicanalítica. Também Jung escreveu *Risposta a Giobbe*, Torino, 1979). Na Itália, é muito conhecida a tentativa de leitura psicanalítica dos evangelhos feita por Françoise Dolto e Girar Sévérin, *Psicanalise del vangelo*, Milão, Rizzoli, 1979. Atualmente, sobretudo na Alemanha, estão tendo muita repercussão os livros de Eugen Drewermann, que propõe uma interpretação baseada na psicologia profunda de Jung. Nesta perspectiva, a Bíblia é lida como um livro no qual se refletem as etapas do amadurecimento humano e, portanto, pode servir ao leitor como um espelho de si mesmo.

Limitamo-nos apenas, nesta seção, a citar uma afirmação interessante de Drewermann, tirada de um volume de conversações e entrevistas radiofônicas: "Em primeiro lugar deve-se fazer a pessoa ler a Bíblia como se os textos que ela contém tivessem sido sonhados por ela na noite anterior. Não quero dizer que na Bíblia tudo é sonho, pelo contrário. Mas para que se possa começar a entendê-la, afirmo: considerem um texto da Bíblia como se ele falasse a vocês, de forma totalmente pessoal e resumida, e contasse algo para vocês" (*Parola che salva, parola che guarisce*, Bréscia, Queriniana, 1990, p. 111).

Este tipo de leitura quer evidenciar a relevância dos sentimentos e a força iluminadora e, portanto, salvífica, da palavra bíblica. Não se pode simplesmente renunciar a este método de leitura, embora, pelo modo como é praticado, apresente freqüentemente o perigo de que nos limitemos a projetar no texto bíblico esquemas e idéias psicanalíticas já elaboradas, considerando que a salvação seja entendida como um processo de autolibertação e não como obra de Deus. Em uma obra de três grandes volumes sobre *Gênesis*, Drewermann afirma que o pecado, considerado diante de Deus, significa viver uma situação de desespero e arruinar a própria existência na infinidade do medo. Este pequeno exemplo deixa antever a utilidade deste tipo de leitura, que coloca em destaque um aspecto freqüentemente deixado de lado quando se fala do pecado, isto é, a sua dimensão de angústia desesperada e de medo.

Para a exegese psicanalítica, segundo Drewermann, a Bíblia é o instrumento que favorece a nossa descoberta e nos ajuda a superar a angústia. O perigo que a ameaça é que nos esqueçamos de ler na Bíblia a auto-revelação de Deus, a sua oferta gratuita de libertação do pecado, que é a causa da angústia. Em suma, caso a exegese psicanalítica não seja exageradamente valorizada e não extrapole os próprios limites, pode ser um enfoque indubitavelmente complementar à exegese tradicional e muito enriquecedor.

Exegese materialista

Denomina-se assim a aplicação da teoria marxista da sociedade e do desenvolvimento à interpretação da Bíblia. Tratase de um enfoque bíblico baseado em um modo particular de entender o relacionamento entre "sobre-estruturas" (no caso: os conteúdos teológicos) e as "superestruturas" de ordem econômico-políticas, com o objetivo de evidenciar sobretudo a ideologia revolucionária capaz de mudar a sociedade. O livro mais representativo foi *a lettura materialista del vangelo di Marco*, de Fernando Belo (o original foi escrito em Paris, em 1974; em

italiano, a obra mais sintética é *Una lettura politica del vangelo*, Torino, Claudiana, 1984).

São evidentes os limites de uma interpretação baseada exclusivamente na pré-compreensão do materialismo histórico. Atualmente, de fato, este método esgotou todas as suas possibilidades e foi abandonado quase completamente, uma vez constatado o fim da ideologia marxista.

No âmbito do Antigo Testamento, ficou famoso o equilibrado estudo de N. K. Gottwald sobre as origens de Israel (*The Tribes of YHWH*, Nova York, Orbis Books, 1979[4], que procura explicar o surgimento do povo de Israel mediante o modelo das oposições cidade/campo, agricultores/classes urbanas cananéias, isto é, por meio do sistema de luta de classes.

Exegese feminista

Trata-se de um método de aproximação à Bíblia que se insere no quadro do movimento e da teologia feminista contemporâneos. Entende-se não somente o estudo da presença e do papel ou imagem da mulher na Bíblia, mas a leitura da Sagrada Escritura a partir da particular pré-compreensão específica do ser-mulher em uma sociedade patriarcal, opressora e racista.

Elisabeth Schüssler Fiorenza explica-se deste modo: "Aquilo que nos leva a ver os textos bíblicos como uma fonte na luta pela libertação da opressão patriarcal, além de apresentar modelos para a transformação da Igreja patriarcal, não é um cânon qualquer de textos que possam pleitear a autoridade divina; é, antes disso, a experiência das próprias mulheres, nas suas lutas de libertação".[5]

---

4. Trad. bras.: *As Tribos de Iahweh. Uma sociologia da religião do Israel liberto 1250-1050 a.C.*, São Paulo, Paulus, 1986.

5. Cf. RUSSEL, Letty M. *Interpretazione femminista della Bibbia*. Assisi, Cittadela, 1991, p. 194. FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *In memoria di lei*. Torino, Claudiana, 1990.

A própria E. S. Fiorenza indica cinco etapas de uma interpretação bíblica feminista: manter uma atitude de suspeita, ao invés da atitude de aceitação, diante da autoridade bíblica (a hermenêutica da suspeita leva a descobrir aqueles elementos e aquelas funções anti-patriarcais do texto bíblico, encobertas e obscurecidas por uma linguagem e por conceitos androcêntricos); examinar textos bíblicos particulares e ver com precisão até que ponto o seu conteúdo e a sua função perpetuam e legitimam a estrutura patriarcal; a teologia e a exegese feminista devem denunciar os textos e as tradições que legitimam e perpetuam as estruturas e as ideologias patriarcais e opressoras; retomar todas as tradições e todos os textos bíblicos, mesmo os androcêntricos, para denunciar e lembrar de todos os sofrimentos, lutas e vitórias das irmãs que viveram no passado bíblico, com a força subversiva de um passado do qual se faz memória; recontar as histórias bíblicas a partir de uma perspectiva feminista; reformular as visões e as injunções bíblicas a partir da perspectiva de um discipulado igualitário.

Este tipo de exegese realça sobretudo o elemento feminino na imagem de Deus, característica de Israel e de Jesus, nas comunidades missionárias da Igreja primitiva e no antigo Israel. Todavia, corre o risco, por sua vez, de ser um enfoque unilateral, fortemente apologético, nem sempre bem integrado com os demais métodos. Encontrando-se ainda no início, trata-se de um caminho aberto, em vias de elaboração, com possibilidades de desacerrar novos horizontes e de modificar muitos pontos de vista.

Exegese fundamentalista ou literalista

Este tipo de leitura absolutiza e sacraliza a "letra" da Bíblia, rejeitando qualquer forma de aproximação crítica do texto bíblico, pressupondo que o texto inspirado tenha uma autoridade e uma evidência indiscutíveis e óbvias por si mesmos.

Fundamentalmente, trata-se de recusar qualquer tentativa de interpretação, na ilusão de que o texto escrito seja claro e

compreensível a qualquer um. Esta posição afirma-se sobre três axiomas fundamentais: a Bíblia é, diretamente e com toda a propriedade, palavra de Deus (Ele ditou, por assim dizer, cada palavra da Bíblia, enquanto o autor humano não passa de um escriba material); a revelação divina identifica-se com o texto escrito, porquanto é a comunicação de palavras/conceitos; a fé está separada da razão e em contraposição a ela.

O Concílio Vaticano II, na constituição dogmática sobre a Revelação Divina, negou claramente estes princípios e, conseqüentemente, rechaçou de modo inequívoco esta leitura da Bíblia. De fato, conforme a fé católica, "Deus na Sagrada Escritura falou através de homens e de modo humano" (*Dei Verbum, 12*); por conseguinte, a Bíblia não é a revelação ou a autocomunicação de Deus, mas o testemunho inspirado da revelação. Por outro lado, a fé é uma adesão consciente a Deus, que se revela. Portanto, fé e razão não são separáveis: a "crítica" não vai contra a fé.

Seria mais apropriado, talvez, falar de interpretação ingênua e acrítica da Bíblia, que surge e se desenvolve sobretudo em grupos sectários e integralistas, freqüentemente ameaçados pelo risco do fanatismo.

Recusar-se a admitir a historicidade da Bíblia significa absolutizar um modo historicamente datado e contingente de expressão, transformando-a em palavra eterna, perfeitamente pura, mas abaixo da crítica; quer dizer, trata-se de uma tendência a idenficar o livro sagrado com o próprio Deus. [6]

Um antigo texto escrito apresenta aspectos e problemas variados e múltiplos; se, além disso, se trata de um texto religioso considerado como normativo para uma comunidade de crentes, ele assume dimensões novas para quem o lê hoje. Deriva deste fato a multiplicidade de métodos, que continua recebendo novos estímulos provenientes também das modernas ciências lingüísticas, históricas e humanas.

---

6. Para um breve aprofundamento, cf. RAVASI, Gianfranco. *La lettera che uccide. Note sul fondamentalismo biblico*. In: *La rivista del clero italiano* 71 (1990), pp. 101-108.

d) Conclusão

Ao final da nossa retrospectiva panorâmica sobre os principais métodos hoje discutidos e praticados, apraz-nos concluir com algumas observações feitas por um ótimo exegeta, Wilhelm Emil Egger, atual bispo de Bolzano-Bressanone (Itália): "Podemos descrever a função dos diferentes métodos mediante uma comparação. A descoberta de uma paisagem, com suas características e suas belezas, pode acontecer quando se a percorre por diversos caminhos. Qualquer percurso revela alguns aspectos particulares da região, e quem se limitasse a percorrer um único caminho perderia muitos desses aspectos. Existem, todavia, alguns traçados privilegiados e sobretudo dignos de serem percorridos, que outros caminhos não podem substituir e mal acrescentar-lhe algo de importante. Para cada texto deve-se especificar o percurso mais oportuno e o método mais adequado. Os métodos não são instrumentos que se possam aplicar mecanicamente, para captar-se o sentido do texto. São "indicações" sobre como se orientar e como descobrir as características do texto e apreender seu sentido do modo mais adequado" (*Metodologia do Novo Testamento*, São Paulo, Loyola, 1994, p. 17). Todos os métodos devem ser provados e experimentados, discutidos e verificados, sem preconceitos. Cada um deles pode aumentar o conhecimento das insondáveis riquezas da palavra de Deus.

2. Dos Padres da Igreja à leitura política

Como vimos nas páginas anteriores, "hermenêutica" é uma palavra grega que significa "interpretação". Ora, a interpretação é uma dimensão constitutiva da existência do homem, pois é a chave que abre a porta do mundo dos significados; assim, nós interpretamos toda vez que lemos um livro, que ouvimos uma pessoa que fala, como também toda vez que "lemos" o mundo para contemplar ou utilizar as coisas que o compõem. Na vida cotidiana, a interpretação acontece de forma tão espontânea que não requer esforço algum e pode passar despercebida; mas é

suficiente que haja entre duas pessoas um desentendimento para percebermos que entender e ser entendido não é um fato natural, e sim um fato que exige, precisamente, uma interpretação.

Sempre se afirmou que a Bíblia é um livro difícil e que sua leitura pode gerar mal-entendidos e incompreensões. Por isso, sempre foi clara a consciência de que a Bíblia deve ser cuidadosamente interpretada. A Igreja, portanto, que a considera o livro no qual deve buscar as palavras da salvação, sempre teve uma certa consciência hermenêutica. Todavia, esta consciência nem sempre apresentou a mesma intensidade e as mesmas modalidades; no decorrer dos séculos, ela sofreu variações, que foram até mesmo profundas. Pode-se escrever a história da espiritualidade e da teologia cristã como história da consciência hermenêutica da Igreja e das suas vicissitudes.

Traçaremos sumariamente três etapas desta história, as quais dizem respeito respectivamente à Igreja antiga (até à Idade Média), à Igreja da Idade Moderna (desde 1500 até o começo de 1900) e à contemporânea.

a) A Igreja antiga

Para a Igreja dos Padres, o problema de fundo da interpretação bíblica é a unidade dos dois Testamentos, ou seja, como interpretar as escrituras hebraicas (Antigo Testamento) à luz das escrituras cristãs (Novo Testamento). Por ser único o Deus de Israel e de Jesus Cristo, e único o seu desígnio de salvação, também os dois corpos escriturísticos nos quais este desígnio se realizou devem possuir uma substancial unidade que, todavia, não altere a sua diferença, e que deve, conseqüentemente, concretizar-se na articulação das duas partes: De que modo revela-se o desígnio de Deus no Antigo Testamento? E de que modo revela-se no Novo?

Retomando e desenvolvendo elementos que já estavam presentes em Paulo e João, os Padres distinguem o *sentido literal* do Antigo Testamento e o seu *sentido espiritual*. O sentido literal ou histórico está implícito na história de Israel; o sentido espiritual é

o significado posterior do qual a história se reveste quando relida e revivida na perspectiva da fé cristã. Assim como o afirma Agostinho: "No Antigo Testamento está oculto o Novo, o Novo revela-se no Antigo". O que significa: tomado ao pé da letra, tudo o que as escrituras hebraicas contêm não passa de uma imagem daquilo que se cumpre em Jesus Cristo e na sua Igreja.

Analisado com mais profundidade, o sentido espiritual do Antigo Testamento apresenta duas dimensões, uma ligada ao tempo, e a outra, ao espaço. Na linha do tempo, os Padres desenvolvem uma *leitura tipológica* do Antigo Testamento, segundo a qual fatos, personagens, ritos e leis de Israel estão para Cristo e para a Igreja como as figuras (*t'ypoi*) estão para a realidade. Não que lhes falte sua realidade histórica, mas esta realidade, como tal, é desprovida de significado salvífico e espiritual, que as "figuras" recebem pela sua função de *sacramentum futuri*, de prefigurações da salvação futura, prometida e posteriormente realizada em Jesus Cristo.

Sobre esta interpretação, elaborada seguindo a linha do tempo, encaixa-se um outro movimento que podemos chamar de *espacial*. As realidades salvíficas que se cumpriram em Jesus Cristo não são somente realidades futuras em relação à história de Israel. Elas são, efetivamente, de ordem superior: se os acontecimentos de Israel pertencem ao horizonte visível, terreno (uma terra, um povo-nação, bens econômicos), as realidades cristãs são invisíveis, ligadas ao mundo superior do espírito e à sua destinação celestial. Enquanto a linha tipológica é uma criação original do pensamento cristão, que se desenrola sobre o fio condutor da categoria autenticamente bíblica da promessa, a linha espacial-ascendente é devedora do pensamento neoplatônico (que, de resto, já estava presente no interior da tradição judaica, embora isenta da referência a Jesus Cristo). O *sentido espiritual* cristão surge da convergência dos dois: Cristo e o mundo que ele inaugura representam, a um tempo, realidade futura e realidade celestial, cumprimento da promessa de Israel e realização do desejo mais profundo do espírito humano.

O sentido espiritual, contudo, não é uniforme: articula-se em três momentos, que englobam a extensão da existência ter-

rena de Jesus até à Jerusalém celestial. O sentido espiritual ensina, em primeiro lugar, aquilo em que o cristão deve *acreditar*: nos mistérios da vida de Jesus (sobretudo a sua morte e ressurreição) e em sua eficácia na constituição e na sustentação da Igreja (de modo especial com o batismo e a eucaristia). Em segundo lugar, ensina o que o cristão deve *fazer* para que a sua existência esteja em conformidade com o que ele crê, para que a fé se expanda no caminho da contemplação e frutifique nas obras do amor. Enfim, o sentido espiritual diz o que o cristão pode e deve *esperar*: a vida depois da morte, em companhia do Ressuscitado e na feliz visão de Deus.

Façamos um exemplo, tomando como base um dos livros do Antigo Testamento mais amados pela Igreja dos primeiros séculos: o *Êxodo*. Os acontecimentos por ele narrados (libertação do Egito, caminho no deserto, oferta da lei, aproximação da terra prometida) são fatos históricos que dizem respeito diretamente ao povo de Israel (sentido literal), mas que no desígnio de Deus prefiguram a futura realidade cristã. De fato, a libertação do Egito representa a libertação de Satanás e do pecado, operada por Jesus com sua morte e ressurreição, na qual o cristão deve acreditar; o caminho no deserto é o símbolo do caminho da alma na contemplação, e a lei é a preparação da nova lei do amor, que o cristão deve seguir; a terra prometida é figura da pátria definitiva, o Reino de Deus, o qual o cristão deve esperar.

Os três momentos do sentido espiritual levam também o nome, respectivamente, de sentido alegórico (isto é, simbólico), sentido tropológico (isto é, moral) e sentido anagógico (isto é, celestial). Um dístico medieval resume toda a história dos sentidos bíblicos:

> *Littera gesta docet, quid credas allegoria,*
> *moralis quid agas, quo tendas anagogia.*

(O sentido literal narra os fatos, o sentido alegórico, aquilo no que é preciso crer, o sentido moral, [tropológico] o que fazer, o sentido anagógico, a que aspirar).

b) A Idade Moderna

Para compreender a inovação profunda que a Idade Moderna trouxe à compreensão da Bíblia, é preciso ter presente as novidades mais abrangentes representadas pela atitude moderna diante da realidade. Podemos sintetizar esta nova atitude em dois elementos.

O primeiro é o surgimento da consciência crítica com relação à tradição. O mundo antigo, cristão ou não, fazia da tradição um princípio fundamental de verdade: aquilo que era transmitido de geração em geração constituía, por conseguinte, a base sobre a qual se deveria construir a vida individual e social. A consciência moderna toma as distâncias da tradição e, sem a recusar em sua totalidade, submete-a a uma crítica severa, com base em um princípio que se transforma no critério último de verdade: *a razão*.

A Idade Média já havia dado amplo espaço à razão, buscando conciliá-la, todavia, com a fé tradicional e com os textos que a continham; agora, pelo contrário, aquela fé e aqueles textos são submetidos ao juízo racional, que faz o papel de corte suprema, inapelável.

Ao lado desta mudança de atitude, um outro elemento caracteriza a modernidade: a mudança da visão do mundo natural; de um mundo acabado e familiar, no qual cada coisa tem seu lugar em uma ordem divinamente estabelecida, passa a transformar-se em um mundo aberto e desconhecido, regido por leis físicas impessoais e autônomas, que a ciência pesquisa na objetividade, natural em cada uma delas, embora façam com que o homem sinta-se pouco à vontade e fora de seu ambiente. Se a Bíblia era a guardiã do mundo ordenado, quase sua bússola orientadora, a mudança da imagem do mundo não poderia senão colocar em crise este relacionamento com o texto bíblico.

A transformação que este duplo fator introduz na relação com a Bíblia foi se delineando mediante uma série progressiva de novidades que, acumulando-se às vezes de maneira rápida e tumultuada, subverteu profundamente a sua interpretação. A seguir, acenamos a algumas delas.

O primeiro passo é a crítica textual, ou seja, a reconstrução do texto bíblico original (hebraico para o Antigo Testamento e grego para o Novo), em contraposição com o texto da tradução latina (a Vulgata), que se tornara o ponto de referência canônico para a vida de fé e para o trabalho teológico. É suficiente recordar, a este propósito, a publicação do texto crítico do Novo Testamento por iniciativa de Erasmo, bem como a primeira Bíblia poliglota, sob os auspícios do cardeal espanhol Jiménez de Cisneros (ambos na segunda década do séc. XIV).

Da crítica textual, passemos à crítica histórica. Uma vez acertada a mira do texto original, algumas discrepâncias internas nele encontradas (repetições, contradições etc.) permitem concluir que ele não nasceu ordenadamente da pena de um autor (Moisés para o Pentateuco, Davi para os Salmos...) mas foi o resultado de uma formação mais ou menos longa e complexa. Por conseqüência, o texto não é contemporâneo aos fatos nele narrados mas encontra-se à distância deles — que pode ser também de séculos —, fato que joga sobre eles a suspeita quanto à credibilidade do seu testemunho. Esta operação de crítica histórica, iniciada no séc. XVII com as escrituras hebraicas, chega a tocar os textos do Evangelho, no séc. XIX e no começo do séc. XX, criando uma cisão entre o "Jesus da história", resultado da pesquisa científica dos evangelhos, e o "Cristo da fé", fruto da consciência religiosa e dogmática da Igreja.

E mais: não se pode efetuar uma leitura do Antigo Testamento de forma desligada do *humus* cultural e religioso no qual ele surgiu. É preciso, portanto, interpretar os seus livros não só dentro do âmbito da religião hebraica, como também, mais amplamente, dentro do contexto das culturas religiosas da área do Oriente Médio. Este mesmo critério, aplicado mais tarde ao Novo Testamento, atenua a originalidade da revelação bíblica, chegando por vezes até mesmo a dissolvê-la, tornando-a um caso interessante dentro da paisagem da fenomenologia religiosa.

Já tivemos ocasião de falar do contraste entre a imagem científica do mundo e a sua imagem arcaica, presente na Bíblia. Tal contraste não somente determina um desconforto geral na interpretação bíblica, mas gera tensões sobre pontos específicos.

No campo da cosmologia, é suficiente pensar na história de Josué e no caso Galileu ou, mais adiante, no conflito entre a doutrina bíblica da criação e a doutrina científica da evolução. No campo antropológico, nota-se a incompatibilidade entre a narração bíblica de Adão e Eva, progenitores de todos os seres humanos, e a teoria da poliginia. No campo cristológico, a afirmação da ressurreição corporal de Jesus e a sua inaceitabilidade em uma visão determinística do mundo.

Todavia, não foram só as ciências da natureza que colidiram com a Bíblia, mas também todo o novo sentimento da realidade, que engloba a compreensão da história, da ética, da política, e que vai em direção oposta à tradição hebraico-cristã. A título de exemplo, recordemos o contraste existente entre a doutrina do pecado original e da redenção, doutrina que se reveste da mesma importância — embora em graus diferentes — para o hebraísmo e para o cristianismo, e o otimismo iluminista que tudo coloca sobre a bondade humana como capacidade de perfeita auto-realização do homem.

Neste ponto, todavia, cabe uma observação de extrema importância. A atitude crítica do espírito moderno em relação à Bíblia não deve ser entendida exclusivamente nem prioritariamente em sentido destrutivo. Se nos confrontos e contradições existentes entre a Bíblia e a modernidade há quem veja razões suficientes para acabar com a primeira, mais consistente ainda é o número dos que descobrem nesta relação a necessidade de reinterpretar o dado bíblico, de tal forma que o escrito fale também à consciência do homem moderno, embora esta justa exigência acabe por constituir uma redução da mensagem bíblica às medidas e expectativas daquela consciência. Temos, assim, para citar um exemplo, a galeria das "vidas de Jesus" da segunda metade do séc. XIX, em que o critério é substituir o Cristo do dogma (nele incluído o Cristo de Paulo e João) por um Jesus que se presume historicamente autêntico mas que, na realidade, é um modelo adaptável de humanidade, dependendo da visão do intérprete: o mestre de vida, o místico, o socialista e assim por diante.

Por fim, não se pode esquecer que, se a consciência moderna apresenta-se a si mesma como princípio de autocompreensão da Bíblia, é bem verdade que a Bíblia trabalha nas bases, como princípio de autocompreensão do homem moderno. Não se podem entender aspectos fundamentais da modernidade a não ser como retomada de temas bíblicos em uma perspectiva secularizada. Tome-se, por exemplo, o sentido da história como progresso (que se origina da idéia de história da salvação), os direitos do homem (que se originam da visão cristã da dignidade de cada homem enquanto ser criado e redimido), o cosmos como campo de intervenção humana (por ser criatura e não realidade divina). A Bíblia, chegou-se a afirmar, é o "grande código" do Ocidente.

c) O nosso hoje

Fala-se do presente como da época da hermenêutica. Não porque somente hoje se pratique a interpretação (vimos como ela é o ato elementar do nosso relacionamento com o mundo) mas, pelo contrário, exatamente porque hoje possuímos uma consciência mais lúcida deste seu caráter de necessidade universal. Por esta razão, a filosofia do nosso século freqüentemente voltou a se questionar sobre a essência da interpretação, sobre as condições e as dificuldades daquele ato que é compreender o outro e, em particular, compreender os textos pelos quais o outro se expressou. Neste sentido, a filosofia atual é amplamente um pensamento hermenêutico.

A descoberta mais importante do pensamento hermenêutico é a *historicidade* da interpretação. Nesta afirmação, todavia, limitamo-nos à interpretação dos textos: a historicidade do leitor, de um lado, e o texto a ser interpretado, do outro.

Falar de historicidade do texto significa reconhecer que conceitos, imagens, palavras e proposições, que o compõem, não representam realidades imutáveis, expressão de um mundo de essências sempre igual a si mesmo. Pelo contrário, trata-se de produtos culturais do autor e do seu ambiente, marcados por

todas aquelas condições individuais e sociais que caracterizam qualquer época e, dentro dela, qualquer existência. A historicidade do leitor, por sua vez, quer dizer que qualquer pessoa que se aproximar de um texto pode imprimir sua mensagem como que sobre uma plataforma ainda intacta, todavia mediante uma inteligência já orientada, habitada por interesses e paixões, por juízos e pré-julgamentos, que, em certa medida, determinam antecipadamente a compreensão do texto, formando o que chamamos de *pré-compreensão*.

O reconhecimento da presença desta dupla historicidade determinou, nos últimos cinqüenta anos, o florescimento das denominadas "novas leituras" da Bíblia, que foram brevemente analisadas nas páginas anteriores. Junto com a exegese *psicanalítica, materialista* e *feminista*, que dizem respeito à releitura do Antigo e do Novo Testamento, pretendemos agora lembrar dois modelos particulares de hermenêutica neotestamentária ou, de qualquer forma, típicas do mundo cristão.

A sistematização fundamental a propósito do Novo Testamento foi dada, no início dos anos 40, pelo exegeta e teólogo luterano Rudolf Bultmann. Colocando as páginas dos escritos apostólicos — sobretudo as dos evangelhos — no quadro das categorias de pensamento e de usos lingüísticos próprios do tempo e do lugar no qual foram escritas, Bultmann deixou claro que elas pertencem ao gênero de pensamento e de linguagem "mitológico". Estou querendo dizer, com esta afirmação, que elas falam da ação divina no homem e pelo homem como se fosse uma ação produzida pela sua própria natureza ou por intervenção humana, contudo mais potente e misteriosa. Pensemos na contínua presença de figuras extramundanas, como anjos e sobretudo demônios, na luta em que Jesus está empenhado contra eles mediante os seus inúmeros milagres; entre estes, há dois que mais se destacam: seu nascimento virginal e sua ressurreição. Todas estas representações pertencem ao modo mitológico de pensar e de se expressar. Naturais para o homem do tempo de Jesus, tornam-se incompreensíveis e inaceitáveis à consciência do homem de hoje.

Todavia, este homem possui também uma aguda consciência hermenêutica, que o leva a deduzir que, para entender o sentido autenticamente religioso do Novo Testamento, não é necessário acreditar literalmente naquelas representações. É preciso, isto sim, colher a substância do significado, a mensagem. E a mensagem do Novo Testamento é simples e unívoca: em Jesus Cristo, Deus julgou e perdoou o homem pecador, reconciliando-o consigo mesmo e tornando-o capaz de uma vida de fé e de amor.

Este movimento, que liberta o dado evangélico da linguagem mitológica que o reveste, chama-se *demitização*, em seu aspecto negativo, e *interpretação existencial*, em seu aspecto positivo. A mensagem evangélica, de fato, responde à necessidade de salvação que se encontra em cada existência humana, aquela necessidade que é condição radical do homem em sua historicidade e que, conseqüentemente, serve de pré-compreensão para a palavra salvífica.

Bultmann centraliza sua atenção na salvação individual; outros, porém, acham redutivo elevar este interesse ao patamar de princípio de interpretação. A Bíblia fala também de uma salvação do mundo e do homem no mundo, em sua existência social e cósmica. Surge, deste modo, uma hermenêutica bíblica que, ao invés de se preocupar com a historicidade do homem e com a problemática de sua salvação individual, alarga o olhar sobre a história universal, recuperando o horizonte messiânico e escatológico da revelação bíblica. Toda a criação caminha, em direção ao futuro de Deus; toda a história está incluída na promessa de que na ressurreição de Jesus foi lançada a semente da sua própria realização. É somente à luz desta promessa que qualquer existência e qualquer acontecimento podem ser interpretados e compreendidos.

E não só. Esta interpretação do caminho da história não está destinada a esgotar-se no caminho contemplativo, mas deve inspirar e subentender uma práxis: da ressurreição de Cristo brota um impulso para a missão e para a transformação do mundo. A leitura da Bíblia torna-se, deste modo, uma *leitura política*.

Iniciada na Europa, a leitura política da Bíblia tornou-se mais objetiva na América Latina. Neste contexto, o horizonte do futuro de Deus historicizou-se na exigência da luta contra sistemas econômicos e políticos que negam aos pobres o indispensável à vida. A Bíblia é lida no filtro desta luta pela vida. A pré-compreensão que orienta a sua interpretação é a autoconsciência do pobre, a sua situação de opressão, a partir da qual se ergue o gemido e o grito ao Deus libertador. A Bíblia, é verdade, não oferece estratégias de ação; todavia, ela acende a esperança de libertação nos corações da comunidade oprimida, recontando hoje os antigos feitos do Deus da vida e do seu povo. O êxodo da escravidão à terra prometida, a denúncia profética da injustiça e o horizonte da terra messiânica, a práxis de Jesus e o seu anúncio das bem-aventuranças. A partir da América Latina, esta *hermenêutica da libertação* vai se difundindo naqueles outros continentes — África e Ásia — que com ela partilham a condição de miséria e, conseqüentemente, o anseio messiânico da terra onde não habite o mal.

Além de um juízo de valor e de limites de cada uma destas "novas leituras", é mister reconhecer-lhes o mérito de testemunhar, em um mundo secularizado, a novidade perene e a extraordinária riqueza da palavra de Deus e dos livros que desde tanto tempo a mantêm. A consciência hermenêutica é hoje, mais do que nunca, a condição da possibilidade da presença viva da Bíblia no meio de nós.

Capítulo Sétimo

Os grandes intérpretes da Bíblia na tradição judaica

A Antigüidade

Antes mesmo do fechamento do cânon, os textos que depois confluíram nas Escrituras judaicas tornaram-se o palco de elaborações e de confronto de idéias e ideologias, sobre as quais se foram desenvolvendo correntes do judaísmo. Por conseguinte, fazem parte da história da exegese judaica a pleno título as "reutilizações" (em forma de citação ou de alusão) de versículos da Torá e dos livros proféticos, históricos e sapienciais, que podem ser encontrados na literatura do assim chamado médio judaísmo (do séc. III a.C. ao séc. II d.C.). Trata-se de reutilizações dos textos hebraicos que, em parte, foram parar nos cânones grego ou judaico do Antigo Testamento ou que foram conhecidos através da tradição cristã (como os apócrifos e os livros do Novo Testamento) e em parte foram perdidos e posteriormente descobertos nas escavações de Qumran. Os exemplos mais antigos de textos hebraicos especificamente dedicados à interpretação de outros textos precedentes são os *pessharim* de Qumran e os comentários bíblicos de Filo de Alexandria (c. 20 a.C.-50 d.C.). O *pessher* ("explicação", pl. *pessharim*) era um tipo de exegese atualizadora, que servia de base para a interpretação de um texto "bíblico" ou de uma realidade escatológica (por exemplo, na menção dos caldeus, em Hb 1,6, via-se uma alusão aos *kittim* — ceteus, os dominadores selêucidas ou mais propriamente romanos, e na de Israel que "plantará mas

não colherá", encontrada em Mq 6,15, via-se uma alusão à última geração que teria povoado o mundo). Como dissemos, fragmentos de inúmeros pessharim, dentre os quais um sobre *Habacuc*, foram encontrados entre os manuscritos do Mar Morto. A obra de Filo de Alexandria é conhecida pela tradição cristã, mas não reconhecida pela tradição judaica. No plano filosófico, representa a mais articulada e importante tentativa de síntese entre a cultura grega e a judaica. No plano exegético, compreende biografias de patriarcas (*De Abrahamo, De Iosepho, De vita Mosis*) e interpretações do Pentateuco como código de leis e sistema filosófico (*De decalogo, Legum allegoriae, De specialibus legibus*), caracterizada por uma leitura alegórica dos textos. A título de exemplo, segundo Filo, Moisés, considerado autor do Pentateuco e legislador dos hebreus, quer representar com os quatro rios paradisíacos de Gn 2,10-14, as virtudes da sabedoria, da temperança, da força e da justiça; o rio principal, do qual partem os outros quatro, representa a virtude geral da bondade; o jardim do Éden, de onde sai o rio principal, é a sabedoria de Deus, o *Logos* (*Alegorias das leis, I, 63-65*).

Também as traduções das Escrituras em aramaico para o uso litúrgico sinagogal (os *targumim*, sing. *targum*, "tradução") podem ser incluídas entre os testemunhos da exegese hebraica da Antigüidade tardia e da alta Idade Média, devido ao seu caráter de interpretações parafrásticas (por vezes com tendência homilética), mais do que de versões literais. Por exemplo, a proibição de Ex 23,19 — "Não cozinhe o cabrito no leite da mãe dele" — é assim traduzida no Targum Neófitos: "Não cozinhar nem comer carne com leite". Em alguns targumim, como por exemplo no do *Cântico dos cânticos*, nota-se a busca de um sentido alegórico do texto; considera-se que o amor entre o esposo e a esposa do *Cântico* diga respeito ao amor de Deus pelo seu povo, Israel.

Conforme o testemunho de Flávio Josefo e do Novo Testamento, os fariseus atribuíam valor normativo para a vida cotidiana não somente à Lei escrita, como também às "tradições e costumes dos pais". A partir do ano 70 d.C., que, com a destruição do Templo por parte dos romanos, assinalou o fim da inde-

pendência política dos judeus, a corrente rabínica do judaísmo, herdeira do farisaísmo, elaborou o que conhecemos por doutrina dupla da Torá, segundo a qual a Torá escrita (*Torá she-bi-ktab*), com os seus 613 preceitos e proibições, representava somente uma parte da revelação sinaítica; existia também uma Torá oral (*Torá she-be-'al-pé*), que Deus havia comunicado a Moisés e que ele tinha feito chegar até os mestres por meio de uma cadeia ininterrupta de tradições (Mixná, *Pirké Avot* 1,1). A elaboração desta doutrina foi a resposta do rabinismo à "expropriação" da Torá, produzida pela sua difusão entre os pagãos mediante as traduções em grego e a difusão do cristianismo. A Torá oral foi redigida em uma *summa* de caráter muito superior à da Torá escrita, a Mixná (séc. II d.C.) que, com seus comentários e ampliações aramaicas (Guemará), constitui o Talmude (conhecido em duas diferentes redações, uma palestina, do séc. V, e uma babilônica, do séc. VII). Portanto, a Torá oral era considerada revelada tanto quanto a Torá escrita; de qualquer forma, ela poderia ser deduzida da escrita mediante a aplicação de uma série de princípios hermenêuticos (as *middot*, "medidas" ou "regras"), os quais, de acordo com a tradição, teriam sido codificados em número diferente por vários rabinos: sete, segundo Hillel, o Velho (séc. I a.C.), treze, segundo Yishmael (séc. I-II d.C.), 32, segundo Eliezer (séc. II d.C.). No judaísmo da dupla Torá, portanto, a interpretação é parte da revelação (cf. o comentário de Rabbenu Yoná — Espanha, séc. XII-XIII —, a *Pirké Avot* 1,1: "*Moisés recebeu a Torà do Sinai*: tanto a Torá escrita quanto a Torá oral, pois a Torá já foi dada junto com todas as suas interpretações"). Os sete princípios hermenêuticos fundamentais atribuídos a Hillel, segundo o texto da *Tosefta* (*Sanhedrin* 7,11), são os seguintes: dedução *a minori ad maius*; analogia; generalizações de uma passagem bíblica; generalizações de duas passagens; dedução do geral ao particular e vice-versa; dedução de uma passagem bíblica paralela; dedução do contexto.

A definição de "dupla Torá" conserva, ainda hoje, o seu valor no âmbito do judaísmo ortodoxo, e a Torá escrita e a oral representam, além disso, o fundamento da *halacá* ("caminho"), a legislação normativa para a organização da vida judaica. Outro

campo fundamental da doutrina judaica que se fundamenta sobre a dupla Torá é a *hagadá* ("narração"), que compreende qualquer interpretação bíblica não estritamente legalista, mas sim orientada para a instrução ética mediante o uso de parábolas, exortações, aforismos etc. O terceiro campo de desenvolvimento da doutrina judaica na Antigüidade tardia foi a mística, esta também fundamentada sobre a exegese da Escritura. Os dois âmbitos principais, nos quais ela se articulou, tornaram-se conhecidos com os termos de *ma'asè Bereshit*, "obra da Criação" (a especulação sobre a origem do cosmos, fundamentada sobre a exegese de Gn 1), e *ma'asè Merkavà*, "obra do Carro" (a especulação sobre a organização do cosmos tendo como objetivo a ascensão ao céu, fundamentada sobre a exegese de Ez 1). As modalidades pelas quais as escolas rabínicas desenvolveram as doutrinas da halacá, da hagadá e da mística a partir do "pré-texto" bíblico são testemunhadas por uma vasta literatura, mais ou menos expressamente exegética mas, de qualquer modo, em constante relação (de clareza, ampliação, dedução) com o código bíblico. Dos textos halákicos (Mixná e Talmude) já falamos; os textos místicos da época talmúdica (tais como o *Sefer Yetzirá*, Livro da Formação, conforme a Obra da Criação e os tratados dos *Hekhalot*, os "Palácios" localizados nas esferas celestiais, de acordo com a Obra do Carro) possuem uma relação literária menos estreita com a Escritura por conterem inúmeras referências a doutrinas gnósticas e mágicas. A hagadá tomou expressão em um amplo corpo de textos, denominados midraxes (sing. midraxe, nome de ação da raiz verbal *darash*, "indagar", de conteúdo halákico, redigidos entre a época talmúdica e a alta Idade Média. Nos midraxes, o texto bíblico é seguido versículo por versículo, aplicando-se sobretudo um tipo de exegese chamado *derash*, de caráter (e uso) homilético, voltado à identificação de conteúdos éticos. Os midraxes mais importantes, contendo títulos em aramaico, em ordem de antigüidade, são a *Mekilta* ("norma"), sobre o *Êxodo* (da qual se conservam duas redações, uma atribuída ao rabi Yishmael e uma, fragmentária, atribuída ao rabi Shimon bar Yokhai), o *Sifra* ("livro"), sobre o *Levítico*, o *Sifré* ("livros"), sobre *Números* e *Deuteronômio*, o *Midrash Rabbá* ("grande mi-

draxe"), sobre o Pentateuco e sobre as cinco Megillot (as partes mais antigas são as que se referem ao *Gênesis* e ao *Levítico*), a *Pesiqta de-rab Kahana* ("perícope segundo rab Kahan") e a *Pesiqta Rabbati* ("grande perícope"), contendo homilias sobre perícopes da Torá que eram lidas na sinagoga por ocasião das festas e durante os sábados especiais, como também o *Midrash Tanchuma* (chamado assim por causa do nome do rabino ao qual é atribuído; conhecido também com o nome de *Yelammedenu*, "[o nosso mestre] queira ensinar-nos", fórmula introdutória de cada homilia), que recolhe homilias sobre perícopes de leitura sabática ordinária.

Nos séculos VII-X cresceu, em torno do texto bíblico (escrito, como se sabe, com um alfabeto somente consonântico), uma tradição gramatical e lingüístico-filológica conhecida pelo nome de *massorá* ("tradição"), articulada em diversas escolas (a *massorá palestina* nas escolas da Arábia norte-ocidental, a *babilônica* nas escolas da Mesopotâmia, e a *tiberiense* nas escolas de Tiberíades). Fruto desta tradição de estudos são as glosas marginais e os elencos particulares, nos quais são propostas leituras vocálicas alternativas — e, em alguns casos, conseqüentemente diferentes — de termos do texto hebraico, como também os mesmos sinais de vocalização e acentuação que se encontram ainda hoje na leitura da Bíblia hebraica (precisamente os do sistema tiberiense, definitivamente codificado no séc. X pelas famílias de estudiosos de Tiberíades, os Ben Naftali) e sobretudo os Ben Asher, que acabou por se firmar como o mais completo e fiel às tradições antigas de leitura).

A Idade Média

A partir da segunda metade do séc. VII, difundiu-se, entre os judeus do Oriente próximo, uma seita, o caraísmo (que poderia ser traduzido por "escrituralismo"), o qual recusa a doutrina da dupla Torá, fundamentando a dedução da normativa halákica e ética exclusivamente sobre o sentido literal (denominado *peshat*) da Torá escrita e sobre as correlações internas de conteúdo das

próprias normas (ao fundador da seita, o babilônico Anan ben David, é atribuída a sentença "Procurem sempre na Torá e não dependam da minha opinião"). O caraísmo exprimiu uma hermenêutica bíblica literalista, cujos princípios foram codificados em número de oitenta — compreendendo também os treze princípios do rabi Yishmael — por Yehudá ben Eliyyá Hadassi, de Constantinopla (séc. XII) no seu compêndio halákico *Eshkol hakofer* ("Cacho de cipro florido", de Ct 1,14). A exegese caraíta se exprimiu principalmente em judeu-árabe, encontrando os próprios pontos de referência no léxico bíblico (*Agron*) de David ben Avraham Alfasi (séc. X) e na tradução literal das Escrituras em árabe, com comentários de *Yefet ben 'Ali* (séc. X).

A reação do judaísmo rabínico — o da "dupla Torá" — ao caraísmo, teve seu representante principal em Sa'adyá ben Josef (dito Sa'adyá *Gaon*, "o excelência", 882-942), que nasceu no Egito mas depois viveu na Palestina e na Mesopotâmia; filósofo, teólogo, gramático e codificador da liturgia sinagogal, Sa'adyá foi também autor de duas traduções das Escrituras em árabe, uma com glosas exegéticas, destinada aos estudiosos, e uma (o *Tafsir*) de caráter perifrástico próximo aos targumim antigos, destinada ao grande público judaico de língua árabe, junto ao qual foi muito difundida até à época moderna.

Contemporaneamente a estas disputas seculares entre caraítas e rabinitas, entre os judeus do Ocidente também a exegese escriturística conheceu um grande desenvolvimento. Na Itália meridional e particularmente na Puglia existiam, nos séculos X-XI, famosos centros de estudos bíblicos e talmúdicos, com representantes da alta hierarquia do clero católico convertendo-se ao judaísmo. Ainda no séc. XII, um célebre comentarista francês do Talmude, Rabbenu Tam, citava o provérbio "De Bari sairá a Lei e de Otranto a palavra do Senhor", parafraseando Is 2,3. Do caráter da exegese judaico-italiana, no entanto, quase nada sabemos.

Enquanto isso, no âmbito asquenaze (franco-alemão), atuava o rabi Shelomó ben Yizhaq (*RaShI*, 1040-1105, que viveu em Troyes e em Worms), comentarista de todas as Escrituras judaicas e também do Talmude babilônico. Sem menosprezar a

importância primária da dedução halákica (tomando, neste ponto, as devidas distâncias do caraísmo; por exemplo, na exortação de Ex 13,9: "Isso servirá como sinal no braço e faixa na fronte, para que esteja em sua boca a lei de Javé", Rashi identifica o preceito sobre as filactérias), e quer produzir um comentário popular (faz uso também da língua francesa para traduzir termos hebraicos de difícil explicação), preocupado com a compreensão literal e contenutística do texto (o *peshat*) mais do que com a sua influência nos conteúdos hagádicos para finalidades homiléticas (o assim chamado *derash* que, como vimos, prevalecia na tradição exegética hebraica até a época talmúdica, através de uma produção ininterrupta de midraxes); ao *derash*, Rashi deixava espaço de forma programada somente quando a sua relação com a letra do texto era de estreita dependência (por exemplo, em Gn 4,8, texto massorético, não obstante acrescente antes um "E disse", ele não traz nenhuma conversação entre Caim e Abel antes do fratricídio. Rashi limita-se a ilustrar o texto através de paráfrases; quanto ao conteúdo da conversação, ele remete "às *hagadot* sobre o tema"). O método de Rashi é levado adiante por uma nutrida equipe de seguidores judeus (entre os quais devem ser lembrados o neto do rabi Shemuel ben Meir — *RaShBaM* — e Josef "Bekhor Shor") e, graças à sua concisão e precisão, sua contribuição é até hoje o mais difundido comentário judaico às Escrituras. Ele encontrou também muito boa aceitação entre os exegetas cristãos, dele se servindo diretamente até mesmo os literalistas da escola de San Vittore (em particular Andréa, mas segundo alguns também o próprio Ugo) e, de modo especial, Nicola de Lira, nas suas *Postillae*.

Contemporaneamente a este florescimento da exegese judaica na Itália meridional e na área franco-renana, no âmbito sefaradi (hispano-provençal), sob o influxo aristotélico do helenismo, por meio da mediação de traduções e de comentários siríacos e árabes, desenvolveu-se uma exegese racionalista, mais interessada na coerência lógica do texto do que nas suas implicações para a casuística halákica e ética. Os principais representantes desta tendência foram todos, paralelamente, matemáticos, físicos e astrônomos: Avraham ibn Ezra (1089-1164), em cujos

comentários a tendência crítica racionalista é mais acentuada; Moshé ben Nachman (*RaMBaN* ou *Nahmanide*, c. 1194-1270), o qual, mesmo sendo racionalista, subordinava a perspectiva "aristotélica" à mística — sem no entanto desenvolvê-la — sobretudo em relação às questões metafísicas; Levi ben Gershom (*RaLBag* ou *Gersonides*, 1288-1344), que desenvolveu uma exegese filosófica voltada a colocar em evidência os fundamentos escriturísticos da estrutura religiosa e normativa do judaísmo (elaborou também comentários a Aristóteles e a Averróis, e foi autor de uma célebre *summa* do judaísmo, o *Séfer milhamot Adonai*, Livro das guerras do Senhor. Entre os expoentes da exegese sefaradita, devem ser lembrados também David Qimchi (*RaDaQ*, c. 1160-1235), membro de uma ilustre família de estudiosos, autor de comentários (centrados no *peshat*) ao *Gênesis*, às *Crônicas*, aos *Salmos* e aos livros proféticos, como também de uma gramática e de um vocabulário do hebraico bíblico (o *Mikhlol*, "plenitude", "enciclopédia", e o *Séfer ha-shorashim*, Livro das raízes), muito difundidos entre os estudiosos judeus e cristãos até depois da Reforma (dos autores da *King James Version*, falou-se que "sentaram aos pés de Radaq").

Além da exegese literalista e da racionalista, a Idade Média judaica continuou a cultivar a antiga tradição mística, a Cabala, que tinha sua própria interpretação da Escritura segundo os métodos denominados *rémez* ("rastos"), a interpretação alegórica, e o *sod* ("mistério"), que já podia ser encontrado nos aristotélicos como exegese aliteral e metafórica, desenvolvendo-se na Cabala como busca da ligação entre a esfera do humano e a transcendência do divino, ligação que se considerava predita e representada nas Escrituras em forma velada e indireta. A obra de maior impacto que esta corrente produziu foi o *Séfer ha-Zohar* (Livro do Esplendor), atribuído a Moshé de León, de Valladolid (séc. XIII). Trata-se de uma espécie de comentário midráxico à Torá, escrito em disfarçado aramaico talmúdico, interessado ao *sod* e à doutrina das *sefirot*, isto é, às emanações de Deus (já conhecidas pelo *Séfer Yetzirá*) atuantes no mundo inferior e por ele influenciáveis. Depois da Bíblia, da Mixná e do Talmude, o *Zohar* foi o livro mais lido em toda a

história do judaísmo. Com a elaboração dos enfoques exegéticos posteriores do *rémez* e do *sod*, como se vê, também o judaísmo medieval havia completado um sistema de quatro sentidos da Escritura em tudo e por tudo comparáveis — e, aliás, provavelmente decorrentes — ao que foi elaborado pelo cristianismo a partir de Orígenes, até João Cassiano e Gregório Magno: ao *peshat*, correspondia o sentido literal e histórico; ao *derash*, o sentido moral ou tropológico; ao *rémez*, o sentido alegórico ou tipológico; ao *sod*, o sentido anagógico ou profético. Na exegese hebraica, *derash, rémez* e *sod* nunca foram distintos reciprocamente, com base em uma categorização rigorosa, como aconteceu, pelo contrário, com os sentidos que lhes correspondem na exegese cristã. Todavia, é um fato que, de qualquer modo, este conjunto de quatro sentidos fosse percebido, já na Idade Média, como um sistema hermenêutico completo (por exemplo, no comentário bíblico de Bachyá ben Asher, de Saragoça, final do séc. XIII). Tal afirmação pode ser demonstrada pelo uso de um acrônimo, especificamente elaborado para designá-lo: *PaRDeS*, "Paraíso" (das iniciais de *peshat, rémez, derash* e *sod*).

A Idade Moderna

Como na história da exegese cristã, assim também na história da exegese hebraica a passagem para a Idade Moderna é assinalada pela elaboração da cultura helenística, que enxertou sobre o ramo ainda que vital do formalismo aristotélico (sobretudo nas suas reelaborações escolásticas e, em particular, as de Tomás de Aquino e Alberto Magno) a consciência conquistada da alteridade do antigo e moderno, estendendo assim o racionalismo à classificação dos eventos históricos e da tradição literária, dando origem, deste modo, às tradições modernas da historiografia e da retórica. Entre os exegetas hebreus, o principal e mais bem-sucedido representante da nova cultura foi o espanhol Don Yizhaq Abravanel (1437-1508). Em seus comentários às Escrituras, ele afronta o problema da classificação da literatura

bíblica por gêneros, desenvolvendo pesquisas sobre os livros históricos, nos quais se investigam as razões das contradições ou das lacunas que se notam entre as diversas narrações do mesmo evento. Abravanel assumiu, com freqüência, uma atitude crítica em relação à tradição exegética rabínica, aceitando as opiniões de estudiosos não-hebreus que no seu entender eram preferíveis às dos antigos mestres. Foi este, provavelmente, um dos motivos determinantes para justificar a grande difusão obtida pelos seus comentários, traduzidos em latim, entre os exegetas cristãos dos séculos XVI e XVII. Outro importante representante da exegese hebraica humanística foi o italiano Ovadyá Sforno (c. 1470-1550), cujos comentários em torno do *peshat*, gozaram de grande popularidade em virtude de sua clareza de exposição. Em Roma, Sforno foi professor de hebraico — sobre os textos de David Qimchi — de Johannes Reuchlin (1455-1522), o iniciador da grande tradição germânica de hebraística cristã. Do período humanístico e renascentista da exegese escritural hebraica, merecem ser citados ainda Elias Levita (1468-1549), de origem alemã, hóspede e professor de hebraico do cardeal Egídio de Viterbo, em Roma, autor de obras gramaticais e da primeira introdução moderna à massorá (*Masoret ha-masoret*, Veneza, 1538, muito difundida entre os hebreus cristãos através da tradução latina de Sebastian Münster, de 1539), e Ya'aqov ben Hayyim (1470-1543), de origem tunisiana, que publicou, pela Daniel Bomberg (Veneza, primeira edição em 1517-1518, segunda edição em 1524-1525), a *Bíblia rabínica*, ou *Miqra'ot Ghedolot*, que ainda hoje continua sendo reeditada, na qual, à margem do texto massorético tiberiense, são reproduzidos os targumim e os principais comentários da tradição hebraica (Rashi, Ibn Ezra, Qimchi, Gersonides e Sa'adyá Gaon).

Baruch Spinoza (1632-1677) era de origem sefardita. No seu *Tractatus theologico-politicus* assumiu um ponto de vista fortemente racionalístico e já, *in nuce*, histórico-crítico negando, dentre outras coisas, que Moisés pudesse ser considerado o autor do Pentateuco, fundamentado em evidências do texto. Suas teses encontraram seguidores entre os estudiosos cristãos e abriram caminho à teoria da pluralidade das fontes literárias, subja-

centes ao Pentateuco. No entanto, custaram-lhe a excomunhão da comunidade judaica de Amsterdã.

Depois de uma longa pausa, a exegese escriturística voltou ao centro do debate e da elaboração cultural judaica no séc. XVIII, exatamente naquela área asquenaze em que havia parado, à margem do florescimento humanístico e renascentista. As instâncias de sustentação civil e cultural do hebraísmo asquenaze que foram próprias da Haskalá — o iluminismo judaico — foram promovidas com ampla divulgação por Moses Mendelssohn (1729-1786), em sua tradução do Pentateuco para o alemão, enriquecida por um comentário em hebraico (*Biur*, 1780-1783, com a colaboração de insígnes hebraístas como Solomon Dubno, Naftali H. Wessely, Aaron Yaroslaw e Herz Homberg). Do ponto de vista estritamente exegético, o *Biur* retomava a tradição do *peshat*, dando espaço ao *derash*, como já o fizera Rashi, mas exclusivamente quando este concordava com o *peshat*, colocando-se na linha do primeiro romanticismo através da avaliação das partes líricas da Escritura, sem se importar com qualquer critério poético. Pretendia, assim fazendo, distanciar-se da interpretação mística e da halákica que, em âmbito asquenaze, já se haviam afirmado desde muito tempo (a mística, sobretudo, no hassidismo polonês) até chegar à sedimentação. Quanto à importância cultural geral, a escolha do alemão e do hebraico, deixando de lado o vernáculo judeu-alemão, o *yiddish*, bem mais popular entre o público potencial daquele tempo, justifica-se porque vigorava a proposta de rejuvenescer a cultura hebraica asquenaze através de um "retorno às fontes" que fosse menos condicionado, até mesmo no plano lingüístico, pelo peso da tradição hermenêutica, de orientação casuística. Para afirmar e organizar melhor esta orientação exegético-cultural, foi fundado em Königsberg, em 1783, um periódico de nome *Me'assef* (Recolhedor), cujos redatores e colaboradores (denominados *Me'assefim*) propunham-se promover o conhecimento do texto bíblico tanto por meio do seu estudo na língua original, quanto mediante contribuições de exegese e tradução na língua alemã moderna. A publicação não teve periodicidade fixa, em diversas cidades, até 1811.

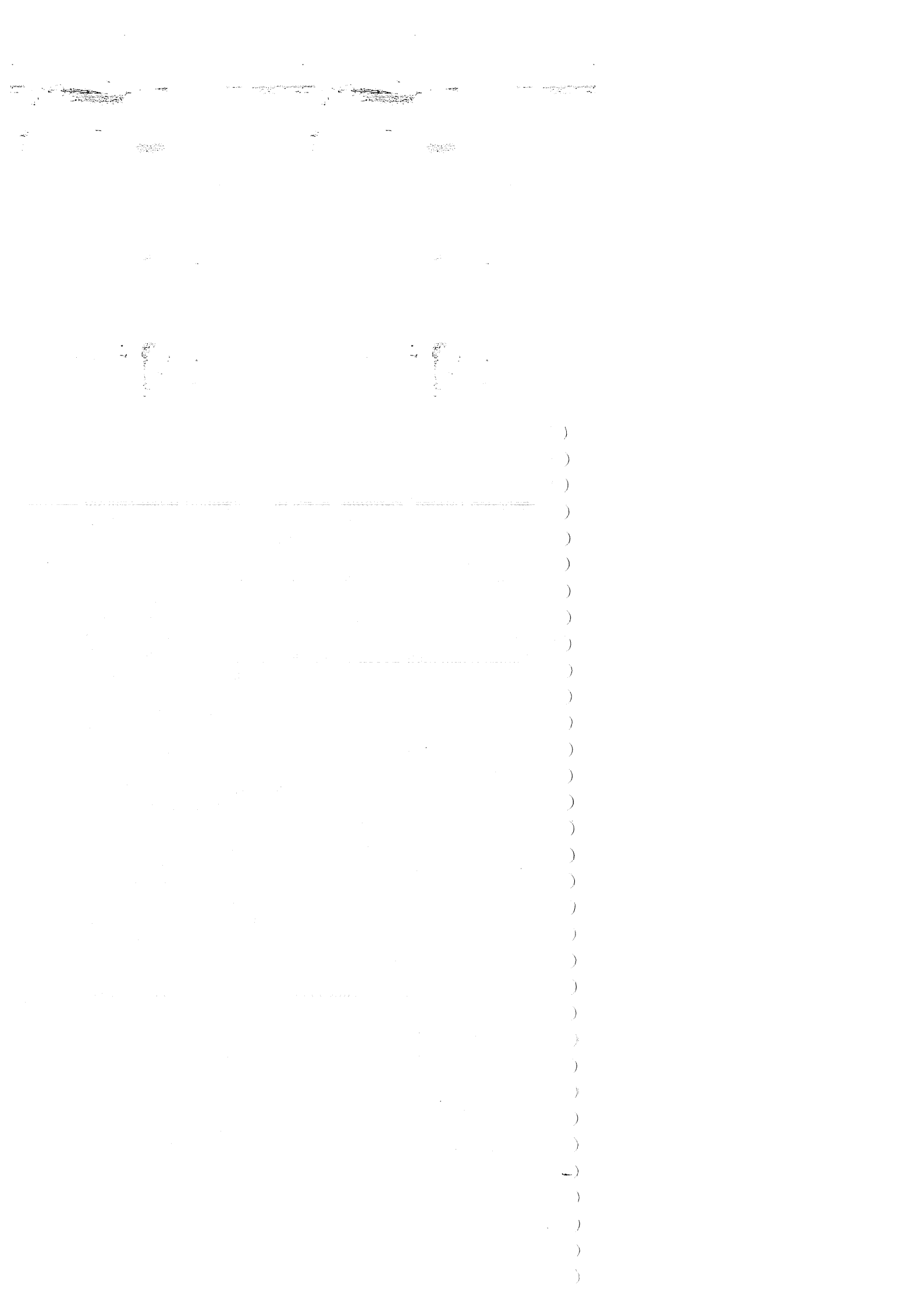
A resposta da ortodoxia rabínica asquenazita à exegese mística hassídica e, sobretudo ao neoracionalismo da Haskalá e

dos Meassefim (cuja perspectiva última era uma reforma religiosa voltada para a assimilação) centrou-se na confirmação da validade da interpretação escriturística de orientação normativa e, conseqüentemente, na identificação da linha principal e mais importante do judaísmo dentro de sua perspectiva, que definimos como a da "dupla Torá". O representante mais eminente da exegese escriturística ortodoxa foi o Rabi Eliyyahu, de Vilna, chamado o *Gaon de Vilna* (GRA, acrônimo de Gaon Rab Eliyyahu, 1720-1797), autor de um comentário aos Profetas anteriores que se fundamentava no *peshat*, permanecendo aquém de qualquer instância de explicação racionalista do conteúdo do texto bíblico, seja literária, histórica ou científica.

A ideologia racionalista e assimilacionista da Haskalá foi herdada e levada adiante pelo movimento da reforma e, em âmbito científico, pelo positivismo hebraico, a assim chamada Ciência do Judaísmo (*Wissenschaft des Judentums*), que acolheu as novas instâncias histórico-críticas da teoria documentária (ou "teoria das fontes", fundada por Julius Wellhausen, para quem o Pentateuco não é um documento de natureza unitária mas uma coletânea (*collage*) de quatro documentos preexistentes) e da comparação lingüística (entre o hebraico e as outras línguas semíticas) e literária (entre a literatura bíblica, a que foi denominada apócrifa, e as outras literaturas do Oriente Próximo antigo). No campo da exegese bíblica, entre os maiores representantes da Ciência do Judaísmo deve ser colocado Samuel David Luzzatto, de Trieste (Itália) (*ShaDaL*, 1800-1865), professor no Colégio Rabínico de Pádua, lingüista e filólogo (considerava lícito que ao texto hebraico pudessem ser feitas correções conjeturais nos pontos em que houvesse necessidade, mas continuou a atribuir particular importância ao texto massorético tiberiense, por ele considerado como o que trazia tradições de leitura que remontavam à época do segundo Templo). Ele traduziu para o italiano o Pentateuco e *Isaías, Jeremias, Ezequiel, Provérbios* e *Jó*. Foi também de muita importância a obra do polonês Arnold Bogumil Ehrlich (1848-1919), colaborador de Franz Delitzsch em sua tradução do Novo Testamento em hebraico e autor de um comentário ao Antigo Testamento em

hebraico (*Miqra' ki-fshuto*, A Escritura segundo o seu sentido literal, e de um em alemão (*Randglossen zur hebräischen Bibel*). Ele atribuiu grande importância à tradução grega dos LXX para a crítica do texto bíblico. A adesão às teorias de Wellhausen, no entanto, custou-lhe a acusação de apostasia.

Como já acontecera com a Haskalá, também à Reforma e à Ciência do Judaísmo correspondeu uma reação conservadora neo-ortodoxa. Os seus maiores representantes no campo da exegese bíblica foram Meir Löben Yechiel Michael (*MaLBIM*, 1809-1879), autor de um comentário às Escrituras e de um volume de introdução (*Ha-Torá we-ha-mizwot*, A Torá e os preceitos), com os quais ele se inseriu na tradição do *peshat* (que considerava prevaricada do interesse pelo *derash* no judaísmo posterior a Qimchi, com a única exceção de Abravanel) e Samson Rafael Hirsch (1808-1888), tradutor e comentarista em alemão do Pentateuco e dos *Salmos*, cujos trabalhos exegéticos, de intenção anti-assimilacionista, tinham como objetivo a revalorização da doutrina da dupla Torá e a localização das origens da Torá oral na Torá escrita.

Da Ciência do Judaísmo derivou, no séc. XX, sem grandes alterações, a tradição exegética hebraica e israelita de ambiente acadêmico, cujo ponto alto foi, com muita probabilidade, o Comentário Científico (*Perush madda'i*) em hebraico do Antigo Testamento, publicado em 1904-1930, sob a direção de Avraham Kahana. Entre os maiores representantes desta corrente de estudo, devem ser lembrados, sem dúvida, os rabinos italianos — posteriormente transferidos para Israel — Umberto (Menachem David) Cassuto (1883-1951, autor de comentários em hebraico ao *Gênesis* e ao *Êxodo*) e Elias Samuel Artom (1887-1965, autor de um comentário em hebraico a todo o Antigo Testamento). O fechamento do séc. XIX em termos da neo-ortodoxia foi Benno Jacob (1862-1945: *Das Pentateuch, exegetisch-kritische Forschungen; Quellenscheidung und Exegese im Pentateuch; Das erste Buch der Torah, Genesis, übersetzt und erklärt*), que sustentou (contra a teoria documentária) a unidade redacional do Pentateuco. Foi ele o último defensor (antes da descoberta dos manuscritos do mar Morto) da validade do texto massorético contra as correções fundamentadas em versões antigas (Setenta e Pesitta).

Capítulo Oitavo

Os grandes intérpretes da Bíblia na tradição cristã

A Antigüidade

Um elenco dos maiores intérpretes da Bíblia na tradição cristã deveria começar pelo seu próprio fundador, destacando como Jesus de Nazaré viveu o seu relacionamento com as Escrituras de Israel e observando, em particular, em que medida ele as assumiu como profecias relacionadas à sua própria pessoa e aos acontecimentos terrenos a ele ligados. Todavia, a dificuldade de discernir com exatidão os elementos históricos no retrato de Jesus que nos é proposto, seja nos sinóticos, seja em *João*, à luz da fé pascal no Messias ressuscitado, aconselha a tomar como ponto de partida uma figura mais acessível no plano histórico, como é o caso de Paulo. Para o "apóstolo das gentes", a Bíblia está representada ainda pelo Antigo Testamento. No entanto, ele é chamado em causa para dar sustentação a uma nova fé como pré-anúncio ou preparação de Cristo. O seu uso das Escrituras não se traduz, de todo modo, somente no recurso ao "argumento das profecias", que evoca os passos bíblicos considerados de valor messiânico já no ambiente judaico, aplicando-os à figura de Jesus. De fato, Paulo introduz uma importante inovação hermenêutica mediante a adoção de um procedimento característico que leva o nome de "tipologia", pelo qual personagens ou eventos do Antigo Testamento são vistos como antecipação ("tipos", "figuras") da conjuntura cristã. Assim, conforme Rm 5,14, Adão é "figura daquele que devia vir" — Cristo,

"segundo Adão", enquanto em Gl 4,24 Agar e Sara são indicadas como alegorias, respectivamente, da antiga e da nova aliança. Como mostra este exemplo, Paulo conhece também o vocabulário a partir de uma perspectiva de interpretação diferente da tipologia, embora apresente muitas afinidades com ela. Trata-se da "alegoria" graças à qual é possível extrair do texto um valor simbólico, que se distingue da tendência imediatista que se pode encontrar numa carta. Ele, implicitamente, já está colocando o critério metodológico fundamental com a contraposição entre "letra" e "espírito" (2Cor 3,6).

O tema das profecias realizadas no cristianismo obterá muitos seguidores entre os séculos I e II, sobretudo por causa do confronto polêmico entre Igreja e Sinagoga, misturando-se com a leitura tipológica do Antigo Testamento, que já aparece suficientemente desenvolvida em Justino (m. c. 165: *Diálogo com Trifão*) e Melito de Sardi (m. c. 190: *Homilia sobre a Páscoa*). Neste entretempo, porém, forma-se a Bíblia cristã, composta de Antigo e Novo Testamento, resultado final de uma dura batalha na qual se envolveu a Grande Igreja contra as tendências heréticas da gnose, que defendia uma orientação dualista ou que havia levado ao extremo a antítese paulina entre a Lei e o Evangelho, opondo o Deus de Israel ao Pai de Jesus, como é o caso de Marcião (m. c. 160: *Antíteses*), o primeiro responsável pela idéia de um cânon cristão, que para ele estava representado unicamente pelas cartas paulinas e pelo Evangelho de Lucas. Ireneu de Lião (c. 130-200: *Contra as heresias*) explora a leitura do Antigo Testamento em chave tipológica, a fim de realizar a sua visão teológica da recapitulação em Cristo do inteiro plano de salvação.

O problema das Escrituras judaicas e da sua relação com o Novo Testamento, apresentado com determinação por vários grupos heréticos, de modo especial os gnósticos e os marcionitas, constitui o pano de fundo polêmico, reforçado pela produção de Orígenes (c. 185-254: *Os Princípios; Comentário a João e Mateus; Homilias sobre o Antigo e o Novo Testamento*), o maior exegeta de língua grega da Antigüidade cristã. Expoente da tradição alexandrina — que, no ambiente judaico-helenísti-

co, podia contar com o modelo de Filão de Alexandria e, na área filosófica, com a tradição do platonismo — Orígenes promove não somente o desenvolvimento dos diversos gêneros literários aplicados à Bíblia: ele produz também comentários, homilias, questões e escólios (notas sucintas ou glosas), desfrutando sobretudo o método da interpretação alegórica de forma sistemática. Partindo da idéia de inspiração divina largamente partilhada por toda a tradição patrística, segundo a qual ela se estende até aos mínimos particulares do texto e requer, conseqüentemente, uma leitura "espiritual" correspondente à natureza íntima da Bíblia, ele teoriza a existência de um nível oculto de sentido, que transcende o significado literal, consistindo no sentido moral e alegórico (ou "pneumático"). Embora Orígenes tenha levado ao extremo a interpretação alegórica, ele permanece consciente dos requisitos próprios de uma leitura das Escrituras, fundada filologicamente. Ao contrário da quase totalidade dos Padres, ele se esforça por conquistar um conhecimento direto do original hebraico, não se limitando somente à tradução grega dos LXX.

Na exegese patrística posterior, pode-se notar o influxo do modelo instaurado por Orígenes. Positivamente — assim como entre os continuadores do próprio método alegórico, entre os quais se destacam Gregório de Nissa (c. 330-c. 395: *Vida de Moisés; Homilias sobre o Cântico*) e Dídimo, o Cego (c. 313-398: *Comentário aos Salmos e a Coélet*), ou negativamente — como entre os intérpretes da escola antioquena, ativos entre os séculos IV e V. Fruto de um distanciamento da alegoria considerada exagerada, esta segunda corrente pode ser relacionada, em parte, a expoentes origenianos moderados, como Eusébio de Cesaréia (c. 260-c. 340: *Onomástico da geografia bíblica; Comentário aos Salmos*) ou Basílio (c. 330-379: *Sobre o Gênesis*), que haviam impulsionado os esforços históricos e filológicos para aprofundarem o texto sagrado, redescobrindo assim a importância da letra. O influxo mais aproximado parece vir, todavia, do ambiente siríaco, o qual, com Afraate (m. c. 345: *Demonstrações*) e Efrém (m. 373: *Comentários sobre Gênesis e Êxodo: Homilias e Hinos*), havia dado expressão a um cristia-

nismo de marca semítica, devedor à herança judeu-cristã e aberto aos contatos com a interpretação rabínica. Deodoro de Tarso (m. c. 390: *Comentário aos Salmos*) e Teodoro de Mopsuéstia (c. 350-428: *Comentário aos doze profetas; Comentário a João*) promovem uma exegese histórica da Bíblia, que contrasta com a apropriação alegórica, limitando tendencialmente os significados cristológicos dos textos proféticos, em conformidade com a leitura tipológica original, de matriz paulina. O fato de aderir ao sentido literal não impede João Crisóstomo (c. 347-407: *Homilias sobre o Antigo e o Novo Testamento; Panegíricos a São Paulo*) de colher em seus sermões ao povo antioqueno, com grande eficácia, a atualidade da mensagem bíblica para a vida dos que crêem.

A exegese em ambiente latino é devedora de ambos os influxos. A interpretação alegórica de matriz origeniana encontra inúmeros adeptos, pois no séc. IV intensificam-se os contatos de doutores ocidentais com o ambiente grego. A dependência das idéias de Orígenes é bastante evidente em autores como Hilário de Poitiers (c. 315-367: *Sobre os mistérios; Comentário aos Salmos*) e em Ambrósio (c. 339-397: *Homilias sobre o Antigo Testamento; Comentário a Lucas*), idealizador da doutrina dos três sentidos da Escritura. Sua pregação ajuda o jovem Agostinho (354-430: *Comentários a Gênesis e Salmos; Sermões sobre João; A doutrina cristã*) a superar as dificuldades com relação aos aspectos mais problemáticos da Bíblia, que lhe tinham sido inculcadas no período maniqueu. A adesão à Igreja católica é decisiva para o seu relacionamento com as Escrituras, das quais ele retira os elementos essenciais para sustentar a sua visão teológica. Livro da Igreja, a Bíblia é para Agostinho essencialmente o livro de Cristo, pois o Novo Testamento está compreendido no Antigo Testamento. A sua exegese se reduz, normalmente, a dois níveis de sentido, literal e alegórico, embora na segunda parte da sua produção (sobretudo em relação a um livro discutido como o do *Gênesis*) nota-se uma retomada da interpretação literal. Os obstáculos originados pelo estilo submisso da Escritura representam um estímulo ao aprofundamento do sentido interior. O que pode ser visto como absurdo no

dado escriturístico, no plano histórico ou moral, é visto por Agostinho como o sinal da necessidade de proceder a uma interpretação alegórica. Por outro lado, as Escrituras resumem para ele todo o saber humano, tornando-se o código fundamental da cultura. Por serem assim, as Escrituras requerem o envolvimento de todas as disciplinas científicas. Muitos obstáculos à compreensão provinham da péssima qualidade das versões latinas da Bíblia, dependentes da LXX. Jerônimo procurou reparar este fato (c. 347-420: *Comentários aos Profetas* e às *cartas paulinas*), primeiro revisando as traduções a partir dos originais e, depois, traduzindo diretamente do hebraico. A cristandade latina lerá a Bíblia principalmente na versão de Jerônimo, uma versão mais fiel e estilisticamente mais feliz. Em virtude disto, sua tradução será acolhida como a versão *standard* (*Vulgata*). A preocupação filológica demonstrada por Jerônimo torna-o um dos poucos exegetas da Antigüidade cristã consciente dos problemas textuais e preocupado com uma interpretação bíblica que se aproxime do modelo de exegese gramatical antiga, a qual se revela, portanto, mais próxima da tradução antioquena, embora sem ignorar o exemplo origeniano.

A Idade Média

Às portas da Idade Média, Gregório Magno (c. 540-604: *Comentários sobre o livro de Jó; Homilias sobre Ezequiel*) transmite ao mundo ocidental a herança hermenêutica patrística, fundamentada sobre a pluralidade dos sentidos da Escritura. A teoria já tinha sido estabelecida pelo monge João Cassiano (c. 360-435: *Conferências*) mediante a acertada fórmula dos "quatro sentidos das Escrituras" (literal ou histórico, alegórico ou tipológico, tropológico ou moral, anagógico ou místico), que retomava o modelo origeniano, desdobrando o seu sentido "espiritual". Gregório, que se baseia ainda na tradicional formação gramatical e retórica da Antigüidade clássica posta a serviço da Bíblia, acentua sobretudo o sentido moral. Até mesmo os intérpretes medievais vão adequar-se somente em parte à doutrina

do quádruplo sentido das Escrituras. Dependendo de cada autor, um ou outro dos níveis de significado aprofunda-se de forma mais determinada. Entre os que elaboraram a síntese entre exegese literal e exegese alegórica, devem ser lembrados Cassiodoro (c. 485-c. 580: *Comentário aos Salmos; Introdução às Escrituras*), Isidoro de Sevilha (c. 560-636: *Etimologias* e *Sentenças*) e Beda, o Venerável (c. 673-735: *Comentários ao Antigo e ao Novo Testamento*), preocupados em transmitir, juntamente com a Bíblia, o rico patrimônio de conhecimentos literários e científicos da Antigüidade clássica e patrística, desenvolvendo assim o programa de uma cultura impregnada das Escrituras, traçado por Agostinho.

A renascença carolíngia, entre os séculos VIII e X, refaz o mesmo caminho, completando as lacunas da exegese patrística, seja com trabalhos que eram basicamente compilações, seja também mediante comentários específicos para aqueles livros bíblicos que não tinham ainda sido objetos de uma abordagem desta natureza. Entre os principais expoentes deste período, podem ser mencionados Rabano Mauro (780-856: *Comentários ao Pentateuco*, aos *Livros sapienciais*, a *Mateus* e às *Epístolas Paulinas*) e João Scoto Eriugena (c. 810-c. 877: *Sobre o Prólogo de João*), que retoma de forma criativa a tradição do origenismo platonizante. A esta corrente estão ligadas diversas figuras pertencentes aos ambientes monásticos entre os séculos XI e XII, que se apresentam como os fiéis continuadores da *lectio divina*, a interpretação "sapiencial" das Escrituras, promovida pelo monaquismo primitivo como o momento central da vida espiritual e encorajada no mundo latino sobretudo por são Bento: desde os monges da abadia parigina de São Victor, como é o caso de Ugo (m. 1141: *Didascalia; Sobre a Arca de Noé*), de Ricardo de São Víctor (m. 1173: *Comentário ao Apocalipse*), até Ruperto de Deutz (c. 1070-1130: *Comentário aos doze profetas*) e os cistercienses Guglielmo de Saint-Thierry (c. 1085-c. 1148: *Comentário ao Cântico dos cânticos*), além de Bernardo de Clairvaux (1090-1153: *Sermões sobre o Cântico*). Tudo isto, aconteceu antes da "redescoberta" da Bíblia por parte de Lutero. Bernardo representa o último grande propagador de uma teolo-

gia ancorada essencialmente na Escritura, seguindo uma fórmula patrística e monástica dominante até aquele momento, mesmo com a acentuação dos componentes místicos e subjetivos da experiência religiosa. Uma ousada releitura profética da Bíblia, prelúdio das modernas filosofias da história, graças à original reapropriação das concepções apocalípticas, foi oferecida, sempre no âmbito monástico, por Joaquim da Fiore (c. 1132-1202: *Livro da concordância entre Novo e Antigo Testamento; Comentário ao Apocalipse; O saltério decacorde*).

A centralidade da Bíblia sofre um forte redimensionamento com o afirmar-se da teologia escolástica a partir do séc. XII. Como aparece já com Anselmo de Canterbury (c. 1033-1109: *Monolóquio; Proslóquio; Por que Deus se fez homem?*) e mais amplamente em Abelardo (1079-1142: *Sim e não; Comentário à Epístola aos Romanos; Sobre o Hexameron*), a elaboração doutrinal coloca ao lado da autoridade escriturística e dos Padres a reencontrada importância da filosofia aristotélica, que imprime nova forma ao pensamento teológico. O renascer especulativo dá impulso à produção de compêndios doutrinais (as *sumae*), que recolhem sistematicamente o saber teológico, desenvolvendo um relacionamento mais mediado com o texto bíblico, ainda que os seus autores não deixem de produzir ainda comentários escriturísticos autônomos. Pode-se notar isto tanto em Pedro Lombardo (c. 1100-1160: *Comentário às cartas paulinas* e aos *Salmos*; *Sentenças*), quanto no mais maduro expoente da escolástica, Tomás de Aquino (c. 1225-1274: *Comentários aos Evangelhos*, sobre o *Antigo Testamento* e *Paulo*; *Suma contra os gentios*; *Suma teológica*). O interesse pela lógica e pela dialética, bem como a consistência reconhecida à ordem natural sobre a ordem sobrenatural, concedem agora maior relevo ao sentido literal, na tentativa de determinar o significado originário perseguido pelo autor do texto, antecipando assim a redescoberta humanística da leitura histórico-filológica da Bíblia.

Uma contraposição aos interesses racionalistas, que propugnavam a assimilação da teologia a uma ciência, é oferecida pelos vários movimentos de retorno ao Evangelho — dos quais Francisco de Assis torna-se um interlocutor privilegiado — e de

aprofundamento da Bíblia em chave espiritual e mística, muito ativos no final da Idade Média, até mesmo em reação ao recrudescimento da escolástica. Boaventura de Bagnoregio (c. 1217-1274: *Comentário ao Eclesiastes; Sobre o Hexameron; Comentário a Lucas* e *Comentário a João*) elabora teologicamente o programa evangélico de Francisco e reafirma o primado da Escritura como a sabedoria divina sobre a sabedoria filosófica enquanto expressão da razão, ainda que recorrendo novamente ao auxílio de categorias platônico-agostinianas. A apropriação especulativa da Escritura, lida com o escrúpulo literal de um mestre escolástico, une-se ao aprofundamento das componentes místicas na figura de Eckhart (c. 1260-1327: *Comentário ao Gênesis; Comentário ao Evangelho de João*).

A Idade Moderna

A passagem para a Idade Moderna é marcada, na interpretação da Bíblia, pela redescoberta humanística da Antigüidade clássica e patrística, que desde o séc. XV se contrapõe ao formalismo escolástico e contribui para o surgimento de uma nova consciência histórica e filológica, atestada pela primeira vez na obra crítica de Lorenzo Valla (c. 1406-1457: *Anotações sobre o Novo Testamento*). Erasmo de Rotterdam (1469-1536: *Anotações* e *Paráfrases do Novo Testamento*) é o protagonista deste movimento. Ele propõe um retorno à centralidade da Escritura como alimento da reflexão teológica e da vida cristã, rompendo com os limites dos "quatro sentidos" medievais, que já se haviam tornado estéreis, insistindo, por conseqüência, no fato de se aderir ao sentido literal, o que implica um conhecimento direto dos textos originais. Seguindo o exemplo de Jerônimo, Erasmo publica o texto grego do Novo Testamento oferecendo uma nova tradução latina, revisada (1516), acompanhada de notas filológicas. A vitalidade da herança humanístico-patrística é atestada no decorrer do séc. XVI por figuras como Lefèvre d'Etaple (1460-1536: *Comentário às Epístolas de Paulo*) e Luis de León (1528-1591: *Comentário ao Cântico; Comentário a Jó*).

No mesmo patamar coloca-se também, em parte, Martinho Lutero (1483-1546: *Sobre o Saltério; Comentário à Epístola aos Romanos; Prefácios à Bíblia*), que inicialmente aproxima-se das Escrituras usando ainda as categorias hermenêuticas típicas dos Padres e da Idade Média, embora reconhecendo também a necessidade da fundamentação sobre o texto hebraico. Em um segundo momento, a acentuação sobre o sentido moral levou-o a redescobrir a centralidade da antítese paulina entre justiça divina e justiça humana, entre Evangelho e Lei, formulando a doutrina da justificação pela fé com base nesta antítese. O contraste com os desenvolvimentos do catolicismo medieval, tanto teológicos e filosóficos quanto institucionais, leva Lutero a privilegiar a fonte escriturística em relação à tradição, defendendo a sua clareza e reivindicando para a Bíblia a liberdade de estudo para cada crente, sem nenhum controle da parte do magistério eclesial. Para realizar o programa religioso e cultural da Reforma, Lutero procede à tradução da Bíblia para o alemão, concebida com uma apropriação dinâmica dos novos conteúdos doutrinais e um meio para a sua difusão. Esta iniciativa inaugura uma nova fase de penetração da Bíblia em contextos sociais mais amplos, já iniciada com a invenção da imprensa e intensificada nos séculos posteriores como característica peculiar, mas não exclusiva, das diversas expressões da área reformada.

O influxo erasminiano pode ser notado em outros intérpretes do movimento protestante, como é o caso de Filipe Melantone (1497-1560: *Comentário à Epístola aos Romanos*) ou de Ulrico Zwinglio (1484-1531: *Comentário sobre o Antigo Testamento*). O primeiro insiste na necessidade de um estudo historicamente fundamentado no Novo Testamento, enquanto o segundo — que coincidiu com o surgimento da Reforma — chega a dar maior valor ao sentido literal, o qual é chamado a desenvolver uma função reguladora do sentido espiritual. Também Martin Bucero (1491-1551: *Comentário aos Evangelhos*), que insiste na relevância moral de uma exegese literal, permanece ligado ao sistema humanista, embora mantenha algumas reservas em relação ao sentido alegórico. Todavia, somente com João Calvino (1509-1564: *Instituições; Comentários ao Antigo*

e ao Novo Testamento), que reúne as novas aquisições teológicas em um comentário praticamente integral ao texto bíblico, afirma-se o pleno valor da interpretação literal: somente uma adequada compreensão da linguagem da Bíblia, empenhada em reconstruir o contexto histórico e literário de cada livro, permite chegar à intenção primitiva do autor. Por outro lado, o acesso à verdade da Escritura é garantido não pela intervenção externa do magistério mas pelo testemunho interior do Espírito.

No conflito entre catolicismo e protestantismo, a Bíblia torna-se o principal motivo do confronto. O esforço de restauração e controle doutrinal por parte da Igreja romana, depois da denúncia da liberdade de estudo feita no Concílio de Trento (1546), torna-se evidente com a publicação da Vulgata Sisto-Clementina (1592), declarada oficialmente como a única edição autêntica e irreformável da Bíblia latina. Nela trabalhou, entre outros, Roberto Bellarmino (1542-1621: *Comentário aos Salmos*). Sua posição de abertura em relação à Galileu Galilei (1564-1642: *Carta a Cristina de Lorena*) não encontrou muitos seguidores entre seus confrades jesuítas, mas o conflito surgido entre o astrônomo e a Inquisição romana trouxe à luz a dificuldade de conciliar os novos conhecimentos científicos com a interpretação literal da Bíblia, caso não fosse aceita a proposta hermenêutica de Galileu, para o qual a sua verdade devia ser considerada de ordem religiosa e não científica.

Na segunda metade do séc. XVIII, o exame crítico da Escritura estende-se também aos seus aspectos históricos e propriamente religiosos. O primeiro intérprete de uma análise racionalista de caráter sistemático é o filósofo hebreu Baruch Spinoza (1632-1677: *Tratado teológico-político*), que estabelece as bases da ciência bíblica moderna, introduzindo o critério da pesquisa histórica como norma geral para compreender-se o livro sagrado. A primeira aplicação concreta das indicações de Spinoza e conseqüentemente do efetivo começo do método histórico-crítico foi a obra do oratoriano Richard Simon (1638-1712: *História crítica do Velho Testamento*), que traz à tona a história do texto bíblico com a sua estratificação e pluralidade de autores, negando a autenticidade mosaica do Pentateuco, tese já levantada por estudiosos que o antecederam. Nesta mesma

linha, Jean Astruc (1684-1766: *Conjeturas sobre memórias originais*) lança as bases da "teoria documentária", revelando a presença de diferentes fontes no *Gênesis*.

Entre os séculos XVIII e XIX, afirma-se sempre mais a consciência de que também o texto da Bíblia deve ser abordado com todos os meios próprios da crítica histórica, por distinguir-se mediante uma história que determina sua origem e sua transmissão. Em virtude das implicações religiosas, causadas pelo redimensionamento provocado por esta nova posição, era natural que estes desenvolvimentos obtivessem sucesso somente em um ambiente teologicamente mais aberto, como o que se encontra no mundo protestante de língua alemã. Tornar-se-á necessário esperar até o modernismo, no final do séc. XIX, para identificar uma nova contribuição da parte católica aos estudos bíblicos. A longa série dos expoentes mais significativos da ciência bíblica protestante é aberta por Johann August Ernesti (1707-1781: *Introdução para o intérprete do Novo Testamento*), que define as regras da nova hermenêutica bíblica, as quais dependem de considerações filológicas e gramaticais, desvinculadas de pressuposições dogmáticas. Também Johann Salomo Semler (1725-1791: *Livre pesquisa sobre o Cânon*) faz-se porta-voz do mesmo liberalismo teológico, aprofundando a história do cânon e do texto bíblico. Johann Gottfried Eichhorn (1752-1827: *Introdução ao Antigo e ao Novo Testamento*) está entre os primeiros a aprofundarem o estudo da Bíblia em relação às línguas e às culturas orientais, enquanto Wilhelm Martin Leberecht de Wette (1780-1849: *Comentário aos Salmos; Introdução histórico-crítica ao Antigo e ao Novo Testamento*) desenvolve a crítica racionalista das histórias de milagres, reduzindo a mitos as narrações do nascimento e da ressurreição de Jesus. Ferdinand Christian Baur (1792-1860: *Paulo, o apóstolo de Jesus Cristo; Pesquisas críticas sobre os evangelhos canônicos*) sistematiza mais amplamente os resultados do novo exame histórico do Novo Testamento, até mesmo em razão do influxo da filosofia hegeliana. Com as suas pesquisas sobre Paulo e sobre a tradição evangélica, que colocam em evidência a complexidade do quadro histórico e das tradições a ele ligadas, Baur indica um campo de pesquisa extremamente fecundo, destinado a atrair sobre

si um esforço, por parte dos estudiosos, praticamente ininterrupto até os nossos dias. Com relação ao Antigo Testamento, foi desenvolvida uma obra análoga por Julius Wellhausen (1844-1918), que, com as suas teses sobre as relações entre as fontes do Pentateuco, define os horizontes de grande parte da pesquisa veterotestamentária contemporânea, juntamente com Hermann Gunkel (1862-1932: *Comentário ao Gênesis; Comentário aos Salmos*). Este, em concordância com o programa da escola "histórico-religiosa", esforça-se por colher a especificidade da literatura de Israel, analisando os seus diversos gêneros e introduzindo assim o método da "história das formas".

No mundo católico, a retomada dos estudos bíblicos manifestou-se sobretudo na França, primeiro com a divulgação das novas perspectivas sobre a vida de Jesus em uma ótica claramente racionalista, por obra de Ernest Renan (1823-1892: *Vida de Jesus*), depois com a análise crítica dos materiais evangélicos, efetuada por Alfred Loisy (1857-1940: *O Evangelho e a Igreja*), que distingue a imagem do Jesus histórico, anunciador do Reino escatológico, da visão dogmática da Igreja. As reações de condenação por parte da hierarquia não comprometeram totalmente o desenvolvimento de uma nova pesquisa histórica sobre a Bíblia, promovida particularmente pelas iniciativas de Marie-Joseph Lagrange (1855-1938: *Comentários aos Evangelhos*), fundador da célebre École Biblique de Jerusalém. Neste século, as diferenças confessionais entre os estudiosos cristãos da Bíblia foram-se atenuando sempre mais, embora os avanços mais inovadores na questão dos métodos e do debate hermenêutico continuassem a surgir na área protestante, que viu ainda emergir protagonistas de grande peso. Se Karl Barth (1886-1968: *Comentário à Epístola aos Romanos*) evidenciou os limites do liberalismo protestante, reivindicando uma nova bagagem de significação teológica e existencial da Palavra Bíblica e prenunciando assim a atual fase pós-crítica, Rudolf Bultmann (1884-1976: *História da tradição sinótica*) aplicou o método da história das formas à pesquisa sobre as tradições evangélicas, traçando deste modo o programa de um radical repensamento hermenêutico — a "demitização" do Novo Testamento —, sensível aos temas da filosofia existencial.

Apêndice A

Sugestões para leitura contínua da Bíblia

Existem várias possibilidades. Uma delas é a de seguir a ordem proposta pela liturgia da própria Igreja à qual pertencemos (por exemplo, para os católicos, o Lecionário ferial bienal, juntamente com as leituras também bienais propostas pela Liturgia das Horas. Trata-se de uma leitura semicontínua do Antigo Testamento, junto com a leitura do Novo Testamento, repetida por duas vezes). Ou então pode-se seguir a ordem dos livros tal como é proposta pelo cânon hebraico para o Antigo Testamento (Pentateuco, Profetas, Escritos), seguido dos livros deuterocanônicos. Depois, o Novo Testamento, de acordo com a classificação tradicional (Evangelhos, Atos, Cartas de Paulo, Epístolas católicas, *Apocalipse*). O terceiro percurso, indicado a seguir, procura combinar o desenvolvimento da formação do texto bíblico com a ordem dos acontecimentos.

A condição essencial é, em todo caso, o estudo paralelo de uma boa introdução ao Antigo e ao Novo Testamento, o que indicamos na bibliografia.

Leitura da Bíblia hebraica segundo a ordem cronológica dos eventos dos quais se fala em cada um dos livros

I Tempo da promessa (Patriarcas)
Gênesis 12-50

II Libertação, Êxodo e Aliança (Moisés)
Êxodo, Levítico, Números

III Instalação na Terra Prometida
Josué, Juízes

IV O reino (Saul, Davi, Salomão)
1 e 2 Samuel, 1Reis, 2Reis 1-11, 1Crônicas e 2Crônicas 1-19

V Os dois reinos
História: *1Reis 17-25, 2Reis 1-16, 2Crônicas 10-28*
Profetas: *Amós, Oséias, Isaías 1-39, Miquéias*

VI Queda dos dois reinos
História: *2Reis 17-25, 2Crônicas 29-36*
Profetas: *Naum, Habacuc, Sofonias, Jeremias, Lamentações, (Baruc)*

VII No exílio
Profetas: *Ezequiel, Isaías 40-55*
Deuteronômio (releitura da Aliança no Sinai)

VIII Restauração e dominação persa: o "judaísmo"
História: *Esdras, Neemias*
Profetas: *Ageu, Isaías 56-66, Zacarias 1-8, Malaquias, Abdias, Jonas, Joel*
Outros: *Jó, Provérbios, Rute*

IX Dominação helenística
História: *Ester, (Judite), (1 e 2 Macabeus)*
Profetas: *Zacarias 9-14, Daniel*
Outros: *Eclesiastes, Cântico dos cânticos, (Tobias), (Eclesiástico), (Sabedoria)*

X *Os Salmos*
150 Salmos, ou seja, como Israel rezou em todo este período. Leitura que pode ser feita juntamente com todo o esquema anterior (de I a IX).

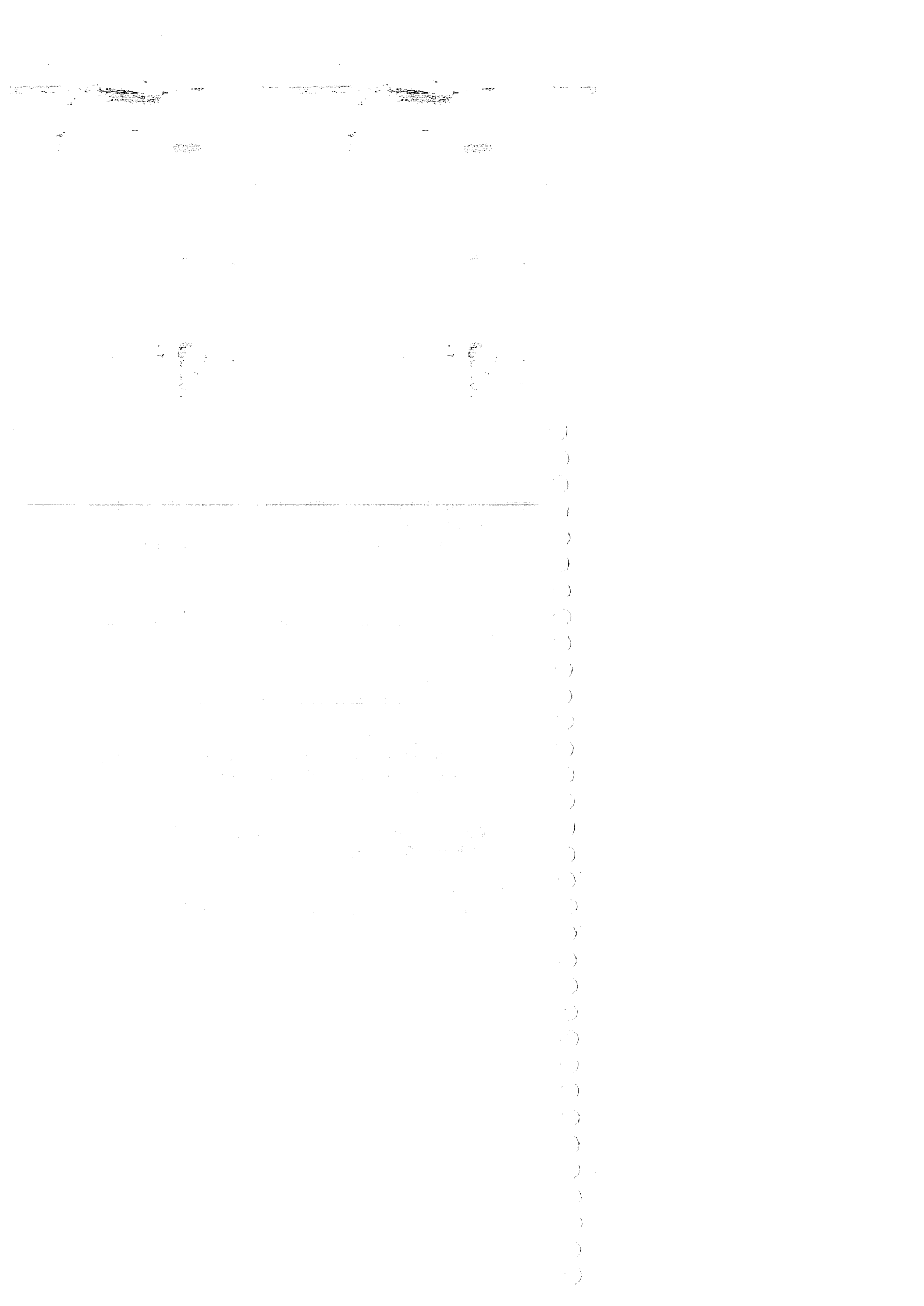
Observação: Os livros que estão entre parênteses são os "deuterocanônicos"; eles podem ser encontrados no cânon católico, mas não fazem parte do cânon judaico, nem do protestante.

Novo Testamento segundo uma ordem baseada em textos afins

XI Os Evangelhos sinóticos e os Atos
Marcos, Mateus, Lucas, Atos dos Apóstolos

XII O corpus paulino
1 e 2 Tessalonicenses, 1 e 2 Coríntios, Filipenses, Gálatas, Romanos; Colossenses, Filemon, Efésios; Tito, 1 e 2 Timóteo

XIII Carta aos Hebreus e cartas católicas
Hebreus, Tiago, Judas, 1 e 2 Pedro

XIV *O* corpus *joanino*
Evangelho de João, 1, 2 e 3 João, Apocalipse

Apêndice B

Algumas propostas de divisão dos salmos

Muitos estudiosos tentaram classificar os 150 salmos segundo o seu gênero literário ou segundo temas e contextos semelhantes. Propomos três esquemas:

— o de Hermann Gunkel, o primeiro a elaborar uma divisão dos salmos em gêneros literários, com rigor científico (H. Gunkel, *Die Psalmen*, Göttingen, 1926);

— a divisão em três grandes "famílias", proposta pela *Tradução* Ecumênica *da Bíblia - TEB* (edição em língua portuguesa, Paulinas, Loyola, São Paulo, 1994);

— uma divisão de tipo "espiritual", para situações ou estados emocionais (P. B. Quattrocchi, *I Salmi, preghiera cristiana*, Benedettine di Sorrento, 1977).

Citaremos os salmos segundo a numeração do texto massorético.

1. Divisão dos salmos segundo Gunkel

a) Hinos: 8, 19, 29, 33, 65, 68, 96, 98, 100, 103-105, 111, 113-115, 117, 135, 136 e 145-150; a estes, devem ser acrescentados os Cantos de Sião (46, 48, 76, 87) e os salmos de entronização (47, 93, 97, 99).

b) Lamentações coletivas (*Klagelieder des Volkes*): 44, 74, 79, 80, 83; mas também 58, 106, 135.

c) Salmos reais: 2, 18, 20, 21, 45, 72, 101, 132.
d) Lamentações individuais (*Klagelieder des Einzelnen*): 3, 5, 7, 13, 17, 22, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 42/43, 51, 54-59, 61, 63, 64, 69-71, 86, 88, 102, 106, 109, 120, 130, 135, 140-143.
e) Cantos individuais de ação de graças (*Danklieder des Einzelnen*): 18 (é também um salmo real), 30, 32, 34, 41, 66, 92, 116, 118, 138.

Entre os gêneros secundários, identificados por Gunkel, merecem certa atenção.

a) Cantos de peregrinação: 84,122.
b) Cantos coletivos de ação de graças: 67, 124.
c) Poesia sapiencial: 1, 37, 49, 73, 112, 127, 128, 133.
d) Liturgias da lei: 15, 24; liturgias proféticas: 12, 75, 85, 126, aos quais se devem acrescentar 14, 81, 82, 95 por conterem evidentes sinais da influência profética.
e) Gêneros mistos (*Mischgedichte*), nos quais encontram-se as características de diversos tipos: 9/10, 36, 40, 77, 78, 89, 90, 94, 107, 108, 119, 123, 129, 137, 139, 144.

2. Divisão dos salmos segundo a TEB

Louvores

a) *Hinos*: 8, 19, 29, 33, 100, 103, 104, 111, 113, 114, 117, 135, 136, 145, 146, 147, 148, 149, 150. Cf. 78, 105.
b) *Cantos do Reino* (celebram o Rei por excelência, o Senhor): 93, 96, 97, 98, 99. Cf. 47.
c) *Cantos de Sião* (celebram Jerusalém e o seu Templo): 46, 48, 76, 84, 87, 122. Cf. 24, 68, 132.
d) *Salmos reais* (para os soberanos da realeza temporal): 2, 18, 20, 21, 45, 72, 89, 101, 110, 132, 144.

Crises

a) *Pedidos de ajuda individual*: 5, 6, 7, 13, 17, 22, 25, 26, 28, 31, 35, 36, 38, 39, 42, 43, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 69, 70, 71 (= 40b), 86, 88, 102, 109, 120, 130, 140, 141, 142, 143.
a') *Pedidos de ajuda coletivos*: 12, 44, 58, 60, 74, 79, 80, 83, 85, 90, 94, 108, 123, 137. Cf. 77, 82, 106, 126.
b) *Confiança*: 3, 4, 11, 16, 23, 27, 62, 115, 121, 125, 129, 131. Cf. 91.
c) *Ação de graças*: 9, 10, 30, 32, 34, 40a, 41, 66, 67, 92, 116, 118, 124, 138. Cf. 65, 68, 107.

Meditação (com objetivos pedagógicos)

a) *História sagrada*: 78, 105, 106.
b) *Liturgias*: 15, 24, 134. Cf. 91, 95.
c) *Exortações proféticas*: 14, 50, 52, 53, 75, 81. Cf. 95.
d) *Salmos de meditação* (sobretudo sobre a Lei): 1, 37, 49, 73, 112, 119, 127, 133. Cf. 128, 139.

Outras subdivisões provenientes da tradição judaica ou cristã:

Hallel egípcio: 113-118.
Salmos das subidas: 120-134.
Salmos penitenciais: 6, 32, 38, 51, 102, 130, 143.
Salmos imprecatórios: 58, 69, 83, 109, 140.
Trítico do exílio: 74, 126, 137.

3. Divisão dos salmos segundo P. B. Quattrocchi

Momentos de oração. Proposta de salmos como encontro pessoal ou comunitário com Deus, em situações ou estados emocionais particulares.

Sob o olhar de Deus: 1, 9b, 10, 15, 16, 18, 22, 30, 31, 32, 33, 37, 40, 43, 50, 52, 55, 72, 93, 114, 138, 141.

O Messias, santo e inocente: 7, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 44, 71.

O Messias, vítima e vencedor: 3, 6, 7, 12, 21, 29, 34, 37, 39, 40, 54, 68, 117, 141.

O Messias, rei e pontífice: 2, 8, 39, 44, 71, 88, 109, 131.

Os pobres do Senhor: 9b, 11, 21, 33, 34, 68, 71, 75, 81, 101, 112, 114, 137, 139, 145.

O povo de Deus: 21, 28, 32, 34, 39, 44, 46, 64, 66, 67, 71, 78, 84, 99, 101, 116, 121, 122, 123, 124, 132, 134, 135, 143, 147, 148, 149, 150.

O reino messiânico: 2, 9a, 21, 23, 44, 46, 67, 68, 71, 74, 75, 81, 84, 86, 88, 90, 92, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 109, 117, 121, 125, 131, 137, 141, 144, 148, 149, 150.

A paz: 4, 28, 71, 84, 92, 98, 119, 121, 124, 125, 127, 132.

Quarta parte

Questões terminológicas

Adão. Frontispício do Gênesis. *Bíblia Ambrosiana.* Ulm (?) 1236-38. Milão, Biblioteca Ambrosiana, Ms. B 30 inf.

Capítulo Nono

Sobre o uso de alguns termos

1. Hebreu, judeu, israelita...

Partamos de um fato puramente lingüístico: a propósito do fenômeno hebraico, a língua portuguesa possui a vantagem — e ao mesmo tempo a desvantagem — de ter uma grande quantidade de vocábulos que representam realidades diferentes. A vantagem é que estes vocábulos são usados em geral sem muito cuidado. Comecemos analisando-os brevemente, a fim de situar historicamente o tema. Eis o elenco: hebreu – hebraico; judeu – judaico; israelita – israeliano; hebraísmo – judaísmo.

Estes vocábulos — substantivos e adjetivos — não descrevem a mesma realidade. Isto sem se tocar em uma questão paralela, mas que possui a sua relevância do ponto de vista estilístico, isto é: o uso dos adjetivos "hebraico" e "hebreu" em português. A diferença entre "hebraico" e "hebreu", como também entre "judaico" e "judeu", à qual normalmente os jornais e os livros não dão importância, é a seguinte: com raras exceções de menor importância, o adjetivo "hebreu" ou "judeu" refere-se a pessoas; o adjetivo "hebraico" ou "judaico" refere-se a coisas (p. ex., "língua hebraica", "menino hebreu"). Existem também realidades intermediárias, para as quais se pode usar uma ou outra forma (p. ex., "uma família hebréia", mas também "uma família hebraica").

O que a língua portuguesa pretende distinguir quando prefere "hebraísmo" ao invés de "judaísmo" e, portanto, hebreu a judeu, hebraico a judaico? Tal fato não ocorre porque a língua

portuguesa inventou algo na realidade hebraica; o que acontece simplesmente é que, com maior fineza do que outras línguas, a língua portuguesa consegue acentuar realidades diferentes.

Tomemos, a título de exemplo, Abraão; na Bíblia, ele é chamado de "o hebreu" (Gn 14,13). Seria um grande erro se afirmássemos que ele é judeu. Por outro lado, Jesus pode ser chamado de "hebreu" ou "judeu". Analogamente, a religião de Abraão pode ser chamada de "hebraísmo", mas não de "judaísmo"; a religião professada por Jesus, na qual Jesus nasceu, pode ser definida como "judaísmo" ou "hebraísmo". Da mesma forma, a fé dos hebreus de hoje pode ser chamada de "hebraísmo" ou de "judaísmo". E não é só isso. Se eu for a Israel e der alguns passeios pelo deserto que circunda Jerusalém, vou encontrar-me na Judéia; mas se eu for a Nazaré, estarei na Galiléia. Então, um habitante da Judéia é judeu de um modo especial; um habitante da Galiléia não é, geograficamente, um judeu, mas sim um galileu. Jesus, neste sentido, era galileu (embora tenha nascido em Belém, por acaso).

Feita esta análise inicial, fonte inevitável de complicações, vejamos agora as coordenadas históricas que nos ajudam a compreendê-la.

Encontramo-nos diante de um fenômeno que só esquematicamente podemos chamar de "religião", isto é, reduzir ao termo religioso. Trata-se de um fenômeno que tem sua origem em uma época muito remota — a dos patriarcas —, da qual a Bíblia nos dá testemunho, mas da qual a história nos fornece somente algumas indicações.

Este fenômeno religioso passou por uma evolução testemunhada de certo modo pela Bíblia, mas teve sua continuidade depois dela e chegou até nós. Todo este arco evolutivo pode ser chamado de "hebraísmo".

A origem da palavra "hebreu" é um problema que ainda não foi totalmente solucionado. Na análise que faremos, vamos ater-nos somente aos dados bíblicos. Abraão era chamado de "hebreu" pela Bíblia, porque um dos seus antepassados seria Eber (Ever). É uma etimologia popular, não científica. De qual-

quer modo, de Abraão até hoje, e até amanhã, este mundo religioso pode ser chamado de "hebraísmo". Conseqüentemente, em todas as suas fases, quem o professa pode chamar-se "hebreu".

Na Bíblia, num determinado momento da história, ficamos sabendo que os hebreus-judeus foram deportados para a Babilônia, no ano 587 ou 586 a.C.

Falamos em "hebreus-judeus" porque, depois da morte de Salomão, ocorrida por volta do ano 922, o reino unitário dividiu-se em dois: no norte, Israel; no sul, Judá, tendo Jerusalém por capital. O reino de Israel foi arrasado pelos assírios em 722 a.C. Os hebreus que habitavam neste reino — que de modo todo especial eram chamados de israelitas, isto é, habitantes do reino de Israel (portanto, em um sentido diferente daquele que nos leva a dizer hoje que "fulano é israelita") — foram deportados ou assimilados, e deles se perderam os rastos. Por isso, depois do ano 722 até 587 a.C., eram hebreus somente os habitantes do reino de Judá, que assim se chamava por limitar-se à Judéia, sede da antiga tribo de Judá. Eles eram os únicos hebreus que podiam ser localizados (se assim se pode dizer). Estes judeus foram deportados, em parte, por Nabucodonosor, que os levou para a Babilônia. Todavia, eles não desapareceram. Tanto é verdade que eles começaram a retornar com a devida permissão do rei da Pérsia, cinqüenta anos depois, no ano 538. Enquanto estavam no exílio (tempo denominado "exílio babilônico"), o seu modo de crer e a sua religião haviam mudado profundamente. A grandeza desta mudança pode ser facilmente observada na questão do Templo: ao ser este destruído por Nabucodonosor, os exilados foram obrigados a organizar a própria vida religiosa sem Templo e sem tudo o que se fazia nele (sacrifícios, peregrinações, festas etc.). Esta é a razão pela qual, quando há referência ao período que vai de 586 (ou, se quisermos, de 538) até hoje, se fala também de "judaísmo" em vez de "hebraísmo", o que define o mundo espiritual, a religião etc. daqueles judeus, ou seja, dos habitantes do reino de Judá, que foram deportados mas que depois retornaram. Durante o exílio, estes judeus haviam meditado profundamente sobre a sua fé, tinham-na enriquecido (lembremos da importância para a for-

mação do Pentateuco da tradição sacerdotal, P, elaborada no período do exílio) e sobretudo haviam transferido o ponto de referência da sua vida religiosa — que antes era o Templo de Jerusalém — para um outro culto: o da Palavra de Deus, da liturgia da Palavra, da transmissão e redação escrita da Palavra. Eis por que é conveniente, de certa forma, falar de judaísmo do exílio em diante: porque se trata de uma transformação progressiva (não de uma guinada revolucionária em um curto tempo) da fé de Israel para uma direção irreversível, embora o novo templo tenha sido consagrado em torno do ano 515 a.C. Este segundo Templo vai durar muito mais do que o primeiro, mas a vitalidade do judaísmo estará sempre ligada a uma outra instituição não sacerdotal: a sinagoga, lugar sagrado e, conseqüentemente, "multiplicável" em qualquer lugar.

A passagem do hebraísmo pré-exílico ao judaísmo (antigo, médio, rabínico) representa também a passagem de uma classe, de uma categoria religiosamente dominante, para uma outra; isto é, a passagem da classe sacerdotal (que no hebraísmo era transmitida de pai para filho na família de Aarão, mantendo a exclusividade sobre o Templo de Jerusalém) à classe dos leigos, que na Bíblia são denominados "escribas" (visto serem especialistas na Escritura, doutores da Lei), da qual surgiu mais tarde, em torno do séc. II a.C., dentre outros "judaísmos", aquela categoria tão injustamente vituperada e, no entanto, tão importante até para o cristianismo: a dos "fariseus".

2. Canaã, Palestina, Israel...

O nome mais antigo e autêntico por nós conhecido é Canaã, escrito consonanticamente *kn'n* ou *knn*, e vocalizado em hebraico *kena'an*. Aparece em textos cuneiformes provavelmente já em Ebla (fins do III milênio a.C.), e com certeza desde a primeira metade do II milênio a.C. em diante na forma *kinachchu* e variantes ortográficas. Continuou a ser usado na África setentrional romana, entre a população de origem púnica, pelo menos durante os séculos IV-V d.C., segundo Agostinho. A origem

deste nome é relacionada com o trabalho da púrpura, antigamente uma das principais fontes de renda da região. Ela nos conduz, todavia, à Fenícia, e a palavra grega *Phôinix* e seus derivados se referem muito provavelmente à Fenícia em sentido exclusivo, mais do que à região em geral. O uso de Canaã, que pode ser encontrado nos textos bíblicos e em outros textos orientais antigos, todavia, leva-nos a deduzir que, ao menos em sua origem, o nome indica toda a região e não somente aquela pequena parte que conhecemos como Fenícia. Em Is 19,18, de fato, num texto provavelmente tardio mas que se refere a fatos acontecidos no final do séc. VIII a.C., o próprio hebraico é chamado de "língua de Canaã", *sefat kena'an*, uma definição filologicamente correta.

Palestina, um outro nome muito freqüente, remonta aos tempos dos filisteus. Atualmente, ele é usado em termos geográficos para diferenciar esta região da Síria e do Líbano, independentemente de quem exerça sobre eles a soberania. Aparece pela primeira vez em Heródoto (séc. V a.C.) como adjetivo: *en tê(i) Palaistíne Syría*, 1,105; como substantivo *he Palaistíne* em 3,91 e também em outras passagens, visando diferenciá-la da Fenícia, com a qual a denominação *Canaan* pretendia identificar. No entanto, pelo fato de o nome oficial *Palestina* ter sido introduzido pelos romanos depois da segunda guerra judaica de 132-135 d.C., em lugar do tradicional *Iudaea*, o nome *Palestina* foi rejeitado nos ambientes hebraicos. Um outro nome estreitamente ligado à religião, desta vez enquanto palco da história de Israel, mas raramente atestado na Bíblia (1Sm 13,19) é: "Terra, país de Israel", em hebraico, *Èretz Yisra'el*. Aparece na literatura rabínica e atualmente é o nome oficial da região no contexto do movimento sionista e do Estado de Israel.

Algumas denominações são de caráter ideológico: "Terra prometida", "Terra santa" e outras ainda.

3. Antigo Testamento, Primeiro Testamento, Escritura de Israel

Entre os estudiosos de ciências religiosas, é comum afirmar-se que o "cânon recapitula o sistema". Em outras palavras, a determinação definitiva dos livros considerados inspirados acontece somente quando um "sistema religioso" já estabeleceu para si próprio as suas estruturas fundamentais. Ao ser instituído de forma conclusiva, o cânon das Igrejas cristãs foi apresentado como constituído pelo Antigo e pelo Novo Testamento, até mesmo para responder aos ataques de Marcião (que considerava inspirados somente um determinado número de escritos neotestamentários). A justificativa tradicional para o nome de Antigo Testamento (*palaiá diathèke*), dado à primeira parte dos livros da Bíblia cristã, é tirada da interpretação de um versículo paulino (2Cor 3,14). Todavia, do ponto de vista exegético, é pelo menos discutível que esta passagem, ao falar de Antigo Testamento, refira-se concretamente a um conjunto de livros. Pelo contrário, mais evidente é o fato de que os redatores dos textos neotestamentários recorrem ao termo "Escritura" para indicar a Bíblia hebraica, ou usam expressões como "Lei" ou "Moisés" (para indicarem o Pentateuco), Profetas, Salmos, para referirem-se a partes específicas daquele conjunto de livros. De fato, o nome Antigo Testamento pôde afirmar-se como expressão adequada para indicar o conjunto dos livros que formam a primeira parte da Bíblia cristã somente quando, no fim de um processo que durou mais de dois séculos, foi definido o cânon do Novo Testamento [1]. É evidente também que, da mesma forma, depois de ter sido estabelecido o cânon unitário da Bíblia cristã, não se podia mais falar de um conjunto formado pela Escritura *e* pelo Novo Testamento (expressão que ainda está presente naquela popular que fala de Bíblia *e* Evangelho).

É claro que o problema da denominação dos livros da primeira parte da Bíblia cristã seja uma questão que interessa às

1. Cf. GRANT, Robert M. *La formazione del Nuovo Testamento*. Brescia, Paideia, 1973.

Igrejas cristãs e não à comunidade hebraica. Não há dúvida de que a tradição hebraica possui termos que lhe são próprios para a sua Bíblia (*Tanak, Miqra' etc.*). Pelo que afirmamos até agora, fica certo que a Bíblia cristã não pode ser definida simplesmente como "Escrituras hebraicas + Novo Testamento" (e isto não só pela questão dos livros denominados deuterocanônicos, problema, aliás, ignorado pelas Igrejas reformadas). De fato, a inserção de uma série de livros em um novo contexto canônico em base no qual eles são colocados juntamente com outros textos, orienta de modo intrinsecamente diferente a interpretação do seu conjunto.

A recente redescoberta teológica cristã da perpetuidade e da irrevogabilidade da eleição de Israel (cf. Rm 11, 28-29) refletiu-se também no desejo de encontrar um termo para a primeira parte da Bíblia cristã que não se distinga simplesmente por sublinhar a contradição ou por evidenciar um caminho propedêutico. Deste fato surgiu a tentativa de se abandonar o uso de termos como "Velho Testamento" ou "Antigo Testamento", que deixavam a impressão de indicar um grupo de livros superados ou, pelo menos, de livros que não faziam mais do que preparar para uma outra fase. Por isso foram propostos vários nomes alternativos. O mais radical de todos é, provavelmente, o que convida a chamar a primeira parte da Bíblia cristã de "Escrituras hebraicas" e a segunda de "Escrituras cristãs" [2]. Todavia, contra seus próprios objetivos, esta proposta tem o risco de introduzir uma espécie de terminologia de tendência marcionita, porquanto pretende apresentar o Antigo Testamento como livro hebraico e, portanto, *não*-cristão, visto que o Novo Testamento é um livro cristão e, por conseqüência, *não*-hebraico.

Uma variante mais aprofundada desta mesma problemática é chamar-se a primeira parte da Bíblia cristã de "Escritura de Israel" e a segunda de "Escritura apostólica" [3]. Esta escolha apre-

2. Cf. Pawlikowski, John. *Perché l'Antico Testamento deve cambiare nome.* In: *National Catholic Reporter*, 21-04-1978, traduzido para o italiano in: *Studi Fatti Ricerche [SeFeR]*, n. 3, julho-setembro 1978, p. 12.

3. Cf. Corsani, B. *Scrittura d'Israele, Scrittura apostolica.* In: *Gioventù evangelica*, n. 112/113, 1988, p. 21.

senta também a vantagem de evitar o uso do termo "Testamento", o qual, de fato, não é o mais feliz para indicar um conjunto de livros. Contudo, a respeito desta denominação, levantou-se a objeção de que, em referência tanto ao atual cânon quanto à autoconsciência dos seus redatores, também os livros neotestamentários devem ser concebidos como Escritura de Israel (cf. a expressão "todo Israel de Deus", que aparece em Gl 6,16), embora, fique bem claro, neste caso permaneça ainda totalmente aberto o problema do que se deve entender exatamente da expressão "Israel". Qualquer que seja a escolha, Escritura de Israel não pode, de nenhuma forma, coincidir com Escritura hebraica, caso esta última seja usada em sentido próprio para indicar o *Tanak*. Além disto, em razão de o anúncio evangélico ter sido efetuado "segundo as Escrituras"[4] (cf., por exemplo, 1Cor 15,3), não se deve esquecer que não é assim tão paradoxal afirmar, com base em uma perspectiva de resto tradicional, que também a Escritura de Israel deve ser considerada apostólica, num certo sentido. É verdade, porém, que esta particular proposta terminológica tem o risco de criar um número maior de problemas do que os que ela resolve.

Uma opção já bastante consolidada é indicar a primeira parte da Bíblia cristã recorrendo-se à expressão "Primeiro Testamento". Esta alternativa conserva o tradicional termo "Testamento", substituindo os adjetivos "velho" ou "antigo", muito ligados a uma dimensão que traz implícita a idéia de "superado", "provisório" "preparatório" etc. A escolha seria mais convincente se, por uma questão de coerência interna, não trouxesse a tendência de denominar "Segundo Testamento" o Novo Testamento (justamente esta terminologia foi adotada a partir de 1987, por exemplo, pela revista americana *Biblical Theology Bulletin*). Embora ninguém até agora (pelo que sabemos) tenha sugerido, cremos poderia esta opção ser apresentada recorrendo-se ao termo "deutero-testamento" (da mesma maneira como se fala em *Deuteronômio* ou, na ciência bíblica, de Deutero-Isaías). No entanto, esta escolha terminológica tornaria evidente

4. Cf. DODD, C. H. *Secondo le Escritture*. Bréscia, Paideia, 1972.

a existência de um elemento de "repetição" ou de "acréscimo", que não condiz nem com a autoconsciência dos redatores dos textos neotestamentários, nem com a atual sistematização canônica da Bíblia cristã. Resta apenas a possibilidade — que alguns tornaram própria (cf., por exemplo, a Comunidade de Bose) — de falar de Primeiro Testamento e de "Novo Testamento", escolha que, não obstante uma certa falta de "simetria", salvaguarda melhor tanto, por um lado, a exigência de não recorrer a uma terminologia que transmita a idéia de "superado", "provisório", "propedêutico" etc., ainda que de forma involuntária, quanto, por outro lado, evita a idéia de nos encontrarmos simplesmente diante de uma "repetição" ou de um "acréscimo".

Deve ser dito, todavia, que pelo fato de as sistematizações canônicas aparecerem sem dúvida como recapitulações dos vários "sistemas religiosos", permanece igualmente verdadeiro que todos os cânones abrem espaço, em seu próprio interior, para a existência de uma gama mais ou menos ampla de leituras teológicas, hermenêuticas e exegéticas. Portanto, continuar a adotar a terminologia "Antigo Testamento", por exemplo, não implica uma consideração teológica inferior nem, muito menos, uma leitura antijudaica da primeira parte da Bíblia cristã. Isto pode acontecer, é bem verdade, somente se não restarem dúvidas de que o Antigo Testamento não coincide com a Bíblia hebraica (*Tanak*) —, precisamente por esta razão, não pode ser considerado o seu substituto. Neste sentido, encontrar um nome para a primeira parte da Bíblia cristã constitui-se, realmente, como se pode perceber, um problema das Igrejas e da sua autoconsciência, e não um gesto que deve ser cumprido com a única intenção de salvaguardar a política da "boa vizinhança" com o povo hebraico. Por esta razão, enquanto é necessário que caia definitivamente em desuso a expressão Velho Testamento, tão carregada de sentido negativo, permanece em aberto o problema de se encontrar uma terminologia capaz de exprimir tanto a unidade dos dois Testamentos, característica fundamental da leitura cristã das Escrituras[5], quanto a autônoma e legítima

5. Cf. Beauchamp, Paul. *L'uno e l'altro Testamento*. Brescia, Paideia, 1985.

existência da Bíblia hebraica. Neste sentido, a dificuldade de se encontrar uma terminologia totalmente adequada nada mais é do que o reflexo de uma dificuldade teológica de primeira grandeza, de certa forma refletida na "assimetria" própria da escolha terminológica que, por vários aspectos, nos parece a menos inadequada, isto é, a que fala de Primeiro Testamento e de Novo Testamento.

Capítulo Décimo

Os nomes de Deus

Os nomes de Deus que aparecem na Bíblia hebraica são os seguintes: YHWH, Elohim, El, 'Elyon, Adonai, Shaddai.

1. *YHWH*

O tetragrama (denominado assim porque composto por quatro consoantes), na tradição hebraica pós-bíblica, é o nome próprio de Deus, traduzido pelos LXX como *K´yrios*, "Senhor". Nas línguas modernas, traduz-se normalmente como "Senhor" nas traduções católicas e como "o Eterno" nas protestantes. Desde a época pré-cristã, o tetragrama não é pronunciado por causa da aplicação rigorosa do segundo (terceiro) mandamento, e é substituído na leitura por *Adonai*, "Senhor" (ver mais adiante). Para indicar esta leitura, após as consoantes YHWH foram colocadas as vogais de *Adonai*, o que, por ignorância de tal substituição, deu origem, no Renascimento, à pronúncia infundada de *Jehowa*, de onde surgiu "Jeová". A leitura substitutiva de Adonai, fora do culto, é substituída, por sua vez, pelo termo *ha-Shem*, "o Nome". Nos livros de oração, o tetragrama é geralmente indicado por dois *yod* ('') ou pela consoante *he* seguida do apóstrofo (*h'*). Temos somente algumas transcrições daquela que deve ter sido a pronúncia original, feitas pelos Padres da Igreja.

Nas Escrituras hebraicas, YHWH foi a denominação divina mais freqüente (aparece 5372 vezes e só não se encontra no *Cântico dos cânticos, Ester* e *Eclesiastes*). No Pentateuco, caracteriza a tradição javista, J, e ocorre freqüentemente na tra-

dição eloísta, E, depois da revelação da sarça ardente (Ex 3,13-16), como também na sacerdotal, P, depois da revelação análoga de Ex 6, 2-3. Na tradição deuteronomista, D, não há uma revelação do nome, o qual aparece com muita freqüência como alternativa ao nome Elohim. Contam-se também 26 ocorrências da forma abreviada *Yah*. Do ponto de vista lingüístico, YHWH foi, em sua origem, a terceira pessoa do singular, masculino, do imperfeito do verbo *hyh-hwh*, "ser", na forma *Qal*, isto é, normal, com o significado de "ele existe", "ele está"; ou então na forma *Hifil*, isto é, causativa, com o significado de "ele faz existir". Mas é preciso ter presente o contexto de Ex 3, no qual a revelação do nome foi feita em uma declaração em primeira pessoa, *'ehyé 'asher 'ehyé*, que pode ser traduzido como "eu sou/era/serei aquilo que sou/era/serei". Desta declaração faz-se derivar o nome que na boca de Deus (Ex 3,14) está na primeira pessoa e na de Moisés aparece sempre na terceira pessoa. Naturalmente, por faltar no pensamento bíblico uma filosofia do ser propriamente dita, o sentido mais provável é o de "estar": o Deus que está conosco. Menos provável é o sentido causal, que exigiria algumas correções.

No antigo Oriente Próximo, semítico, formas como Yah são freqüentes em nomes próprios, como é o caso de Yehoshua' *ou* Yesha'yahu, "Deus salva" nomes "teofóricos" [1], traduzidos em português respectivamente como Josué e Isaías. Como nome próprio da divindade, todavia, o Tetragrama constitui uma particularidade exclusivamente hebraica.

Somente nos livros históricos e proféticos (e mais oito vezes nos Salmos), com um total de 268 ocorrências, o Tetragrama aparece na expressão YHWH tzeva'ot (na Vulgata *Dominus Sabaot*), "Deus dos exércitos". Em sua origem, estes "exércitos" provavelmente indicavam regimentos de divindades menores. Explica-se assim a ausência da expressão no Pentateuco e nos livros sapienciais, caracterizados mais fortemente pela idéia monoteísta.

---

1. Isto é, nome de pessoas que contêm um nome divino, com o objetivo de garantir ao indivíduo a proteção de Deus. (N.T.)

2. *Elohim, El*

Elohim é o segundo nome divino mais citado nas Escrituras hebraicas (aparece 2523 vezes, faltando somente em Abdias, Cântico dos cânticos, Ester e Lamentações). Nos LXX, geralmente é traduzido com Theós, e nas línguas modernas, como Deus. No Pentateuco, caracteriza a tradição eloísta, E.

Do ponto de vista lingüístico, pode ser uma forma de plural *maiestatis*, ou de plural *magnitudinis*, ou ainda de plural do nome divino *El*, indicando um conceito abstrato. Este último nome, El, que provavelmente deriva de uma raiz 'wl, com o significado de preeminência, ocorre 230 vezes em toda a Bíblia hebraica; é um dos nomes divinos mais comuns do antigo Oriente semítico.

De acordo com outra hipótese, Elohim derivaria da raiz 'lh, que não está ligada à raiz de El, e que indicaria o temor sagrado e o objeto deste temor. Do ponto de vista semântico, é usado:

a) como aposição ou predicado do nome próprio YHWH, para indicar sua qualidade de verdadeiro Deus (Dt 4,35: *YHWH hu' ha-Elohim,* "YHWH é o verdadeiro Deus");
b) com complementos de especificação, para indicar pertinências de Deus: o Deus (*Elohé*) de Abraão, de Isaac e de Jacó; o Deus da verdade e da justiça...;
c) com valor efetivo de plural, para indicar os falsos deuses: "os deuses (Elohé) do Egito"; "os deuses de prata e ouro"...

Bené ha-Elohim, "filhos de Deus", são os anjos (e provavelmente, em sua origem, as divindades menores do pantheon semítico).

Eloah é uma forma tardia e rara, ligada a El e Eloim; ocorre 49 vezes nos livros poéticos e proféticos, mas somente oito vezes nos textos narrativos.

São inúmeros os nomes "teofóricos" compostos com o prefixo ou com o sufixo El, como por exemplo *Natana'el,* "Dado por Deus", *El'azar* (Eleazar), "Deus ajudou". Na tradição rabínica, YHWH é o nome de Deus enquanto misericordioso, e Elohim é o seu nome enquanto juiz severo.

3. *'Elyon*

'Elyon é por vezes precedido por YHWH, por Elohim ou, mais raramente, por El, como também sozinho, num total de 31 vezes. Trata-se de um termo de origem cananéia, com significado de "elevado", "altíssimo", podendo ser um nome divino ou um atributo, como é o caso da expressão El 'eliyon, com a intenção de afirmar a superioridade de El sobre todos os outros deuses. Em Gn 14,17-20, El 'eliyon é o Deus de Melquisedec.

4. *Adonai*

Este nome divino (que ocorre 131 vezes nas Escrituras hebraicas, 97 das quais em textos proféticos ou poéticos) gramaticalmente é um plural majestático do termo semítico adon, "senhor", com sufixo pronominal de 1ª pessoa, no plural: "os meus senhores". O termo *adon*, de uso comum também em hebraico para indicar relações humanas, deve ter sido atribuído a Deus primeiramente como simples indicador do seu relacionamento com os homens (Dt 10,17: *adon ha-adonim,* "senhor dos senhores"; cf. o nome da divindade da vegetação, Adon) ou com a criação (Sl 97, 5: *adon kol ha-arez,* "senhor de toda a terra"), da mesma forma como era atribuído a um rei, a um profeta o a qualquer outra personagem de destaque quando se pretendia evidenciar o seu papel na sociedade. Mais tarde, a forma plural com sufixo pessoal sedimentou-se no uso comum de tal forma que se tornou de fato um outro nome para Deus (como Senhor, em português).

Este nome divino é substituído na leitura e pelo Tetragrama, na vocalização, com a conseqüente tradução de "Senhor" para ambos os termos nas traduções.

5. *Shadai*

Este nome (sozinho) ou epíteto divino (em fórmula combinada: *El Shadday*) ocorre 48 vezes nas Escrituras hebraicas,

das quais 31 em Jó, nove no Pentateuco e somente oito nos demais livros. Sua etimologia não é clara:

a) pode derivar do acádico *shadu,* "rocha", "montanha" ("Deus da(s) montanha(s)");

b) pode derivar do acádico *shedu,* "demônio"; por razões de fonética histórica, esta etimologia é pouco provável;

c) os exegetas medievais Rashi (séc. XI) e Maimônides (séc. XII) explicaram midraxicamente o termo, desdobrando-o em she-day, "(aquele) que é suficiente (a si mesmo)".

Estudos recentes voltaram a ligar o epíteto ao acádico shadu, "montanha", mas não no sentido estrito do termo, e sim na acepção de "seios", "mamas" (em hebraico, *shaddayim;* cf. Gn 49, 25: "por El Shaddai [...] bênçãos das mamas e dos seios"); portanto, não o "Deus da montanha" mas o "Deus da abundância", como se pode observar também em diversas outras passagens do Gênesis (17,2; 27,1s. 35,11; 49,25), nos quais a denominação El Shadday está ligada a formulações augurais de fecundidade. Nas nossas Bíblias tradicionalmente traduz-se como o "Todo-poderoso", mas com pouco fundamento; esta tradução segue os LXX, que pressupõem uma raiz shdd, "devastar", como ação de um ser forte.

Apêndice ao Capítulo Décimo

Apelo para o nome de Deus

Imploramos às editoras e às redações dos jornais e revistas que substituam o termo "YAHWEH" (ofensivo aos hebreus, que consideram impronunciável o nome de Deus) pelo tetragrama YHWH.

No caso em que se deva pronunciar o nome de Deus, aconselhamos a substituição do tetragrama pela palavra "Senhor", como já foi feito pela tradução grega dos LXX, pela tradução latina da Vulgata, de Jerônimo, e como o faz qualquer tradução atualizada da Bíblia.

YHWH (yod, he, waw, he) são as consoantes que indicam o nome de Deus no texto bíblico hebraico.

A longa tradição hebraica ensina que o nome de Deus assim indicado era pronunciado somente pelo sumo sacerdote no Sancta Sanctorum, no dia de Kipur (expiação).

O fato de a tradução grega dos Setenta, cujas partes mais antigas podem remontar ao séc. III a.C., traduzir o tetragrama com a palavra grega Kyrios demonstra que já naquela época este nome, quando aparecia no texto bíblico, era pronunciado com a palavra hebraica Adonai, Senhor.

Tal uso foi mantido sem interrupção, como se pode observar também na tradução latina de Jerônimo, que traduz o tetragrama com a palavra latina Dominus, bem como na leitura hebraica em uso até os dias de hoje.

Profª. Sofia Cavalletti (Centro de Catequese Bom Pastor, Roma);

Padre Ari Crollius, sj (Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma);

Prof. Paolo De Benedetti (Faculdade Teológica da Itália Setentrional, Milão);

Prof. Tommaso Federici (Universidade Urbaniana, Roma);

Prof. Alessandro Galluzzi (Pontifícia Universidade Lateranense, Roma);

Padre Edward Kaczgnok, op (Reitor da Pontifícia Universidade Santo Tomás de Aquino, Roma);

Padre Roger Le Déaut, spp (Pontifício Instituto Bíblico, Roma);

Dom Jorge Mejía (Secretário da Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo, Roma);

Prof. Reinhard Neudecker, sj (Pontifício Instituto Bíblico, Roma);

Dom Clemente Riva (Bispo auxiliar de Roma);

Dom Pietro Rossano (Bispo auxiliar de Roma e Reitor da Pontifícia Universidade Lateranense, Roma);

Profª. Lea Sestieri (Pontifícia Universidade Lateranense, Roma);

Prof. Alberto Soggin (Universidade La Sapienza, Roma);

Pe. Giuseppe Sorani (Secretário geral dos Orionitas);

Padre Bartolomeo Sorge, sj (Diretor do Centro Studi Sociali, Palermo);

Prof. Elio Toaff (Rabino chefe, Roma).

Capítulo Décimo Primeiro

O calendário de Israel

O calendário hebraico é um calendário lunissolar, isto é, baseia-se no calendário lunar mas com algumas integrações que visam fazer com que cada um dos meses lunares caia sempre no mesmo período do ano.

O elemento essencial do calendário hebraico clássico é a lunação, isto é, o intervalo existente entre um novilúnio e outro. Este intervalo é de aproximadamente 29 dias e meio; a esta medida corresponde, mais ou menos, o mês lunar hebraico. Devido à necessidade de que o início do mês coincida com o início da jornada, o mês hebraico tem 29 ou trinta dias. O primeiro dia do mês, teoricamente, é aquele no qual cai o novilúnio; todavia, pelas razões que exporemos a seguir, não é de fato sempre assim.

Normalmente, doze meses lunares constituem um ano. Porém, como doze meses lunares compreendem um número de dias um pouco inferior ao dos dias de um ano solar, caso fosse adotado um calendário puramente lunar, conseqüentemente, em três anos, ele teria um atraso de mais de um mês (onze dias por ano, aproximadamente) em relação ao calendário solar. Em virtude disto, as datas fixas do calendário solar cairiam a cada ano em um período do ano solar precedente ao do ano anterior, não tendo assim sempre o mesmo lugar, em uma determinada estação. Por causa do caráter agrícola de muitas datas, isto não é admissível. Portanto, estabeleceu-se que sete vezes, em 19 anos, o ano compreenda treze meses ao invés de doze, de modo a compensar o retrocesso anual.

Os anos, de fato, estão compreendidos em ciclos de 19 anos cada; o terceiro, o sexto, o oitavo, o décimo primeiro, o décimo quarto, o décimo sétimo e o décimo nono anos de cada ciclo possuem treze meses, chamando-se *shaná me'ubbéret,* "ano bissexto", isto é, aquele que tem um mês intercalado. O ano bissexto é chamado *shaná peshutá*, "ano simples".

Lembramos que, neste sistema, os anos costumam começar no primeiro dia do sétimo mês (*tisri*), considerado, desde épocas antigas, o primeiro dia do Ano Novo, e que o ano de 1996-97 da era vulgar corresponde ao 5757 da era judaica[1]. O ano 5710 é o décimo do 301° ciclo, que teve início em 5701.

Os cálculos para a formação do calendário partem do princípio de que o *molad* (novilúnio) do mês de tisri do ano 1 tenha acontecido numa segunda-feira, às 5 e 204/1080 de hora, e que entre um novilúnio e outro tenha existido um intervalo médio de 29 dias, doze horas e 739/1080. O primeiro de tisri é fixado para cada ano, normalmente, no dia de *molad,* quando ele tem lugar antes da décima oitava hora[2], e no dia seguinte caso ele aconteça depois desta hora. Essa regra geral sofre algumas exceções; dentre elas, lembremos que o 1° de tisri é atrasado de um dia para evitar que o Kipur caia na sexta-feira ou no domingo, e o *Hosha'aná Rabbá*, no sábado[3]. Aos meses de cheshwan e de kislew são atribuídos trinta ou 29 dias cada um,

1. Os anos judaicos costumam ser contados segundo a era judaica, chamada era "da criação do mundo". Para passar do ano judaico ao ano civil (ou "era cristã"), subtrai-se o número 4000 e acrescenta-se o número 240; por exemplo: 5753 é o resultado de 5753 - 4000 + 240 = 1993.

2. Note-se que o dia começa no início da noite; a hora dezoito corresponde, portanto, mais ou menos, ao meio-dia.

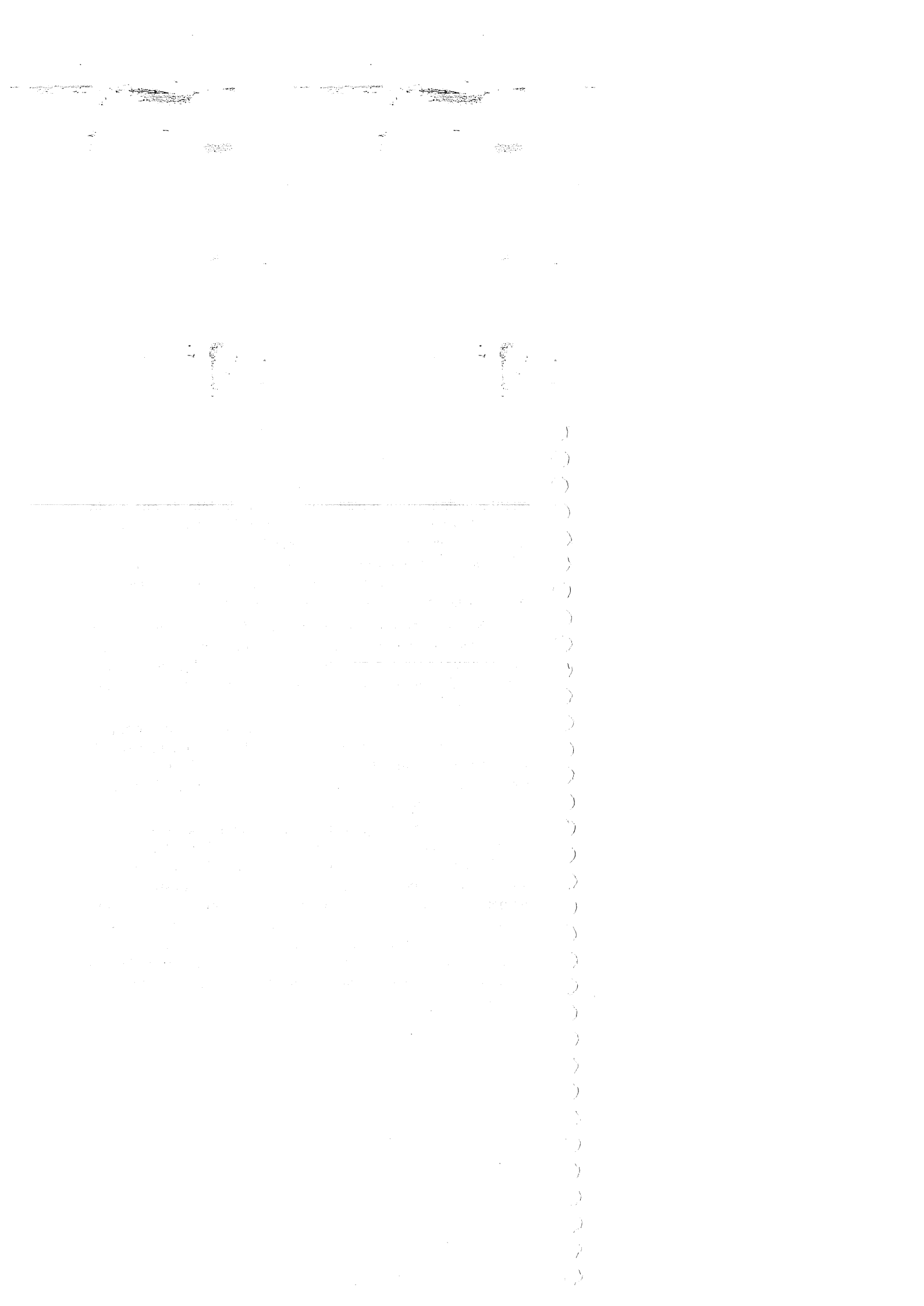
3. Kipur não pode cair numa sexta-feira nem em um domingo, porque seria muito desagradável e talvez mesmo impossível abster-se de acender o fogo por dois dias consecutivos, um dos quais de jejum. Hosha'aná Rabbá não pode cair num sábado porque neste dia não podem ter lugar as cerimônias do *lulav* (isto é, do ramalhete de folhas de palmeira, salgueiro e mirto), sem as quais Hosha'aná Rabbá perderia as características que distinguem a data.

Para este capítulo, servimo-nos amplamente do cap. VII, "Il calendario ebraico", de Elia Samuele Artom, *La vita di Israele*, Israel, Roma, 1982[3].

ou 29 àquele e trinta a este, dependendo do fato de que o ano, depois de fixado o dia no qual deverá cair o 1º de tisri do ano seguinte, tenha 355 (385, caso seja bissexto), 353 (383, caso seja bissexto) ou 354 (384, caso seja bissexto) dias. No primeiro caso, o ano é denominado *shelemá* (completo); no segundo, *chaserá* (incompleto); no terceiro, *kesidrá* (regular).

Nos anos bissextos acrescenta-se, depois de *adar*, um mês de 29 dias, chamado de *adar shení* (segundo adar) ou *we-adar* ("e [de novo] adar"), o qual começa em março. Em tais casos, o adar normalmente leva o nome de *adar rishon* (primeiro adar), e tem trinta dias.

Por muitos séculos, o início dos meses e do ano era proclamado pelo Sinédrio depois de ter avaliado as declarações de testemunhas oculares da lua nova. O patriarca Hillel II, em 358/359 d.C., teria fixado regras astronômicas que permitiam calcular cientificamente os anos e os meses.

No judaísmo antigo é atestada também a existência de um calendário solar. O livro de *Henoc etíope* e o livro dos *Jubileus* mencionam um calendário solar de 364 dias. Este foi o calendário seguido pela comunidade de Qumran (o que constituía outro elemento de contraste em relação ao judaísmo de Jerusalém). Diferenças menores existiram na datação de algumas festas do ano litúrgico entre fariseus e saduceus. A pluralidade de calendários causa dificuldades na colocação temporal exata da paixão e morte de Jesus. O calendário atual, de qualquer forma, é seguramente atestado já no século X d.C.

Apêndice ao Capítulo Décimo Primeiro

O calendário litúrgico e as festas

Nisan ou "primeiro mês" ou *abib* (março-abril), de trinta dias.

— 14, jejum dos primogênitos.

— 15-22 (15-21 em Israel), *Pessach* (15 e 16 festivos, 17-20 semifestivos, 21 e 22 festivos). A ceia pascal é celebrada nas tardes dos dias 14 e 15 (na diáspora), somente no dia 14 (em Israel).

Iyar (abril-maio), de 29 dias.

— 18, *Lag ba-Omer* (33º dia do Omer: *Levítico* 23,9-14). Dia festivo que interrompe o período penitencial entre a Páscoa e Pentecostes. Festa em memória do Rabi Shimon ben Yokhay.

Sivan (maio-junho), de trinta dias.

— 6-7 (6 em Israel), *Shavuot* ou Pentecostes, festa das primícias; depois, comemoração da aliança.

Tamuz (junho-julho), de 29 dias.

— 17, jejum para lembrar as duas quedas de Jerusalém, diante dos babilônios e dos romanos.

Av (julho-agosto), de trinta dias.

— 9, *Tish'á be-av* (nove de av). Jejum e particulares manifestações de luto para lembrar a destruição do primeiro e do segundo Templo, e a expulsão dos judeus da Espanha.

Elul (agosto-setembro), de 29 dias.

Início das *Selichot* ou orações penitenciais noturnas em preparação aos "dias terríveis", de 1 a 10 do mês seguinte.

Tisri (setembro-outubro: primeiro mês do calendário atual), de trinta dias.

— 1-2 (1 em Israel), *Rosh ha-Shanà* ou primeiro dia do ano.

— 3, jejum de Ghedalyá, em memória do assassinato de Ghedalyá, governador de Jerusalém depois da ocupação babilônica.

— 10, *Kipur* ou Expiação (com jejum de 25 horas).

— 15-21, *Sukot* ou Tabernáculos ou Tendas (uso litúrgico do fruto do cedro e do *lulav* ou ramalhete de folhas de palmeira, salgueiro e mirto).

— 21, *Hosha'anà Rabbà* ou Grande Hosana (último dia de Sukot, conclusão do período penitencial, com sete voltas em procissão na Sinagoga).

— 22, *Sheminí 'Atsèret* ou Oitava Convocação (conclusão do período festivo e fim do uso da tenda; tradicional início do período outonal).

— 23, *Simhat Torá* ou Alegria da Lei. Leitura do último *parashá* (perícope do Pentateuco) do ciclo anual e retomada do novo ciclo.

Chesvan (outubro-novembro), de 29 ou trinta dias.

Kislev (novembro-dezembro), de 29 ou trinta dias.

— 25, durante oito dias, *Hanukà* ou festa da Dedicação, ou ainda festa das Luzes (em memória da reconsagração do Templo, feita por Judas Macabeu em 165 a.C., três anos depois da profanação grega; acendimento progressivo das oito luzes).

Tevet (dezembro-janeiro), de 29 dias.

— 10, jejum em recordação do assédio de Jerusalém por parte dos babilônios; memória dos judeus mortos pelos nazistas.

Shevat (janeiro-fevereiro), de trinta dias.

— 15, *Rosh ha-Shanà la-ilanot*, Primeiro do Ano das árvores ou *Tu bi-shvat* (15 de *Shevat*).

Adar (fevereiro-março), de 29 dias.

— 13, jejum de Ester.

— 14, *Purim* ou festa da sorte (na Europa), carnaval judaico.

— 15, *Purim Shushan* ou *Purim de Susa* (em Jerusalém e nas outras cidades antigas).

Nos anos bissextos, isto é, aqueles nos quais se acrescenta o décimo terceiro mês de 29 dias para combinar o ciclo lunar com o ciclo solar (que são o terceiro, o sexto, o oitavo, o 11°, o 14°, o 17° e o 19°, em um ciclo de dezenove anos), depois do mês de adar, que toma o nome de *adar rishon* ou primeiro adar, segue um mês a mais, de 29 dias, denominado *we-adar*, "e [de novo] adar".

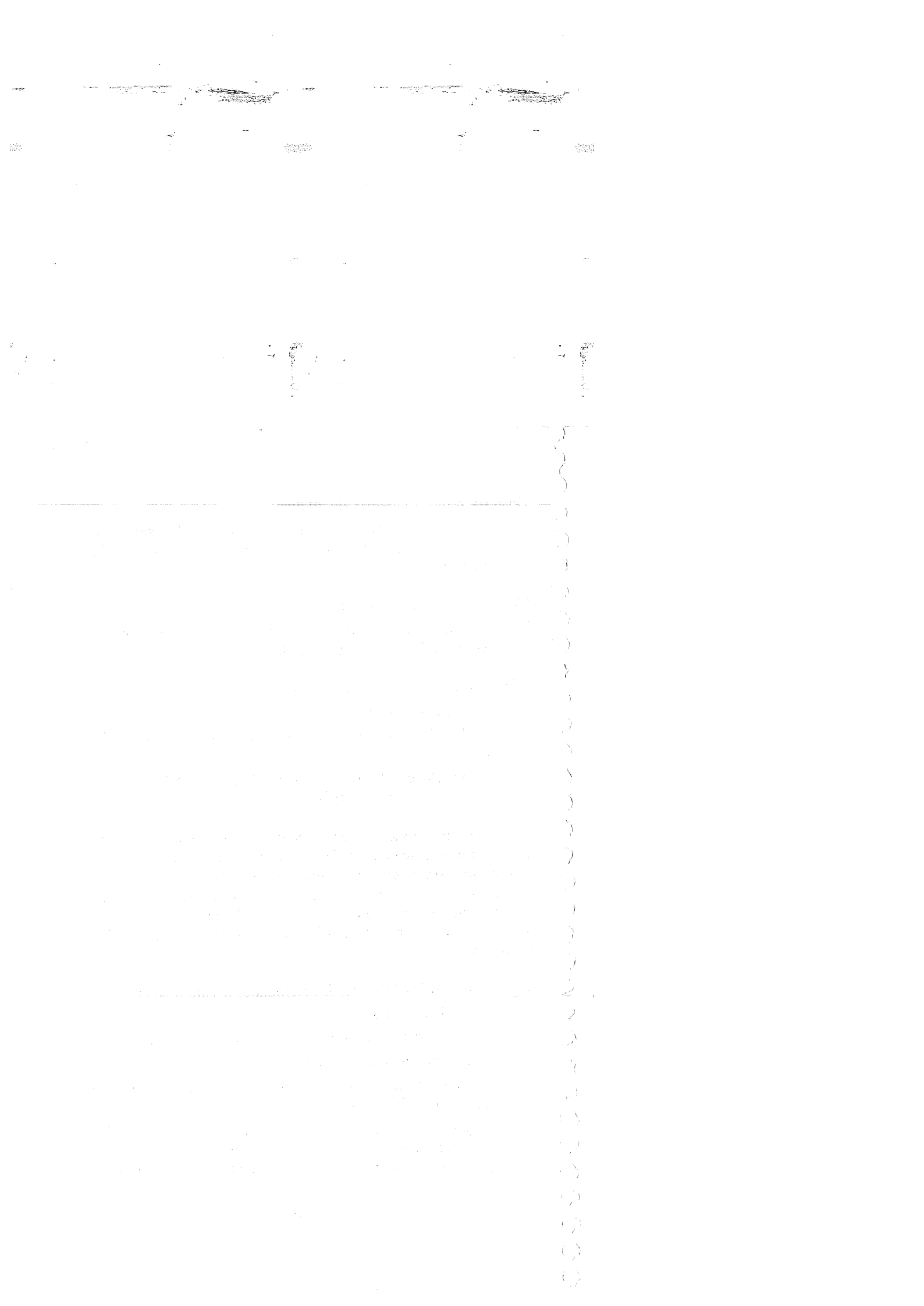
Segundo o espírito litúrgico, as solenidades dividem-se em:

— início dos meses;

— as três datas alegres: Páscoa, Pentecostes, tendas;

— dias penitenciais: Ano Novo e Kipur;

— datas de menor importância: Hanukà, Primeiro do Ano das árvores, Purim, Lag ba-Omer;

— jejuns: sete, dos quais alguns (como o do Kipur) fazem parte das solenidades acima citadas; outros (como o jejum de Ghedalyá), são liturgicamente independentes.

Quinta parte

O tempo e o espaço de Israel

Um galo conduz um barco à vela. Início de *Números*. Pisa, 1398 — Perugia, 1405. Veneza, Museu Judaico, Ms. 85.

Capítulo Décimo Segundo

Breve história de Israel na época Bíblica

1. Dos Patriarcas aos Juízes (II milênio a.C.)

As primeiras tradições sobre hebreus, que constituem o patrimônio histórico das "doze" tribos hebraicas estabelecidas na Palestina, são fornecidas pelo *Gênesis*, o qual narra a saída de Abraão de Ur, na Mesopotâmia meridional, e a sua migração para noroeste, primeiro em Haran, na Síria setentrional, lugar de origem da sua família, e depois na Palestina. Abraão, na Bíblia, é chamado de "hebreu", nome que se diz derivar de Eber, antepassado do patriarca. Esta etimologia é rejeitada por estudos modernos, que consideram a possibilidade de proveniência do termo da palavra "habiru" (grupos de trabalhadores, mercenários, bandidos, que podiam ser encontrados entre a Mesopotâmia e o Egito desde a primeira metade do II milênio a.C.). A crítica atribui os acontecimentos dos patriarcas Abraão, do seu filho Isaac (venerado sobretudo entre as tribos meridionais) e do seu neto Jacó ou Israel (venerado primeiro na Palestina central, tornando-se mais tarde o exemplo de patriarca para todo o Israel) à época de Mári (séc. XVIII a.C.), enquadrando-os nos freqüentes deslocamentos de grupos arameus seminômades entre o Eufrates e a Síria-Palestina. Neste lugar, segundo o *Gênesis*, acontece o fato fundamental da história hebraica: o pacto ou aliança entre Deus e Abraão, isto é, a promessa de uma descendência numerosa, de uma proteção divina particular e da posse da terra. Tal fato é estabelecido e transmitido aos descendentes mediante o

rito da circuncisão, prática muito difundida, de resto, na região siro-palestina. Depois de terem descido ao Egito em razão de uma carestia, durante o domínio dos hicsos, como o faziam freqüentemente as populações pobres da Palestina, aqueles que a Bíblia descreve como os descendentes de Abraão ou uma parte deles (clã meridional) ficaram no Egito por alguns séculos ou, segundo outros estudiosos, muito menos, até serem obrigados a optar pelo retorno à Palestina, por causa das perseguições do faraó (provavelmente Ramsés II), ou de demasiada opressão. O êxodo ou saída do Egito, sob o comando de Moisés, pode ter ocorrido na metade do séc. XIII a.C., provavelmente sob o faraó Merneptah (final da Idade do Bronze na Palestina, início da Idade do Ferro). Os hebreus atravessaram o mar Vermelho, ou melhor, o "mar dos caniços", em um lugar atualmente impossível de ser estabelecido, conseguindo escapar da perseguição efetuada pelas tropas egípcias, de uma forma que eles consideraram milagrosa, fruto de uma intervenção direta de Deus: a divisão das águas do mar (mas a Bíblia oferece também uma interpretação "naturalista" do fato). Tratar-se-ia do assim chamado "êxodo-fuga", precedido de um "Êxodo-expulsão" de outros grupos, no séc. XV a.C. (em conseqüência do declínio da dominação dos hicsos). De acordo com o relato bíblico, os hebreus permaneceram quarenta anos no deserto, e neste lugar, sobre o monte Sinai, foi renovada a aliança feita com Abraão. Conforme o *êxodo*, Moisés recebeu da parte de Deus, sobre o Sinai, o decálogo e as demais leis religiosas, cultuais e civis, que concederam aos hebreus uma estruturação e uma consciência de povo. De fato, uma "nação hebraica" como tal, em forma de liga de doze tribos, irá tornar-se uma realidade histórica somente com a sedentarização; a própria delimitação e designação definitiva das tribos aconteceu não no deserto mas na Palestina. A "conquista" da Palestina ou terra de Canaã — levada a efeito seja mediante a penetração pacífica nas áreas menos populosas, em tempos diferentes, seja invadindo as cidades fortificadas, como Jericó (embora a tomada de Jericó seja um anacronismo, pois a cidade já havia sido destruída), ou lutando contra os povos locais, entre as quais os filisteus, que há pouco se

haviam estabelecido no país — ocupa o período que leva o nome de Período dos Juízes, comandantes militares eleitos pelas tribos, que em sua maioria detinham poderes limitados e determinados no tempo. Todavia, o próprio fato da conquista ou da invasão a partir do exterior está sendo atualmente colocado em dúvida pelos estudiosos. Eles preferem identificar neste fenômeno um movimento de populações (ou categorias sociais?) palestinas, das cidades em direção às regiões campestres desabitadas, de norte a sul e de leste a oeste.

O Período dos Juízes (os quais, segundo a Bíblia, alcançaram o número de doze, entre eles uma mulher, Débora) ocupa cerca de dois séculos: desde a morte de Josué, sucessor de Moisés, até à monarquia. Trata-se de uma época de pouca coesão política. As personalidades de maior destaque nas tradições históricas que a Bíblia recolheu neste período são Sansão e Samuel, ao mesmo tempo profeta e sacerdote, ao qual se atribui a inspirada escolha e consagração dos primeiros dois reis, Saul e Davi.

2. A monarquia unida (1020-926)

A proclamação de Saul como rei, que ocorreu depois da sua vitória sobre os amonitas em um momento caracterizado pelo controle político dos filisteus sobre as tribos hebraicas, assinalou a passagem daquela que Martin Noth apresentou como hipótese, denominando-a anfictionia ou liga sagrada de tribos, unidas de forma estável somente pelo santuário central de Silo (atualmente ela é considerada somente uma liga tribal), formada por um povo com metas políticas comuns. O reino de Saul, que durou cerca de vinte anos (c. 1020-1000 [1012-1004] a.C.), de acordo com a cronologia tradicional (mas alguns críticos reduzem a sua duração para dois anos somente), faliu duplamente: com a revogação de sua legitimidade religiosa, por parte de Samuel, e com a derrota de seu exército, causada pelos filisteus; estes, perseguidos por algum tempo por Saul, finalmente prevaleceram na batalha de Gelboé, na qual Saul e o seu filho Jônatas

encontraram a morte. Seu sucessor Davi (c. 1000-961 [1004-965] a.C., proclamado rei em Hebron e antes disto soberano de uma parte somente das tribos (a parte meridional), depois de sete anos conseguiu vencer definitivamente as resistências externas e internas, obtendo o reconhecimento de todas as doze tribos. Um dos seus atos mais importantes, cujas conseqüências duram, em certo sentido, até hoje, foi a conquista da cidade jebuséia Jerusalém, para onde ele transferiu a própria residência e mais tarde também o santuário de Silo, juntamente com a Arca Sagrada. A "cidade de Davi" não pertencia ao território de nenhuma tribo; desta forma, a monarquia se subtraía ao ciúme das tribos e mantinha sob o seu próprio controle o sacerdócio do santuário. Aproveitando a crise dos impérios egípcio e babilônico, Davi conseguiu conquistar quase toda a Palestina, submetendo (embora temporariamente) Edom e Damasco. Ele era rei de um amplo complexo não unificado, cuja hegemonia era mantida pelo seu carisma pessoal de soberano. Elementos principais deste complexo eram os reinos de Judá e de Israel (isto é, as tribos do sul e do norte) e o reino particular de Jerusalém. Os últimos anos de Davi foram conturbados por conflitos entre os filhos, desejosos de assegurar para si mesmos a sucessão, como também por revoltas deles contra o próprio pai, como a de Absalão e de Adonias. A sucessão coube a Salomão, (c. 961-922 a.C.), filho de Davi e Betsabéia. Seu reino é celebrado na Bíblia como o momento mais fecundo e glorioso da monarquia israelita. De fato, ele não fez guerras e não alargou os domínios herdados, mas dedicou-se à organização administrativa do reino, a uma intensa atividade de construção (da qual devem ser lembrados particularmente o palácio real e o Templo de Jerusalém, a ampliação da capital, a construção do porto Asion-Gaber sobre o mar Vermelho, base para a frota mercantil por ele criada para o transporte no oceano Índico) e a uma política externa baseada na diplomacia, como se pode observar nos bons relacionamentos com Hiram, rei de Tiro, que lhe forneceu técnicos e materiais para o Templo, bem como no seu matrimônio com uma princesa egípcia da XXI dinastia.

3. Os reinos de Israel e de Judá (922-587/6)

Com a morte de Salomão, explodiram as tensões e as dificuldades latentes sob o aparente esplendor do seu reino, como a crise econômica e o descontentamento provocados por um forte tributo imposto para financiar a política de construções e a burocracia real, provocando a divisão do Estado em dois reinos independentes: Israel ao norte, tendo por capital, sucessivamente, Siquém, Tirsa e, por último, Samaria, e por território o das dez tribos, sob o rei Jeroboão; Judá, ao sul, tendo por capital Jerusalém e por território o das tribos de Judá e Benjamin, comandados pelo rei Roboão, filho de Salomão. Enquanto o reino de Judá permaneceu sempre sob a dinastia davídica, o reino de Israel conheceu uma sucessão de usurpações, breves dinastias e revoltas sangrentas. Todavia, manteve por muito tempo uma posição de maior potência e iniciativa política, em relação ao menor reino meridional, embora este tivesse no Templo de Jerusalém um elemento de legitimidade religiosa e de veneração para todas as tribos, o que faltava a Israel. De fato, o rei de Israel sentiu a necessidade de instituir dois santuários nos antigos lugares santos setentrionais de Betel e Dan, colocando neles dois bezerros de ouro como imagens ou tronos de Deus. Esta pluralidade de santuários, contrária à unicidade de lugar de culto prescrita pela tradição deuteronômica, somada ao sincretismo religioso muito difundido no reino israelita, foram objeto de violentas polêmicas da parte dos profetas do norte (Elias, Eliseu, Amós, Oséias) que profetizaram a queda do reino, diante da idolatria, da infidelidade à aliança e da corrupção. Em 724 a.C., Salmanasar V, da Assíria, complementando um amplo projeto expansionista voltado aos Estados siro-palestinos, iniciado pelos seus antecessores, conquistou Israel, que já se encontrava na condição de país tributário. Três anos depois caiu Samaria, assediada pelo novo rei assírio, Sargon II. As classes mais altas foram deportadas para a Babilônia e não mais retornaram. O reino de Israel foi transformado em província da Assíria, colonizado por funcionários de outras regiões do império, os quais se foram impondo sobre a população israelita restante e mais

tarde miscigenaram-se com ela, dando assim origem aos samaritanos (cujo cisma religioso deve ter acontecido, no entanto, em época pós-exílica).

O reino de Judá durou ainda mais de um século, não obstante carregado de impostos pela Assíria, primeiro por Assur, depois pelo faraó Necaó e, enfim, pelos neobabilônios. A supremacia assíria, estabelecida não somente pela carga tributária como também pela imposição de um culto assírio, unido ao culto javista em pleno Templo de Jerusalém, foi provisoriamente repelida pelo rei Ezequias (c. 715-686 a.C.), que restabeleceu o culto segundo o espírito da pregação de Isaías; mas a sua tentativa de independência teve como fruto a perda de quase todo o reino. Mais tarde, o rei Josias (640-609 a.C.) aproveitou-se da decadência assíria para ampliar o reino, anexando a Judá uma parte de Israel, impulsionado também pelo objetivo de promover uma grande reforma litúrgica que culminou, em 622-621, na localização do Livro da Lei, isto é, daquele que levará o nome de livro do *Deuteronômio* e que, de acordo com 2*Reis*, inspirou a reforma, e que, de acordo com 2*Crônicas 34*, deu-lhe continuidade, concluindo-a. A obra religiosa de Josias teve uma influência duradoura, contribuindo para plasmar de modo definitivo a religião hebraica como religião do único Templo, com a exclusão dos antigos santuários locais. Todavia, o reino de Josias também acabou em um quebra-cabeça político: o rei foi morto pelo faraó Necaó, e o país tornou-se vassalo deste.

4. A queda de Judá e o exílio (587/6-538)

Os anos subseqüentes à morte de Josias viram uma rápida e inevitável aproximação da catástrofe: o filho de Josias, (Joaquim/Eliaquim), sucedido poucos meses depois pelo irmão Joacaz, deposto por Necaó, revoltou-se contra a soberania neobabilônica, provocando o assédio de Nabucodonosor contra Jerusalém. Em 598, o soberano babilônio tomou a cidade, saqueou-a e deportou para a Babilônia o rei Joaquim, com os funcionários e artesãos, colocando Sedecias no trono. Não obstante as

admoestações do profeta Jeremias, que o exortava à submissão, o rei apoiou o partido filo-egípcio e revoltou-se outra vez contra Nabucodonosor. Em 9 de ab (julho-agosto) do ano 587 (ou 586?), os babilônios destruíram Jerusalém: o Templo e o palácio real foram incendiados, e a Arca Sagrada desapareceu para sempre. Os habitantes da cidade (não os do campo) foram deportados para a Babilônia; Judá tornou-se parte de uma província babilônica, governada por um judeu, Godolias. Suprimida a monarquia, cessados os sacrifícios, eliminada a criatividade religiosa e cultural da mãe-pátria, por causa das deportações, o período que seguiu é conhecido como "exílio babilônico". Trata-se de um período religiosamente decisivo, que cobre os últimos anos do império neobabilônico e o início do domínio persa, até o edito de Ciro, que permitiu o retorno dos deportados à própria terra, que àquela altura já era parte da décima quarta satrápia do império. Para os hebreus, o exílio babilônico, foi um tempo de reflexão, de reorganização social e religiosa, de coleta e reelaboração de tradições que mais tarde foram redigidas e se tornaram livros da Bíblia. Foi um tempo de redimensionamento da própria identidade, com uma importância extraordinária também para a fisionomia que o hebraísmo assumiu gradativamente daí por diante, mais preocupado com a instituição sinagogal e com o estudo da Escritura. Mediante a provação do exílio, a religião de Israel obteve aqueles elementos de interioridade, de esperança em uma renovação histórica e moral (messianismo), de culto da Lei, que se tornarão características típicas do judaísmo, nome que define também o conjunto de fé, práxis religiosa e cultura dos hebreus, desde o exílio babilônico até hoje, visto ter-se formado entre os exilados e os que restaram da destruição da Judéia. Três foram as personalidades dominantes nos cinqüenta anos do exílio: o profeta Jeremias, na pátria, nos primeiros anos depois da catástrofe; o profeta Ezequiel e o Deutero-Isaías, na Babilônia. O sentimento dos deportados é expresso de forma impressionante no Sl 137 (*Super flumina*). Também o livro deuterocanônico *Tobias* está contextualizado entre os hebreus deportados, fornecendo elementos importantes para compreender-se o estilo de vida destes.

5. Época persa (539/8-333)

Em 538, Ciro, o Grande, autorizando o retorno à pátria, permitiu que Zorobabel reconstruísse o Templo às custas do rei, como parte de sua política de restauração dos cultos locais. O seu edito, na realidade, não acena ao retorno dos deportados. De fato, alguns historiadores consideram que tal concessão não tenha acontecido ao menos explicitamente, visto que o objetivo do decreto era outro. Todavia, não há dúvida de que pelo menos alguns exilados juntaram-se a Zorobabel para ajudá-lo na grande iniciativa, e de que o edito de Ciro representou, de todo modo, uma reviravolta cheia de esperança para as condições de Israel. A reconstrução procedeu lentamente, com dificuldades de todos os tipos, sob o estímulo dos profetas Ageu e Zacarias. Em 515, o segundo Templo foi consagrado. A este período pertence a instituição do sumo sacerdote, vértice da hierarquia religiosa e civil, que nos séculos posteriores foi protagonista, no bem e no mal, da história de Israel.

Os decênios seguintes não nos são conhecidos claramente. Naqueles anos deve ter-se desenvolvido o ministério profético que leva o nome de Malaquias, provavelmente um pseudônimo. Um novo impulso ao retorno dos exilados e à instituição de uma entidade nacional veio da obra unida e obstinada de Esdras e Neemias. A cronologia relativa a este momento histórico, tão importante para o hebraísmo, é controversa: Neemias, copeiro do rei Artaxerxes I Longímano, da Pérsia, obtém do soberano a permissão para ir a Jerusalém e reedificar os muros (445 a.C.). Em 444 (cronologia tradicional), Esdras, sacerdote e escriba, faz a leitura da lei diante do povo, renovando assim, de forma pública e solene, a aliança do Sinai, dando início a uma forma de culto que se tornará típica da liturgia sinagogal. De acordo com alguns críticos, no entanto, Esdras teria chegado a Jerusalém em 458 e teria celebrado o culto da Palavra de Deus antes da chegada de Neemias. Outros, pelo contrário, defendem que Esdras teria sido contemporâneo de Artaxerxes II Mnemon; sua missão, neste caso, passaria para o ano de 397. Como governador de Judá em nome do rei da Pérsia, Neemias providencia a

reorganização da província e o repovoamento da capital, depois de ter executado em apenas 52 dias a reconstrução dos muros, não obstante a oposição violenta dos amonitas e samaritanos. Retornou a Jerusalém uma segunda vez (em 432), para confirmar a sua obra, enquanto Esdras, ele também com mandato real, encarregava-se da restauração religiosa. A tradição hebraica atribui a Esdras duas iniciativas fundamentais: um primeiro cânon ou uma redação definitiva dos livros sagrados (a fixação do Pentateuco acontece, exatamente, no período persa) e a instituição da assim chamada Grande Assembléia ou Grande Sinagoga, um corpo legislativo de natureza e duração incertas, considerado pelo judaísmo como um elo na transmissão da lei oral.

6. Época helenista (333-63)

Depois do período persa, concluído com a batalha de Isso (333) que descortinou o Oriente para Alexandre Magno, houve uma série de eventos políticos (império macedônio, lutas entre os diádocos, domínio ptolemaico e depois selêucida sobre a Palestina) que determinaram um relacionamento traumático entre o hebraísmo e o helenismo. No ano 175 a.C., Antíoco IV Epífanes subiu ao trono da Síria e iniciou o seu programa de helenização forçada do reino; em 167, concretizou-se aquilo que a Bíblia define como a "abominação da desolação", isto é, inauguração do culto a Zeus Olimpo no Templo. O programa desenvolvido por Antíoco certamente obteve seguidores entre os hebreus. O livro dos *Macabeus* recorda como um sumo sacerdote mandou construir um ginásio de esportes em Jerusalém, onde os jovens hebreus, nus, exercitavam-se nos costumes gregos. Mas as violências de Antíoco e os inúmeros martírios impulsionaram os hassideus (*hassidim*, isto é, piedosos) à revolta (168 a.C.), reorganizando-se em 166 e passando para o lado da família dos Hasmoneus, constituída pelo sacerdote Matatias e pelos seus cinco filhos. A revolta dos Macabeus (chamada assim por causa do apelido Macabeu, "martelo", recebido por Judas, terceiro filho de Matatias e primeiro chefe do movimen-

to), iniciada como uma guerrilha, obteve sucesso: Jerusalém foi libertada quase em sua totalidade (restou somente uma guarnição grega que iria ocupar a fortaleza de Acra, por outros 24 anos) e o Templo, reconsagrado (164 a.C.). A este evento está ligada a festa chamada Hanuká ou inauguração, que daquela época em diante tornou-se solene, com oito dias de duração, para celebrar a liberdade (trata-se da terceira festa anual da liberdade; as outras duas são a Páscoa, em memória da libertação do Egito, e Purim, lembrando a libertação da ameaça de extermínio contra os hebreus da Pérsia, promovida por Assuero). Os eventos de Hanuká, todavia, não encerraram a revolta: Judas e os seus irmãos conduziram diversas campanhas em socorro aos hebreus palestinos que estavam longe de Jerusalém, com sucesso relativo. Em 160 a.C., Judas morreu durante a batalha e foi sucedido pelo irmão Jônatas. Foram anos cheios de contrastes e imprevistos; enquanto uma parte dos que apoiavam os Macabeus (os hassideus e os saduceus) consideravam-se satisfeitos pela recuperação da liberdade religiosa e não mais os apoiavam em sua luta pela independência total, Jônatas conduziu uma ação ora militar ora diplomática, jogando com as rivalidades entre os pretendentes ao trono da Síria, obtendo enfim, no ano 152, a nomeação de sumo sacerdote e chefe civil do país, que ele governou de forma autocrática; chegou até mesmo a concluir uma aliança com Roma e com Esparta. Esta conduta, que tinha ares de soberania, não poderia agradar aos sírios. Jônatas foi preso por traição e morto (143). Sucedeu-o o seu irmão Simão que, com os mesmos instrumentos, obteve igual poder; envolvido em uma cilada (134), foi substituído nos cargos de sumo sacerdote e etnarca pelo filho, João I Hircano, com o qual se inicia a dinastia dos Hasmoneus. A vitoriosa e também oportuna ação dos Macabeus, aliada à decadência do reino selêucida, tinham posto fim à pressão que a civilização grego-helenística, combinada à força militar do reino da Síria, exercitava sobre uma concepção da vida, a concepção hebraica, também esta total e exclusiva, mas confiada a uma nação bem mais frágil. O período hasmoneu, todavia, foi conturbado por lutas civis e por contínuos delitos no seio da dinastia, que aceleraram

a sua decadência. A monarquia (neste intervalo de tempo, o hasmoneu Aristóbulo — 104 a 103 a.C. — havia assumido o título de rei) não teve o apoio do povo, sofrendo particularmente a oposição do partido religioso-popular dos fariseus, perseguidos com violência por Alexandre Janeu (104-76 a.C.). Somente os nove anos de reinado de sua viúva Alexandra Salomé (76-67) foram lembrados pela tradição farisaica como um período de bom governo e de reconciliação.

7. Dominação romana

A frágil liberdade judaica, todavia, não pôde resistir ao ingresso da potência romana na Ásia: Pompeu, que entrou na Síria em 64 a.C., foi chamado como árbitro dos herdeiros rivais de Alexandra Salomé, Aristóbulo II e Hircano II. No ano seguinte, ele ocupou Jerusalém, invadiu o Templo e entrou no Santo dos Santos, admirando-se por não encontrar "nenhuma imagem de deuses, mas somente uma sede vazia e vãos mistérios" (Tacito, *Histórias 5*, 9). Aristóbulo foi levado a Roma como prisioneiro e Hircano confirmado como sumo sacerdote. Derrubado o reino hasmoneu, a comunidade judaica, foi dirigida pelo sumo sacerdote, por mais de vinte anos, sob o comando do governador romano da Síria. Mas no ano 40 a.C., Herodes, o Grande, idumeu, filho de Antípatro, um funcionário dos hasmoneus, foi reconhecido por Roma como rei "federado", isto é, vassalo com plena autonomia interna, responsável por um território que ele expandiu de forma a abranger toda a Palestina. O seu reinado (37-4 a.C.) foi hábil, esplêndido e cruel: no ano 30 a.C., ele assassinou os últimos hasmoneus, dentre os quais o sumo sacerdote Hircano; além disso, mandou matar o sumo sacerdote Aristóbulo e muitos membros da mesma família. Por ocasião de sua morte, o reino foi dividido entre os seus filhos Arquelau, Herodes Antipas, Filipe e a irmã Salomé, por determinação de Augusto, reencontrando a sua unidade somente com o rei Agripa (41-44 d.C.), de estirpe herodiana, favorecido por Calígula e Cláudio. Nestes decênios, coloca-se a figura de

Jesus de Nazaré. Se é verdade que a sua pessoa e a sua pregação estão na origem do cristianismo, não se pode esquecer também de que o pano de fundo cultural do seu ensinamento está ligado à tradição profética e ao magistério farisaico.

Depois de Agripa, a Judéia não teve mais nem uma pálida idéia de autonomia política, ficando sujeita ao procurador romano residente em Cesaréia, a cidade construída por Herodes. Embora os hebreus gozassem de liberdade religiosa e isenção do culto imperial, na própria pátria e em todo o império, a autoridade dos procuradores foi-se tornando sempre mais provocatória e repressiva. A revolta judaica, que explodiu em 66 d.C., envolvendo até os que ainda exortavam à prudência e à paz, como era o caso dos fariseus e do sumo sacerdote, foi o epílogo trágico de um conflito crescente e inevitável. A guerra judaica perdurou por quase cinco anos, primeiro em toda a Palestina e, em um segundo momento, foi-se restringindo sempre mais às vizinhanças de Jerusalém. As legiões romanas eram comandadas por Vespasiano, enviado por Nero depois do sucesso inicial dos revoltosos. Junto com Vespasiano, estava Tito, que o substituiu quando o seu pai foi aclamado imperador. Os revoltosos, lacerados por lutas internas e dominados pelo partido extremista dos zelotes, tinham entre os seus chefes Flávio Josefo, na Galiléia, João de Giscala e Simão bar Guiora, em Jerusalém. No início de julho de 70, cessou no Templo o sacrifício cotidiano; na metade de agosto, Tito desferiu o assalto final ao Templo, de onde se haviam retirado os últimos defensores; provavelmente contra a vontade destes, o santuário foi incendiado. O número de mortos chegou a centenas de milhares. Na tragédia, desapareceram todos os integrantes da estrutura sócio-religiosa que chefiava o Templo, como também os saduceus, os essênios, os zelotes, o sumo sacerdócio e o Sinédrio de Jerusalém. A sobrevivência dos judeus e do judaísmo dependeu da existência de uma vasta e antiga diáspora em toda a bacia do mediterrâneo, da separação que se havia criado entre a classe sacerdotal saducéia e o povo, e da obra (centrada no ensinamento, interpretação e culto da Lei) dos fariseus, já há muito considerados pelo povo como os seus guias espirituais. Durante o assédio a Jerusalém, o

mestre Yohanan ben Zakkay tinha saído da cidade em circunstâncias talvez legendárias e com a permissão de Vespasiano havia fundado em Jâmnia uma academia rabínica e um sinédrio acadêmico, isto é, composto por 71 doutores, todos fariseus ou de tendências próximas ao farisaísmo, sem poder político. A academia de Jâmnia pode ser considerada a célula e a primeira instituição do judaísmo pós-bíblico, embora necessitando de uma certa sistematização.

8. Os primeiros quatro séculos da idade pós-bíblica

Embora a iniciativa de Yohanan ben Zakkay revelasse uma excepcional consciência da situação e uma lúcida identificação dos instrumentos adequados para assegurar a sobrevivência do judaísmo, houve quem não renunciasse ao sonho de uma restauração da independência nacional. Sob Adriano, estes sonhos, por razões não de todo conhecidas (talvez em virtude da proibição da circuncisão, exigida por meio de um decreto emanado pelo imperador, ou mesmo por causa de um plano urbanístico pagão para Jerusalém) concretizaram-se em uma nova revolta, a segunda guerra judaica. Capitaneada por Shimon ben Kosiba, aclamado pelos seus sequazes com o título messiânico de Bar Kochbá ("filho da estrela"), a revolta conseguiu manter o domínio sobre Jerusalém por dois anos, até emitindo moeda. Provavelmente, a guerra, durou de 132 a 135, sendo dominada por Júlio Severo com muita dificuldade e com muito sangue. Jerusalém, reconstruída como colônia romana, foi chamada de Aelia Capitolina; a Judéia levou o nome de Palestina; e os judeus foram proibidos de entrar na cidade santa. Sem ter sido menos trágica do que a primeira, esta segunda guerra judaica é muito menos conhecida. O problema encontra-se nas fontes históricas. Todavia, não há dúvidas de que a população judaica palestina saiu dizimada da guerra, por causa do número de mortos (850 000) e de escravos, como também é certo que esta população não exerceu nenhuma influência marcante no judaísmo até o surgimento do Estado de Israel. A história posterior

dos judeus é uma história da diáspora, mesmo quando trata de grupos que permaneceram na Palestina.

A diáspora judaica não é uma conseqüência dos acontecimentos políticos palestinos. No período do segundo Templo, de fato, já se haviam constituído grandes comunidades judaicas em Cirene, em Alexandria (onde surgiu a tradução grega da Bíblia, a dos Setenta), em Leontópolis e em Elefantina, sobre o Nilo (neste lugar, até foram levantados dois templos ao Deus de Israel, em forma sincretista), em Roma (onde os judeus participaram dos funerais de César), na Grécia, na Ásia Menor, na Mesopotâmia e na Índia. A destruição de Jerusalém, no entanto, teve duas conseqüências que se revelaram determinantes para o judaísmo até 1948: o deslocamento do centro da vida religiosa, cultural e comunitária judaica da Palestina para a diáspora (prevalecendo ora um país do exílio, ora outro, dependendo das condições de desenvolvimento desfrutadas pelos judeus) e a perda de um território próprio como elemento de existência nacional. Este último elemento teve conseqüências marcantes tanto no campo lingüístico quanto no campo cultural ou sociológico, exercendo uma função determinante na passagem quase total de uma base agrícola para uma base comercial ou artesã, mais globalmente terciária. Além disso, a instituição sinagogal e rabínica passou a exercer uma importante função e, juntamente com a autoridade assumida pela *halacá*, representaram meios de coesão que, de certa forma, se tornaram substitutivos do território. Por algum tempo existiram, ainda na Palestina, centros de estudos importantes: o sinédrio acadêmico na Galiléia (em Jâmnia, depois em Usha e em Séforis) e a academia de Tiberíades. Em Jâmnia, em um sínodo rabínico realizado no final do séc. I (a notícia não é totalmente segura), foi fixado o cânon dos livros bíblicos, estabelecendo-se também uma ordem praticamente definitiva da liturgia sinagogal. É característico desta nova condição do judaísmo que os principais acontecimentos (e somente os positivos) desta época foram de natureza intelectual e se realizaram nas escolas palestinas e nas mais tranqüilas e duradouras academias babilônicas de Nehardeia, Sura, Pum Beditha, Mahoz e Naresh. Em Usha, o rabi Judá, o

Santo, dito também Patriarca ou simplesmente Rabi (servindo-se de precedentes sistematizações feitas pelos rabinos Aqiva e Meir, martirizados pelos romanos durante a segunda guerra judaica), codificou, primeiro em forma oral e depois escrita, o conjunto das *halakhot* ou normas jurídico-religiosas da tradição oral, criando um documento sistemático acolhido por todas as escolas e tornado oficial: a Mixná (em hebraico, "ensinamento"). A Mixná representa a conclusão, feita no início do séc. III, de um trabalho exegético e detalhado, que envolveu gerações de tanaítas (isto é, repetidores; assim são denominados os mestres que prepararam a Mixná) a partir do famoso "par" dos dois chefes do sinédrio que viveram no tempo de Herodes: Hillel, conhecido pela sua indulgência, e Shammay, conhecido pela sua severidade, ambos considerados, no entanto, portadores da "palavra do Deus vivo". A Mixná foi estudada, discutida e comentada tanto na Palestina como também na Babilônia, para onde foi levada por Abba Arikha aproximadamente no ano 219. Tais discussões, obra de doutores amorreus ("expositores"), formaram a assim chamada *Guemará* ("complementação"). A Mixná e a Guemará, unidas, formam o Talmude ("estudo"). Por terem existido uma Guemará palestina e uma babilônica, há um Talmude palestino ou jerosolimitano (mais breve, concluído em torno da metade do séc. V), e um Talmude babilônico (mais amplo, concluído no final do séc. VI, universalmente aceito como normativo). O Talmude não é somente o produto do ensinamento acadêmico, mas a imensa confluência de todos os valores e de todos os aspectos da cultura judaica: da lenda, do folclore, da dialética legal e da mística, da fantasia e da cotidianidade. De certa forma, pode-se dizer que, no Talmude, o judaísmo da diáspora sempre encontrou uma pátria.

Capítulo Décimo Terceiro

Tabelas cronológicas do Antigo e do Novo Testamento

A presente cronologia baseia-se principalmente na que se encontra na *Introduzione all'Antico Testamento* e na *Storia di Israele*, de J. A. Soggin, que segue a de W. F. Albright e a da escola americana de pesquisas orientais (ASOR). Entre parênteses, encontram-se as datas da cronologia de J. Bergrich e A. Jepsen.

	Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
	c. 2030-1720 - Médio império.	c. 1830-1530 - Antigo império babilônico.	c. 1900-1695 - Império de Mári.	c. 1850 - Migração de Abraão, da Mesopotâmia em direção à Canaã. Peregrinações de Abraão, Isaac, Jacó, José; migração da família de Jacó, ao Egito, na época dos hicsos (Gn 37-50).	Lembranças e tradições da vida familiar e de clã dos Patriarcas hebreus, recolhidas e reelaboradas logo depois pelas grandes correntes teológicas javista (J), eloísta (E), sacerdotal (P), que confluíram no texto atual de Gn 12-50.
1700					
	c. 1720-1570 - Invasão e domínio dos hicsos no baixo Egito. c. 1570-1090 - Novo Império. 1570 - Caçada aos hicsos. 1370-1352 - Amenófis IV. Cartas de El Amarna.	1726-1686 - Hamurábi, rei da Babilônia. Código legislativo.	c. 1400-1200 - Novo império hitita.	Período de permanência e de crescimento das tribos israelitas que se instalaram na região oriental do delta do Nilo.	

	Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
1300					
	c. 1290-1224 - Ramsés II. c. 1223-1211 (1224-1204) - Merneptah. Sua estela menciona Israel pela primeira vez.		c. 1296 - Batalha de Cades (Síria) entre egípcios e hititas.	Os descendentes de Jacó são condenados a trabalhos forçados pelo faraó (Ex 1,11). c. 1250-1230 - Moisés. Êxodo do Egito; peregrinação pelo deserto; teofania e aliança no Sinai. c. 1220-1200 - Conquista e penetração em Canaã, com Josué.	Tradições sobre a opressão, a libertação e a vida normal no deserto, que representam a base dos fatos narrados no *Êxodo, Levítico, Números* (o *Deuteronômio* retoma este período, com uma perspectiva própria). Tradições sobre a conquista e a ocupação de Canaã, reunidas em *Josué* e *Juízes 1*.
1200					
	c. 1190 - Os "povos do mar" tentam invadir o Egito, mas são caçados de novo por Ramsés III.		c. 1200 - Os filisteus instalam-se nas costas meridionais da Palestina. Guerra de Tróia (séc. XII). Apogeu da civilização micenéia.	c. 1200-1020 - Época dos Juízes. c. 1040 - Samuel juiz, profeta, sacerdote. c. 1020-1000 (1012-1004) - Saul, primeiro rei de Israel.	Tradições recolhidas posteriormente em *Juízes* e Sm 1-7. História de Saul; suas relações com Samuel e Davi (1Sm 8; 2Sm 1).

	Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
1000				c. 1000-961 (1004-965) Reino de Davi.	História de Davi (2Sm; 1Rs 1).
			c. 976-930 (973-942) - Hiram, rei de Tiro.	c. 1000 - Davi conquista Jerusalém e a torna capital do seu reino.	
			Comércio intenso com Israel no tempo de Salomão.	c. 961-922 (965-926) - Reino de Salomão. Construção do palácio real e do Templo de Jerusalém.	História de Salomão (1Rs 2-11).
	c. 935-914 (945-924) - Sesac. Em 929, ele invadiu a Palestina.				Composição de salmos para o culto do Templo, já iniciada por Davi; durará até o final do exílio.
					Na corte de Salomão, começa a tradição sapiencial (ditos e sentenças, recolhidos depois em Pr 10-22 e 25-29).
					É colocada por escrito a tradição javista (J) do Pentateuco.
				c. 922 (926) - Morte de Salomão. Divisão do reino em dois Estados:	Na chancelaria dos dois reinos, são compilados

Data	Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
				reino do sul, capital Jerusalém; reino do norte, capital Siquém, Tirsa e, depois, Samaria.	os anais dos reis de Judá e Israel, dos quais dependem e fazem referência os livros *Reis* e *Crônicas*.
				Judá c. 922-915 (926-910) - Roboão. c. 915-913 (910-908) - Abiam. c. 913-873 (908-868) - Asa. *Israel* c. 922-901 (926-907) - Jeroboão I. c. 901-900 (907-906) - Nadab.	No reino do norte, primeira elaboração escrita da tradição eloísta (E).
900					
				Israel c. 900-877 (906-889) - Baasa. c. 880 - Fundação de Samaria; nova capital.	

Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica		Formação da Bíblia
				c. 877-876 (883-882) - Ela.	
				c. 876 (882) - Zambri.	
				c. 876-873 (882-878) - Tibni.	
	c. 858-824 Salmanassar III, rei de Assur. 853 - Vitória em Carcar (Síria) contra uma coalizão siro-palestina.	c. 875-843 (870-842) - Benadad II, rei de Damasco.	c. 873-849 (868-847) - Josafá.	c. 876-869 (878-871) - Amri	Narrações biográficas sobre Elias e Eliseu (1Rs 17; 2Rs 10).
				c. 869-850 (871-852) - Acab, marido da fenícia Jezabel.	
				c. 850-849 (852-851) - Ocozias.	
			c. 849-842 (847-845) - Jorão.	c. 849-842 (851-845) - Jorão.	

	Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica		Formação da Bíblia
			c. 840 - Estela de Mesa, rei de Moab, vitorioso sobre Israel.	c. 842 (845) – Ocozias, morto na revolta de Jeú. c. 842-837 (845-840) - Atália: assume o poder com um golpe de estado. c. 837-800 (840-801) - Joás.	c. 842-815 (845-818) - Jeú: mata Jorão e Ocozias, rei de Judá.	
			c. 814 - Fundação de Cartago.		c. 815-801 (818-802) - Joacaz.	
800						
			776 - Na Grécia: primeira olimpíada.	c. 800-783 (801-787) - Amasias. c. 783-742 (787-736) - Ozias/ Azarias.	c. 801-786 (802-787) - Joás. c. 786-746 (787-747) - Jeroboão II.	

	Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica		Formação da Bíblia
			c. 840 - Estela de Mesa, rei de Moab, vitorioso sobre Israel.	c. 842 (845) – Ocozias, morto na revolta de Jeú. c. 842-837 (845-840) - Atália: assume o poder com um golpe de estado. c. 837-800 (840-801) - Joás.	c. 842-815 (845-818) - Jeú: mata Jorão e Ocozias, rei de Judá.	
			c. 814 - Fundação de Cartago.		c. 815-801 (818-802) - Joacaz.	
800						
			776 - Na Grécia: primeira olimpíada.	c. 800-783 (801-787) - Amasias.	c. 801-786 (802-787) - Joás. c. 786-746 (787-747) - Jeroboão II.	
				c. 783-742 (787-736) - Ozias/ Azarias.		

Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
	c. 744-727 - Teglat-Falasar III. Expansão assíria.	753 - Fundação de Roma	c. 750-735 (787-736) - Joatão (já em exercício, pois o pai era leproso). c. 735-715 (736-729/26) - Acaz.	c. 760 - *Amós*. c. 750-725 - *Oséias*.
			c. 746-745 (747) - Zacarias. c. 745 (747) - Selum. c. 745-738 (747-738) – Manaém. c. 738-737 (737-736) - Facéias. c. 737-732 (735-732) - Facéia. c. 732-724 - Oséias.	c. 740-700 - *Isaías* (Is 1-39) e *Miquéias*.
	726-722 - Salmanassar V. 721-705 Sargon II.		722 - Queda e destruição da Samaria; fim do reino de Israel.	Coletânea dos Provérbios (cf. Pr 25,1).

Data	Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
		704-681 - Senaquerib.		c. 715-686 (728-700) - Ezequias. Deportação dos hebreus para a Assíria.	Fusão das tradições javista e eloísta em um único texto (Jeovista), no reino do sul.
700					
	c. 690-664 - Tirhaqa			*Judá* 701 - Invasão de Senaquerib. Assédio e libertação de Jerusalém.	
		680-669 - Asaradon.		c. 687-642 - Manassés.	
	671 - Tirhaqa derrotado por Asaradon. O Baixo Egito sob domínio persa.				
	667 - Também o Alto Egito (Tebas) sob domínio assírio.	668-627 - Assurbanipal. Decadência assíria.			
	663-609 - Psamético I.				
	655 - O Egito outra vez independente.			c. 642-640 - Amon.	
			c. 640-558 - Em Atenas: Solon.	c. 640-609 - Josias.	

Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
		c. 630-553 Na Pérsia: Zaratustra.		c. 630 - *Sofonias*. 627-586 - *Jeremias*.
626-539 - Dinastia neo-babilônica. 626-605 - Nabopolassar, rei da Babilônia.				
	625-585 - Ciáxares, rei dos medos.		c. 622-621 - Descoberto o livro da Lei (provavelmente Dt 5-28) e reforma religiosa de Josias.	
	612 - Queda de Nínive.		609 - Batalha de Meguido, vencida por Necaó, e morte de Josias.	c. 612 (625) - *Naum*. Redação da "Lei de Santidade" (Lv 17-26).
609-594 - Necaó. 609 - Necaó vai em auxílio da Assíria, tomada de assalto pelos babilônios e pelos medos.	609 - Nabopolassar expulsa Necaó.		609 – Joacaz (três meses) deportado para o Egito. 609-598 - Joaquim.	
	606 - Fim do império assírio. 605-561 - Nabucodonosor II. 605 - Batalha de Cárcamis: Nabucodonosor derrota Necaó.			
				c. 600 - *Habacuc*.

	Egito	Mesopotâmia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
600					
				598 - Joaquim (três meses) deportado para a Babilônia por Nabucodonosor.	
				597 - Primeira conquista de Jerusalém e deportação dos hebreus para a Babilônia.	
				597-587/86 - Sedecias.	
					593-571 - Ezequiel, profeta entre os exilados.
	594-589 - Psamético II.				
		587-574 - Assédio de Tiro, feito por Nabucodonosor.		587/586 (julho) - Destruição de Jerusalém e do Templo por Nabuzaradã, general de Nabucodonosor. Outra deportação de hebreus para a Babilônia. Fim do reino de Judá.	
				586-539 - Exílio da Babilônia.	Redação da tradição sacerdotal (P).
	568-525 - Amasis.				*Lamentações*.
			c. 560-480 - Na Índia: Buda.		*Deutero-Isaías* (Is 40-55).
		555-539 - Nabônides.			

Egito	Pérsia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
		c. 551-479 - Na China: Confúcio.		Redação da obra histórica deuteronomista (Js, Jz, 1-2Sm, 1-2Rs).
	539 - Ciro conquista Babilônia.		539-538 - Edito de Ciro (Esd 1).	
			538 - Início do retorno dos exilados a Jerusalém, sob o comando de Sasabassar e Zorobabel.	
			538-521 - Zorobabel, governador. Seu contemporâneo Josué, sumo sacerdote.	
		c. 612-527 - Em Atenas: Pisístrato; primeira edição dos textos de Homero.		
	530-522 - Cambises.	559-530 - Ciro II, o Grande, rei dos persas e dos medos.		
525 - Cambises, filho de Ciro, conquista o Egito.	525 - Batalha de Pelúsio: Cambises conquista o Egito.			
	522-486 - Dario I organiza o império em sa-			

	Egito	Pérsia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
		trapias; Síria e Palestina formam a V satrapia.	509 - Surge a República em Roma.	515 - Consagração do Templo de Jerusalém, reconstruído.	*Ageu.* *Zacarias* (1-8). *Trito-Isaías* (Is 56-66).
500					
		486-464 - Xerxes I (Asuero). 465-425 - Artaxerxes I Longímano.	490 - Dario I é derrotado pelos gregos, em Maratona. 480 - Xerxes I é derrotado pelos gregos, em Salamina. 461-429 - Em Atenas: idade de Péricles.		
			c. 450 - Em Roma: Leis das Doze Tábuas.	458 - Missão de Esdras em Jerusalém. Conforme outra hipótese, 398. 445-443 - Missão de Neemias, governador de Judá; reconstrução dos muros de Jerusalém. 444 - Data tradicional da leitura da Lei, feita por Esdras (Ne 8): início do judaísmo. 432 - Segunda missão de Neemias em Jerusalém.	*Malaquias, Abdias* (?). Redação definitiva de *Provérbios* e *Jó*. *Rute.* Memórias de Neemias.

Data	Egito	Pérsia	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
			427-347 - Platão		
		423-405 - Dario II Notos.			
	404 - O Egito reconquista a independência por aproximadamente sessenta anos.	404-359 - Artaxerxes II, Mnemon.			Redação definitiva do Pentateuco.
400					
			399 - Morte de Sócrates.		*Cântico dos cânticos.*
		359-338 - Artaxerxes III Ocos.			
	341 - Artaxerxes III reconquista o Egito.	336-331 – Dario III Codomano. 333 - Batalha de Isso. Fim do império persa.	336-323 - Conquistas de Alexandre Magno.	c. 340 - Construção do templo samaritano, sobre o monte Garizim. 332 - Parmênides, general de Alexandre, conquista a Síria-Palestina	Obra do Cronista: 1 e 2 *Crônicas, Esdras* e *Neemias.*
	323/331 - Fundação de Alexandria do Egito. 323 - Ptolomeu I Soter inicia a dinastia dos Lágidas. A Palestina sob o domínio do Egito até 198.		323 - Alexandre Magno morre na Babilônia. Lutas entre os sucessores (diádocos).		

	Egito	Síria	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
		312 Seleuco I Nicátor começa a dinastia dos Selêucidas. 300 - Fundação de Antioquia da Síria.		312 - A Judéia sob domínio dos Ptolomeus do Egito.	*Jonas.* *Joel.* *Zacarias* 9-14.
300					
	285-246 - Ptolomeu II Filadelfo. 205-180 - Ptolomeu V.	223-187 - Antíoco III, o Grande.	264-241 - Primeira guerra púnica. 219-201 - Segunda guerra púnica.	Sob Ptolomeu, começa a tradução da Bíblia dos Setenta, para o grego.	*Tobias* *Eclesiastes (Coélet).* Coletânea de *Salmos.*
200					
		198 - Batalha de Panion; Ptolomeu V é derrotado por Antíoco III e a Palestina passa para o domínio da Síria. 175-164 - Antíoco IV Epífanes persegue os judeus.	189 - Os romanos derrotam Antíoco III em Magnésia (ásia Menor).	198 - A Judéia sob o domínio dos selêucidas. c. 180 - Heliodoro depreda o tesouro do Templo (2Mc 3). c. 170 - O sumo sacerdote Onias III é morto	*Eclesiástico (Sirácida)* *Baruc.*

Egito	Síria	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
			pelo seu sucessor Menelau (2Mc 4,30ss).	
168 - Os romanos obrigam Antíoco IV a se retirar do Egito.			167 - Antíoco IV profana o Templo de Jerusalém. Perseguição contra os judeus.	*Daniel.* *Ester.* *Judite.*
			166 - Revolta de Matatias; martírio de Eleazar (2Mc 6,18ss) e dos sete irmãos (2Mc 7).	
	164-161 - Antíoco V Eupátor.		166-160 - Judas Macabeu. 164 - Reconsagração do Templo (Hanuká).	
	161-150 - Demétrio I Soter.		160-143 - Jônatas.	
	150-145 - Alexandre Balas.	149-146 - Terceira guerra púnica. 146 - Destruição de Cartago.	152 - Jônatas torna-se sumo sacerdote. Época na qual surge a comunidade essênia de Qumran e define-se a posição dos fariseus.	

	Egito	Síria	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
				142-134 - Simão sumo sacerdote. 134-104 - João Hircano. 104-76 - Alexandre Janeu.	*Primeiro Macabeus.*
100					
		66-62 - Intervenção de Pompeu na Síria, que se torna província romana em 54.		76-67 - Governo da rainha Alexandra Salomé. 65 - Guerra civil entre os pretendentes Hircano II e Aristóbulo II. 63 - Pompeu ocupa Jerusalém. 63-41 - Hircano II, sumo sacerdote e etnarca. O governo, propriamente, está nas mãos do ministro Antípater (m. 43), pai de Herodes.	*Segundo Macabeus.*
	51-30 - Cleópatra VII, rainha do Egito.		60 - Em Roma, primeiro triunvirato: Pompeu, César, Crasso. 49 - César ditador. 44 - Assassinato de César.		c. 50 - *Sabedoria*
				40-37 - Antígono, filho de Aristóbulo II, reco-	

Egito	Síria	Acontecimentos importantes	História bíblica	Formação da Bíblia
30 - Suicídio de Antônio e Cleópatra. O Egito torna-se província romana.		31 - Batalha de Accio: Otaviano, único senhor do Império Romano.	nhecido rei e sumo sacerdote, com o auxílio dos que tinham invadido a Síria e a Palestina.	

Roma	Palestina	Eventos do Novo Testamento	Formação do Novo Testamento
	37-4 – Herodes, o Grande, manda matar Antígono e torna-se o rei da Judéia.		
27 - Otaviano proclamado Augusto.	30 - Herodes manda matar também Hircano e, no ano seguinte, a própria mulher Mariana I, neta de Hircano II e irmã de Antígono, como também a sogra.		
	20-19 - Início da reconstrução do Templo de Jerusalém.		
	Escolas rabínicas dos fariseus: Hillel e Shammay.	7/6 - Nascimento de Jesus.	
	4 a.C.-6 d.C. - Arquelau, etnarca da Iduméia, Judéia e Samaria.		
	4 a.C.-34 d.C. - Herodes Filipe, tetrarca da Traconítide e da Ituréia.		
	4 a.C.-39 d.C. - Herodes Antipas, tetrarca da Galiléia e da Peréia.		

	Roma	Palestina	Eventos do Novo Testamento	Formação do Novo Testamento
e.v.	754 de Roma: início da era cristã. 14 - Morte de Augusto. 14-37 - Tibério.	6-41 - Judéia, Samaria e Iduméia governadas por um procurador romano, sob o comando do legado da Síria. 26-36 - Pôncio Pilatos procurador. c. 27 - Herodes Antipas casa-se com Herodíades, mulher de seu irmão Herodes Filipe e mãe de Salomé.	5/10 - Nascimento de Saulo (Paulo) em Tarso, na Cilícia. 18-37 - Caifás sumo sacerdote. c. 27 - Início da pregação de João Batista e do ministério público de Jesus (Lc 3,2). 29 - Prisão e morte de João Batista.	
30		35-39 - Lúcio Vitélio, legado da Síria. c. 35 - Massacre dos samarita-	30 – Sexta-feira, 7 de abril (14 nisan), provável data da morte de Jesus 30 - Pentecostes: formação da primeira comunidade cristã (At 2,42).	Inicia-se a tradição sobre Jesus, que se expressa na pregação missionária apostólica, na catequese da comunidade e na liturgia (batismo e eucaristia).

Roma	Palestina	Eventos do Novo Testamento	Formação do Novo Testamento
37-41 - Calígula.	nos sobre o monte Garizim, ordenado por Pilatos.	c. 36 - Martírio de Estêvão; conversão de Paulo em Damasco.	
	39 - Herodes Antipas exilado por Calígula.	c. 39 - Visita de Paulo aos responsáveis da Igreja de Jerusalém.	
41-45 Cláudio.	41-44 - Agripa I, rei da Palestina. Por ocasião de sua morte, a Palestina torna-se província romana.	c. 43 - Paulo e Barnabé em Antioquia da Síria.	
		43-44 - Perseguição de Herodes Agripa I: martírio de Tiago Maior; prisão e libertação de Pedro (At 12).	
		c. 45-49 - Primeira viagem missionária de Paulo e Barnabé: Chipre, Antioquia da Pisídia, Icônio, Listra, Derbe.	Primeiras coletâneas parciais de "fatos e ditos" de Jesus, colocadas por escrito (Mateus aramaico?).
		c. 48 - "Concílio" de Jerusalém (At 15).	
49 - Edito de Cláudio, expulsando os judeus de Roma.		49-52 - Segunda viagem missionária de Paulo: Filipos, Tessalônica, Corinto, discurso no Areópago (At 17).	*1Tessalonicenses* e (se for autêntica) 2*Tessalonicenses* (51).
52 - Galião, irmão de Sêneca, procônsul da Acaia (At 18,12ss).	52-60 - Antônio Félix, procurador.	53-58 - Terceira viagem mis-	*1* e 2*Coríntios*; *Gálatas*, *Romanos* (57-58).

Roma	Palestina	Eventos do Novo Testamento	Formação do Novo Testamento
54-68 - Nero.		sionária de Paulo: Éfeso e Corinto.	
		58 - Prisão de Paulo em Jerusalém e também em Cesaréia.	
	60-62 - Pórcio Festo, procurador.	60 - Paulo é transferido para Roma. Escala em Malta (At 27-28).	
		62 - Martírio de Tiago Menor, irmão do Senhor.	*Carta de Tiago* (se for autêntica).
		61-63 - Paulo prisioneiro em Roma.	*Filemon; Filipenses, Colossenses* e *Efésios* (se forem autênticas).
64 - Incêndio de Roma e perseguição dos cristãos.	64-66 - Géssio Floro, procurador.	64-67 - Viagem de Paulo à Espanha? Martírio de Pedro em Roma.	*1Pedro* (se for autêntica) (60-66). *1Timóteo*; *Tito*; *2Timóteo* (se forem autênticas) (66-68). Evangelho de Marcos (65-70).
	66 - Revolta judaica.		
	66-70 - Primeira guerra judaica. Vespasiano e depois seu filho, ocupam a Palestina e assediam Jerusalém.	c. 67 - Última prisão de Paulo e martírio em Roma.	
68 - Galba, Otônio, Vitélio.			
69-79 - Vespasiano.	c. 69 - Yohanan ben Zakkay sai de Jerusalém, funda uma academia rabínica em Jâmnia.		

	Roma	Palestina	Eventos do Novo Testamento	Formação do Novo Testamento
70		70 - Destruição de Jerusalém e do Templo. Dispersão dos judeus. 70-100 - Separação progressiva entre a Sinagoga e a Igreja nascente. 73 - Tomada de Massada, no deserto de Judá, último baluarte da resistência judaica contra Roma.		*Hebreus* (70-90). Evangelho de Mateus (80-85). Evangelho de Lucas e *Atos dos Apóstolos* (80-85). *Carta de Judas* (90-95).
	79-81 - Tito. 81-96 - Domiciano. Perseguição dos cristãos.			
	96-98 - Nerva.		c. 95 - João deportado para Patmos.	Evangelho de João (c. 100). *Apocalipse* (final do séc. I).
	98-117 - Trajano.			
			c. 100 - Morte de João em Éfeso.	*1, 2, 3 João* e 2 *Pedro* (final do séc. I - início do II).
		132-135 - Revolta de Bar Kokhba: segunda guerra judaica. Outra dispersão dos judeus. Jerusalém refundada como cidade romana (Aelia Capitolina).		

GENEALOGIAS

MATATIAS
[m. 166]
SIMÃO
143-134
JUDAS MACABEU
166-160
JÔNATAS
160-143
JOÃO HIRCANO I
134-104
ARISTÓBULO I
104-103
ALEXANDRA SALOMÉ
ALEXANDRE JANEU
103-76
ALEXANDRA SALOMÉ
HIRCANO II
ARISTÓBULO II
ANTÍPATER
43 a.C.
CHIPRE
ALEXANDRA
ALEXANDRE
= ALEXANDRA
ANTÍGONO
FASAEL
JOSÉ
FERORA
SALOMÉ
HERODES, O GRANDE 37-4 a.C.
=
= DORIDES
=
= MARIANA
=
= MARIANA II
=
= CLEÓPATRA
=
= MALTACE
ANTÍPATER
ALEXANDRE
ARISTÓBULO
HERODES
FILIPE
4-34 d.C.
= HERODÍADES
ARQUELAU
4 a.C.-6 d.C.
HERODES
ANTIPAS
4 a.C.-39 d.C.
= HERODÍADES
FILIPE
TETRARCA
4 a.C.-34 d.C.
= SALOMÉ
AGRIPA I
41-44 d.C.
HERODÍADES
SALOMÉ
AGRIPA II
50-100 d.C.?
BERENICE
DRUSILA

Mar Negro
LÍDIA
HITITAS
Mar Cáspio
MESOPOTÂMIA
Haran
Nínive
ASSÍRIA
Ugarit
CHIPRE
Cades
Mári
Mar Mediterrâneo
Damasco
Tigre
Eufrates
Deserto da Arábia
Babel
ACAD
MÉDIA
Jerusalém
BABILÔNIA
Ur
Gaza
Mênfis
EDOM
EGITO
SINAI
MADIÃ
SUMÉRIA
El-Amarna
Nilo
Mar Vermelho
Golfo Pérsico
Tebas
Karnac
ARÁBIA
MEIALUA FÉRTIL

Mar Mediterrâneo
GAZA
HEBRON
Delta do Nilo
Mar dos Juncos
TÂNIS
P. RAMSÉS
PITOM
CADES BARNE
HAR KARKOM
Lagos Amargos
MARA
EGITO
SINAI
ELAT
FARAN RAFIDIM
Mar Vermelho
Golfo de Ácaba
Monte Sinai? (Oreb)

ITINERÁRIOS DO ÊXODO

Itinerários sobre o Sinai, de Tânis a Cades
Tradicional — — — — — — — — —
Norte (javista) • • • • • • • • • • • • •
Direto - o - o - o - o - o - o - o - o - o - o - o
Via Ácaba —·—·—·—·—·—·—

TIRO
ASER
NEFTALI
Mar Mediterrâneo
ACO
MANASSÉS
ZABULON
MEGUIDO
ISSACAR
Rio Jordão
MANASSÉS
GAD
EFRAIM
SIQUÉM
JOPE
BENJAMIM
RÚBEN
DÃ
JERUSALÉM
MÁDABA
JUDÁ
Mar Morto
SIMEÃO
HEBRON
DIVISÃO GEOGRÁFICA
DA TERRA PROMETIDA
ENTRE AS DOZE TRIBOS

PALESTINA NO TEMPO DE SAUL E DAVI

Terceiro muro
JERUSALÉM
NA ÉPOCA
HERODIANA
Muro atual
Segundo muro
Piscina de
Betesda
TORRE
ANTÔNIA
Pórtico de Salomão
Vale do Tiropeon
GÓLGOTA
Jardins
ATUAL
CIDADE VELHA
Pórtico real
Palácio dos
SUMO SACERDOTES
PALÁCIO DE HERODES
TORRES
1 FASAEL
2 HÍPICO
3 MARIANA
4 PSEFINO
PORTAS
a dos JARDINS
b de BETESDA
c das ÁGUAS
d das OVELHAS
e de HULDA
Vale do Cedron
Primeiro muro
Piscina
de SILOÉ
CIDADE
DE DAVI
Vale da Geena

ÁTRIO DOS SACERDOTES
SANTO dos SANTOS
ARCA DA ALIANÇA
ARCA DA ALIANÇA
até 587 a.C.
Tábuas de pedra
Maná
Vara de Aarão
Candelabro
SANTO
Mesa dos pães
da proposição
Altar do
incenso
ÁTRIO
BOOZ
JOAQUIM
O TEMPLO DE
JERUSALÉM
Altar dos Sacrifícios
Mar
de
Bronze
0
5
10

REINOS DE
ISRAEL e JUDÁ
Fenícia
TIRO
DÃ
HASOR
Aram
Mar Mediterrâneo
Galiléia
Galaad
MEGUIDO
REINO DE
ISRAEL
SIQUÉM
Amon
JOPE
Samaria
Rio Jordão
GAZER
JERICÓ
ASCALON
JERUSALÉM
BELÉM
MADABÁ
Filistéia
Mar Morto
GAZA
REINO DE
JUDÁ
Moab
Judéia

TIRO
CESARÉIA
DE FILIPE
SIRO-FENÍCIA
GALILÉIA
TETRARQUIA
DE FILIPE
Mar Mediterrâneo
PTOLEMAIDA
ACO
NAZARÉ
DECÁPOLE
CESARÉIA MARÍTIMA
SAMARIA
GÉRASA
SIQUÉM
JUDÉIA
Rio Jordão
JOPE
BETÂNIA
JERICÓ
PERÉIA
EMAÚS
JERUSALÉM
MÁDABA
BELÉM
MAQUERONTE
Mar Morto
ASCALON
HEBRON
MASSADA
NABATÉIA
IDUMÉIA
PALESTINA DO
NOVO TESTAMENTO

PRIMEIRA VIAGEM
DE PAULO
ROMA
Itália
Mar
Tirreno
Mar Jônio
Malta
Mar Mediterrâneo
Trácia
TESSALÔNICA
FILIPOS
Grécia
ATENAS
CORINTO
Mar
Egeu
BIZÂNCIO
Ponto Euxino
Bitínia
PÉRGAMO
ÉFESO
COLOSSOS
ANCIRA
Galácia
Capadócia
ANTIOQUIA
ICÔNIO
LISTRA
DERBE
PERGE
ATALIA
Cilícia
ANTIOQUIA
Síria
CHIPRE
SALAMINA
PAFOS
DAMASCO
Palestina
CESARÉIA
JERUSALÉM
Egito

SEGUNDA VIAGEM
DE PAULO
ROMA
Itália
Mar
Tirreno
Mar Jônio
Malta
Mar Mediterrâneo
Trácia
FILIPOS
BIZÂNCIO
Ponto Euxino
TESSALÔNICA
BERÉIA
Grécia
ATENAS
CORINTO
Mar
Egeu
Bitínia
TRÔADE
PÉRGAMO
ÉFESO
COLOSSOS
PESSINIUNTES
ANCIRA
Galácia
ANTIOQUIA
ICÔNIO
DERBE
LISTRA
Capadócia
Cilícia
ANTIOQUIA
CHIPRE
Síria
DAMASCO
CESARÉIA
Palestina
JERUSALÉM
Egito

TERCEIRA VIAGEM
DE PAULO
ROMA
Itália
Mar
Tirreno
Malta
Mar Jônio
Mar Mediterrâneo
Trácia
TESSALÔNICA
FILIPOS
BIZÂNCIO
Ponto Euxino
Grécia
ATENAS
CORINTO
Mar
Egeu
TRÔADE
PÉRGAMO
ÉFESO
Bitínia
ANCIRA
Galácia
ANTIOQUIA
ICÔNIO
COLOSSOS
LISTRA
Capadócia
Cilícia
TARSO
ANTIOQUIA
CHIPRE
Síria
TIRO
DAMASCO
CESARÉIA
Palestina
JERUSALÉM
Egito

QUARTA VIAGEM
DE PAULO
ROMA
Itália
Mar
Tirreno
RÉGIO
SIRACUSA
Malta
Mar Jônio
Mar Mediterrâneo
Trácia
FILIPOS
TESSALÔNICA
Grécia
Mar
Egeu
ATENAS
CORINTO
BIZÂNCIO
Ponto Euxino
Bitínia
PÉRGAMO
ÉFESO
COLOSSOS
ANTIOQUIA
ANCIRA
Galácia
Capadócia
Cilícia
ANTIOQUIA
BONS PORTOS
CHIPRE
Síria
DAMASCO
CESARÉIA
Palestina
JERUSALÉM
Egito

Bibliografia

Escriba. *Salmos, Jó, Provérbios,* séc. XVI. Ms. Parma. 3596 c.3 v.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Indicamos a seguir alguns livros que servirão de subsídio a quem pretenda ler e estudar a Bíblia.

Textos e traduções antigas da Bíblia

Antigo Testamento em hebraico:

ELLIGER, K. & RUDOLPH, W. (org.). *Bibbia Hebraica Stuttgartensia.* Massorá organizada por WEIL, G. Stuttgart, Württembergische Bibelanstalt, 1968ss. Em volume único desde 1977 (à venda também em fascículos separados), 1990[4].

Os Setenta:

RAHLFS, A. (org.). *Septuaginta.* Id est Vetus Testamentum graece iuxta LXX interpretes. Stuttgart, Württembergische Bibelanstalt, 1935. 2v. Reeditada em 1979 (agora existe também em volume único).

Novo Testamento em grego:

ALAND, K.; BLACK, M.; MARTINI, C. M.; METZGER, B. B.; WIKGREN; A. (org.). *The Greek New Testament.* Stuttgart, United Bible Societies, 1975[3]. (Edição revisada em 1983; difere da edição da Nestle-Aland em virtude da composição gráfica, da introdução, dos títulos dos parágrafos e do aparato crítico, no qual as variantes propostas são avaliadas por grau de probabilidade.)

MERK, A. (org.). *Novum Testamentum Graece et Latine.* Roma, 1984[10].

MERK, A. & BARBAGLIO, G. *Nuovo Testamento greco e italiano.* Bologna, Dehoniane, 1990[3]. Edição revisada e corrigi-

da, 1993. Texto grego de MERK, A. 10. ed. 1984. Texto italiano da CEI, 1971.

NESTLE, E. & ALAND, K. (org.). *Novum Testamentum Graece*. Stuttgart, Deutsche Bibelgesellschaft, 1979[26]. Edição revisada em 1983, 1993[27]. 1ª ed. Nestle, 1898. Os organizadores da última edição são ALAND, B. e K.; KARAVIDOPOULOS, J.; MARTINI, C. M.; METZGER, B. M.

M. Zerwick, *Analysis philologica Novi Testamenti Graeci*. Roma, Pontifício Instituto Bíblico, 1953. Reedições, 1966[4]. Substituído por ZERWICK, M. & GROSVENOR, M. *Grammatical Analysis of the Greek New Testament*. Roma, 1974, 1993[4] (revisada).

Traduções em latim:

WEBER, R.; FISCHER, B.; GRIBOMONT, J.; SPARKS, H. F. D.; THIELE, W. (org.). *Biblia Sacra iuxta Vulgatam versionem*. Stuttgart, Württembergische Bibelanstalt, 1969, 1975[2]. 2 v. A 3ª edição é disponível em volume único.

Biblia Latina Nova Vulgata. Cidade do Vaticano, 1970-1971.

Traduções brasileiras da Bíblia

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo, Paulus, 1985. Tradução dos textos da Bíblia em língua portuguesa, feita diretamente dos originais. Introduções e notas efetuadas por exegetas católicos franceses e traduzidas de *La Sainte Bible*, 1973, publicada sob a direção da École Biblique de Jérusalem.

Bíblia Sagrada — Edição Pastoral. São Paulo, Paulus, 1990. Tradução popular, feita diretamente dos originais.

Bíblia Tradução Ecumênica (TEB). São Paulo, Paulinas/ Loyola, 1994. Tradução baseada nos textos originais, com amplas introduções e comentários feitos por diversas confissões cristãs e do judaísmo. Segue a TOB, 3ª ed., Paris, Éditions du Cerf, 1980.

Bíblia Sagrada. São Paulo, Ave Maria, 1975[21]. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico.

Bíblia Sagrada. Petrópolis, Vozes, 1985.

Dicionários e enciclopédias

BOCIAN, M. (org.). *Grande dizionario illustrato dei personaggi biblici*. Casale Monferrato, Piemme, 1991. (Tradução de uma obra alemã, com alguns acréscimos na edição italiana; apresenta os vários personagens da Bíblia, evidenciando o seu papel na tradição judaica, cristã e islâmica, como também na história da literatura, da música e da arte.)

BOTTERWECK, G. J. & RINGGREN, H. (org.). *Grande lessico dell'Antico Testamento*. Brescia, Paideia, 1988. (Tradução de um léxico bíblico-teológico alemão, feito por um numeroso grupo de exegetas).

COENEN, L.; BEYREUTHER, E.; BIETENHARD; E. (org.). *Dizionario dei concetti biblici del Nuovo Testamento*. Bologna, Dehoniane, 1976. (Obra alemã. TESSAROLO, A. ocupou-se da edição italiana, que pretende constituir um instrumento de pesquisa científica a serviço da ação pastoral. 1991[3]).

L.-DUFOUR, X. *Dizionario di teologia biblica*. Casale Monferrato, Marietti, 1980. Trad. bras.: *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis, Vozes, 1992. (Redigido por exegetas católicos franceses.)

SERRANO, F. Flor & SCHÖKEL, L. Alonso. *Dizionario terminologico della scienza biblica*. Roma, Borla, 1981. (Pequeno e útil manual de consulta, para conhecer-se o significado de alguns termos bíblicos.)

GALBIATI, E. (org.). *Dizionario enciclopedico della Bibbia e del mondo biblico*. Milano, Massimo, 1986.

GERARD, A.-M. *Dizionario della Bibbia*. Milano, Rizzoli, 1994. 2v. (Obra francesa, particularmente rica de referências ao texto bíblico.)

JENNI, E. & WESTERMANN, C. *Dizionario teologico dell'Antico Testamento*. Casale Monferrato, Marietti, 1978-1982. 2v. (Estudo aprofundado de vocábulos-chave do Antigo Testamento.)

KITTEL, G. & FRIEDRICH, G. (org). *Grande Lessico del Nuovo Testamento*. Brescia, Paideia, 1965-1992. 16v. (Tradução de um léxico bíblico-teológico alemão, fruto do trabalho de numeroso grupo de exegetas.)

LURKER, M. *Dizionario delle immagini e dei simboli biblici*. Cinisello Balsamo, Paoline, 1990. (Obra alemã; a edição italiana foi organizada por RAVASI, G.).

MCKENZIE, J. L. *Dizionario biblico*. Edição italiana coordenada por MAGGIONI, B. Assisi, Cittadella, 1973, 1981[4]. Trad. bras.: *Dicionário Bíblico*. São Paulo, Paulus, 1984. (Obra de um só autor, biblista americano, em suas mais de mil páginas, reúne verbetes históricos, geográficos, etnológicos, teológicos, contendo também a apresentação de cada um dos livros da Bíblia.)

MIEGGE, G. *Dizionario biblico*. Torino, Claudiana, 1984. (2ª edição reimpressa, redigida por exegetas evangélicos italianos.)

MONLOUBOU, L. & DU BUIT, F. M. *Dizionario Biblico Storico/ Critico*. Edição italiana de FABRIS, R. Roma, Borla, 1987. Trad. bras.: *Dicionário Bíblico Universal*. Petrópolis, Vozes/ Santuário, 1997.

ROSSANO, P.; Ravasi, G.; GIRLANDA, A. (org.). *Nuovo Dizionario di Teologia Biblica*. Cinisello Balsamo, Paoline, 1988. (Obra de 44 biblistas, em sua maioria italianos; é o mais completo instrumento para aprofundamento teológico, como também histórico e literário, de toda a Bíblia.)

VAM DEM BORN (ed.). *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. Petrópolis, Vozes, 1992.

VV.AA., *Dizionario culturale della Bibbia*. Torino, SEI, 1992. (Redação coordenada por autores franceses, que se apresenta como uma tentativa original — na verdade nem sempre plenamente bem sucedida — de refazer o percurso da civilização ocidental a partir das suas raízes bíblicas e da influência

exercitada pela cultura hebraico-cristã sobre a literatura, a arte e a música.)

VV.AA., *Enciclopedia della Bibbia*. Torino, LDC, 1969-1971. (Coordenada por ROLLA, Armando, em seis volumes, com aproximadamente quatro mil e duzentas páginas; colaboraram mais de três mil especialistas. Contém mapas, fotos, ilustrações e inúmeras referências.)

VV.AA., *Piccolo dizionario biblico*. Cinisello Balsamo, Paoline, 1986[5]. (Trabalho de biblistas alemães, contendo tanto verbetes sobre pessoas, lugares, objetos, quanto sobre conceitos, com ilustrações dentro e fora do texto.)

Concordâncias e sinopses

ALAND, K. *Synopsis Quattuor Evangeliorum*. Stuttgart, Deutsche Bibelgesellschaft, 1985[13] (1963[1]).

Bibleworks for Windows. Seattle (EUA), Hermeneutica.

BACHMANN, H. & SLABY, W. A. *Computer Konkordanz zum Novum Testamentum Graece*. Berlin, de Gruyter, 1980.

Chave Bíblica. Brasília, Sociedade Bíblica do Brasil, 1970. (Baseia-se na edição revista e atualizada no Brasil da tradução de João Ferreira de Almeida.)

Concordância Bíblica. Brasília, Sociedade Bíblica do Brasil, 1975.

HATCH, E. & REDPATH, H. A. *A Concordance to the Septuagint*. Oxford, Clarendon Press, 1897. 2v. (R. fot. Graz, Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, 1975).

LAGRANGE, M. J. *Sinossi dei quattro Evangeli*. Brescia, Morcelliana, 1983[8].

MANDELKERN, S. *Veteris Testamenti Concordantiae Hebraicae atque Chaldaicae*. Graz, Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, 2v. 1975.

MOULTON, W. F. & GEDEN, A. S. *A Concordance to the Greek Testament*. Edimburgh, Clark, 1963[4].

PASSELECQ, G. & POSWICK, F. (org.). *Concordanza pastorale della Bibbia*. Bologna, Dehoniane, 1979.

POPPI, A. *Sinossi dei quattro Vangeli: greco-italiano*. Padova, Messaggero, 1992 v. I: *Texto*.

POPPI, A. *Sinossi dei quattro Vangeli*. Padova, 1991[10]. v. 1: *Testo*, e v. II: *Introduzione e commento*. Padova, Messaggero, 1991[3].

DATLER, F. *Sinopse dos quatro Evangelhos*. São Paulo, Paulus, 1986.

KAYSER, I. *Sinopse dos três primeiros Evangelhos*. São Leopoldo, Sinodal, 1986. (Elaborada com base na obra de Albert Huck.)

SCHMOLLER, A. *Handkonkordanz zum Griechischen Neuen Testament*. Stuttgart, Württembergische Bibelanstalt, 1973[15].

VV.AA., *Le concordanze del Nuovo Testamento*. Torino, Marietti, 1978. (Obra francesa; a edição italiana é de GHIBERTI, G. & Pacomio, L.).

VV.AA., *Grande Commentario Biblico*. Brescia, Queriniana, 1973.

VV.AA., *Guida alla lettura dell'Antico e del Nuovo Testamento*. Cinisello Balsamo, Paoline, 1993. 2v.

VV.AA., *Il messaggio della salvezza*. LDC. Torino, Leumann 1964-1985. 5v.

Introduções gerais ao estudo da Bíblia

GIRARDET, G. *Bibbia perché*. Torino, Claudiana, 1993. (Um manual de divulgação, uma pequena "hermenêutica" bíblica, isto é, um guia de interpretação, com o objetivo de divulgar, todavia sem perder o rigor científico; um auxílio para o estudante aproximar-se do texto bíblico e da sua linguagem.)

GRELOT, P. *Introduzione alla Bibbia*. Roma, Paoline, 1976.

MANNUCCI, V. *Bibbia come parola di Dio. Introduzione generale alla Sacra Scrittura*. Brescia, Queriniana, 1986[7].

MAINVILLE, O. *A Bíblia à luz da história*. São Paulo, Paulinas, 1999.

Introduções ao Antigo Testamento

ARTOM, M. E. *Il libro del popolo. Introduzione alla lettura della Bibbia*. Roma, Carucci, 1980. (Um dos poucos textos deste tipo, escrito por um estudioso judeu.)

AVRIL, A. C. & LENHARDT, P. *La lettura ebraica della Scrittura*. Comunità di Bose, Qiqajon, 1989[2]. (A tradução italiana contém também uma breve antologia de textos rabínicos.)

CAPPELLETTO, G. *In cammino con Israele. Introduzione all'Antico Testamento*. Padova, Messagero, 1991. V. I.

CAPPELLETTO, G. & MILANI, M. *In ascolto dei profeti e dei sapienti. Introduzione all'Antico Testamento*. Padova, Messaggero, 1992. V. II.

CHARPENTIER, E. *Per leggere l'Antico Testamento*. Roma, Borla, 1986. (ótimo opúsculo elementar e esquemático, quase escolar em sua forma, escrito por um exegeta católico francês.)

EISSFELDT, O. *Introduzione all'Antico Testamento*. Bréscia, Paideia, 1970-1981. v. I: *Aspetti letterari*. v. II: *Analisi dei libri dell'Antico Testamento, parte prima*. v. III: *Analisi dei libri dell'Antico Testamento, parte seconda*. v. IV: *Il canone e il testo*.

FOHRER, G. *Estruturas teológicas fundamentais do AT*. São Paulo, Paulus, 1982.

LATTES, D. *Nuovo Commento alla Torah*. Assisi-Roma, Carucci, 1976. (Livro de grande importância atualmente, embora não seja fácil encontrá-lo; trata-se também do mais amplo comentário ao Pentateuco na ótica judaica, disponível em italiano.)

RAVASI, Gianfranco. *Narrativa do Céu...* AT – São Paulo, Paulinas, 1999.

RENDTORFF, R. *Introduzione all'Antico Testamento. Storia, vita sociale e letteratura d'Israele in epoca biblica*. Torino, Claudiana, 1990. (Livro de um exegeta alemão, sintético e claro, de ótimo nível científico.)

SCHREINER, J. (org.). *Introduzione all'Antico Testamento*. Roma, Paoline, 1982. (Elaborado por estudiosos católicos em sua maioria alemães; trata-se de um guia profundo e atualizado dos problemas críticos, históricos e teológicos para correta leitura bíblica.)

SOGGIN, J. A. *Introduzione all'Antico Testamento*. Brescia, Paideia, 1987[4]. (Ótimo manual, escrito por um biblista evangélico.)

WESTERMANN, C. *Primo approccio all'Antico Testamento*. Casale Monferrato, Marietti, 1977. (Escrito por um grande exegeta, de reconhecida fama.)

Introduções ao Novo Testamento

BRIGHT, J. *História de Israel*. São Paulo, Paulus, 1978.

CHARPENTIER, E. *Per leggere il Nuovo Testamento*. Roma, Borla, 1986. (Ótimo opúsculo elementar e esquemático, quase escolar em sua forma, escrito por um exegeta católico francês.)

CONZELMANN, H. & LINDEMANN, A. *Guida allo studio del Nuovo Testamento*. Casale Monferrato, Marietti, 1986. (Instrumento com o qual se exercitar na prática, muito útil, inigualável em italiano, elaborado por dois exegetas famosos, da área protestante.)

CORSANI, B. *Introduzione al Nuovo Testamento*. Torino, Claudiana, 1975[2]. (Manual clássico, evangélico.)

CULLMANN, O. *Introduzione al Nuovo Testamento*. Bologna, Il Mulino, 1968. Reimpresso em 1983. (Manual sintético de introdução, escrito pelo teólogo protestante.)

EGGER, W. *Metodologia do Novo Testamento*. São Paulo, Loyola, 1994.

GAETA, G. *Introduzione storica al Nuovo Testamento*. Bréscia, Queriniana, 1976.

GOPPELT, L. *Teologia del Nuovo Testamento*. Brescia, Morcelliana, 1982 e 1983. 2v. *Teologia do Novo Testamento*. Petrópolis, Vozes/Sinodal, 1988. (Última obra deste teólogo protestante, em constante diálogo com a teologia católica atual. A perspectiva é a da "teoria da salvação"; o método é o histórico-crítico.)

OVERMAN, A. J. *Igreja e comunidade em crise*. São Paulo, Paulinas, 1999.

RAVASI, Gianfranco. *A Boa Nova...* NT. São Paulo, Paulinas, 1999.

RICHARD, Pablo. *Movimento de Jesus depois da Ressurreição*. São Paulo, Paulinas, 1999.

SCHREINER, J. & DAUTZENBERG, G. *Introduzione al Nuovo Testamento*. Roma, Paoline, 1982. (Guia católico, aprofundado e atualizado, dos problemas críticos, históricos e teológicos para correta leitura bíblica.)

SALDARINI, A. J. *Comunidade Judaico-cristã de Mateus*. São Paulo, Paulinas.

WIKENHAUSER, A. & SCHMID, J. *Introduzione al Nuovo Testamento*. Brescia, Paideia, 1981. Edição alemã de 1952 e de 1972[2]. (Volumoso e clássico manual, usado pelas faculdades de teologia alemãs.)

Cultura e história

MANTOVANI, P. Arata. *Introduzione all'archeologia palestinese. Dalla prima età del Ferro alla conquista di Alessandro Magno (1200 a.C.-332 a.C.)*. Brescia, Queriniana, 1992.

CASTEL, F. *Storia d'Israele e di Giuda*. Cinisello Balsamo, Paoline, 1987[2]. (Clara e atualizada exposição, com cronologia, tabelas, mapas e testemunhos literários.)

CAZELLES, H. *Storia politica d'Israele*. Roma, Borla, 1986.

CONZELMANN, H. *Le origini del cristianesimo. I risultati della critica storica*. Torino, Claudiana, 1977[2].

De Vaux, R. *Le istituzioni dell'Antico Testamento*. Casale Monferrato, Marietti, 1977[3]. (Livro fundamental para conhecerem-se as instituições civis, familiares, religiosas e militares do antigo Israel.)

Ephraïm, *Jesus, judeu praticante*. São Paulo, Paulinas, 1998.

Filoramo, G. (org.). *Storia delle religioni. 2. Ebraismo e Cristianesimo*. Bari, Laterza, 1995. (Contém ensaios de C. Grottanelli sobre religião pré-exílica, de P. Sacchi sobre a época do segundo templo e de G. Tamani sobre os períodos tardo-antigo, medieval, moderno e contemporâneo.)

Fohrer, G. *Storia d'Israele*. Brescia, Paideia, 1980. (Livro de um dos mais conhecidos biblistas, compreendendo também uma panorâmica do período pós-bíblico e moderno). Trad. Bras.: *História da religião de Israel. São Paulo, Paulus, 1983.*

Fritz, V. *Introduzione all'archeologia biblica*. Brescia, Paideia, 1991.

Goppelt, L. *L'età apostolica e sub-apostolica*. Brescia, Paideia, 1976.

Gallardo, C. B. *Jesus homem em conflito*. São Paulo, Paulinas, 1997.

Herrmann, S. *Storia di Israele*. Brescia, Queriniana, 1977.

Lemaire, A. *Storia del popolo ebraico*. Brescia, Queriniana, 1988.

Lohse, E. *L'ambiente del Nuovo Testamento*. Brescia, Paideia, 1980. Trad. Bras.: *Contexto e ambiente do Novo Testamento*. São Paulo, Paulinas, 1999.

Noth, M. *Storia d'Israele*. Brescia, Paideia, 1975.

Penna, R. *L'ambiente storico-culturale delle origini cristiane*. Bologna, Dehoniane, 1986[2]. (Uma ampla documentação fundamentada em textos originais, sobre o ambiente sociocultural das origens cristãs.)

Petuchowski, J. J. "*I nostri maestri insegnavano...*" Brescia, Morcelliana, 1983. Id., *"Come i nostri maestri spiegano la Scrittura"*, ibidem, 1986 (duas breves antologias, a primeira de parábolas e ditos rabínicos sobre versículos bíblicos, a segunda de comentários clássicos judaicos à Bíblia.)

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *L'interpretazione della Bibbia nella Chiesa*. Città del Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 1993.

PUECH, H.-Ch. *Storia dell'ebraismo*. Bari, Laterza, 1985.

SACCHI, P. *Storia del Secondo Tempio. Israele tra VI secolo a.C. e I secolo d.C.* Torino, SEI, 1994.

SEGUNDO, J. L. *O caso Mateus*. São Paulo, Paulinas, 1997.

SICRE, J. L. *O Quadrante*. São Paulo, Paulinas, 1999, 3 vols.

SOGGIN, J. A. *Storia d'Israele*. Brescia, Paideia, 1984. (Particularmente preocupado com problemas metodológicos, este livro contém também dois apêndices: um sobre a arqueologia siro-palestina, de D. Conrad, e um sobre a cronologia do período monárquico, de H. Tadmor).

STEMBERGER, G. *Il giudaismo classico. Cultura e storia del tempo rabbinico (dal 70 al 1040)*. Roma, Città Nuova, 1991.

Atlas e Mapas

AHARONI, Y. & YONAH, M. Avi. *Atlante della Bibbia*. Casale Monferrato, Piemme, 1987. (Ótimo trabalho de dois arqueólogos israelitas, acompanhado de longos comentários; o livro diz respeito tanto à Bíblia hebraica quanto ao Novo Testamento.)

BARNAVI, E. *Atlante storico del popolo ebraico*. Edição italiana organizada por E. Loewenthal. Bologna, Zanichelli, 1995.

GALBIATI, E. R. & ALETTI, A. *Atlante storico della Bibbia e dell'Antico Oriente*. Milano, Massimo - Jaca Book, 1983. Trad. bras.: *Atlas histórico da Bíblia e do Antigo Oriente*. Petrópolis, Vozes, 1991.

LAEPPLE, A. *La Bibbia oggi*. Cinisello Balsamo, Paoline, 1986[6]. (Não se trata de um verdadeiro atlas, mas as inúmeras ilustrações de lugares, objetos e documentos, os mapas e as tabelas fazem dele um subsídio precioso. O autor é um biblista católico alemão.)

RHYMER, J. *Atlante del mondo biblico*. Torino, SEI, 1986. (Acompanhado também por um louvável serviço fotográfico.)

ROGERSON, J. *Atlante della Bibbia*. Novara, Istituto Geográfico De Agostini, 1988. (Compõe-se de três partes: A Bíblia e a sua literatura, A Bíblia e a história, A Bíblia e a geografia.)

Revistas brasileiras

RIBLA – *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis, São Leopoldo, Vozes/Sinodal.

Estudos Bíblicos. Petrópolis, São Leopoldo, Vozes/Sinodal.

VV.AA. *Atlas da Bíblia*. São Paulo, Paulinas, 1986.

VV.AA. MIDRAXE, Coleção 5 vols. São Paulo, Paulinas, 1998.

VV.AA. RESENHA BÍBLICA, coleção 4 vols. São Paulo, Paulinas, 1998.

VV.AA. *Estudo Bíblico do Antigo e do Novo Testamento com MAPAS*. São Paulo, Paulinas, 1999.

OS AUTORES

BONORA, Antonio (VI. "Os métodos de interpretação da Bíblia". 1. "Crítica textual, literária e histórica".)

CAPELLI, Piero (III. "As línguas da Bíblia". 1. "As línguas do *Tanak*"; VII. "Os grandes intérpretes da Bíblia na tradição hebraica".)

CINI, Agnese (Apêndice A: "Sugestões para leitura contínua da Bíblia". Apêndice B: "Algumas propostas de divisão dos salmos".)

BENEDETTI, Paolo De ("Terminologia das ciências bíblicas e auxiliares". V. "Leitura hebraica da Escritura". IX. "Sobre o uso de alguns termos". 1. "Hebreu, judeu, israelita..." XI. "O calendário litúrgico e as festas". XII. "Breve história de Israel na época bíblica".

GASPARO, Claudio ("Genealogias", "Mapas".)

MANNUCCI, Valerio (IV. "Principais manuscritos, códices, traduções".)

MENESTRINA, Giovanni (III. "As línguas da Bíblia". 2. "O texto grego do Novo Testamento".)

PERRONE, Lorenzo (VIII. "Os grandes intérpretes da Bíblia na tradição cristã".)

RIZZI, Armido (VI. "Os métodos da interpretação da Bíblia". 2. "Dos Padres da Igreja à leitura política".)

SOGGIN, J. Alberto (IX. "Sobre o uso de alguns termos". 2. "Canaã, Palestina, Israel...".)

STEFANI, Piero (IX. "Sobre o uso de alguns termos". 3. "Antigo Testamento, Primeiro Testamento, Escritura de Israel".)

As partes desta obra que não aparecem no elenco anterior foram elaboradas pela redação, coordenada por Agnese Cini e Paolo De Benedetti. Na revisão final, colaboraram Piero Capelli e Giovanni Menestrina. Agradecemos também a colaboração de Ilario Bertoletti, Piero Bensi, Carla Giovanna Merlini e Gioacchino Pistone.

Sumário